ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

# MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[Ticker do Novo Mercado]

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**
Em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME 22.902.694/0001-95 | NIRE 26.3.0002306-7
Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901
CEP 51110-000, Recife, PE
**[•]** Ações
**Valor Total da Oferta: R$[•]**
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

**No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 43 deste Prospecto).**

A **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**("**Companhia**") está realizando uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, **[•]** ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("**Ofício Circular**") e com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**" e "**Código ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta consistirá na distribuição pública primária das Ações no Brasil sob coordenação do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo UBS Securities LLC e pelo Bradesco Securities, Inc. (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") em conformidade com o "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterada ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, ou da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] **[•]** ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").]

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [até] **[•]** ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 43 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

| | Preço (R$)[1] | Comissões (R$)[1][2][3] | Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4] |
|---|---|---|---|
| Preço por Ação | [•] | [•] | [•] |
| Oferta | [•] | [•] | [•] |
| **Total Oferta** | **[•]** | **[•]** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 45 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.

A abertura de capital da Companhia, o protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM, a listagem da Companhia na B3, a admissão das ações de emissão da Companhia à negociação no Novo Mercado e a realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social ("**Estatuto Social**"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2021, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("**JUCEPE**"), sob o nº [•], em [•] de [•] de [2021], e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco ("**DOEPE**") e no jornal "Folha de Pernambuco" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPE e publicada no jornal "Folha de Pernambuco" na data de divulgação do Anúncio de Início e no DOEPE no dia útil seguinte.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

**A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foram requeridos em [•] de [•] de 2021.**

**"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."**

**Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.**

**OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 18 E 71, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.**

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

**Coordenadores da Oferta**

[Logo dos Coordenadores da Oferta]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2022.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ÍNDICE**

**DEFINIÇÕES** ..... **1**
**INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA** ..... **4**
**CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO** ..... **5**
**SUMÁRIO DA COMPANHIA** ..... **8**
**SUMÁRIO DA OFERTA** ..... **22**
**INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA** ..... **39**
Composição do Capital Social da Companhia ..... 39
Acionistas e Administradores da Companhia ..... 40
Descrição da Oferta ..... 41
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 ..... 41
Aprovações Societárias ..... 42
Instituições Participantes da Oferta ..... 42
Preço por Ação ..... 43
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta ..... 44
Custos de Distribuição ..... 45
Estabilização do Preço das Ações ..... 48
Características das Ações ..... 49
Público Alvo da Oferta ..... 50
Procedimento da Oferta ..... 50
Oferta Não Institucional ..... 51
Oferta Institucional ..... 59
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta ..... 60
Prazo de Distribuição ..... 62
Liquidação ..... 62
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação ..... 62
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional ..... 63
Violações de Normas de Conduta ..... 64
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) ..... 65
Instituição Financeira Escrituradora das Ações ..... 65
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta ..... 66
Inadequação da Oferta ..... 67
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta ..... 67
COMPANHIA ..... 67
COORDENADORES DA OFERTA ..... 67
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS ..... 68
Informações Adicionais ..... 68
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS ..... 69
**FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES** ..... **71**
**APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA** ..... **79**
Coordenador Líder ..... 79
Bradesco BBI ..... 80
**RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA** ..... **81**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder ..... 81
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI ..... 82
**INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES** ..... **85**
Declarações de Veracidade das Informações ..... 86
**DESTINAÇÃO DOS RECURSOS** ..... **87**
**CAPITALIZAÇÃO** ..... **88**
**DILUIÇÃO** ..... **89**

**ANEXOS** ..... **91**
**ANEXO A** **ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA** ..... **95**
**ANEXO B** **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021** ..... **133**
**ANEXO C** **MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL** ..... **179**
**ANEXO D** **MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** ..... **185**
**ANEXO E** **MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** ..... **189**
**ANEXO F** **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021** ..... **193**
**ANEXO G** **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** ..... **245**
**ANEXO H** **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** ..... **297**
**ANEXO I** **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** ..... **363**
**ANEXO J** **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA** ..... **417**

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Self It Academias” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Self It Academias Holding S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 22 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

| | |
|---|---|
| **Administração** | Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto. |
| **Administradores** | Membros da Administração. |
| **ANBIMA** | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. |
| **Assembleia Geral** | Assembleia geral de acionistas da Companhia. |
| **Auditores Independentes** | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e das informações financeiras intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, e BDO RCS Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em conjunto. |
| **B3** | B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. |
| **Banco Central ou BACEN** | Banco Central do Brasil. |
| **Brasil ou País** | República Federativa do Brasil. |
| **CMN** | Conselho Monetário Nacional. |
| **CNPJ/ME** | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia. |
| **CPF/ME** | Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia. |
| **Código ANBIMA** | Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor. |
| **Companhia ou Self It Academias** | Self It Academias Holding S.A. |
| **Conselho de Administração** | O Conselho de Administração da Companhia. |
| **Conselho Fiscal** | O Conselho Fiscal da Companhia, de caráter não permanente, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado. |

| | |
|---|---|
| **Contrato de Participação no Novo Mercado** | Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data em que tiver início a negociação com as ações de emissão da Companhia na B3. |
| **CVM** | Comissão de Valores Mobiliários. |
| **Deliberação CVM 476** | Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. |
| **Diretoria** | A diretoria da Companhia. |
| **DOEPE** | Diário Oficial do Estado de Pernambuco. |
| **Dólar, dólar, dólares ou US$** | Moeda oficial dos Estados Unidos. |
| **Estados Unidos** | Estados Unidos da América. |
| **Estatuto Social** | Estatuto social da Companhia. |
| **Formulário de Referência** | Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto. |
| **Instituição Escrituradora** | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| **Instrução CVM 400** | Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 480** | Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada. |
| **IOF/Câmbio** | Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativos a títulos e valores mobiliários incidentes sobre o câmbio. |
| **JUCEPE** | Junta Comercial do Estado de Pernambuco. |
| **Lei 4.131** | Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada. |
| **Lei das Sociedades por Ações** | Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| **Lei do Mercado de Capitais** | Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| **Novo Mercado** | Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. |
| ***Offering Memoranda*** | *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto. |
| **Prospecto ou Prospecto Preliminar** | Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos. |

| | |
|---|---|
| **Prospecto Definitivo** | O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos. |
| **Prospectos** | O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto. |
| **Real, real, reais ou R$** | Moeda oficial corrente no Brasil. |
| ***Rule 144A*** | Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*. |
| **Regulamento do Novo Mercado** | Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado. |
| **Regulamento S** | Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*. |
| **Resolução CMN 4.373** | Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada. |
| **Resolução CVM 13** | Resolução da CVM nº 13, de 19 de novembro de 2021. |
| **Resolução CVM 27** | Resolução da CVM nº 27, de 09 de abril de 2021. |
| **Resolução CVM 30** | Resolução da CVM nº 30, de 12 de maio de 2021. |
| **Resolução CVM 35** | Resolução da CVM nº 35, de 27 de maio de 2021. |
| **SEC** | *Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos. |
| ***Securities Act*** | *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado. |

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

| | |
|---|---|
| **Identificação** | Self It Academias Holding S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.902.694/0001-95, com seus atos constitutivos registrados na JUCEPE sob o NIRE 26.3.0002306-7. |
| **Registro na CVM** | Em fase de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM. |
| **Sede** | Localizada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901, CEP 51110-000. |
| **Diretoria de Relações com Investidores** | Localizada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901, CEP 51110-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Vinícius Vilaça Bezerra Mendonça. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é + 55 ([•]) [•] e o seu endereço eletrônico é [•]. |
| **Instituição Escrituradora** | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| **Auditores Independentes** | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e das informações financeiras intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, e BDO RCS Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em conjunto. |
| **Títulos e Valores Mobiliários Emitidos** | As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à realização da Oferta. |
| **Jornais nos quais divulga informações** | As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOEPE e no jornal "Folha de Pernambuco". |
| **Formulário de Referência** | Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto. |
| ***Website*** | [•]<br><br>As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência. |
| **Informações Adicionais** | Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto. |

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

**Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 18 e 71, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.**

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- efeitos econômicos, financeiros, políticos e relacionados à saúde decorrentes da atual pandemia da COVID-19, ou outras pandemias, epidemias ou crises semelhantes, bem como as respostas e reações governamentais a tais eventos, em especial na medida em que tais fatores impactem o Brasil e o comportamento dos consumidores e continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, que podem intensificar os impactos de outros riscos descritos na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 443 deste Prospecto, e nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 18 e 71, respectivamente, deste Prospecto;

- condições gerais econômicas, políticas e comerciais, tanto no Brasil quanto no exterior, incluindo, com relação ao Brasil, desenvolvimentos recentes e a percepção de riscos em relação a corrupção e outras investigações e relações cada vez mais conflituosas envolvendo o governo do Presidente Jair Bolsonaro, bem como as políticas e potenciais alterações a serem implementadas para endereçar tais questões, incluindo reformas econômicas e fiscais, seja ou não em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19, as quais podem afetar adversamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças imediatas ou de longo prazo no comportamento dos clientes da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta, ou buscando amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- alteração substancial no comportamento dos clientes da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;

- rebaixamento na classificação de risco de crédito do Brasil ou da Companhia;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil ou outros mercados em que a Companhia atue;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades em relação a essas leis e regulamentos;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, (os quais apresentaram volatilidade significativa nos últimos doze meses) nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de serviços da Companhia;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- dificuldades no relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- eventual aumento do endividamento da Companhia e/ou incapacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária; e

- outros fatores de riscos eventualmente não vislumbrados pela Companhia e aqueles apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 71 e 18, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, a partir da página 443 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

**O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.**

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, incluindo as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 18 e 71 deste Prospecto, bem como as seções “3. Informações Financeiras Selecionadas”, “4. Fatores de Risco” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, além de nossas demonstrações financeiras. Salvo indicação em contrário, os termos “nós”, “nos”, “nossos/nossas”, “Companhia” e “Self It” referem-se à Self It Academias Holding S.A. e suas controladas, em conjunto.

### Visão Geral

Somos uma das maiores redes de academias de ginástica do Brasil, atualmente com 65 unidades distribuídaspor todo território nacional e atuação pioneira na região Nordeste desde nossa fundação em 2012. Nosso modelo de negócios é focado em oferecer serviços de alta qualidade a preços acessíveis e competitivos, entreR$79,90 e R$109,90 mensais, garantindo aos nossos mais de 115 mil clientes instalações modernas, com tamanho médio de 1.050 m² de área útil e localizadas em pontos estratégicos. Saímos de 10 mil membros em2015 e atingimos 169 mil membros em 2019, com crescimento médio anual ponderado de 27,4% nesse período. Durante a pandemia, aceleramos nossa estratégia digital com a aquisição do aplicativo WeBurn, líderno segmento de fitness digital, com aproximadamente 19 mil usuários. Assim, reforçamos nosso ecossistemade produtos e serviços para oferecer uma solução cada vez mais integrada e com valor agregado ao nosso cliente.

O modelo de fitness *value-for-money* ainda é pouco explorado no Brasil, com presença principalmente nas capitais e cidades relevantes dos principais estados brasileiros, possuindo, portanto, alto potencial decrescimento quando comparado a mercados mais maduros, como Europa e Estados Unidos. Enxergando essa demanda reprimida por academias de alto valor agregado e baixo custo, iniciamos nossas operações em 2012a partir do Nordeste, nos tornando marca referência na região e expandindo para outras regiõesdo país.

Atualmente possuímos academias nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Centro-Oeste, com atuação nos principais polos econômicos dessas regiões através de unidades estrategicamente localizadas em estados como Recife, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde a nossa fundação em Salvador,no estado da Bahia, expandimos nossa rede para outros 14 estados e aumentamos nossa base de clientes em mais de 16 vezes entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019. Acreditamos que nossa experiência no setor e *track-record* em atender o segmento *value-for-money*, combinados a uma proposta diferenciada de valor, são os principais fatores que impulsionam nosso crescimento acelerado e fortalecem nosso ecossistema.

Acreditamos ainda que nosso modelo de negócios nos garante vantagens competitivas quanto a (i) proximidade ao cliente, (ii) acessibilidade e (iii) escala. Com uma capacidade de execução comprovada e excelência operacional, buscamos aprimorar continuamente nossos serviços e soluções com a missão de tornar academias de alto valor agregado e baixo custo cada vez mais acessíveis e democratizadas no Brasil. Temos orgulho em ser uma das redes de academias com maior participação de mulheres na base de clientes, alémde termos aqualidade dos nossos serviços comprovadas com uma das melhores notas NPS (Net Promoter Score) do mercado e nota de Reclame Aqui de 8,8[1],significativamente acima dos nossos principais competidores. Nossa estratégia de expansão é assertiva e focada na geração de valor e sintonia operacional entre nossos canais físicos e digitais.Tal estratégia nos permite explorar as oportunidades tanto de adensamento em regiões em que játemos presença, quando a expansão para novas geografias de maneira rápida e eficiente, mantendo os níveis de qualidade dos nossos serviços e a robustez de nosso ecossistema.

### Indicadores Financeiros e Operacionais

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados. Para informações mais detalhadas sobre nossas informações financeiras, ver item 10 deste Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Combinadas e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

| *Indicadores* | 30 de setembro de | | Exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2020** | **2019** | **2018** |
| **Número de academias em operação** | | | | | |
| **Por tipo** | | | | | |
| Próprias | 63 | 68 | 69 | 66 | 42 |
| **Número de clientes ativos** | | | | | |
| **Por tipo** | | | | | |
| Próprias | 101.558 | 128.517 | 136.765 | 169.045 | 107.464 |
| **Indicadores financeiros (em R$ milhares)** | | | | | |
| Receita Líquida dos serviços | 68.113 | 60.586 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |
| Prejuízo do período/exercício | (43.820) | (46.764) | (60.503) | (23.646) | (5.731) |
| EBITDA Ajustado[(1)] | (12.348) | (9.465) | (18.868) | 9.295 | 14.409 |
| Margem EBITDA Ajustado[(2)] | -18,1% | -15,6% | -21,7% | 7,7% | 6,5% |

(1) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) Corresponde à Margem EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

[1] Nota ReclameAqui de outubro de 2021.

**Nosso Ecossistema**

Somos uma rede de academias de ginástica inovadora e com um modelo de negócios que vai além da ginástica convencional. A maioria das academias no Brasil foram planejadas e organizadas de forma a priorizar modalidades tradicionais de musculação e aeróbico, deixando de oferecer uma complementariedade de modalidades e ambientes de treinamento aos seus clientes. Acreditamos que um de nossos grandesdiferenciais é a oferta não somente de tais modalidades tradicionais de levantamento de peso e equipamentospara exercícios cardiovasculares, mas também de uma gama de atividades complementares em unidades planejadas, com ambientes voltados especificamente para tais modalidades. Nossas unidades incluem:

(a) **Self Intense:** área de treinamento funcional com exercícios que proporcionam ganho de força, equilíbrio, flexibilidade, resistência e agilidade. Possui equipamentos como corda naval, medicine ball,kettleball, sand bag, argola para exercício suspenso e TXR, utilizados para tornar os treinamentos dinâmicos e eficientes;

(b) **Self Extreme:** área para treinamentos intervalados e de alta intensidade (HIIT), oferecendo exercíciosmais intensos e dinâmicos em aulas de curta duração;

(c) **Self Move:** área equipada para aulas diversas como fitdance, zumba, ginástica localizada, postural, muay thai, dentre outras;

(d) **Self Speed:** área exclusiva com bikes disponíveis para uma variedade de aulas de spinning em grupo; e

(e) **Self Velo e Musculação:** área para treinamentos de musculação e cardiovasculares, equipada com esteiras, bicicletas, remos, simuladores de escadas e aparelhos elípticos diversos.

Esse formato permite a otimização dos espaços e promove uma melhor experiência ao nosso cliente, a partirde projetos de arquitetura modernos, ambientes altamente colaborativos e organizados. Acreditamos que a complementariedade das modalidades e ambientes oferecidos nas academias Selfit seja um pilar fundamentalda proposta de valor diferenciada no segmento fitness de *value-for-money*, uma vez que oferecemos uma gama completa de serviços que vai além do modelo das academias tradicionais.

Através da nossa plataforma de fitness digital WeBurn, nossos clientes têm a opção de praticar exercícios também fora das academias. Já são mais de 19 mil subscrições ativas e mais de 600 treinos proprietários, permitindo o acesso ao nosso ecossistema de maneira remota e a qualquer horário do dia, contribuindo paraa expansão de nossa marca e trazendo ainda mais escalabilidade ao nosso negócio. A assinatura do aplicativo WeBurn é atualmente segregada e independente dos planos para a rede de academias físicas, permitindo inclusive usuários exclusivos do aplicativo (sem vínculo com a rede de academias da Selfit), a partir de planosmensais ou anuais que variam de R$29,90 a R$49,90 ao mês.

Atualmente oferecemos duas opções distintas de planos para matrícula nas academias da Selfit, divididas entre duas modalidades: (i) o plano Light; e (ii) o plano Plus. O plano Light varia de R$79,90 a R$99,90 mensais,dependendo da unidade de inscrição, sem prazo mínimo de contrato e garantindo ao cliente acesso exclusivo à unidade na qual a matrícula foi registrada, restrito às áreas de musculação e aeróbico. Já o plano Plus é fixoem R$109,90 mensais e garante acesso a todas as unidades Selfit no território nacional. Nesta opção, há fidelidade mínima de 1 ano, direito a um acompanhante gratuito para utilização da academia até 4 vezes ao mês e acesso livre à todas as atividades e aulas oferecidas. Ambas as opções de contrato possuem anuidade de R$149,90, paga em até duas parcelas, e uma taxa de inscrição que varia de R$30,00 a R$100,00. Em complemento aos planos Lighte Plus, oferecemos ainda a contratação de serviços adicionais e personalizados, tais como day-use, *PersonalTrainers* e aulas avulsas.

**Proposta de valor com foco no Cliente**

Acreditamos que um dos principais pilares de nossa cultura é o foco no cliente e nas experiências do ecossistema da Selfit. Nossas unidades e nosso modelo de negócios buscam proporcionar cada vez mais umaexperiência única e relevante aos nossos clientes. Para isso, promovemos iniciativas e parcerias que geram valor ainda maior ao principal negócio da Selfit.

Promovemos diversas iniciativas, atividades e programações em grupo que buscam consistentemente aumentar a satisfação de nossos clientes, dentre as quais atividades colaborativas e serviços complementaresem um portfólio com mais de 300 aulas mensais *Self-Move*, treinamentos funcionais e circuitos dinâmicos emgrupo, treinamentos de alta intensidade intervalados (HIIT) e estúdios de ciclismo com aulas diárias em todasas nossas unidades. Com o objetivo de tornar essa experiência ainda mais inclusiva, temos parcerias na formade planos corporativos e/ou exclusivos com empresas de telecomunicações, varejistas e instituições financeiras, oferecendo benefícios aos nossos clientes na compra de serviços e produtos de psicologia, alimentação, telefonia, dentre outros.

Tais iniciativas e parcerias somadas à modernidade de nossas unidades, que contam na sua maioria com totens para a contratação de aulas avulsas e sem recepções físicas, têm contribuído para aumentar consistentemente o nível de satisfação de nossos clientes e o aprimoramento do nosso ecossistema. Somentenos últimos quatro anos, tivemos um salto em nosso NPS de 27 pontos para 61 pontos, um aumento de 126% (período compreendido entre dezembro de 2017 e setembro de 2021). Adicionalmente, possuímos o Selo RA1000 da plataforma Reclame Aqui pela nossa posição de destaque frente aos nossos principais competidores, atingindo nota de 8,8 em outubro de 2021.

## Oportunidade no Mercado Fitness Brasileiro

IHRSA Global Report 2020

Atualmente o Brasil é o segundo país com o maior número de academias no mundo e o terceiro maior em termos de faturamento. Apesar disso, acreditamos que o mercado brasileiro de academias ainda apresenta alto potencial de crescimento. Com uma das maiores populações mundiais, o Brasil possui não somente um grande mercado endereçável, mas também uma das menores taxas de penetração de clientes de academiasfrente a outras economias. A penetração do mercado fitness no Brasil era de 4,9% em 2019, uma taxa consideravelmente inferior às taxas de mercados mais maduros como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, cujas taxas são de 21,2%, 16,7%, e 15,6%, respectivamente.[2] Além disso, grande parte dessa oportunidade se deve ao sistema polarizado de academias que se desenvolveu nacionalmente ao longo dos anos.

Historicamente, as academias brasileiras, em grande parte, foram desenvolvidas para atender um nicho premium do mercado no eixo Sul-Sudeste ou eram constituídas por academiais locais de baixo valor agregado e alto valor de mensalidade quando comparado ao nosso modelo de negócio, contribuindo para um mercadoaltamente fragmentado, pouco explorado e com baixo foco no cliente.

Ao longo de nossa trajetória, entendemos que o mercado fitness brasileiro é carente de academias *value-for-money*, segmento que oferece acesso a academias de ponta, com alto valor agregado e de baixo custo. Comisso, crescemos nos últimos 9 anos e nos tornamos um dos principais players no segmento, que tem crescidode forma acelerada não somente no Brasil, mas também em outros mercados globalmente, como no Reino Unido, cujo total de clientes saltou de 4,0% em 2011 para 37,9% em 2018, um aumento de quase 10 vezes.[3]

Por fim, reforçamos nossa crença da escalabilidade do nosso modelo de negócios e nossa posição estratégicapara alavancar o crescimento e a maturação do mercado fitness brasileiro com academias de qualidade a preços competitivo e acessíveis.

---

2 De acordo com o IHRSA Global Report 2020.
3 De acordo com o State of the UK Fitness Industry Report 2011 e 2018; considera somente setor privado.

**Estratégia de Crescimento**

Tendo passado por forte crescimento ao longo dos últimos anos, buscamos expandir ainda mais nossa presença com o objetivo de consolidarmos nossa posição como uma das principais academias no segmento *value-for-money* na América Latina. As regiões em que atuamos apresentam inúmeras oportunidades de adensamento das nossas operações, assim como de expansão para geografias ainda não acessadas ou pouco exploradas pela nossa rede. Com um amplo mercado ainda a ser explorado e um modelo de negócios comprovado e rentável, estruturamos nossa estratégia de crescimento em quatro principais pilares, sendo eles:

**(a) Crescimento orgânico:** atualmente enxergamos avenidas de crescimento em todas as regiões do Brasil e possuímos um pipeline robusto de unidades a serem abertas. Identificamos um elevado potencial de crescimento da nossa marca em estados que já atuamos, uma vez que existem diversas oportunidades de adensamento de nossas academias na região. Muitas das cidades no Nordeste, porexemplo, são carentes em academias com estruturas e equipamentos modernos e modalidades variadas a preços acessíveis e competitivos. As aberturas de nossas unidades na região se demonstram cases de sucesso, com clientes aderindo aos planos de matrícula de forma acelerada e, na maioria dasvezes, lotando nossos eventos de inauguração de novas unidades. Pretendemos ainda explorar igualmente a expansão de nossa presença nas demais regiões do Brasil que ainda carecem de academias no formato oferecido pela Selfit.

| | População | Potencial Value-for-money | Unidades existentes | Potencial inexplorado |
|---|---|---|---|---|
| Nordeste | 57,7mm | 673 unidades | 128 unidades | 545 novas localidades |
| Norte | 18,9mm | 221 unidades | 17 unidades | 204 novas localidades |
| Centro-Oeste | 16,7mm | 195 unidades | 57 unidades | 138 novas localidades |
| Sudeste | 89,6mm | 1,045 unidades | 486 unidades | 559 novas localidades |
| Sul | 30,4mm | 355 unidades | 63 unidades | 292 novas localidades |
| **Total** | **213,3mm** | **2,489 unidades** | **751 unidades** | **1,738 novas localidades** |

**(b) Aquisições:** o mercado fitness brasileiro apresenta não somente diversas avenidas de crescimento orgânico, mas também múltiplas oportunidades de aquisições que monitoramos constantemente, principalmente no contexto da recente pandemia e a dificuldade de várias academias independentes em conseguirem manter seu negócio. A partir do nosso segmento de atuação e do nosso modelo de negócios, frequentemente competimos com academias locais de baixa escala, mas grande penetraçãoem suas respectivas geografias. Na maioria das vezes, tais academias apresentam ampla margem demelhorias operacionais e expansão do leque de ofertas de serviços e produtos. Atualmente temos mapeadas 47 oportunidades de aquisições para expandirmos as operações em localidades que apresentam base de clientes relevante com potencial de maturação e desenvolvimento.

**(c) Fitness Digital:** a pandemia do COVID-19 trouxe grandes desafios para o mercado fitness globalmente, o que não foi diferente no Brasil. Nossas operações foram impactadas em 2020, principalmente no segundo trimestre do ano, período em que nenhuma unidade de nossa rede pode operar por questões regulatórias (lockdown). Em meio ao cenário extremamente desafiador para todonosso mercado, priorizamos o avanço da agenda de fitness digital e nos modernizamos com a aquisiçãoda plataforma WeBurn, uma das líderes do segmento no país. Desde então nossa plataforma de fitness digital se demonstrou um pilar essencial de nossas operações e é atualmente uma vertente com elevado potencial de crescimento. Em termos de penetração, o segmento de fitness digital se encontra em estágios ainda iniciais de desenvolvimento, uma vez que a taxa de penetração da modalidade no Brasil é de somente 1,9% do mercado fitness total – comparativamente os Estados Unidos, cuja taxade penetração aproxima-se de 10,0% do total. Atualmente as unidades Selfit e a plataforma WeBurn oferecem serviços de forma segregada e independentes conforme mencionado, apesar de enxergamos grande potencial de sinergias comerciais que podem alavancar ainda mais a estratégia de crescimentoda Selfit.

**(d) Modelo de franquias:** recentemente começamos a explorar nosso canal de franquias, que ainda estáem estágios iniciais de desenvolvimento. Quando comparada aos demais players no setor, a Selfit possui um extenso caminho a ser explorado no segmento de franquias uma vez que atualmente possuímos 6 contratos assinados com estimativa para início das operações ainda em 2022. O modelo de franquias apresenta grande potencial de contribuição para a expansão de nossa rede de forma ordenada e estruturada, permitindo com que franqueados contribuam integralmente para a nossa estratégia de crescimento.

**NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS**

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

***Proposta de valor diferenciada com foco em um segmento de mercado com alto potencial de crescimento***

Somos uma das maiores redes de academias, com presença em um mercado atraente, com elevado potencialde crescimento e ainda altamente fragmentado. Oferecemos aos nossos clientes uma proposta de valor diferenciada, com unidades e equipamentos modernos e serviços fitness nas mais variadas modalidades, deforma acessível e competitiva. Operamos em um nicho de mercado ainda pouco explorado no Brasil e oferecemos diversas modalidades distintas, que vai além do que é oferecido por nossos principais competidores. Atingimos mais de 14 estados no Brasil com 65 unidades bem localizadas e com prestação deserviço de alto valor agregado. Nossos serviços são direcionados e planejados para todos os públicos e comfoco no cliente, prova disso é uma das maiores taxas de participação de mulheres na base de clientes do mercado, notas de Reclame Aqui e NPS consideravelmente superiores às de nossos principais competidores e principais players globais de referência.

***Modelo De Negócios Altamente Escalável E Com Múltiplas Avenidas De Crescimento A Serem Exploradas***

Nosso modelo de negócios é altamente escalável, com forte crescimento desde a nossa fundação e com múltiplas avenidas adicionais de crescimento a serem exploradas. Adotamos com um modelo de unidades próprias e franquias, sendo que a Selfit conta atualmente com 65 unidades próprias e possuí 6 contratos de franquia já assinados. A expansão da nossa base de clientes se deve tanto pela maturação de unidades já existentes quanto pela abertura de novas unidades. Com um grande mercado endereçável, nosso negócio se demonstra altamente escalável sendo que o número de unidades em operação cresceu em mais de 15 vezes somente nos últimos 4 anos[4], considerando o período pré-pandemia. Apesar do modelo de franquias ainda ser recente na Selfit, enxergamos a alta capacidade de contribuição dos franqueados para a expansão da Selfit. Por meio de nosso canal digital WeBurn rompemos qualquer tipo de barreira física inerente ao nosso principal negócio e garantimos acesso a treinamentos para clientes de qualquer região do Brasil a qualquer horário do dia. A combinação entre nossos canais físicos e a WeBurn contribui para a escalabilidade dos nossos negócios, ampliando nossas fronteiras de atuação.

***Infraestrutura Moderna Das Unidades Selfit Com Ambientes Planejados E Equipados Para A Realização De Uma Gama De Modalidades***

As unidades da rede de academias Selfit possuem infraestrutura moderna e com ambientes planejados para a execução apropriada das diversas modalidades oferecidas, garantindo otimização dos espaços e contribuindo para melhor experiência do cliente. Nossas unidades contam com entradas modernas, sem recepções físicas e ambientes planejados e equipados para atender as demandas específicas das diversas modalidades de aulas e treinamentos oferecidos. A infraestrutura e o design de nossas unidades visam promover maior organização, sem que haja a necessidade de compartilhamento dos ambientes para realização de aulas ou atividades variadas, o que poderia resultar em perda de eficiência e perda da qualidade do serviço oferecido. Nossas unidades são organizadas de forma que todos os ambientes garantam visibilidade externa e interna para os demais ambientes das academias, criando forte apelo para a contratação do plano mais completo (Plus), que permite o acesso ilimitado às aulas e atividades em grupo. Os clientes do plano Light, com acesso limitado às áreas de musculação e cardiovascular, enxergam as demais aulas e ambientes oferecidos, criando um forte estímulo para up-sell e contratação do plano superior, que possui baixíssimo custo adicional ao cliente (entre R$10,00 e R$30,00, dependendo da unidade de matrícula). O design de nossas academias portanto se demonstra parte importante não somente da proposta de valor que oferecemos, mas também cria oportunidades relevantes de up-sell de nossos planos.

***Integração Com O Serviço De Fitness Digital***

Operamos por meio de um ecossistema omnicanal que permite a integração de nossa rede de academias físicas com o serviço de fitness digital WeBurn. Entendemos que essa integração é um elemento fundamental que garante uma vantagem competitiva tanto pelas sinergias comerciais quanto para experiência do nosso cliente. Por meio dessa integração digital, conseguimos garantir acesso às atividades e exercícios fitness de qualquer região do país em qualquer horário do dia, além de potencial para explorarmos oportunidades comerciais e de marketing entre as plataformas.

***Pontos Fracos, Obstáculos E Ameaças***

Dentre os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Selfit, nossos negócios e condição financeira estão relacionados a concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide, neste Sumário, a seção “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia”, e no Formulário de Referência, os itens 4.1 e 4.2.

[4] Considera o período pré-pandemia entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019.

## EVENTOS RECENTES

*Desdobramento de ações*

Em 10 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção 5:1, sem a alteração do capital social da Companhia. Exceto por este desdobramento, não foram realizados grupamentos, desdobramentos ou bonificações de ações pela Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente. Para informações adicionais referentes ao desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o item "17.3. Informações sobre Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações" do Formulário de Referência da Companhia.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A sede da Companhia está localizada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, Sala 1.901, CEP 51110-000. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o Sr. Vinícius Vilaça Bezerra Mendonça. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (81) 3036-5757 e o endereço eletrônico é ri@selfitacademias.com.br.

## PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que nos afetam, nos termos do artigo 40, parágrafo 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 71 deste Prospecto, e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 443 deste Prospecto.

***A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19) teve e pode continuar a ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.***

A declaração da pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui academias, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, academias, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos, medidas essas que influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores.

Em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais (incluindo *lockdown* em algumas localidades), em março de 2020, a administração da Companhia fechou temporariamente, por tempo indeterminado, todas as suas academias, as quais, ainda que reabertas em 2020, parte delas foram novamente fechadas no início de 2021, em algumas localidades, em virtude da nova onda de contaminações, o que impactou de maneira adversa os resultados da Companhia. A Companhia não pode garantir que as academias que voltaram a operar não serão novamente fechadas em razão da pandemia da COVID-19, nem que a Companhia não será obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

As academias reabertas adotaram um protocolo de operação com base em normas e/ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais locais, com restrições à operação que podem incluir, de acordo com a localidade, horário de funcionamento reduzido, número máximo de usuários simultâneos e de usuários em determinadas atividades, entre outras limitações. Tais restrições podem ter um efeito adverso na atratividade dos serviços oferecidos pela Companhia. A Companhia não pode garantir quando as academias voltarão a operar sem restrições relacionadas à pandemia, nem que a Companhia não será obrigada a adotar restrições adicionais na operação em razão da mencionada pandemia.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em menor atividade comercial, durante e até mesmo depois da pandemia da COVID-19, além do receio dos clientes de adoecerem ou de frequentarem academias, o que tem potencial para diminuir a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia. Como resultado, a pandemia provocada pelo novo coronavírus poderá afetar negativamente as receitas e lucros da Companhia.

Caso a pandemia da COVID-19 volte a se agravar ou novas ondas da doença se disseminem globalmente, e em particular pelo Brasil, a Companhia pode enfrentar novamente a obrigação de fechamento de espaços públicos e outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as suas academias, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Nesse caso, a Companhia não pode garantir que as providências que têm tomado e que deverá tomar serão suficientes para impedir um impacto negativo em seus negócios.

Após o fim da pandemia da COVID-19, a Companhia e suas controladas poderão continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil que ocorreu ou possa vir a ocorrer.

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, devido às obrigações de adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Ainda, há o risco de sua responsabilização por eventual reconhecimento de doença ocupacional. Contudo, por ser um risco epidemiológico, a Companhia não pode assegurar que seus empregados não sejam contaminados, afetando as operações da Companhia.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos aqui discutidos no Formulário de Referência.

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 do Formulário de Referência.

***A Companhia pode vir a enfrentar dificuldades na abertura e no desenvolvimento das suas unidades.***

O crescimento da Companhia está diretamente ligado à sua capacidade de abrir novas unidades, desenvolver as unidades existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios com sucesso. A sua capacidade de abrir novas unidades e desenvolver as unidades existentes com êxito depende de vários fatores. Esses fatores incluem, entre outros, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamento em termos aceitáveis, além da sua capacidade de identificar locais apropriados para novas unidades, o que envolve a coleta e análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para os seus serviços nos locais relevantes, bem como a aquisição de pontos comerciais ou a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis e a execução de obras civis de adequação do imóvel em questão. A incapacidade da Companhia de cumprir de forma efetiva todos os fatores necessários para a abertura de novas unidades e desenvolvimento das unidades existentes pode limitar seu crescimento e a rentabilidade de suas unidades, e ocasionar um efeito adverso em suas operações.

A legislação referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, podem vir a restringir a destinação, construção ou revitalização dos imóveis em que a Companhia deseja operar ou opera suas academias. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as suas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de suas unidades existentes ou de unidades em processo de construção ou planejamento, podem afetar negativamente a capacidade da Companhia de abrir novas unidades ou renovar, relocalizar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possui operações e, consequentemente, afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Além disso, se os clientes nos mercados em que a Companhia tiver a possibilidade de expandir ou construir unidades com um eventual novo formato não forem receptivos aos seus conceitos ou, de outra forma, não forem receptivos à sua presença, a Companhia poderá sofrer efeitos adversos relevantes.

***Se a Companhia não conseguir atrair, desenvolver e reter colaboradores compromissados com a sua cultura e suas marcas, suas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas orientadas por resultados estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair, desenvolver e reter colaboradores compromissados com sua cultura e suas marcas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, o que pode afetar adversamente seus negócios.

Na medida em que, dentre outros fatores, a Companhia expande seus negócios para diferentes localidades no Brasil, pode ser incapaz de identificar, contratar, desenvolver e manter trabalhando com ela um número suficiente de colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas, os quais estejam compromissados com sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar na redução da qualidade de atendimento ao cliente, e consequentemente em um enfraquecimento das suas marcas. A Companhia entende que a manutenção de sua cultura organizacional e as suas marcas são cruciais para seus planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e a imagem positiva de suas marcas pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de administrar seu crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.***

Para administrar o crescimento de suas atividades em mercados atuais ou em novos mercados de forma efetiva e integrada, a Companhia deve implementar, gerir e aprimorar a expansão dos sistemas operacionais, procedimentos, processos e controles internos de forma oportuna e eficaz. Caso a Companhia não implemente de forma oportuna e eficaz, poderá não ser capaz de operar seus negócios de forma efetiva, manter seus clientes ou funcionários e/ou realizar negócios.

Ademais, a Companhia não pode assegurar que estima, qualitativa ou quantitativamente, de forma correta, os custos e riscos associados à sua expansão, ou que os seus sistemas, procedimentos, processos de negócios e controles gerenciais são e serão suficientes para suportar suas operações atuais ou a expansão de suas operações, incluindo a expansão para novos países e novos segmentos do mercado de atuação.

Caso a Companhia não seja capaz de gerenciar com sucesso seu processo de expansão, ou de manter ou aumentar seus níveis de crescimento, seus negócios, resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

***Pode haver impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais e/ou não celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições satisfatórias. Ademais, a Companhia pode vir a pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às unidades que decidir fechar.***

Em 30 de setembro de 2021, todos os imóveis em que se localizam as academias da Companhia eram alugados, sublocados ou ocupados por meio de permissão, concessão e/ou cessão de uso. Todos os contratos de locação foram firmados com terceiros que não são partes relacionadas a Companhia. Os contratos que regulam a ocupação de nossas unidades têm prazos que variam entre 5 e 10 anos da respectiva assinatura, podendo ser renovados amigavelmente ou, compulsoriamente por meio de ação judicial renovatória. A Companhia não pode assegurar que conseguirá alugar todos os imóveis nos quais tem interesse, renovar todos os seus contratos de locação ou celebrar novos contratos de locação em condições satisfatórias. Dado que a localização dos imóveis da Companhia representa um fator importante de sua estratégia de negócios, caso uma quantidade significativa de locações já contratadas não seja renovada ou caso novos contratos de locação não sejam celebrados em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia decida fechar suas unidades, por qualquer motivo, poderá ter que pagar multas contratuais pela rescisão de contratos de locação, o que poderá afetar adversamente seus negócios.

No caso das sublocações, caso o contrato de locação que originou a sublocação venha a ser rescindido, a sublocação será automaticamente rescindida e a Companhia poderá ser obrigada a desocupar o imóvel.

Ademais, a Companhia apenas registra e averba parte de seus contratos de locação nas matrículas dos imóveis. No que tange os contratos não registrados ou averbados nas respectivas matrículas imobiliárias, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender a terceiros os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, a Companhia não poderá opor aos compradores a manutenção da vigência de nossos contratos, bem como não terá o direito de adjudicar judicialmente o imóvel no caso do comprador aliená-lo a terceiros e não respeitar nosso direito de preferência, que poderá afetar adversamente a Companhia.

Parte dos contratos de sublocação firmados pela Companhia não possuem cláusula de direito de preferência para aquisição do imóvel no caso de eventual venda, promessa de venda ou cessão do imóvel locado. Desse modo, a Companhia pode não ser capaz de garantir que o contrato de locação a ser eventualmente firmado com o novo proprietário tenha os mesmos termos de condições do contrato atualmente vigente ou, ainda, garantir que um novo contrato de locação será celebrado com o novo proprietário, o que pode impactar os negócios da Companhia.

## SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 18 e 71, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

| | |
|---|---|
| **Ações** | Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta. |
| **Ações Adicionais** | Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até **[•]** ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia. |
| **Ações da Oferta de Varejo** | Montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva. |
| **Ações do Lote Suplementar** | Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até **[•]** ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar. |

| | |
|---|---|
| **Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta** | Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto. |
| **Agente Estabilizador ou Bradesco BBI** | Banco Bradesco BBI S.A. |
| **Agentes de Colocação Internacional** | UBS Securities LLC e Bradesco Securities, Inc., considerados em conjunto. |
| **Anúncio de Encerramento** | Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto. |
| **Anúncio de Início** | Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão do Self It Academias Holding S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto. |
| **Anúncio de Retificação** | Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto. |

| | |
|---|---|
| **Aprovações Societárias** | A abertura de capital da Companhia, a sua listagem na B3, a admissão das ações à negociação no Novo Mercado e a realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu e Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2021, cuja ata foi registrada perante a JUCEPE, sob o nº [•], em [•] de [•] de [2021], e publicada no DOEPE e no jornal "Folha de Pernambuco" em [•] de [•] de 2021.<br><br>O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado no Estatuto Social da Companhia, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPE e publicada no jornal "Folha de Pernambuco" na data de divulgação do Anúncio de Início e no DOEPE no dia útil subsequente. |
| **Aviso ao Mercado** | Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2022 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto. |
| **Contrato de Distribuição** | Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3. |
| **Contrato de Colocação Internacional** | *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional. |
| **Contrato de Empréstimo** | Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora. |

| | |
|---|---|
| **Contrato de Estabilização** | Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. |
| **Coordenador Líder** | UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| **Coordenadores da Oferta** | Coordenador Líder, Agente Estabilizador e Bradesco BBI, em conjunto. |
| **Corretora** | Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| **Cronograma Tentativo da Oferta** | Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta", na página 66 deste Prospecto. |
| **Data de Liquidação** | Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição. |
| **Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar** | Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até dois dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. |
| **Destinação dos Recursos** | A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta da seguinte forma: [•].<br><br>Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 87 deste Prospecto. |
| **Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta** | O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto. |

| | |
|---|---|
| **Estabilização do Preço das Ações** | O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.<br><br>Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério. |
| **Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa** | Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva. |
| **Faixa Indicativa** | Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa. |
| **Fatores de Risco** | Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 18 e 71, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações. |

**Garantia Firme de Liquidação**

Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas pelos investidores que as subscreverem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, celebrados o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferido o registro da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 48 deste Prospecto.

| | |
|---|---|
| **Inadequação da Oferta** | A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações. |
| **Informações Adicionais** | Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 68 deste Prospecto.<br><br>A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em **[•]** de novembro de 2021.<br><br>Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto. |
| **Instituição Financeira Escrituradora das Ações** | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| **Instituições Consorciadas** | Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais. |
| **Instituições Participantes da Oferta** | Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto. |

| | |
|---|---|
| **Investidores de Varejo** | Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo. |
| **Investidores de Varejo Com *Lock-Up*** | Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo. |
| **Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*** | Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo. |
| **Investidores Estrangeiros** | Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act* editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, pela Resolução CVM 13 ou pela Lei 4.131. |
| **Investidores Institucionais** | Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto. |
| **Investidores Institucionais Locais** | Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados Investidores Qualificados ou investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes valores mínimos e máximos de investimento. |

| | |
|---|---|
| **Investidores Não Institucionais** | Investidores de Varejo e os Investidores Private, considerados em conjunto. |
| **Investidores Private** | Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private. |
| **Investidores Private Com *Lock-Up*** | Investidores Private que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta Private. |
| **Investidores Private Sem *Lock-Up*** | Investidores Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta Private. |
| **Investidores Qualificados** | Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM 30. |
| ***Lock-up* da Oferta de Varejo** | Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. |

| | |
|---|---|
| ***Lock-up* da Oferta Private** | Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. |
| **Negociação na B3** | As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à realização da Oferta. |
| **Oferta** | A distribuição primária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. |
| **Oferta de Varejo** | Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* e Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, consideradas em conjunto. |
| **Oferta de Varejo Com *Lock-Up*** | O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-Up*. |
| **Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*** | O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*. |

| | |
|---|---|
| **Oferta Institucional** | Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*. |
| **Oferta Não Institucional** | Oferta de Varejo e Oferta Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva. |
| **Oferta Private** | Oferta Private Com *Lock-Up* e Oferta Private Sem *Lock-Up*, consideradas em conjunto. |
| **Oferta Private Com *Lock-Up*** | O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-Up*. |
| **Oferta Private Sem *Lock-Up*** | O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-Up*. |
| **Opção de Ações do Lote Suplementar** | Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. |

| | |
|---|---|
| **Pedido de Reserva** | Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso. |
| **Período de *Lock-Up*** | Período de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que a Companhia, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*. |
| **Período de Reserva** | Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais. |
| **Período de Reserva para Pessoas Vinculadas** | Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas. |

| | |
|---|---|
| **Pessoas Vinculadas** | Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados. |
| **Prazo de Distribuição** | O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro. |
| **Preço por Ação** | No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito na página 43 deste Prospecto.** |

**Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva", na página 74 deste Prospecto.**

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

**A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 73 deste Prospecto.**

**Procedimento de *Bookbuilding***

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20]% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 73 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. **Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", neste Prospecto.**

**Público Alvo da Oferta**

Investidores de Varejo, Investidores Private e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

**Rateio da Oferta de Varejo**

Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.

| | |
|---|---|
| **Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*** | Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| **Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*** | Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| **Rateio da Oferta Private** | Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto. |
| **Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up*** | Rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-Up* a que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| **Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*** | Rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| **Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)** | [A Companhia, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).] |

| | |
|---|---|
| | As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]<br><br>A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. |
| **Termo de Aceitação** | Documento de aceitação da Oferta aplicável aos Investidores Institucionais não contemplados pela dispensa prevista na Resolução CVM 27 no âmbito da Oferta Institucional. |
| **Valor Total da Oferta** | R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. |
| **Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo** | O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo. |
| **Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private** | O valor de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 por Investidor Private. |
| **Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*** | Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas às Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*). |
| **Veracidade das Informações** | A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 185. |

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$[•], totalmente subscrito e integralizado, representado por [•] ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até [•], por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| | **Composição Atual** | | **Composição Após a Oferta** | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **[•]** | **[•]** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | **Composição Atual** | | **Composição Após a Oferta** | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **[•]** | **[•]** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| | **Composição Atual** | | **Composição Após a Oferta** | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **[•]** | **[•]** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| | Composição Atual | | Composição Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Espécie e Classe das Ações** | **Quantidade** | **Valor** | **Quantidade** | **Valor[(1)(2)]** |
| | | *(em R$)* | | *(em R$)* |
| Ordinárias | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **[•]** | **[•]** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

## Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Administradores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Administradores | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Ações em circulação | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **100,00** | **[•]** | **100,00** |

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Administradores | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Ações em circulação | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **100,00** | **[•]** | **100,00** |

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Administradores | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Ações em circulação | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **100,00** | **[•]** | **100,00** |

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| | Antes da Oferta | | Após a Oferta | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **%** | **Ações Ordinárias** | **%** |
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Administradores | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Ações em circulação | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total** | **[•]** | **100,00** | **[•]** | **100,00** |

**Descrição da Oferta**

A Oferta consistirá na distribuição pública primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da *Rule* 144A do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil.

**Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3**

A Companhia, solicitou à B3 a sua adesão ao segmento especial de negociação da B3 denominado "Novo Mercado" ("**Novo Mercado**"), que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, cujo deferimento estará condicionado à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]".

A Companhia celebrará o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

**Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 443 deste Prospecto.**

**Aprovações Societárias**

A abertura de capital da Companhia, o protocolo do pedido do registro da Oferta perante a CVM, a listagem da Companhia na B3, a admissão das ações de emissão da Companhia à negociação no Novo Mercado e a realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2021, cuja ata foi registrada perante a JUCEPE, sob o nº [•], em [•] de [•] de [2021], e publicada no DOEPE e no jornal "Folha de Pernambuco" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPE e publicada no jornal "Folha de Pernambuco" na data de divulgação do Anúncio de Início e no DOEPE no dia útil subsequente.

**Instituições Participantes da Oferta**

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar seus esforços de colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

**Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia"], na página 76 deste Prospecto.**

**A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 73 deste Prospecto.**

**Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta**

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*); ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações das sociedades se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos 12 doze meses.

## Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma*", na página 77 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| Comissões e Despesas | Valor total[1] | % em relação ao Valor Total da Oferta | Custo unitário por Ação |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta** | | | |
| Comissão de Coordenação[2] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Colocação[3] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Garantia Firme[4] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Incentivo[5] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Comissões** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Despesas da Oferta[6]** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na CVM | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na B3 | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| Despesas com Advogados[7] | [•] | [•]% | [•] |
| Despesas com Auditores Independentes | [•] | [•]% | [•] |
| Outras Despesas[8] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Outras Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| Comissões e Despesas | Valor total[1] | % em relação ao Valor Total da Oferta | Custo unitário por Ação |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta** | | | |
| Comissão de Coordenação[2] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Colocação[3] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Garantia Firme[4] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Incentivo[5] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Comissões** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Despesas da Oferta[6]** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na CVM | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na B3 | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| Despesas com Advogados[7] | [•] | [•]% | [•] |
| Despesas com Auditores Independentes | [•] | [•]% | [•] |
| Outras Despesas[8] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Outras Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

| Comissões e Despesas | Valor total[1] | % em relação ao Valor Total da Oferta | Custo unitário por Ação |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta** | | | |
| Comissão de Coordenação[2] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Colocação[3] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Garantia Firme[4] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Incentivo[5] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Comissões** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Despesas da Oferta[6]** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na CVM | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na B3 | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| Despesas com Advogados[7] | [•] | [•]% | [•] |
| Despesas com Auditores Independentes | [•] | [•]% | [•] |
| Outras Despesas[8] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Outras Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

| Comissões e Despesas | Valor total[1] | % em relação ao Valor Total da Oferta | Custo unitário por Ação |
|---|---|---|---|
| | *(R$)* | | *(R$)* |
| **Comissões da Oferta** | | | |
| Comissão de Coordenação[2] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Colocação[3] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Garantia Firme[4] | [•] | [•]% | [•] |
| Comissão de Incentivo[5] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Comissões** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Despesas da Oferta[6]** | | | |
| Impostos, Taxa e Outras Retenções | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na CVM | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na B3 | [•] | [•]% | [•] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Despesas com Taxas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| Despesas com Advogados[7] | [•] | [•]% | [•] |
| Despesas com Auditores Independentes | [•] | [•]% | [•] |
| Outras Despesas[8] | [•] | [•]% | [•] |
| **Total de Outras Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |
| **Total de Comissões e Despesas** | **[•]** | **[•]%** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

### Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

**Características das Ações**

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores alienantes da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, bem como no Estatuto Social, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM, observados os requisitos previstos nas normas legais e no Regulamento do Novo Mercado;

(e) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

**Público Alvo da Oferta**

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores do Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

**Procedimento da Oferta**

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, categoria "A", pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a listagem da Companhia na B3 e a admissão das Ações à negociação no Novo Mercado, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas abaixo.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, as quais em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) para alocação junto a Investidores Não Institucionais, nos termos do Ofício Circular, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

**Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido do registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.**

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativos a títulos e valores mobiliários incidentes sobre o câmbio ("**IOF/Câmbio**") e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", na página 74 deste Prospecto.**

**Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve nem haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.**

**Oferta Não Institucional**

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever e integralizar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

**Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.**

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

***Oferta Private***

O montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto aos Investidores Private, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-up* ("**Oferta Private Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Com *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, observado que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta Private Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta Private Com *Lock-up* para a Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up* ("**Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta Private Com *Lock-up*, "**Oferta Private**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Com *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*.

A Oferta Private será realizada exclusivamente junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private e o procedimento abaixo descrito.

Os Pedidos de Reserva serão realizados pelos Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, sendo que tais Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta Private Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta Private;

(e) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a integralização por parte do Investidor Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Private o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta Private prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up* poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio Oferta Private Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta Private**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação.

***Lock-up* da Oferta Private**. Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* da Oferta Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta Private e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações –** ***[Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o*** **Lock-up** ***da Oferta Private e o*** **Lock-up** ***da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações"] na página 75 deste Prospecto.***

***Oferta de Varejo***

O montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto aos Investidores de Varejo, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, e o procedimento abaixo descrito.

Os Pedidos de Reserva serão realizados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo;

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a integralização por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta de Varejo**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**. Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas no âmbito da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *[Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações"], na página 75 deste Prospecto.***

**Oferta Institucional**

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes, que não forem colocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e conforme a Resolução CVM 27, a subscrição das Ações por determinados Investidores Institucionais está dispensada da apresentação de documento de aceitação da Oferta.

No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição de Ações deverá ser formalizada mediante preenchimento e entrega, pelo Investidor Institucional ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de termo de aceitação da Oferta ("**Termo de Aceitação**"), o qual foi previamente submetido à CVM e contém (i) as condições de subscrição e de integralização das Ações; (ii) esclarecimento que não será admitida a distribuição parcial da Oferta; (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta; e (iv) declaração de que obteve cópia dos Prospectos. Dessa forma, a subscrição das Ações pelos Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta será formalizada por meio do referido Termo de Aceitação e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Lei 4.131, na Resolução CMN 4.373 ou na Resolução CVM 13.

**Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta**

A Companhia e os Coordenadores da Oferta podem requerer autorização à CVM para a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias relativas à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e/ou pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias.

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação (conforme definido abaixo) ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão da Oferta, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciadas deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciadas a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, até às 14:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação, ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta, conforme aplicável.

**Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do respectivo Pedido de Reserva nos termos deste item, tais Pedidos de Reserva serão considerados válidos e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total do seu investimento.**

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do respectivo Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Distribuição; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda; (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva, em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado e aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento da comunicação, pelo investidor acerca de quaisquer dos eventos acima citados, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

**Prazo de Distribuição**

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com o artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM 400.

**Liquidação**

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da respectiva data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso.

**Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralização, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas pelos investidores que as subscreverem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, celebrados o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, deferidos o registro da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 48 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

| **Coordenadores da Oferta** | **Quantidade de Ações** | **Percentual** |
|---|---|---|
| | | *(%)* |
| Coordenador Líder ..... | [•] | [•]% |
| Bradesco BBI..... | [•] | [•]% |
| **Total .....** | **[•]** | **[•]** |

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

**Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional**

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, por determinados acionistas da Companhia e pelos Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia será obrigada, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 75 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

**Violações de Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas (incluindo lucros cessantes) e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

**Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)**

[A Companhia, determinados acionsitas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"), sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).]

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo Acionista Controlador, após a conclusão da Oferta* e/ou após *o Período de* Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 72 deste Prospecto.**

**Instituição Financeira Escrituradora das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

**Cronograma Tentativo Estimado da Oferta**

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido do registro da Oferta junto à CVM:

| # | Eventos | Data[1] |
|---|---|---|
| **1** | Protocolo do pedido do registro da Oferta junto à CVM | [•] de [•] de 2021 |
| **2** | Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)<br>Disponibilização deste Prospecto<br>Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)<br>Início do Procedimento de *Bookbuilding* | [•] de [•] de 2022 |
| **3** | Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas)<br>Início do Período de Reserva<br>Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | [•] de [•] de 2022 |
| **4** | Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | [•] de [•] de 2022 |
| **5** | Encerramento do Período de Reserva | [•] de [•] de 2022 |
| **6** | Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)<br>Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*<br>Fixação do Preço por Ação<br>Aprovação do Preço por Ação pela Companhia<br>Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta<br>Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar | [•] de [•] de 2022 |
| **7** | Concessão do registro da Oferta pela CVM<br>Divulgação do Anúncio de Início<br>Disponibilização do Prospecto Definitivo | [•] de [•] de 2022 |
| **8** | Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 | [•] de [•] de 2022 |
| **9** | Data de Liquidação | [•] de [•] de 2022 |
| **10** | Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar | [•] de [•] de 2022 |
| **11** | Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar | [•] de [•] de 2022 |
| **12** | Término do *Lock-up* da Oferta de Varejo | [•] de [•] de 2022 |
| **13** | Término do *Lock-up* da Oferta Private | [•] de [•] de 2022 |
| **14** | Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento | [•] de [•] de 2022 |

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição, por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 67 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 62 deste Prospecto.

A Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

**Inadequação da Oferta**

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

**Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta**

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

**COMPANHIA**

https://www.selfitacademias.com.br/investidor (neste *website*, acessar [•]).

**COORDENADORES DA OFERTA**

**UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste website, clicar no título do documento correspondente no subitem "Self It Academias Holding S.A.").

**Banco Bradesco BBI S.A.**

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste website, identificar "Self It Academias Holding S.A." e, posteriormente, escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

**INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

www.gov.br/cvm (neste website, na seção "Pesquisa de Dados" da página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, acessar "Ofertas Públicas de Distribuição", depois, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Self It Academias Holding S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Self It Academias Holding S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

**Informações Adicionais**

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

**É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 18 e 71, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

**COMPANHIA**

**Self It Academias Holding S.A.**
Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901
CEP 51110-000, Recife, PE
At.: Sr. Vinícius Mendonça
Tel.: +55 (81) 3036-5757
https://www.selfitacademias.com.br/investidor (neste website, acessar [•]).

**COORDENADORES DA OFERTA**

**UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.440, 7º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Teodora Barone
Telefone: (11) 2767-6509
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste website, clicar no título do documento correspondente no subitem "Self It Academias Holding S.A.").

**Banco Bradesco BBI S.A.**
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste website, identificar "IPO Self It Academias" e, posteriormente, acessar o link "Prospecto Preliminar").

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.gov.br/cvm (neste website, na seção "Pesquisa de Dados" da página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, acessar "Ofertas Públicas de Distribuição", depois, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Self It Academias Holding S.A.", no qual será disponibilizado o Prospecto Preliminar).

**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Self It Academias Holding S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

**INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2022, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com o a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

**Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro ou isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.**

**Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.**

**O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.**

**LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 18 E 71, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.**

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

*O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 18 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, anexo a este Prospecto.*

*As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 18 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.*

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19 (causada pelo coronavírus), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.***

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

***A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o Período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, determinados acionistas e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional, durante o período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 65 deste Prospecto.

***Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.***

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e boletins de subscrição que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 64 deste Prospecto.

***A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.***

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.***

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

***Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).***

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e boletins de subscrição e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

***Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.***

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 87 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

***Investidores que subscreverem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.***

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 89 deste Prospecto.

***Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.***

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de [•] e [•] dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

***A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.***

A Oferta compreenderá a distribuição primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia será parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia os indenize, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia também faz diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

***Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

***[Após a realização da Oferta, a Companhia continuará a ser controlada pelo Acionista Controlador, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.***

O Acionista Controlador tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o Acionista Controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.]

***A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.***

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*) em operações contratadas com terceiros (desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas), tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400. Tais operações não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido do registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

***A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.***

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com as comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 45 deste Prospecto.]

***O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.***

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional”, na página 63 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais”, na página 68 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 67 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta”, na página 60 deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, “Best Global Investment Bank” e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, “Best M&A Bank” pela Global Finance. O UBS também foi nomeado “Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings” nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, “Most Innovative Bank for M&A” pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como “Best Bank for Swiss Francs", “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria “Bancos” do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

**Bradesco BBI**

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2021 os prêmios “Best Equity Bank and Best Debt Bank da América Latina e Best Investment Bank no Brasil, pela Global Finance.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e Follow-ons que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2021, tendo participado em 99 ofertas, no montante de R$176,314 bilhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 69 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$107,7 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2021, o Bradesco BBI assessorou 19 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$40,3 bilhões.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes (PAs – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs) e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

## RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

### Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 76 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 45 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 45 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

**Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI**

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Self it Academias Holding S.A., CNPJ/ME nº 22.902.694/0001-95, apresenta relação comercial com o Banco Bradesco nas unidades 895 – Trianon-USP, 3380 – Corporate One Berrini e 3453 – Conselheiro Aguiar – URE.

- Self it Academias Holding S.A., CNPJ/ME nº 22.902.694/0001-95, mantem um limite de Cartão de Crédito no valor de R$140.000,00, com um cartão bandeira Amex ativo, com validade até abril de 2023. Tal operação não conta com garantia.

- Self it Academias Holding S.A., na figura das filiais CNPJ/ME nº 22.902.694/0006-08, CNPJ/ME nº 22.902.694/0022-10, CNPJ/ME nº 22.902.694/0029-96, CNPJ/ME nº 22.902.694/0033-72, CNPJ/ME nº 22.902.694/0036-15 e CNPJ/ME nº 22.902.694/0054-05, não apresenta conta corrente ou outro serviço ativo junto ao Banco Bradesco S.A.

- Academia Inteligente Ltda., CNPJ/ME nº 17.180.077/0001-93, apresenta relação comercial com o Banco Bradesco na unidade 1425 – Iguatemi - USA, 3380 – Corporate One Berrini e 3453 – Conselheiro Aguiar – URE. A cia não apresenta serviço ativo junto ao Banco Bradesco S.A.

- Weburn Empreendimentos Digitais S.A., CNPJ/ME nº 26.849.805/0001-06, não apresenta conta corrente ou outro serviço ativo junto ao Banco Bradesco S.A.

- Academia Automação Ltda., CNPJ/ME nº 18.485.351/0001-03, apresenta relação comercial com o Banco Bradesco, através da unidade 3380 – Corporate One Berrini, 3453 – Conselheiro Aguiar – URE e 6344 – Barão de Souza Leão – URE.

- Academia Automação Ltda., CNPJ/ME nº 18.485.351/0001-03, mantem um limite de Cheque Especial, celebrado em 03 de novembro de 2021, com vencimento em 03 de janeiro de 2022, no valor de R$10.000,00, com taxa pre de 15,21% a.m., Tal operação não conta com garantia.

- a Companhia, por meio das filiais Scopa (CNPJ/ME nº 22.902.694/0006-08), localizada em Fortaleza - CE, Parque Shopping Belém (CNPJ/ME nº 22.902.694/0022-10), localizada em Belém - PA, Campolim (CNPJ/ME nº 22.902.694/0029-96), localizada em Sorocaba - SP, Barra Hall (CNPJ/ME nº 22.902.694/0033-72. Localizada em Salvador - BA, Caruaru (CNPJ/ME nº 22.902.694/0036-15), localizada em Caruaru - PE e Parque Shopping Belém (CNPJ/ME nº 22.902.694/0054-05), localizada em Belém - PA, não apresentam conta corrente ou outro serviço ativo junto ao Banco Bradesco S.A.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 76 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 45 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 45 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

### Companhia

**Self It Academias Holding S.A.**
Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901
CEP 51110-000, Recife, PE
At.: Sr. Vinícius Vilaça Bezerra Mendonça
Tel.: +55 (81) 3036-5757
https://www.selfitacademias.com.br/investidor

### Coordenadores da Oferta

**Coordenador Líder**
**UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.440, 7º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Teodora Barone
Tel.: +55 (11) 2767-6509
https://www.ubs.com/br/pt

**Banco Bradesco BBI S.A.**
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/

### Consultores Legais Locais da Companhia

**Pinheiro Neto Advogados**
Rua Hungria, nº 1100
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Guilherme Sampaio Monteiro
Tel.: +55 (11) 3247-8400
https://www.pinheironeto.com.br/

### Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

**Lefosse Advogados**
Rua Tabapuã, nº 1.277, nº 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Prado
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

### Consultores Legais Externos da Companhia

**Simpson Thacher & Bartlett LLP**
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1455
CEP 04544-140, São Paulo, SP
At.: Sr. Grenfel Calheiros
Tel.: +55 (11) 3546-1011
E-mail: gcalheiros@stblaw.com

### Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

**Davis Polk & Wardwell LLP**
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2041
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Maurice Blanco
Tel.: +55 (11) 4871-8402
E-mail: maurice.blanco@davispolk.com

**Auditores Independentes**

| | |
|---|---|
| **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.**<br>Av. República do Líbano, nº 251, sala 2801, 28º andar, Ed. Rio Mar Trade Center, Torre B, Pina<br>CEP 51110-160, Recife, PE<br>At.: Sr. Jonatas Barcelos<br>Tel.: +55 (81) 3464-8100<br>E-mail: jbarcelos@deloitte.com | **BDO RCS Auditores Independentes S.S.**<br>Av. República do Líbano, nº 251, Empresarial Rio Mar Trade Center, Torre 01, sala 2705, Bairro do Pina<br>CEP 51110-160, Recife, PE<br>At.: Sr. Jairo da Rocha Soares<br>Tel.: +55 (81) 3221-2620<br>E-mail: jairo.soares@bdo.com.br |

**Declarações de Veracidade das Informações**

A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 185.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta, serão de aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 45 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta para: (i) plano de expansão orgânico da Companhia; e (ii) oportunidades de aquisições estratégicas.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Base:

| **Destinação** | **Percentual Estimado dos Recursos Líquidos** | **Valor Estimado Líquido[(1)(2)(3)]** |
|---|---|---|
| | | *(em R$)* |
| Plano de expansão orgânico | 70% | [•] |
| Oportunidades de aquisições estratégicas | 30% | [•] |
| **Total** | **100%** | **[•]** |

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Suplementares.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que estejam dentro da política de investimento da Companhia, visando à preservação de seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento ou redução, conforme o caso, de R$[•] mil nos recursos líquidos advindos da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "Capitalização" na página 88 deste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por [empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido] da Companhia em 30 de setembro de 2021, indicando a: (i) situação real em 30 de setembro de 2021; e (ii) posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta, estimados em aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das nossas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 417 deste Prospecto, respectivamente.

| | **Em 30 de setembro de 2021** | |
|---|---|---|
| | **Real** | **Ajustado Pós-Oferta[1]** |
| | *(em milhares de R$)* | |
| Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) ..... | [•] | [•] |
| **Total do Patrimônio Líquido** ..... | **[•]** | **[•]** |
| **Capitalização Total[2]** ..... | **[•]** | **[•]** |

(1) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares), estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Capitalização total corresponde à soma dos [empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e o total do patrimônio líquido].

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2021.

## DILUIÇÃO

*Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.*

Em 30 de setembro de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[•]. O referido valor patrimonial por ação ordinária representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2021. Considerando o Desdobramento, o valor patrimonial por ação seria de R$[•].

Considerando: (i) a emissão das Ações no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significa um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 45 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2021, considerando os impactos da realização da Oferta:

| | **Após a Oferta** |
|---|---|
| | *(em R$, exceto percentagens)* |
| Preço por Ação[1] | [•] |
| Valor Patrimonial Contábil por Ação ordinária em 30 de setembro de 2021 | [•] |
| Valor Patrimonial Contábil por Ação ordinária em 30 de setembro de 2021, considerando o Desdobramento | [•] |
| Valor Patrimonial Contábil por Ação em 30 de setembro de 2021, Ajustado para Refletir o Desdobramento e a Oferta | [•] |
| Aumento do Valor Contábil Patrimonial Líquido por Ação Atribuído à Atual Acionista | [•] |
| Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores[2] | [•] |
| Percentual de diluição dos novos investidores[3] | [•] |

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, a diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 39 deste Prospecto.

### Política de Outorga de Ações

[•].

**Histórico do Preço de Emissão de Ações**

Nos últimos cinco anos, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital:

| Data do Aumento | Natureza da Operação | Valor total da emissão (R$) | Total de Ações Ordinárias/ Preferências | Subscrição/ Capital anterior | Preço de emissão (R$) | Fator cotação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 06/02/2018 | Subscrição particular | 20.235.250,00 | 2.695.423 | 6,43478922 | 7,507263238 | R$ por unidade |
| 25/02/2018 | Subscrição particular | 40.473.710,00 | 4.047.371 | 1,73113168 | 10,00 | R$ por unidade |
| 06/04/2021 | Subscrição particular | 24.213.880,00 | 2.421.388 | 0,37920917 | 10,00 | R$ por unidade |

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do nosso capital social, veja o item "17.2. Aumentos do Capital Social" do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 710 deste Prospecto.

**Histórico de Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações**

Em 10 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção 5:1, sem a alteração do capital social da Companhia. Exceto por este desdobramento, não foram realizados grupamentos, desdobramentos ou bonificações de ações pela Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente. Para informações adicionais referentes ao desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o item "17.3. Informações sobre Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações" do Formulário de Referência da Companhia.

## ANEXOS

| | |
|---|---|
| **ANEXO A** | **ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA** |
| **ANEXO B** | **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021** |
| **ANEXO C** | **MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL** |
| **ANEXO D** | **MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** |
| **ANEXO E** | **MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400** |
| **ANEXO F** | **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021** |
| **ANEXO G** | **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** |
| **ANEXO H** | **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** |
| **ANEXO I** | **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** |
| **ANEXO J** | **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA** |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**
CNPJ/ME nº 22.902.694/0001-95
NIRE 26.30002306-7

# ESTATUTO SOCIAL

## CAPÍTULO I
## DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º.** A **Self It Academias Holding S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**Parágrafo Único.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1502, Pina, CEP 51110-000.

Parágrafo Único. Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) atividades de condicionamento físico (CNAE 9313-1/00); e (ii) a participação em outras sociedades, empresariais ou simples, como acionista ou sócia, controladora ou não controladora (CNAE 6462-0/00 e CNAE 6463-8/00).

**Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

## CAPÍTULO II
## CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5°.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$88.067.504,00 (oitenta e oito milhões, sessenta e sete mil e quinhentos e quatro reais), dividido em 63.790.395 (sessenta e três milhões, setecentas e noventa

mil, trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas terão preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, na proporção de suas respectivas participações, no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação da deliberação relativa à emissão dos referidos valores mobiliários da Companhia.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Primeiro acima, a emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos Artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Parágrafo Terceiro. É vedada a emissão, pela Companhia, de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Quarto. A Companhia estará autorizada a aumentar o capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, a ser ajustado para refletir quaisquer desdobramentos ou grupamentos de ações, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições para emissão de ações correspondente ao referido aumento, incluindo preço, prazo, forma de integralização e demais condições para a emissão de ações, observado o disposto no presente Estatuto Social ("Capital Autorizado").

Parágrafo Quinto. Dentro do limite do Capital Autorizado, a Companhia poderá (i) outorgar opções de compra de ações emissão da Companhia a seus administradores e executivos, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, (ii) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações, e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

**Artigo 6º.** As ações ordinárias são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, se houver, e na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. Em caso de condomínio de ação, caberá ao representante do condomínio o exercício dos direitos relativos à respectiva ação.

Parágrafo Segundo. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Terceiro. O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

**Artigo 7º.** Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela assembleia geral.

## CAPÍTULO III
## ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo facultado a qualquer acionista solicitar ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral para tratar de tema de interesse da Companhia. Nos casos previstos lei, as Assembleias Gerais poderão ser convocadas por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a convocação ser feita nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro acionista indicado pela maioria dos acionistas presentes na Assembleia Geral em questão, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades legais, o Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral com prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência, por meio de comunicação escrita enviada aos acionistas, através de notificação com aviso de recebimento, pessoalmente com protocolo ou por correio eletrônico com comprovante de recebimento aos e-mails expressamente indicados pelos acionistas, e conterá as informações sobre o local, a data e o horário em que a respectiva Assembleia Geral será realizada e a ordem do dia detalhada, bem como qualquer documentação que será utilizada para suportar os assuntos a serem discutidos em tal Assembleia Geral. Em caso de não instalação da Assembleia Geral em primeira convocação, a segunda convocação, nos termos acima, será enviada aos acionistas para realização da respectiva Assembleia Geral, sendo certo que, nesse caso, a Assembleia Geral será realizada, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data de recebimento da segunda convocação.

Parágrafo Quarto. Não será aprovada em Assembleia Geral nenhuma deliberação a respeito de assunto que não esteja expressamente incluído na ordem do dia, conforme disposto no edital de convocação, sob pena da referida deliberação ser considerada nula, exceto se tais deliberações forem aprovadas pelo voto unânime da totalidade dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia.

Parágrafo Quinto. As Assembleias Gerais somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, pelo menos, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número, exceto quando a lei ou este Estatuto Social exija quórum superior.

Parágrafo Sexto. Independentemente das formalidades legais de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Parágrafo Sétimo. É permitido aos acionistas participar das Assembleias Gerais por meio de vídeo conferência, conferência telefônica ou equipamento de comunicação similar, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, sendo que, neste caso, a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver seu presidente da mesa. Os acionistas poderão exercer seus votos por meio de carta, telegrama, fax ou e-mail, com confirmação de recebimento, enviados ao presidente da mesa da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Oitavo. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

**Artigo 9º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco.

**Artigo 10.** Além das demais matérias previstas em lei e em regulamentos aplicáveis, bem como por este Estatuto Social, as matérias a seguir serão de competência da Assembleia Geral:

(i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(ii) alterar o Estatuto Social;

(iii) deliberar, de acordo com proposta apresenta pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(iv) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando e se instalado;

(v) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia e de suas controladas, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, quando e se instalado;

(vi) deliberar sobre transformação de tipo societário ou sobre qualquer incorporação, incorporação de ações, qualquer forma de reorganização societária, fusão, cisão, conferência (*drop down*) de ativos e passivos envolvendo a Companhia;

(vii) aprovar o aumento de capital social da Companhia quando fora do limite do Capital Autorizado, a redução de capital social, bem como a recompra, resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou cancelamento de valores mobiliários, sem prejuízo do disposto no item (viii) deste Artigo;

(viii) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor, sem prejuízo do disposto no item (viii) do Artigo 21 abaixo;

(ix) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, a aquisição de qualquer participação societária ou de títulos de dívida conversíveis;

(x) aprovar a realização de permuta ou dação em pagamento mediante utilização de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria;

(xi) deliberar sobre qualquer procedimento de dissolução, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, pedido ou declaração de falência, liquidação ou extinção, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia;

(xii) aprovar a criação de qualquer plano de opção de compra, participação nos lucros ou plano de remuneração similar destinado aos executivos e empregados da Companhia;

(xiii) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(xiv) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão; e

(xv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Para fins do item (xiii) do *caput*:

(a) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(b) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a Assembleia

Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação; e

(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para os acionistas, membros de seu Conselho de Administração ou Conselho Fiscal (se e quando instalado), ou seus Diretores.

**Artigo 11.** O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto Social ou à acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, se houver, sob pena de responsabilidade pessoal.

**Artigo 12.** As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. As deliberações tomadas em Assembleia Geral, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, poderão ser lavradas sob a forma de ata sumária e publicadas com omissão das assinaturas, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A., que vinculará todos os acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando também os administradores da Companhia.

## CAPÍTULO IV
## ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 13.** A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, com os poderes conferidos pela lei e regulamentos aplicáveis e por este Estatuto Social, sendo que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado nos livros de atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. A posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando e se instalado) sujeita-se, ainda, à assinatura de termo

de adesão às políticas internas da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Artigo 14.** Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu impedimento.

**Artigo 15.** Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia (se houver), e não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos de administração em violação ao disposto em acordo de acionistas (se houver).

**Artigo 16.** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição individual.

## CAPÍTULO V
## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 17.** O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. A Assembleia Geral não elegerá suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo Terceiro. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número imediatamente superior.

Parágrafo Quarto. O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, se: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo.

Parágrafo Quinto. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo Sexto. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o membro ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração, exceto quando o impedimento temporário for em razão de conflito de interesses, situação na qual o conselheiro temporariamente impedido não poderá se fazer representar por outro membro do Conselho de Administração.

Parágrafo Sétimo. Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o substituto será nomeado pelos membros remanescentes. O novo conselheiro nomeado servirá até a primeira Assembleia Geral, a qual deverá eleger um novo membro para o cargo vago, de maneira a completar o prazo de gestão do substituído. Na hipótese de vacância permanente do Presidente do Conselho de Administração, o Conselho de Administração se reunirá em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração.

**Artigo 18.** O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, na 2ª quinzena de cada mês, no horário e no local determinados pelo Presidente do Conselho

de Administração. O Conselho de Administração também se reunirá de forma extraordinária sempre que qualquer matéria de competência do Conselho de Administração tenha que ser discutida.

Parágrafo Primeiro. É permitido aos membros do Conselho de Administração participar das reuniões por meio de vídeo conferência, conferência telefônica ou equipamento de comunicação similar, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da mesa da respectiva reunião. Os membros do Conselho de Administração poderão exercer seus votos por meio de carta, telegrama, fax ou e-mail, com confirmação de recebimento, enviados ao presidente da reunião em questão.

Parágrafo Segundo. Ao término da reunião do Conselho de Administração, deverá ser lavrada uma ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 19.** O Presidente do Conselho de Administração deverá convocar todas as reuniões por iniciativa própria ou mediante solicitação por escrito de qualquer membro do Conselho de Administração, por meio de notificação escrita entregue a cada membro do Conselho de Administração, com aviso de recebimento e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, (a) em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 5 (cinco) de seus membros; e (b) em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 4 (quatro) de seus membros.

Parágrafo Segundo. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros por si ou que tenham nomeado outro membro do Conselho de Administração para votar em seu nome.

Parágrafo Terceiro. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do

Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Quarto. Não será aprovada nenhuma deliberação a respeito de assunto que não esteja expressamente incluído na ordem do dia, conforme declarado no edital de convocação, sob pena de ser considerada nula, exceto as deliberações que forem aprovadas pelo voto unânime da totalidade dos conselheiros representando 100% (cem por cento) do Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 20.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes, salvo nas hipóteses de quórum qualificado conforme disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, se houver.

Parágrafo Primeiro. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. O Presidente do Conselho de Administração terá voto de desempate em qualquer reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que esteja devidamente arquivado na sede da Companhia (se houver), conforme disposto no Artigo 118 da Lei das S.A..

**Artigo 21.** Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração deliberar acerca das matérias listadas abaixo:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;

(ii) aprovar e rever o Plano de Negócios, do Orçamento Anual, planejamento comercial e operacional anual da Companhia, bem como as diretrizes de gestão operacional da Companhia, conforme preparados e recomendados pela Diretoria, e suas modificações relevantes;

(iii) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (a) divulgação de informações e negociação com valores

mobiliários, (b) gerenciamento de riscos, (c) transações com partes relacionadas e gerenciamento de conflitos de interesses, (d) remuneração de administradores, e (e) indicação de administradores, bem como quaisquer outras políticas corporativas, bem como aprovar seu próprio regimento interno, o regimento interno da Diretoria, se houver, e os regimentos internos dos comitês de assessoramento;

(iv) fiscalizar a gestão dos administradores da Companhia e de suas controladas, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

(v) autorizar a emissão de ações da Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(vi) dentro do limite do Capital Autorizado, (a) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos executivos e empregados da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(vii) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(viii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do Capital Autorizado, sobre (a) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de

reembolso, se houver, e (b) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(ix) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como definir suas atribuições e fixar a suas respectivas remunerações, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(x) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xi) aprovar assunção de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade que vincule a Companhia;

(xii) apreciar e se manifestar a respeito do relatório da administração, das contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(xiii) aprovar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, a implementação ou alteração de planos de incentivo de remuneração de longo prazo para executivos e empregados da Companhia, bem como aprovar as respectivas outorgas;

(xiv) escolher ou substituir o auditor independente da Companhia, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(xv) aprovar a constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures, bem como a criação de quaisquer parcerias, consórcios, joint ventures ou associações similares relevantes com terceiro(s);

(xvi) manifestar-se previamente à Assembleia Geral a respeito de qualquer operação societária, incluindo cisão, fusão e/ou incorporação (de ações e/ou de sociedades) envolvendo a Companhia;

(xvii) aprovar a celebração ou homologação de qualquer acordo judicial, pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, cujo valor supere R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por acordo;

(xviii) aprovar a negociação e celebração pela Companhia de qualquer tipo de acordo, contrato, termo ou serviço com qualquer Autoridade Governamental, cujo valor (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social) seja superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

(xix) aprovar a contratação de instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(xx) elaborar e divulgar parecer fundamentado abrangendo opinião favorável ou contrária à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxi) aprovar quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", debêntures ou endividamentos de qualquer natureza, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento ou que as tornem mais onerosas para a Companhia, em qualquer caso (i) cujos valores sejam superiores a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), ou (ii) que resulte em um valor de

endividamento financeiro líquido total superior a 3.0x o EBITDA positivo da Companhia nos 12 (doze) meses anteriores;

(xxii) aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento em ativos imobilizados pela Companhia cujo valor supere a quantia de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxiii) aprovar todo e qualquer investimento em bens de capital (CAPEX) ou despesas operacionais (OPEX) da Companhia, que superem o valor de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) acima do orçamento aprovado para determinado exercício social (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxiv) aprovar a constituição de ônus e/ou a outorga de garantias de qualquer natureza a terceiros, incluindo a concessão, pela Companhia, de avais, fiança ou outras garantias fora do curso normal dos negócios;

(xxv) aprovar a concessão de empréstimos a terceiros;

(xxvi) aprovar a realização de qualquer investimento pela Companhia, desenvolvimento de novos projetos pela Companhia em novos negócios e novas linhas de atividade, e a compra e venda de quaisquer bens integrantes do ativo cujo valor supere a quantia de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxvii) aprovar a contratação de obrigações de qualquer natureza (com exceção de empréstimos, financiamentos e linhas de crédito, para os quais deverá ser observado o disposto no item (xxii) acima), bem como a celebração de qualquer contrato (com exceção dos que envolvam Direitos de Propriedade Intelectual da Companhia, para os quais deverá ser observado o item (xxix) abaixo), cujo valor seja superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxviii) aprovar a venda, Transferência, constituição de quaisquer Ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos, tangíveis e intangíveis, incluindo Direitos de Propriedade Intelectual, cujo valor supere a quantia de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto vendas previamente contratadas de equipamentos de ginástica para fornecedores;

(xxix) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou documentos similares que envolvam Direitos de Propriedade Intelectual da Companhia;

(xxx) aprovar a venda, aquisição, transferência, oneração, ou outra forma de alienação, pela Companhia, de bem do ativo permanente, exceto participações societárias e Direitos de Propriedade Intelectual, da Companhia, cujo valor supere R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxxi) aprovar a contratação de qualquer Pessoa cujo valor total de contratação, somados salários, bonificações e quaisquer benefícios, seja superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano (desconsiderados quaisquer encargos trabalhistas);

(xxxii) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia e/ou pelas controladas da Companhia, de pedido de falência ou de recuperação judicial, extrajudicial ou procedimento similar;

(xxxiii) manifestar-se previamente a respeito de qualquer aumento ou redução do capital social, bem como da emissão de novas ações e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, conforme o caso, de emissão da Companhia;

(xxxiv) determinar a instrução de voto relacionado com qualquer das matérias elencadas neste Artigo e também no Artigo 10 deste Estatuto Social quando tiverem que ser aprovadas no nível das sociedades ou de qualquer outra subsidiária da Companhia;

(xxxv) aprovar a criação de comitês de assessoramento não estatutários, destinados a auxiliar os membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição, periodicidade e atribuições específicas;

(xxxvi) estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, dos seus comitês de assessoramento e da Diretoria;

(xxxvii) deliberar sobre o ajuizamento de qualquer processo contra qualquer Autoridade Governamental que não tenha como fundamento tese amplamente reconhecida na jurisprudência aplicável; e

(xxxviii) aprovar as transações com partes relacionadas que envolvam, individualmente ou no agregado de 12 (doze) meses, valor acima de R$3.000.000,00 (três milhões mil reais), com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes.

Parágrafo Único. Todos os valores previstos no caput deste Artigo deverão ser corrigidos anualmente, a cada período de 12 (doze) meses contados de 10 de dezembro de 2021, pela variação do IGP-M.

## CAPÍTULO VI
## DIRETORIA

**Artigo 22.** A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, a condução dos negócios sociais, podendo e devendo praticar os atos necessários a tal fim.

**Artigo 23.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente, de Diretor de Relações com Investidores e de Diretor Financeiro são de preenchimento obrigatório e os Diretores poderão acumular cargos.

**Artigo 24.** Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de mandato unificado de 2 (dois anos), considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e a destituição.

Parágrafo Primeiro. Os membros da diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores**.**

Parágrafo Segundo. Os diretores ficarão dispensados de prestar caução.

**Artigo 25.** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários.

**Artigo 26.** Sujeito às deliberações aplicáveis ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, conforme contemplado pelo presente Estatuto Social, a Diretoria será responsável:

(i) pelo gerenciamento, administração e supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e por todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Companhia;

(ii) pela preparação do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia e sua proposição ao conselho de administração;

(iii) pela implementação do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia;

(iv) pela abertura e pelo fechamento de filiais;

(v) pela aprovação de todas as medidas necessárias e pela realização de atos comuns de natureza gerencial, financeira e econômica de acordo com as deliberações aprovadas pela assembleia geral de acionistas e pelo do Conselho de Administração;

(vi) pela preparação das demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade;

(vii) pela submissão, anualmente, do relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(viii) pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia; e

(ix) por qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Compete a cada um dos Diretores, individualmente e de forma geral, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração: (i) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração; e (ii) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, observadas as restrições legais e as disposições estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. Compete individualmente ao Diretor Presidente: (i) coordenar as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) presidir as reuniões da Diretoria; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. Compete individualmente ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável

da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente; e (iv) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação.

Parágrafo Quarto. Compete individualmente ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área financeira, jurídica, de recursos humanos, tecnologia da informação e administrativa da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto. Compete individualmente ao Diretor sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente, o Diretor de Relações com Investidores e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 27.** Observado o disposto neste Estatuto Social, a Diretoria realizará reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que exigido pelo interesse societário e sempre que convocadas por quaisquer de seus membros, sendo de responsabilidade do Diretor que convocar a reunião estabelecer a ordem do dia para tais reuniões. Todas e quaisquer regras a respeito das reuniões da Diretoria serão determinadas pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e suas deliberações

serão tomadas pela maioria de seus membros. Para a instalação da reunião, é necessária a presença de todos os Diretores que estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo Segundo. As reuniões de Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência ou impedimento temporário, por qualquer outro Diretor, conforme deliberado pela maioria dos presentes.

Parágrafo Terceiro. Ao término da reunião da Diretoria, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia.

**Artigo 28.** No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro da Diretoria durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Diretor ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro da Diretoria, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões da Diretoria, bem como exerça os atos de competência do Diretor ausente ou temporariamente impedido. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria.

**Artigo 29.** Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso.

**Artigo 30.** Observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) perante órgãos públicos e somente nos casos em que não houver assunção de obrigações pela Companhia, por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos, isoladamente.

Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de Diretor Financeiro, a Companhia será representada para fins do item (i) acima e na outorga de procurações, observado o disposto no Artigo 31 abaixo, por quaisquer 2 (dois) Diretores.

**Artigo 31.** As procurações serão outorgadas pela Companhia nos termos do item

(i) do Artigo 30 acima, por meio de instrumento público ou particular. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, caso em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano.

**Artigo 32.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, preposto e empregado que a envolverem em ou digam respeito a obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se para fins de atendimento aos interesses sociais forem previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do presente Estatuto Social e da Lei das S.A..

## CAPÍTULO VII
## COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

**Artigo 33.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros. Os comitês da Companhia terão somente caráter consultivo e não terão qualquer poder decisório.

## CAPÍTULO VIII
## CONSELHO FISCAL

**Artigo 34.** O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento não permanente e somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida, nos termos da legislação aplicável e dos regulamentos da CVM.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número (acionistas ou não), qualificados em conformidade com as disposições legais aplicáveis, os quais terão as atribuições previstas na Lei das S.A.. Nos casos de ausência, impedimento ou vacância dos membros efetivos, estes serão substituídos pelos seus suplentes.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela

Assembleia Geral que aprovar sua instalação e terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser destituídos e/ou reeleitos.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 44 deste Estatuto Social.

**Artigo 35.** Quando e se instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que sejam cometidas por lei.

Parágrafo Primeiro. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos, sem prejuízo da prerrogativa fiscalizatória de cada um dos seus membros. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo Terceiro. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes à reunião em questão.

**Artigo 36.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo terceiro do Artigo 162 da Lei das S.A..

## CAPÍTULO IX
## EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

**Artigo 37.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo Segundo. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária uma proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A..

Parágrafo Terceiro. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer alocação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Parágrafo Quarto. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**Artigo 38.** Após realizadas as deduções contempladas no Artigo 37 acima, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

(a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que, no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.;

(c) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos deverá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das S.A.;

(e) a parcela correspondente a, pelo menos, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício será distribuída aos acionistas como dividendo anual obrigatório, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.; e

(f) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, será destinado à formação de uma reserva para investimentos, salvo se determinado de outra forma pela assembleia geral de acionistas, com base na proposta do conselho de administração. A reserva de investimentos não excederá 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social da Companhia. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Parágrafo Primeiro. O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de até 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Segundo. O dividendo previsto no item (e) do *caput* deste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Os lucros retidos na forma do Parágrafo Segundo acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

Parágrafo Quarto. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou a sua distribuição prescreverão em favor da Companhia.

**Artigo 39.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (i) distribuir dividendos com base nos lucros apurados em balanços semestrais, (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre no

exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, Parágrafo Primeiro, da Lei das S.A., e (iii) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral, e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais.

**Artigo 40.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 5º, Parágrafo Quinto, deste Estatuto Social.

## CAPÍTULO X
## ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

### Seção I – Alienação do Controle Acionário

**Artigo 41.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### Seção II – OPA por Atingimento de Participação Relevante

**Artigo 42.** Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social ("Participação Relevante"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações ("Novo Acionista Relevante"), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste Artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

Parágrafo Primeiro. A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a

ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, de que trata o Parágrafo 4º deste artigo.

Parágrafo Segundo. O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) 120% (cento e vinte por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação (preparado por avaliador escolhido pelo Conselho de Administração); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital mediante distribuição pública nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, atualizado pelo IPCA; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação média das ações nos últimos 90 (noventa) dias; e (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago, a qualquer tempo, pela Pessoa Relevante em qualquer tipo de negociação, em qualquer um dos casos sujeito a ajustes decorrentes de distribuição de dividendos pela Companhia, reorganizações societárias envolvendo a Companhia, grupamentos e desdobramentos de ações da Companhia e quaisquer outras operações que afetem o capital social da Companhia.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (a) as informações previstas no Artigo 12 da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e nos itens (i) até (m) do inciso I do Anexo II à Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada; (b) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (c) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (d) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (e) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o Parágrafo Segundo deste Artigo ("Preço Proposto").

Parágrafo Quarto. O Valor Justo de Mercado será apurado em laudo de avaliação

elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão com independência em relação ao Novo Acionista Relevante, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo Artigo da lei.

Parágrafo Quinto. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Justo de Mercado da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Parágrafo Sétimo. O laudo de avaliação deverá ser encaminhado pela instituição ou empresa especializada responsável ao Diretor de Relações com Investidores, para que este o divulgue imediatamente ao mercado, por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

Parágrafo Oitavo. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia, excetuadas deste cômputo as ações de titularidade do Novo Acionista Relevante, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da OPA. O novo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação previsto no § 4º deste Artigo, de acordo com os procedimentos previstos no Artigo 4º-A da Lei das S.A. e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste Capítulo e divulgado nos termos do § 6º deste Artigo. Na Assembleia Especial poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Novo Acionista Relevante.

Parágrafo Nono. Caso o laudo de avaliação venha a apurar um Preço da OPA superior ao Preço Proposto, o Novo Acionista Relevante poderá dela desistir, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de divulgação do laudo de avaliação, obrigando-se, neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto no Artigo 28 da Instrução CVM nº 361, ou norma que venha a substituí-la, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data de comunicação da desistência à Companhia. A desistência deverá ser comunicada pelo Acionista Relevante ao Diretor de Relações com Investidores, quem por sua vez deverá comunicar o mercado promovendo a divulgação de fato relevante.

Parágrafo Décimo. A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

(a) a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de Ações em Circulação e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;

(b) a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

(c) não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação.

Parágrafo Décimo Primeiro. Se OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação.

Parágrafo Décimo Segundo. Se OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contato da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

Parágrafo Décimo Terceiro. Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das S.A..

Parágrafo Décimo Quarto. A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas (i) que na data da divulgação do anúncio de início da oferta inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia já detiver 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, ou (ii) que atinja a Participação Relevante:

(a) de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações;

(b) por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

(c) em decorrência da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou

(d) em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de participação Acionaria Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

Parágrafo Décimo Quinto. A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo Sexto. Para fins deste Artigo, os seguintes termos iniciados em letra maiúscula terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa o acionista ou o Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça o Poder de Controle da Companhia;

"Ações em Circulação" significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as

ações em tesouraria, as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas e por Administradores da Companhia;

"Administradores" significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente;

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (v) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e (vi) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (vii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (viii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia;

"Poder de Controle" e seus termos correlatos significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

"Valor Justo de Mercado" significa o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinados pela instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, mediante a utilização dos critérios de (i) fluxo de caixa descontado (abordagem de renda) e (ii) patrimônio líquido a mercado (abordagem de ativo), com o ajuste do valor contábil (saldo líquido) das contas patrimoniais aos valores justos de mercado dos ativos e passivos.

## CAPÍTULO XI
## DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

**Artigo 43.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação, será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

## CAPÍTULO XII
## SOLUÇÃO DE CONFLITOS

**Artigo 44.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## CAPÍTULO XIII
## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 45.** Este Estatuto Social será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Os casos omissos neste Estatuto Social serão

resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 46.** Para os fins deste Estatuto Social, deverão ser consideradas as seguintes definições:

"Direitos de Propriedade Intelectual" significa todos os direitos sobre propriedade intelectual, em especial, mas não unicamente, direitos sobre propriedade industrial, direitos patrimoniais autorais, inclusive direitos de edição, direitos conexos e todos os ativos intangíveis, incluindo, sem limitação: (i) os direitos relativos à propriedade industrial, registrados ou não, incluindo direitos e títulos de solicitação devidas, tais quais patentes de invenção e de modelo de utilidade, desenho industrial, registro de marcas, nome comercial, indicações geográficas e quaisquer outros direitos à propriedade industrial definidos e protegidos por qualquer lei, em especial pela Lei nº 9.729, de 14 de maio de 1996, e pela Convenção da União de Paris para proteção da propriedade industrial; (ii) os direitos patrimoniais autorais detidos sobre qualquer obra literária, artística ou científica, incluindo os direitos sobre *software*, direitos autorais conexos e quaisquer outros definidos e protegidos por qualquer Lei, em especial pelas Leis nº 9.609 e nº 9.610, ambas de 19 de fevereiro de 1998; (iii) nomes de domínios registrados no Brasil ou em qualquer outro território; e (iv) quaisquer outros ativos intangíveis, incluindo anúncios e materiais de promoção e tecnologia, segredo empresarial e conhecimento (*know-how*), direitos e títulos de solicitações devidas, lista de clientes, lista de preços, arquivos e histórico de clientes, informações legais, comerciais, tributárias, financeiras, de produtos e de produção;

"IGP-M" significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo;

"Ônus" significa todos e quaisquer ônus, gravames, restrições, penhoras ou qualquer outro tipo de constrição judicial ou administrativa, penhores, hipotecas, compromissos, exigências, dívidas, cauções, usufruto, direitos de terceiro, demanda, direito de garantia, encargo, cessão ou alienação fiduciária ou com reserva de domínio, locação, sublocação, licenciamento, servidão, avença, esbulho possessório, condição, cobranças, pagamentos, opções, acordo para exercício de voto, direito de participação, direito de primeira oferta, direito de venda em conjunto, obrigação de alienação em conjunto, direito de aquisição, direito de retenção, direitos de preferência, constrições ou restrições;

"Orçamento Anual" significa o orçamento da Companhia para cada exercício social, conforme aprovado anualmente pelo conselho de administração, que deverá contemplar, pelo menos, os eventos relevantes, demonstrações de resultado, balanço patrimonial e planos de investimentos;

"Pessoa" significa qualquer pessoa física, jurídica, sociedade em comandita por ações, sociedade limitada, associação, sociedade por ações, *trust*, sociedade sem personalidade jurídica, órgão governamental ou agência regulatória e suas subdivisões, ou qualquer outra pessoa ou entidade com ou sem personalidade jurídica;

"Plano de Negócios" significa o plano de negócios da Companhia para o prazo de 5 (cinco) anos, que contempla, dentre outros aspectos, receita, geração de caixa operacional, projeções de investimentos e EBITDA, em R$, tudo conforme revisto e atualizado anualmente; e

"Transferência" (e suas variações verbais) significa a venda, compromisso de venda, alienação, cessão, direito de posse, concessão de opção de compra ou venda, troca, aporte ao capital social de outra companhia, transferência ou qualquer outra forma de perda da propriedade, direta ou indiretamente, inclusive, mas sem limitação, por meio de reorganizações societárias.

Parágrafo Único. Os demais termos iniciados com letra maiúscula, se não definidos neste Estatuto Social.

**Artigo 47.** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas devidamente arquivados em sua sede, se houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e o presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria abster-se de computar votos contrários aos termos de acordo de acionistas, conforme o artigo 118 da Lei das S.A..

**Artigo 48.** Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia (se houver) que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra, venda, transferência e oneração de ações de emissão da Companhia, preferência ou opção de compra ou venda para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder controle, serão respeitados pela Companhia, por sua administração e pelos demais acionistas.

**Artigo 49.** As disposições contidas no Artigo 1º, Parágrafo Único, Artigo 10, item

(xiii), Artigo 13, *caput* e Parágrafo Segundo, Artigo 17, Parágrafo Segundo, Artigo 26, Parágrafo Terceiro, Artigo 41, Artigo 42 e Artigo 44 deste Estatuto Social, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

**Artigo 50.** O disposto na Seção II do Capítulo X deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária em 10 de dezembro de 2021, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima doação ou sucessão hereditária, ou (ii) *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas, seus descentes ou seu cônjuge.

**Artigo 51.** Os acionistas e a Companhia deverão disponibilizar eventuais contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, sempre que formalmente solicitados por um acionista ou por qualquer órgão público da esfera municipal, estadual ou federal.

* * * * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXO B ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Presidência da República**
**Secretaria da Micro e Pequena Empresa**
**Secretaria de Racionalização e Simplificação**
**Departamento de Registro Empresarial e Integração**

N° DO PROTOCOLO (Uso do órgao de registro JUCEPE)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

21/782588-5

| Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF) | CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA | N° DE MATRICULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO |
|---|---|---|
| 26300023067 | 2054 | |

## 1 - REQUERIMENTO

**ILM° SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Requerimento: 81100001077722**
**DBE não analisado.**
**Emitida em 10/12/2021 - V3**

**NOME: SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**
**Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.**

| N° DE VIAS | CÓD. ATO | CÓD. EVENTO | QTD | DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO |
|---|---|---|---|---|
| **0** | **007** | | | **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA** |
| | | **007** | **1** | **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA** |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

**RECIFE**
**10/12/2021**

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: RODRIGO BRANDÃO FEITOSA
**Assinatura:** _____
**Telefone de contato: (21)25440607 diogolyra@live.com**

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____ ☐ NÃO ____/____/____ _____

Data Responsável Data Responsável

Processo em ordem.
À decisão.
____/____/____
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e
☐ Processo indeferido.

2° Exigência ☐ 3° Exigência ☐ 4° Exigência ☐ 5° Exigência ☐

____/____/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e
☐ Processo indeferido.

2° Exigência ☐ 3° Exigência ☐ 4° Exigência ☐ 5° Exigência ☐

____/____/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____Turma

OBSERVAÇÕES:

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7jlJerq_BzxsutfwsqVrUhp91lsWlOW_g
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**
CNPJ/ME nº 22.902.694/0001-95
NIRE 26.30002306-7

**ATA DE ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS**
**REALIZADAS EM 8 e 10 DE DEZEMBRO DE 2021**

**DATA E HORA:** A primeira Assembleia foi aberta, instalada e suspensa aos 8 de dezembro de 2021, às 11h, e reaberta aos 10 de dezembro de 2021, às 10h. A segunda Assembleia foi aberta e instalada aos 10 de dezembro de 2021, às 10h.

**LOCAL:** Realizada por videoconferência, através da plataforma Zoom, conforme permitido pelo artigo 9º, parágrafo sétimo do Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável. Para todos os fins, a Assembleia é considerada como realizada na sede da Self It Academias Holding S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1901, Pina, CEP 51110-000.

**CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO:** As Assembleias Gerais Extraordinárias foram convocadas nos termos do artigo 9º, parágrafos primeiro e terceiro, do Estatuto Social da Companhia, conforme editais de convocação publicados (i) nas edições de 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro de 2021 do Jornal Folha de Pernambuco e do Diário Oficial do Estado do Pernambuco (em relação à Assembleia originalmente convocada para o dia 8.12.2021); e (ii) nas edições de 2, 3 e 4 de dezembro de 2021 do Jornal Folha de Pernambuco e do Diário Oficial do Estado do Pernambuco (em relação à Assembleia originalmente convocada para o dia 10.12.2021).

**PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** As Assembleias Gerais de Acionistas foram instaladas nos dias 8.12.2021 e 10.12.2021 com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Rodrigo Brandão Feitosa – Presidente; Verena Sanchez Bohrer – Secretária.

**ORDEM DO DIA: (1)** Em relação à Assembleia Geral Extraordinária originalmente convocada para o dia 8.12.2021: examinar, discutir e aprovar as seguintes matérias: **(i)** o cancelamento das diferentes Classes de ações ordinárias de emissão da Companhia; **(ii)** a conversão da totalidade de ações preferenciais de emissão da

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Companhia em ações ordinárias; **(iii)** a proposta de desdobramento da totalidade das ações da Companhia, conforme estabelecido no artigo 12 da Lei das S.A., à razão de 5 (cinco) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente; **(iv)** a reforma do capital autorizado da Companhia, de forma desproporcional ao desdobramento ora deliberado; **(v)** a reforma do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações decorrentes das deliberações (i) a (iv); **(vi)** a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as deliberações anteriores, caso aprovadas, bem como para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento aplicável ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(vii)** a renúncia de membros do Conselho de Administração; **(viii)** a eleição ou reeleição, conforme o caso, de seus membros, bem como a caracterização dos candidatos indicados como membros independentes do Conselho de Administração; **(ix)** a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima. **(2)** Em relação à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 10.12.2021: examinar, discutir e aprovar as seguintes matérias: **(i)** a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão (a) do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao Novo Mercado, e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** a submissão à CVM do pedido de realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(vi)** a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

**DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da mesa esclareceu que: (a) a presente Assembleia consolida os trabalhos suspensos da Assembleia originalmente aberta em 8.12.2021, bem como da Assembleia convocada para esta data; (b) a presente Assembleia seria realizada de forma simultânea por videoconferência a pedido de parte dos Acionistas para fins de acompanhamento e debates, todos devidamente representados presencialmente por instrumento de mandato para fins de formalização de voto nas deliberações sociais, sendo a referida modalidade aceita pelo Presidente da mesa e pelos demais Acionistas presentes; (c) a lavratura da ata da Assembleia ocorrerá em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.; (d) ocorreu a apresentação pelo Presidente da mesa dos documentos e propostas sobre

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

as matérias a serem deliberadas; e (e) ocorreu a dispensa, por unanimidade de votos dos presentes, da leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que eram de pleno conhecimento dos senhores acionistas. Analisadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, **por maioria de votos**, com o voto favorável de acionistas detentores de ações representativas de mais de 95% do capital social da Companhia, contabilizado o voto contrário do acionista Nelson Lins de Araújo Netto a todos os itens da Ordem do Dia, conforme manifestação que acompanha esta ata no livro de registro de atas de assembleias gerais extraordinárias da Companhia:

**(1) Em relação à Assembleia Geral Extraordinária originalmente convocada para o dia 8.12.2021: (i)** aprovar o cancelamento das Classes A e B de ações ordinárias da Companhia, de forma que estas passam a ser representadas por 1.132.078 (um milhão, cento e trinta e duas mil e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(ii)** aprovar a conversão das 11.626.001 (onze milhões, seiscentas e vinte e seis mil e uma) ações preferenciais classe A e classe B em ações ordinárias de emissão da Companhia, com as características que lhes são dadas no novo Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, nos termos da redação aprovada no item (v) abaixo, na razão de 1 (uma) ação preferencial por 1 (uma) ação ordinária; **(iii)** aprovar o desdobramento das atuais 12.758.079 (doze milhões, setecentas e cinquenta e oito mil e setenta e nove) ações representativas do capital social da Companhia à razão de 5 (cinco) ações para cada 1 (uma) ação atualmente existente, sem distinção de espécie, resultando em um total de 63.790.395 (sessenta e três milhões, setecentos e noventa mil, trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; **(iv)** a reforma do capital autorizado da Companhia, de forma desproporcional ao desdobramento ora deliberado, passando o capital autorizado a ser de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(v)** em razão das deliberações ora aprovadas nos itens (i) a (iv), o *caput* e o parágrafo quarto do art. 5º do Estatuto Social passam a vigorar com as seguintes redações: "*Artigo 5°. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$88.067.504,00 (oitenta e oito milhões, sessenta e sete mil e quinhentos e quatro reais), dividido em 63.790.395 (sessenta e três milhões, setecentos e noventa mil, trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.*" (...) "*Parágrafo Quarto. A Companhia estará autorizada a aumentar o capital social até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações, a ser ajustado para refletir quaisquer desdobramentos ou grupamentos de ações, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições para emissão de ações correspondente ao referido aumento, incluindo preço, prazo, forma de integralização e demais condições para a emissão de*

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

*ações, observado o disposto no presente Estatuto Social e no acordo de acionistas da Companhia ("Capital Autorizado")*"; **(vi)** aprovar a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as deliberações ora aprovadas, bem como para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outros, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata. Os acionistas presentes consignaram, ainda, que todas as procurações outorgadas em nome da Companhia e que ainda estejam em vigor nesta data são ratificadas, mantendo-se válidas e em vigor de acordo com os seus respectivos prazos de duração; **(vii)** acatar a renúncia apresentada nesta data pelo Sr. **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 11.605.282-0 expedida pelo IFP/RJ e registrado no CPF/ME sob o nº 025.989.187-89, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.251, 9º andar, Leblon, CEP 22440-034, em relação ao cargo que ocupava como membro do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia e o conselheiro que ora renuncia outorgaram-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pelo conselheiro renunciante no exercício de suas funções; **(viii)** (a) aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: **Rodrigo Brandão Feitosa**, brasileiro, bacharel em administração, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.448.755, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 289.496.448-00, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1251, 9º andar, sala 901, Leblon, CEP 22440-034, como membro do Conselho de Administração; **José Leonardo Pereira da Costa**, brasileiro, bacharel em economia, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 5011609, expedida pela SDS/PE e inscrito no CPF/ME sob o nº 027.081.694-16, residente e domiciliado na cidade de Recife, Estado do Pernambuco, com escritório na Avenida Antônio de Góes, nº 275, Sala 1.901, Bairro Pina, CEP 51110-000, como membro independente do Conselho de Administração; **Mario Guillermo Esses**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da identidade RG nº 04.445.013-8, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/ME 734.801.937/49, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Vieira Souto, nº 510, apto. 701, CEP 22420-006, como membro independente do Conselho de Administração; **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, bacharel em administração, casado, portador da cédula de identidade RG nº 14.157.566-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 261.377.018-08, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.251, 9º andar, Sala 901, Leblon, CEP 22.440-034, como membro do Conselho de

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Administração; **Fábio Isay Saad**, brasileiro, bacharel em administração, solteiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 34.317.829-1, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 358.631.578-36, residente e domiciliado na Colômbia, com escritório na Carrera 11 nº 77ª-65, Oficina 304, Bogotá, como membro do Conselho de Administração; **Verena Sanchez Bohrer**, brasileira, solteira, bacharel em administração, portadora da cédula de identidade RG nº 46.457.778-0, expedida pelo SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 403.404.858-17, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, 1.251, 9º andar, sala 901, Leblon, CEP 22.440-034, como membro do Conselho de Administração; e **Luis Eduardo Silveira Mendes**, brasileiro, solteiro, bacharel em engenharia de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.536.762-2, expedida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 140.824.137-40, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1251, 9º andar, sala 901, Leblon, CEP 22440-034, como membro do Conselho de Administração; (b) aprovar o enquadramento dos Srs. **José Leonardo Pereira da Costa** e **Mario Guillermo Esses** como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado e cujas independências foram atestadas por meio de declaração encaminhada pelos referidos membros, as quais ficam arquivadas na sede da Companhia; (c) registrar que o Sr. José Leonardo Pereira da Costa solicitou sua eleição para o Conselho de Administração, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, e que o Sr. Nelson Lins de Araújo Netto havia se retirado da Assembleia antes dessa deliberação sem manifestar sua intenção de exercer o direito previsto no Acordo de Acionistas; (d) os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão um mandato unificado de 2 (dois) anos, com término na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício que se encerrará em dezembro de 2023; (e) os conselheiros serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrados no livro de atas do Conselho de Administração, arquivados na sede da Companhia, contendo declaração de que possuem qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A., para o exercício dos respectivos cargos, e de que não possuem qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 367 de 29 de maio 2002; (f) os Srs. Rodrigo Brandão Feitosa, Felipe Franco da Silveira, Fábio Isay Saad, Luis Eduardo Silveira Mendes e a Sra. Verena Sanchez Bohrer renunciaram à remuneração a que fariam jus como membro do Conselho de Administração da Companhia; **(ix)** autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

**(2) <u>Em relação à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 10.12.2021</u>: (i)** aprovar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480; **(ii)** aprovar (a) a submissão à B3 do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 e de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado; (b) a submissão à B3 do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; e (c) a celebração do Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado; **(iii)** aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("<u>UBS</u>" ou "<u>Coordenador Líder</u>") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("<u>Bradesco</u>" e, em conjunto com UBS, os "<u>Coordenadores da Oferta</u>"), e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("<u>Instrução CVM 400</u>"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; **(iv)** autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

**DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Acionistas ou que estejam relacionados às informações prestadas durante à reunião.

**ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente no livro próprio a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por quantos bastassem para a validade das deliberações. <u>Mesa</u>: Rodrigo Brandão Feitosa –

Presidente; Verena Sanchez Bohrer – Secretária. Acionistas presentes ao término da Assembleia: Grajaú Participações S.A. (p.p. Rodrigo Brandão Feitosa e Verena Sanchez Bohrer); Everest Brasil Partners I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (p. BRL Trust Investimentos Ltda.); Boa Viagem Participações S.A. (p.p. Rodrigo Brandão Feitosa e Verena Sanchez Bohrer); José Leonardo Pereira da Costa (p.p. Sergio Bronstein).

Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Recife, 10 de dezembro de 2021.

**MESA:**

| | |
|---|---|
| Rodrigo Brandão Feitosa | Verena Sanchez Bohrer |
| Presidente | Secretária |

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

**Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária**
**da Self It Academias Holding S.A.,**
**realizada em 8 e 10 de dezembro de 2021.**

# ESTATUTO SOCIAL DA SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## CAPÍTULO I
## DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º.** A **Self It Academias Holding S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**Parágrafo Único.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1502, Pina, CEP 51110-000.

Parágrafo Único. Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) atividades de condicionamento físico (CNAE 9313-1/00); e (ii) a participação em outras sociedades, empresariais ou simples, como acionista ou sócia, controladora ou não controladora (CNAE 6462-0/00 e CNAE 6463-8/00).

**Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

## CAPÍTULO II
## CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5°.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente

nacional é de R$88.067.504,00 (oitenta e oito milhões, sessenta e sete mil e quinhentos e quatro reais), dividido em 63.790.395 (sessenta e três milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas terão preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, na proporção de suas respectivas participações, no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação da deliberação relativa à emissão dos referidos valores mobiliários da Companhia.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Primeiro acima, a emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos Artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Parágrafo Terceiro. É vedada a emissão, pela Companhia, de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Quarto. A Companhia estará autorizada a aumentar o capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, a ser ajustado para refletir quaisquer desdobramentos ou grupamentos de ações, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições para emissão de ações correspondente ao referido aumento, incluindo preço, prazo, forma de integralização e demais condições para a emissão de ações, observado o disposto no presente Estatuto Social ("Capital Autorizado").

Parágrafo Quinto. Dentro do limite do Capital Autorizado, a Companhia poderá (i) outorgar opções de compra de ações emissão da Companhia a seus administradores e executivos, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, (ii) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações, e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

**Artigo 6º.** As ações ordinárias são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia,

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

se houver, e na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. Em caso de condomínio de ação, caberá ao representante do condomínio o exercício dos direitos relativos à respectiva ação.

Parágrafo Segundo. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Terceiro. O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

**Artigo 7º.** Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela assembleia geral.

## CAPÍTULO III
## ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo facultado a qualquer acionista solicitar ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral para tratar de tema de interesse da Companhia. Nos casos previstos lei, as Assembleias Gerais poderão ser convocadas por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a convocação ser feita nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro acionista

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

indicado pela maioria dos acionistas presentes na Assembleia Geral em questão, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades legais, o Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral com prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência, por meio de comunicação escrita enviada aos acionistas, através de notificação com aviso de recebimento, pessoalmente com protocolo ou por correio eletrônico com comprovante de recebimento aos e-mails expressamente indicados pelos acionistas, e conterá as informações sobre o local, a data e o horário em que a respectiva Assembleia Geral será realizada e a ordem do dia detalhada, bem como qualquer documentação que será utilizada para suportar os assuntos a serem discutidos em tal Assembleia Geral. Em caso de não instalação da Assembleia Geral em primeira convocação, a segunda convocação, nos termos acima, será enviada aos acionistas para realização da respectiva Assembleia Geral, sendo certo que, nesse caso, a Assembleia Geral será realizada, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data de recebimento da segunda convocação.

Parágrafo Quarto. Não será aprovada em Assembleia Geral nenhuma deliberação a respeito de assunto que não esteja expressamente incluído na ordem do dia, conforme disposto no edital de convocação, sob pena da referida deliberação ser considerada nula, exceto se tais deliberações forem aprovadas pelo voto unânime da totalidade dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia.

Parágrafo Quinto. As Assembleias Gerais somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, pelo menos, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número, exceto quando a lei ou este Estatuto Social exija quórum superior.

Parágrafo Sexto. Independentemente das formalidades legais de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Parágrafo Sétimo. É permitido aos acionistas participar das Assembleias Gerais por meio de vídeo conferência, conferência telefônica ou equipamento de comunicação similar, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, sendo que, neste caso, a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver seu presidente da mesa. Os acionistas poderão exercer seus votos por meio de carta,

telegrama, fax ou e-mail, com confirmação de recebimento, enviados ao presidente da mesa da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Oitavo. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

**Artigo 9º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco.

**Artigo 10.** Além das demais matérias previstas em lei e em regulamentos aplicáveis, bem como por este Estatuto Social, as matérias a seguir serão de competência da Assembleia Geral:

(i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(ii) alterar o Estatuto Social;

(iii) deliberar, de acordo com proposta apresenta pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(iv) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando e se instalado;

(v) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia e de suas controladas, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, quando e se instalado;

(vi) deliberar sobre transformação de tipo societário ou sobre qualquer incorporação, incorporação de ações, qualquer forma de reorganização societária, fusão, cisão, conferência (*drop down*) de ativos e passivos envolvendo a Companhia;

(vii) aprovar o aumento de capital social da Companhia quando fora do limite do Capital Autorizado, a redução de capital social, bem como a recompra,

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou cancelamento de valores mobiliários, sem prejuízo do disposto no item (viii) deste Artigo;

(viii) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor, sem prejuízo do disposto no item (viii) do Artigo 21 abaixo;

(ix) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, a aquisição de qualquer participação societária ou de títulos de dívida conversíveis;

(x) aprovar a realização de permuta ou dação em pagamento mediante utilização de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria;

(xi) deliberar sobre qualquer procedimento de dissolução, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, pedido ou declaração de falência, liquidação ou extinção, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia;

(xii) aprovar a criação de qualquer plano de opção de compra, participação nos lucros ou plano de remuneração similar destinado aos executivos e empregados da Companhia;

(xiii) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(xiv) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão; e

(xv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Para fins do item (xiii) do *caput*:

(a) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(b) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação; e

(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para os acionistas, membros de seu Conselho de Administração ou Conselho Fiscal (se e quando instalado), ou seus Diretores.

**Artigo 11.** O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto Social ou à acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, se houver, sob pena de responsabilidade pessoal.

**Artigo 12.** As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. As deliberações tomadas em Assembleia Geral, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, poderão ser lavradas sob a forma de ata sumária e publicadas com omissão das assinaturas, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A., que vinculará todos os acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando também os administradores da Companhia.

## CAPÍTULO IV
## ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 13.** A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, com os poderes conferidos pela lei e regulamentos aplicáveis e por este Estatuto Social, sendo que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado nos livros de atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto Social.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Parágrafo Segundo. A posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando e se instalado) sujeita-se, ainda, à assinatura de termo de adesão às políticas internas da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Artigo 14.** Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu impedimento.

**Artigo 15.** Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia (se houver), e não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos de administração em violação ao disposto em acordo de acionistas (se houver).

**Artigo 16.** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição individual.

## CAPÍTULO V
## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 17.** O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. A Assembleia Geral não elegerá suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo Terceiro. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número imediatamente superior.

Parágrafo Quarto. O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, se: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo.

Parágrafo Quinto. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo Sexto. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o membro ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração, exceto quando o impedimento temporário for em razão de conflito de interesses, situação na qual o conselheiro temporariamente impedido não poderá se fazer representar por outro membro do Conselho de Administração.

Parágrafo Sétimo. Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o substituto será nomeado pelos membros remanescentes. O novo conselheiro nomeado servirá até a primeira Assembleia Geral, a qual deverá eleger um novo membro para o cargo vago, de maneira a completar o prazo de gestão do substituído. Na hipótese de vacância permanente do Presidente do Conselho de Administração, o Conselho de Administração se reunirá em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

**Artigo 18.** O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, na 2ª quinzena de cada mês, no horário e no local determinados pelo Presidente do Conselho de Administração. O Conselho de Administração também se reunirá de forma extraordinária sempre que qualquer matéria de competência do Conselho de Administração tenha que ser discutida.

Parágrafo Primeiro. É permitido aos membros do Conselho de Administração participar das reuniões por meio de vídeo conferência, conferência telefônica ou equipamento de comunicação similar, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da mesa da respectiva reunião. Os membros do Conselho de Administração poderão exercer seus votos por meio de carta, telegrama, fax ou e-mail, com confirmação de recebimento, enviados ao presidente da reunião em questão.

Parágrafo Segundo. Ao término da reunião do Conselho de Administração, deverá ser lavrada uma ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 19.** O Presidente do Conselho de Administração deverá convocar todas as reuniões por iniciativa própria ou mediante solicitação por escrito de qualquer membro do Conselho de Administração, por meio de notificação escrita entregue a cada membro do Conselho de Administração, com aviso de recebimento e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, (a) em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 5 (cinco) de seus membros; e (b) em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 4 (quatro) de seus membros.

Parágrafo Segundo. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros por si ou que tenham nomeado outro membro do Conselho de Administração para votar em seu nome.

Parágrafo Terceiro. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Quarto. Não será aprovada nenhuma deliberação a respeito de assunto que não esteja expressamente incluído na ordem do dia, conforme declarado no edital de convocação, sob pena de ser considerada nula, exceto as deliberações que forem aprovadas pelo voto unânime da totalidade dos conselheiros representando 100% (cem por cento) do Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 20.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes, salvo nas hipóteses de quórum qualificado conforme disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, se houver.

Parágrafo Primeiro. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. O Presidente do Conselho de Administração terá voto de desempate em qualquer reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que esteja devidamente arquivado na sede da Companhia (se houver), conforme disposto no Artigo 118 da Lei das S.A..

**Artigo 21.** Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração deliberar acerca das matérias listadas abaixo:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;

(ii) aprovar e rever o Plano de Negócios, do Orçamento Anual, planejamento comercial e operacional anual da Companhia, bem como as diretrizes de gestão operacional da Companhia, conforme preparados e recomendados pela Diretoria, e suas modificações relevantes;

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

(iii) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (a) divulgação de informações e negociação com valores mobiliários, (b) gerenciamento de riscos, (c) transações com partes relacionadas e gerenciamento de conflitos de interesses, (d) remuneração de administradores, e (e) indicação de administradores, bem como quaisquer outras políticas corporativas, bem como aprovar seu próprio regimento interno, o regimento interno da Diretoria, se houver, e os regimentos internos dos comitês de assessoramento;

(iv) fiscalizar a gestão dos administradores da Companhia e de suas controladas, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

(v) autorizar a emissão de ações da Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(vi) dentro do limite do Capital Autorizado, (a) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos executivos e empregados da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(vii) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(viii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o

limite do Capital Autorizado, sobre (a) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (b) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(ix) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como definir suas atribuições e fixar a suas respectivas remunerações, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(x) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xi) aprovar assunção de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade que vincule a Companhia;

(xii) apreciar e se manifestar a respeito do relatório da administração, das contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(xiii) aprovar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, a implementação ou alteração de planos de incentivo de remuneração de longo prazo para executivos e empregados da Companhia, bem como aprovar as respectivas outorgas;

(xiv) escolher ou substituir o auditor independente da Companhia, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(xv) aprovar a constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures, bem como a criação de quaisquer

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

parcerias, consórcios, joint ventures ou associações similares relevantes com terceiro(s);

(xvi) manifestar-se previamente à Assembleia Geral a respeito de qualquer operação societária, incluindo cisão, fusão e/ou incorporação (de ações e/ou de sociedades) envolvendo a Companhia;

(xvii) aprovar a celebração ou homologação de qualquer acordo judicial, pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, cujo valor supere R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por acordo;

(xviii) aprovar a negociação e celebração pela Companhia de qualquer tipo de acordo, contrato, termo ou serviço com qualquer Autoridade Governamental, cujo valor (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social) seja superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

(xix) aprovar a contratação de instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(xx) elaborar e divulgar parecer fundamentado abrangendo opinião favorável ou contrária à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxi) aprovar quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", debêntures ou endividamentos de qualquer natureza, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento ou que as tornem mais onerosas para a Companhia, em qualquer caso (i) cujos valores sejam superiores a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (considerado o ato

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), ou (ii) que resulte em um valor de endividamento financeiro líquido total superior a 3.0x o EBITDA positivo da Companhia nos 12 (doze) meses anteriores;

(xxii) aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento em ativos imobilizados pela Companhia cujo valor supere a quantia de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxiii) aprovar todo e qualquer investimento em bens de capital (CAPEX) ou despesas operacionais (OPEX) da Companhia, que superem o valor de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) acima do orçamento aprovado para determinado exercício social (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxiv) aprovar a constituição de ônus e/ou a outorga de garantias de qualquer natureza a terceiros, incluindo a concessão, pela Companhia, de avais, fiança ou outras garantias fora do curso normal dos negócios;

(xxv) aprovar a concessão de empréstimos a terceiros;

(xxvi) aprovar a realização de qualquer investimento pela Companhia, desenvolvimento de novos projetos pela Companhia em novos negócios e novas linhas de atividade, e a compra e venda de quaisquer bens integrantes do ativo cujo valor supere a quantia de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxvii) aprovar a contratação de obrigações de qualquer natureza (com exceção de empréstimos, financiamentos e linhas de crédito, para os quais deverá ser observado o disposto no item (xxii) acima), bem como a celebração de qualquer contrato (com exceção dos que envolvam Direitos de Propriedade Intelectual da Companhia, para os quais deverá ser observado o item (xxix) abaixo), cujo valor seja superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (considerando o ato

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxviii) aprovar a venda, Transferência, constituição de quaisquer Ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos, tangíveis e intangíveis, incluindo Direitos de Propriedade Intelectual, cujo valor supere a quantia de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto vendas previamente contratadas de equipamentos de ginástica para fornecedores;

(xxix) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou documentos similares que envolvam Direitos de Propriedade Intelectual da Companhia;

(xxx) aprovar a venda, aquisição, transferência, oneração, ou outra forma de alienação, pela Companhia, de bem do ativo permanente, exceto participações societárias e Direitos de Propriedade Intelectual, da Companhia, cujo valor supere R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);

(xxxi) aprovar a contratação de qualquer Pessoa cujo valor total de contratação, somados salários, bonificações e quaisquer benefícios, seja superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano (desconsiderados quaisquer encargos trabalhistas);

(xxxii) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia e/ou pelas controladas da Companhia, de pedido de falência ou de recuperação judicial, extrajudicial ou procedimento similar;

(xxxiii) manifestar-se previamente a respeito de qualquer aumento ou redução do capital social, bem como da emissão de novas ações e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, conforme o caso, de emissão da Companhia;

(xxxiv) determinar a instrução de voto relacionado com qualquer das matérias elencadas neste Artigo e também no Artigo 10 deste Estatuto Social

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

quando tiverem que ser aprovadas no nível das sociedades ou de qualquer outra subsidiária da Companhia;

(xxxv) aprovar a criação de comitês de assessoramento não estatutários, destinados a auxiliar os membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição, periodicidade e atribuições específicas;

(xxxvi) estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, dos seus comitês de assessoramento e da Diretoria;

(xxxvii) deliberar sobre o ajuizamento de qualquer processo contra qualquer Autoridade Governamental que não tenha como fundamento tese amplamente reconhecida na jurisprudência aplicável; e

(xxxviii) aprovar as transações com partes relacionadas que envolvam, individualmente ou no agregado de 12 (doze) meses, valor acima de R$3.000.000,00 (três milhões mil reais), com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes.

Parágrafo Único. Todos os valores previstos no caput deste Artigo deverão ser corrigidos anualmente, a cada período de 12 (doze) meses contados de 10 de dezembro de 2021, pela variação do IGP-M.

## CAPÍTULO VI
## DIRETORIA

**Artigo 22.** A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, a condução dos negócios sociais, podendo e devendo praticar os atos necessários a tal fim.

**Artigo 23.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente, de Diretor de Relações com Investidores e de Diretor Financeiro são de preenchimento obrigatório e os Diretores poderão acumular cargos.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

**Artigo 24.** Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de mandato unificado de 2 (dois anos), considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e a destituição.

Parágrafo Primeiro. Os membros da diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores**.**

Parágrafo Segundo. Os diretores ficarão dispensados de prestar caução.

**Artigo 25.** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários.

**Artigo 26.** Sujeito às deliberações aplicáveis ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, conforme contemplado pelo presente Estatuto Social, a Diretoria será responsável:

(i) pelo gerenciamento, administração e supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e por todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Companhia;

(ii) pela preparação do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia e sua proposição ao conselho de administração;

(iii) pela implementação do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia;

(iv) pela abertura e pelo fechamento de filiais;

(v) pela aprovação de todas as medidas necessárias e pela realização de atos comuns de natureza gerencial, financeira e econômica de acordo com as deliberações aprovadas pela assembleia geral de acionistas e pelo do Conselho de Administração;

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

(vi) pela preparação das demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade;

(vii) pela submissão, anualmente, do relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(viii) pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia; e

(ix) por qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Compete a cada um dos Diretores, individualmente e de forma geral, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração: (i) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração; e (ii) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, observadas as restrições legais e as disposições estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. Compete individualmente ao Diretor Presidente: (i) coordenar as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) presidir as reuniões da Diretoria; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. Compete individualmente ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente; e (iv) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação.

Parágrafo Quarto. Compete individualmente ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área financeira, jurídica, de recursos humanos, tecnologia da informação e administrativa da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto. Compete individualmente ao Diretor sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente, o Diretor de Relações com Investidores e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 27.** Observado o disposto neste Estatuto Social, a Diretoria realizará reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que exigido pelo interesse societário e sempre que convocadas por quaisquer de seus membros, sendo de responsabilidade do Diretor que convocar a reunião estabelecer a ordem do dia para tais reuniões. Todas e quaisquer regras a respeito das reuniões da Diretoria serão determinadas pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e suas deliberações

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

serão tomadas pela maioria de seus membros. Para a instalação da reunião, é necessária a presença de todos os Diretores que estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo Segundo. As reuniões de Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência ou impedimento temporário, por qualquer outro Diretor, conforme deliberado pela maioria dos presentes.

Parágrafo Terceiro. Ao término da reunião da Diretoria, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia.

**Artigo 28.** No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro da Diretoria durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Diretor ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro da Diretoria, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões da Diretoria, bem como exerça os atos de competência do Diretor ausente ou temporariamente impedido. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria.

**Artigo 29.** Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso.

**Artigo 30.** Observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) perante órgãos públicos e somente nos casos em que não houver assunção de obrigações pela Companhia, por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos, isoladamente.

Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de Diretor Financeiro, a Companhia será representada para fins do item (i) acima e na outorga de procurações, observado o disposto no Artigo 31 abaixo, por quaisquer 2 (dois) Diretores.

**Artigo 31.** As procurações serão outorgadas pela Companhia nos termos do item

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

(i) do Artigo 30 acima, por meio de instrumento público ou particular. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, caso em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano.

**Artigo 32.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, preposto e empregado que a envolverem em ou digam respeito a obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se para fins de atendimento aos interesses sociais forem previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do presente Estatuto Social e da Lei das S.A..

## CAPÍTULO VII
## COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

**Artigo 33.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros. Os comitês da Companhia terão somente caráter consultivo e não terão qualquer poder decisório.

## CAPÍTULO VIII
## CONSELHO FISCAL

**Artigo 34.** O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento não permanente e somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida, nos termos da legislação aplicável e dos regulamentos da CVM.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número (acionistas ou não), qualificados em conformidade com as disposições legais aplicáveis, os quais terão as atribuições previstas na Lei das S.A.. Nos casos de ausência, impedimento ou vacância dos membros efetivos, estes serão substituídos pelos seus suplentes.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela

Assembleia Geral que aprovar sua instalação e terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser destituídos e/ou reeleitos.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 44 deste Estatuto Social.

**Artigo 35.** Quando e se instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que sejam cometidas por lei.

Parágrafo Primeiro. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos, sem prejuízo da prerrogativa fiscalizatória de cada um dos seus membros. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo Terceiro. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes à reunião em questão.

**Artigo 36.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo terceiro do Artigo 162 da Lei das S.A..

## CAPÍTULO IX
## EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

**Artigo 37.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Parágrafo Primeiro. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo Segundo. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária uma proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A..

Parágrafo Terceiro. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer alocação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Parágrafo Quarto. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**Artigo 38.** Após realizadas as deduções contempladas no Artigo 37 acima, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

(a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que, no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.;

(c) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos deverá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das S.A.;

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

(e) a parcela correspondente a, pelo menos, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício será distribuída aos acionistas como dividendo anual obrigatório, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.; e

(f) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, será destinado à formação de uma reserva para investimentos, salvo se determinado de outra forma pela assembleia geral de acionistas, com base na proposta do conselho de administração. A reserva de investimentos não excederá 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social da Companhia. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Parágrafo Primeiro. O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de até 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Segundo. O dividendo previsto no item (e) do *caput* deste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Os lucros retidos na forma do Parágrafo Segundo acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

Parágrafo Quarto. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou a sua distribuição prescreverão em favor da Companhia.

**Artigo 39.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (i) distribuir dividendos com base nos lucros apurados em balanços semestrais, (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre no

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, Parágrafo Primeiro, da Lei das S.A., e (iii) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral, e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais.

**Artigo 40.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 5º, Parágrafo Quinto, deste Estatuto Social.

## CAPÍTULO X
## ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

### Seção I – Alienação do Controle Acionário

**Artigo 41.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### Seção II – OPA por Atingimento de Participação Relevante

**Artigo 42.** Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social ("Participação Relevante"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações ("Novo Acionista Relevante"), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste Artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

Parágrafo Primeiro. A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, de que trata o Parágrafo 4º deste artigo.

Parágrafo Segundo. O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) 120% (cento e vinte por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação (preparado por avaliador escolhido pelo Conselho de Administração); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital mediante distribuição pública nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, atualizado pelo IPCA; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação média das ações nos últimos 90 (noventa) dias; e (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago, a qualquer tempo, pela Pessoa Relevante em qualquer tipo de negociação, em qualquer um dos casos sujeito a ajustes decorrentes de distribuição de dividendos pela Companhia, reorganizações societárias envolvendo a Companhia, grupamentos e desdobramentos de ações da Companhia e quaisquer outras operações que afetem o capital social da Companhia.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (a) as informações previstas no Artigo 12 da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e nos itens (i) até (m) do inciso I do Anexo II à Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada; (b) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (c) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (d) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (e) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o Parágrafo Segundo deste Artigo ("Preço Proposto").

Parágrafo Quarto. O Valor Justo de Mercado será apurado em laudo de avaliação

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão com independência em relação ao Novo Acionista Relevante, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo Artigo da lei.

Parágrafo Quinto. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Justo de Mercado da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Parágrafo Sétimo. O laudo de avaliação deverá ser encaminhado pela instituição ou empresa especializada responsável ao Diretor de Relações com Investidores, para que este o divulgue imediatamente ao mercado, por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

Parágrafo Oitavo. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia, excetuadas deste cômputo as ações de titularidade do Novo Acionista Relevante, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da OPA. O novo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação previsto no § 4º deste Artigo, de acordo com os procedimentos previstos no Artigo 4º-A da Lei das S.A. e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste Capítulo e divulgado nos termos do § 6º deste Artigo. Na Assembleia Especial poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Novo Acionista Relevante.

Parágrafo Nono. Caso o laudo de avaliação venha a apurar um Preço da OPA superior ao Preço Proposto, o Novo Acionista Relevante poderá dela desistir, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de divulgação do laudo de avaliação, obrigando-se, neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto no Artigo 28 da Instrução CVM nº 361, ou norma que venha a substituí-la, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data de comunicação da desistência à Companhia. A desistência deverá ser comunicada pelo Acionista Relevante ao Diretor de Relações com Investidores, quem por sua vez deverá comunicar o mercado promovendo a divulgação de fato relevante.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Parágrafo Décimo. A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

(a) a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de Ações em Circulação e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;

(b) a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

(c) não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação.

Parágrafo Décimo Primeiro. Se OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação.

Parágrafo Décimo Segundo. Se OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contato da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

Parágrafo Décimo Terceiro. Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das S.A..

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

Parágrafo Décimo Quarto. A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas (i) que na data da divulgação do anúncio de início da oferta inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia já detiver 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, ou (ii) que atinja a Participação Relevante:

(a) de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações;

(b) por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

(c) em decorrência da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou

(d) em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de participação Acionaria Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

Parágrafo Décimo Quinto. A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo Sexto. Para fins deste Artigo, os seguintes termos iniciados em letra maiúscula terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa o acionista ou o Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça o Poder de Controle da Companhia;

"Ações em Circulação" significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as

ações em tesouraria, as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas e por Administradores da Companhia;

"Administradores" significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente;

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (v) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e (vi) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (vii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (viii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia;

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

"Poder de Controle" e seus termos correlatos significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

"Valor Justo de Mercado" significa o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinados pela instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, mediante a utilização dos critérios de (i) fluxo de caixa descontado (abordagem de renda) e (ii) patrimônio líquido a mercado (abordagem de ativo), com o ajuste do valor contábil (saldo líquido) das contas patrimoniais aos valores justos de mercado dos ativos e passivos.

## CAPÍTULO XI
## DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

**Artigo 43.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação, será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

## CAPÍTULO XII
## SOLUÇÃO DE CONFLITOS

**Artigo 44.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## CAPÍTULO XIII
## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 45.** Este Estatuto Social será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Os casos omissos neste Estatuto Social serão

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 46.** Para os fins deste Estatuto Social, deverão ser consideradas as seguintes definições:

"Direitos de Propriedade Intelectual" significa todos os direitos sobre propriedade intelectual, em especial, mas não unicamente, direitos sobre propriedade industrial, direitos patrimoniais autorais, inclusive direitos de edição, direitos conexos e todos os ativos intangíveis, incluindo, sem limitação: (i) os direitos relativos à propriedade industrial, registrados ou não, incluindo direitos e títulos de solicitação devidas, tais quais patentes de invenção e de modelo de utilidade, desenho industrial, registro de marcas, nome comercial, indicações geográficas e quaisquer outros direitos à propriedade industrial definidos e protegidos por qualquer lei, em especial pela Lei nº 9.729, de 14 de maio de 1996, e pela Convenção da União de Paris para proteção da propriedade industrial; (ii) os direitos patrimoniais autorais detidos sobre qualquer obra literária, artística ou científica, incluindo os direitos sobre *software*, direitos autorais conexos e quaisquer outros definidos e protegidos por qualquer Lei, em especial pelas Leis nº 9.609 e nº 9.610, ambas de 19 de fevereiro de 1998; (iii) nomes de domínios registrados no Brasil ou em qualquer outro território; e (iv) quaisquer outros ativos intangíveis, incluindo anúncios e materiais de promoção e tecnologia, segredo empresarial e conhecimento (*know-how*), direitos e títulos de solicitações devidas, lista de clientes, lista de preços, arquivos e histórico de clientes, informações legais, comerciais, tributárias, financeiras, de produtos e de produção;

"IGP-M" significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo;

"Ônus" significa todos e quaisquer ônus, gravames, restrições, penhoras ou qualquer outro tipo de constrição judicial ou administrativa, penhores, hipotecas, compromissos, exigências, dívidas, cauções, usufruto, direitos de terceiro, demanda, direito de garantia, encargo, cessão ou alienação fiduciária ou com reserva de domínio, locação, sublocação, licenciamento, servidão, avença, esbulho possessório, condição, cobranças, pagamentos, opções, acordo para exercício de voto, direito de participação, direito de primeira oferta, direito de venda em conjunto, obrigação de alienação em conjunto, direito de aquisição, direito de retenção, direitos de preferência, constrições ou restrições;

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

"Orçamento Anual" significa o orçamento da Companhia para cada exercício social, conforme aprovado anualmente pelo conselho de administração, que deverá contemplar, pelo menos, os eventos relevantes, demonstrações de resultado, balanço patrimonial e planos de investimentos;

"Pessoa" significa qualquer pessoa física, jurídica, sociedade em comandita por ações, sociedade limitada, associação, sociedade por ações, *trust*, sociedade sem personalidade jurídica, órgão governamental ou agência regulatória e suas subdivisões, ou qualquer outra pessoa ou entidade com ou sem personalidade jurídica;

"Plano de Negócios" significa o plano de negócios da Companhia para o prazo de 5 (cinco) anos, que contempla, dentre outros aspectos, receita, geração de caixa operacional, projeções de investimentos e EBITDA, em R$, tudo conforme revisto e atualizado anualmente; e

"Transferência" (e suas variações verbais) significa a venda, compromisso de venda, alienação, cessão, direito de posse, concessão de opção de compra ou venda, troca, aporte ao capital social de outra companhia, transferência ou qualquer outra forma de perda da propriedade, direta ou indiretamente, inclusive, mas sem limitação, por meio de reorganizações societárias.

Parágrafo Único. Os demais termos iniciados com letra maiúscula, se não definidos neste Estatuto Social.

**Artigo 47.** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas devidamente arquivados em sua sede, se houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e o presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria abster-se de computar votos contrários aos termos de acordo de acionistas, conforme o artigo 118 da Lei das S.A..

**Artigo 48.** Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia (se houver) que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra, venda, transferência e oneração de ações de emissão da Companhia, preferência ou opção de compra ou venda para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder controle, serão respeitados pela Companhia, por sua administração e pelos demais acionistas.

**Artigo 49.** As disposições contidas no Artigo 1º, Parágrafo Único, Artigo 10, item

(xiii), Artigo 13, *caput* e Parágrafo Segundo, Artigo 17, Parágrafo Segundo, Artigo 26, Parágrafo Terceiro, Artigo 41, Artigo 42 e Artigo 44 deste Estatuto Social, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

**Artigo 50.** O disposto na Seção II do Capítulo X deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária em 10 de dezembro de 2021, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima doação ou sucessão hereditária, ou (ii) *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas, seus descentes ou seu cônjuge.

**Artigo 51.** Os acionistas e a Companhia deverão disponibilizar eventuais contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, sempre que formalmente solicitados por um acionista ou por qualquer órgão público da esfera municipal, estadual ou federal.

* * * * *

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx7V008yjdb2Og&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 40340485817-VERENA SANCHEZ BOHRER|28949644800-RODRIGO BRANDÃO FEITOSA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXO C MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**
CNPJ/ME nº 22.902.694/0001-95
NIRE: 26.3.0002306-7

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
**REALIZADA EM [•] DE [•] DE 202[•]**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos [•] de [•] de 202[•], às [•] horas, na sede da Self It Academias Holding S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1901, Pina, Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51110-000. Os participaram da reunião por videoconferência, através da plataforma Zoom, conforme permitido pelo artigo 16, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: A presente Reunião do Conselho de Administração da Companhia foi convocada nos termos do artigo [•] do Estatuto Social da Companhia, por e-mail com confirmação de entrega enviado pelo Presidente do Conselho de Administração a todos os demais membros do Conselho de Administração no dia [•] de [•] de 202[•]. Presente a totalidade dos membros do Conselho, quais sejam: [Rodrigo Brandão Feitosa, Verena Sanchez Bohrer, Fábio Isay Saad, Luis Eduardo Silveira Mendes, Felipe Franco da Silveira, José Leonardo Pereira da Costa e Nelson Lins de Araújo Netto].

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** [•] – Presidente; [•] – Secretário.

**ORDEM DO DIA**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em [•] de dezembro de 2021 ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a serem emitidas pela Companhia conforme previsto no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A. ("Prospecto Preliminar") no âmbito da Oferta ("Preço por Ação"); **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."); **(iii)** a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações a serem emitidas; **(iv)** a aprovação dos direitos atribuídos às novas Ações; **(v)** a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta

e a homologação do novo capital social da Companhia; e **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A. ("Prospecto Definitivo") e o *final offering memorandum ("Offering Memorandum")*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta, incluindo, *inter alia*, assinar o ["*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A.*" ("Contrato de Colocação"), o "*Placement Facilitation Agreement*", o "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A.*"] e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").

**DELIBERAÇÕES:** Após discussão da matéria constante da ordem do dia, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: **(i)** aprovar a fixação do Preço por Ação em R$ [•] ([•] reais), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil e no exterior, pelos Coordenadores da Oferta e Agentes de Colocação Internacional (conforme definidos no Prospecto Preliminar), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e artigo 44 da Instrução CVM nº 400, emitida em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e pelo fato de as Ações serem distribuídas por meio da Oferta, na qual o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, de R$ [•] ([•] reais) para R$ [•] ([•]), representando um aumento efetivo, portanto, de R$ [•] ([•]), mediante a emissão de [•] ([•]) novas Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A. e no Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$ [•] ([•] reais): (a) o valor de R$ [•] ([•] reais) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [•] ([•] reais) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de [•], totalizando a quantia de R$ [•] ([•] reais) destinada à reserva de capital; **(iii)** a forma de integralização das Ações sujeitas à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, nos termos das cláusulas aplicáveis do Contrato de Colocação; **(iv)** a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e

restrições, inclusive em relação ao direito de recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às Ações, conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta; **(v)** a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [•] ([•]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ [•] ([•] reais), dividido em [•] ([•]) Ações; e **(vi)** a autorização à Diretoria da Companhia a emitir o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

**DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Conselheiros ou que estejam relacionados às informações prestadas durante à reunião.

**ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente no livro próprio a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Mesa: [•] – Presidente; [•] – Secretário. Conselheiros presentes: [Rodrigo Brandão Feitosa, Verena Sanchez Bohrer, Fábio Isay Saad, Luis Eduardo Silveira Mendes, Felipe Franco da Silveira, José Leonardo Pereira da Costa e Nelson Lins de Araújo Netto].

Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Recife, [•] de [•] de 202[•].

**MESA:**

| | |
|---|---|
| _____ | _____ |
| [•] | [•] |
| Presidente | Secretário |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXO D MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901, CEP 51110-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 22.902.694/0001-95, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Coordenador Líder**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes e suficientes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e não os induzindo a erro;

(iii) as informações prestadas pela Companhia, no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Recife, [•] de [•] de 2022.

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

## ANEXO E MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.440, 7º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 02.819.125/0001-73, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antonio de Góes, nº 275, sala 1901, CEP 51110-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 22.902.694/0001-95 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Coordenador Líder e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**" e, em conjunto com Coordenador Líder, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

(A) a Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Self It Academias Holding S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. e a BDO RCS Auditores Independentes S.S. para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia, os documentos que a considera relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(F) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da

Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2022.

**UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

**ANEXO F INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Self It Academias Holding S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de Nove Meses
Findo em 30 de Setembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. República do Líbano, 251 -
28º andar - Torre B
51110-160 - Recife - PE
Brasil

Tel.: + 55 (81) 3464-8100
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Self It Academias Holding S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Self It Academias Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Self It Academias Holding S.A. em 30 de setembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

*Reconhecimento de receita*

Conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a receita líquida da Companhia e de suas controladas consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas contabilizaram receita líquida no montante de R$68.113 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (i) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (ii) que os valores da receita de prestação de serviço sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (i) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas, considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; e (iii) seleção de transações de serviços ao longo do período e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e a contabilização no período de competência.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021.

*Aquisição participação societária – Combinação de negócios*

Conforme nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia celebrou contrato de investimento e outras avenças para aquisição de participação societária com obtenção de controle na Weburn Empreendimentos Digitais S.A. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria pois o processo de mensuração a valor justo e a alocação dos ativos adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são complexos e envolvem alto grau de subjetividade, e há complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu registro contábil, o qual considera os requisitos do pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos contratos estabelecidos entre as partes; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela Administração na aplicação do método de aquisição, à luz dos pronunciamentos técnicos contábeis aplicáveis; (iii) o envolvimento de nossos especialistas internos para avaliar a razoabilidade da taxa de desconto utilizada pelos especialistas externos da Companhia na avaliação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na data de aquisição; e (iv) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para contabilização preliminar da combinação de negócios adotados pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited. 

**Outros assuntos**

*Revisão dos valores correspondentes referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2020*

Os valores correspondentes relativos aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram revisados por nós, com relatório de revisão emitido em 8 de dezembro de 2021, sem modificação. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *"Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre esses valores correspondentes.

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os com registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited. 

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 8 de dezembro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PE

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

2021SA010314_vFinal - 2021SA010314__Parecer AUD 30.09.docx

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 56.544 | 23.952 | 54.965 | 23.535 |
| Aplicações financeiras | 6 | 6.329 | - | 6.329 | - |
| Contas a receber de clientes | 7 | 11.164 | 7.991 | 9.373 | 7.149 |
| Impostos a recuperar | | 1.958 | 1.871 | 1.942 | 1.854 |
| Partes relacionadas | 14 | - | - | 1.373 | 623 |
| Outros ativos | | 6.907 | 3.610 | 6.836 | 2.405 |
| **Total do ativo circulante** | | **82.902** | **37.424** | **80.818** | **35.566** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Partes relacionadas | 14 | - | - | 8.476 | 8.471 |
| Outros ativos | | 661 | 499 | 578 | 479 |
| Investimentos | 8 | - | - | 14.271 | - |
| Imobilizado | 9 | 211.027 | 223.600 | 204.813 | 217.103 |
| Direito de uso | 11 | 128.151 | 119.423 | 124.067 | 114.103 |
| Intangível | 10 | 14.607 | 3.762 | 5.449 | 3.666 |
| **Total do ativo não circulante** | | **354.446** | **347.284** | **357.654** | **343.822** |
| **Total do ativo** | | **437.348** | **384.708** | **438.472** | **379.388** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido** | **Nota** | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | | 13.180 | 28.329 | 11.696 | 27.231 |
| Empréstimos, financiamentos e debênture | 12 | 26.844 | 6.141 | 26.786 | 6.141 |
| Passivo de arrendamento | 11 | 31.861 | 28.636 | 30.100 | 26.792 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 7.600 | 5.715 | 6.920 | 5.548 |
| Obrigações tributárias | | 8.811 | 6.753 | 8.436 | 6.181 |
| Partes relacionadas | 14 | - | 114 | 5.829 | - |
| Outras obrigações | | 2.145 | 1.694 | 1.892 | 461 |
| **Total do passivo circulante** | | **90.441** | **77.382** | **91.659** | **72.354** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Fornecedores | | 5.038 | 4.307 | 5.038 | 4.307 |
| Empréstimos, financiamentos e debênture | 12 | 109.257 | 122.713 | 109.206 | 122.713 |
| Passivo de arrendamento | 11 | 111.269 | 103.034 | 108.254 | 98.824 |
| Obrigações tributárias | | 1.856 | 649 | 1.324 | 106 |
| Impostos diferidos | | 1.364 | - | - | - |
| Partes relacionadas | 14 | - | - | 7.595 | 298 |
| Outras obrigações | | 223 | 222 | 192 | 190 |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e tra | 15 | 3.056 | 2.815 | 2.728 | 2.654 |
| Investimentos com patrimônio líquido neg | 8 | - | - | 4.992 | 3.724 |
| **Total do passivo não circulante** | | **232.063** | **233.740** | **239.329** | **232.816** |
| **Total do passivo** | | **322.504** | **311.122** | **330.988** | **305.170** |
| **Patrimônio líquido** | 16 | | | | |
| Capital social | | 88.068 | 63.854 | 88.068 | 63.854 |
| Reserva de Capital | | 173.284 | 120.498 | 173.284 | 120.498 |
| Prejuizos acumulados | | (153.868) | (110.134) | (153.868) | (110.134) |
| **Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores** | | **107.484** | **74.218** | **107.484** | **74.218** |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores | | 7.360 | (632) | - | - |
| **Total do patrimônio líquido** | | **114.844** | **73.586** | **107.484** | **74.218** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **437.348** | **384.708** | **438.472** | **379.388** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | Nota | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) |
| | | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) |
| **Receita líquida de serviços** | 17 | 68.113 | 60.586 | 65.353 | 57.781 | 24.703 | 18.993 | 23.502 | 18.056 |
| Custo dos serviços prestados | 18 | (79.918) | (70.306) | (76.590) | (66.856) | (26.693) | (21.691) | (25.620) | (21.113) |
| **Prejuízo bruto** | | **(11.805)** | **(9.720)** | **(11.237)** | **(9.075)** | **(1.990)** | **(2.698)** | **(2.118)** | **(3.057)** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | | | | | |
| Despesas gerais e administrati | 18 | (16.830) | (16.492) | (16.811) | (16.492) | (5.213) | (5.659) | (5.189) | (5.659) |
| Equivalência patrimonial | 8 | - | - | (1.294) | (1.923) | - | - | (356) | (524) |
| Outras receitas (despesas), líqu | 18 | 502 | (275) | 679 | (111) | 322 | (285) | 499 | (303) |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos** | | **(28.133)** | **(26.487)** | **(28.663)** | **(27.601)** | **(6.881)** | **(8.642)** | **(7.164)** | **(9.543)** |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 19 | 2.011 | 1.721 | 1.975 | 1.719 | 1.049 | 277 | 1.048 | 276 |
| Despesas financeiras | 19 | (17.698) | (15.073) | (17.046) | (14.404) | (6.504) | (4.281) | (6.136) | (3.922) |
| **Resultado financeiro** | | **(15.687)** | **(13.352)** | **(15.071)** | **(12.685)** | **(5.455)** | **(4.004)** | **(5.088)** | **(3.646)** |
| **Prejuízo do período** | | **(43.820)** | **(39.839)** | **(43.734)** | **(40.286)** | **(12.336)** | **(12.646)** | **(12.252)** | **(13.189)** |
| Participação de acionistas controladores | | (43.734) | (40.286) | - | - | (12.252) | (13.189) | - | - |
| Participação de acionistas não controladores | | (86) | 447 | - | - | (84) | 543 | - | - |
| **Prejuízo por ação (expresso em R$ por ação)** | | | | | | | | | |
| Básico e diluído | 15 | **(3,67)** | **(3,90)** | **(3,67)** | **(3,90)** | **(0,93)** | **(0,84)** | **(0,93)** | **(0,84)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021)** | **Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020)** | **Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021)** | **Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020)** | **Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021)** | **Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020)** | **Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021)** | **Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020)** |
| | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) |
| Prejuízo do período | (43.820) | (39.839) | (43.734) | (40.286) | (12.336) | (12.646) | (12.252) | (13.189) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente do período atribuível aos:** | **(43.820)** | **(39.839)** | **(43.734)** | **(40.286)** | **(12.336)** | **(12.646)** | **(12.252)** | **(13.189)** |
| Acionistas controladores | (43.734) | (40.286) | - | - | (12.252) | (13.189) | - | - |
| Acionistas não controladores | (86) | 447 | - | - | (84) | 543 | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | Nota | Capital social | Reserva de capital | Prejuizos acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1 de janeiro de 2020** | | **63.854** | **120.498** | **(49.376)** | **134.976** | **(887)** | **134.089** |
| Prejuízo do período | | - | - | (40.286) | (40.286) | 447 | (39.839) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | | **63.854** | **120.498** | **(89.662)** | **94.690** | **(440)** | **94.250** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | | **63.854** | **120.498** | **(110.134)** | **74.218** | **(632)** | **73.586** |
| Aumento de capital | 16 | 24.214 | 52.786 | - | 77.000 | - | 77.000 |
| Participação de minoritários na aquisição de empresa | 4 | - | - | - | - | 8.078 | 8.078 |
| Prejuízo do período | | - | - | (43.734) | (43.734) | (86) | (43.820) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | | **88.068** | **173.284** | **(153.868)** | **107.484** | **7.360** | **114.844** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) (Não auditado) | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) (Não auditado) |
| **FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES** | | | | | |
| Prejuízo do período | | **(43.820)** | **(39.839)** | **(43.734)** | **(40.286)** |
| Depreciação e amortização | 18 | 36.113 | 34.515 | 34.497 | 32.632 |
| Equivalência patrimonial | 8 | - | - | 1.294 | 1.923 |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | | 241 | - | 74 | - |
| Juros sobre arrendamento mercantil | 11 | 9.039 | 8.479 | 8.732 | 8.113 |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 7.351 | 6.571 | 7.351 | 6.571 |
| Remensuração/Cancelamento/Descontos de arrendamento | | (3.639) | (6.088) | (3.283) | (5.445) |
| Baixas de ativo imobilizado | | - | 90 | - | 90 |
| **VARIAÇÕES NOS ATIVOS** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (3.173) | (1.834) | (2.224) | (1.682) |
| Impostos a recuperar | | (87) | (1.392) | (88) | (1.361) |
| Outros ativos | | (3.175) | (5.876) | (4.680) | (3.927) |
| **VARIAÇÕES NOS PASSIVOS** | | | | | |
| Fornecedores | | (14.418) | 3.207 | (14.804) | 2.122 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.885 | 1.261 | 1.372 | 1.340 |
| Obrigações tributárias | | 3.265 | 3.865 | 3.473 | 3.923 |
| Outras obrigações | | 452 | 1.311 | 1.433 | (27) |
| **CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **(9.966)** | **4.270** | **(10.587)** | **3.986** |
| Juros pagos | | (3.008) | (5.764) | (3.008) | (5.764) |
| **CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **(12.974)** | **(1.494)** | **(13.595)** | **(1.778)** |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos: | | | | | |
| Aplicação em aplicações financeiras | 6 | (6.329) | - | (6.329) | - |
| Operações com partes relacionadas | 14 | (114) | (39) | (1.930) | (263) |
| Aquisição de imobilizado | 9 | (8.381) | (28.967) | (7.995) | (28.859) |
| Aquisição de intangível | 10 | (2.825) | (906) | (2.778) | (906) |
| **CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | **(17.649)** | **(29.912)** | **(19.032)** | **(30.028)** |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos: | | | | | |
| Captação de emprestimos, financiamentos e debêntures | 12 | 3.253 | 5.000 | 3.144 | 5.000 |
| Pagamento de emprestimos, financiamentos e debêntures | 12 | (349) | (4.409) | (349) | (4.409) |
| Pagamento de arrendamento mercantil | 11 | (16.689) | (11.405) | (15.738) | (10.658) |
| Aumento de capital | 16 | 77.000 | - | 77.000 | - |
| **CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | **63.215** | **(10.814)** | **64.057** | **(10.067)** |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **32.592** | **(42.220)** | **31.430** | **(41.873)** |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 5 | 23.952 | 92.337 | 23.535 | 91.505 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do período | 5 | 56.544 | 50.117 | 54.965 | 49.632 |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **32.592** | **(42.220)** | **31.430** | **(41.873)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) |
| **Receitas** | | | (Não auditado) | | (Não auditado) |
| Receita bruta de serviços | 17 | 82.821 | 69.272 | 79.266 | 66.088 |
| | | **82.821** | **69.272** | **79.266** | **66.088** |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | | |
| Custo dos serviços prestados | 18 | (29.152) | (13.880) | (28.059) | (14.045) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | | (5.004) | (5.539) | (4.645) | (5.331) |
| Insumos de publicidade, marketing, fundos de promoção e outros relacionados à venda | | (2.632) | (4.054) | (2.429) | (3.947) |
| **Valor adicionado bruto gerado pela Companhia** | | **46.033** | **45.799** | **44.133** | **42.765** |
| **Retenções** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 18 | (36.113) | (34.515) | (34.497) | (32.632) |
| **Valor adicionado líquido gerado pela Companhia** | | **9.920** | **11.284** | **9.636** | **10.133** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | | - | - | (1.294) | (1.648) |
| Receitas financeiras | 19 | 2.011 | 1.721 | 1.975 | 1.719 |
| | | **2.011** | **1.721** | **681** | **71** |
| **Valor total adicionado distribuído** | | **11.931** | **13.005** | **10.317** | **10.204** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | | |
| **Empregados** | | **26.098** | **27.093** | **25.489** | **26.348** |
| Remuneração direta | | 21.313 | 22.674 | 20.729 | 22.099 |
| Benefícios | | 3.165 | 2.936 | 3.061 | 2.834 |
| FGTS | | 1.244 | 1.067 | 1.208 | 1.040 |
| Outras | | 376 | 416 | 491 | 375 |
| **Tributos** | | **11.057** | **9.885** | **10.618** | **9.418** |
| Federais | | 7.322 | 6.519 | 7.027 | 6.216 |
| Municipais | | 3.735 | 3.366 | 3.591 | 3.202 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | **18.596** | **15.866** | **17.944** | **14.724** |
| Juros | 19 | 16.995 | 14.490 | 16.634 | 14.092 |
| Aluguéis | | 898 | 793 | 898 | 320 |
| Outras despesas financeiras | 19 | 703 | 583 | 412 | 312 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | **(43.820)** | **(39.839)** | **(43.734)** | **(40.286)** |
| Prejuízos retidos | | (43.734) | (40.286) | (43.734) | (40.286) |
| Participação dos não controladores nos prejuízos retidos | | (86) | 447 | - | - |
| | | **11.931** | **13.005** | **10.317** | **10.204** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Self It Academias Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada na Avenida Antônio de Goés, n° 275, sala 1901, CEP 51.110-000, Bairro do Pina, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

Em 30 de setembro de 2021, a Selfit possuía 70 unidades operacionais (70 em 31 de dezembro de 2020), distribuídas em 63 filiais (67 em 31 de dezembro 2020) e 3 unidades (3 em 31 de dezembro em 2020).

A Companhia, em conjunto com suas controladas, definidas em conjunto como ("Grupo") tem como objeto social atividades de condicionamento físico.

**Impactos da COVID-19 e continuidade operacional**

A pandemia do Covid-19 gerou impactos relevantes de curto prazo nas empresas de academia de ginástica, como é o caso da Selfit. Na segunda quinzena de março de 2020, todas as unidades do Grupo foram fechadas temporariamente devido às restrições impostas pelas autoridades locais. As mesmas continuaram fechadas até que, em julho de 2020, iniciou-se um processo de abertura dessas lojas, de acordo com autorização de cada um dos estados e/ou municípios que o Grupo opera, atualmente as lojas estão abertas e operando em capacidade total. O Grupo tem operado com uma série de cuidados à saúde, os quais não impactam diretamente a capacidade de atender os alunos e a capacidade da companhia de continuar com o plano agressivo de expansão que vinha ocorrendo até o começo de 2020.

Com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica, ainda que de maneira gradual, o Grupo tem indícios (maturação de novas unidades, retomada dos níveis de matrícula históricos em praças que já estão mais avançadas no combate à pandemia), do reestabelecimento da demanda pelos serviços ofertados antes dessa crise.

Diante desse cenário, o Grupo incorreu no prejuízo consolidado de R$43.820 durante o período findo em 30 de setembro de 2021 e, nessa data, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado em R$ 7.539. O Grupo também apurou margem bruta consolidada negativa de R$11.805 e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R$12.974 para o exercício findo nessa data.

O ano de 2021 começou com uma perspectiva de retomada para o Grupo. Após a primeira onda da pandemia, ainda em 2020, o Grupo iniciou o ano com todas as unidades operacionais, ainda que com uma série de restrições (limitação do número de clientes que poderiam treinar simultaneamente, proibição das aulas coletivas em diversas praças, necessidade de agendamento, dentre outros). No entanto, ao final do primeiro trimestre, com o avanço da segunda onda da pandemia no Brasil, o Grupo retrocedeu a retomada dos resultados que estavam acontecendo desde julho de 2020. O número de novas matrículas, por exemplo, caiu 55% quando comparado o mês de abril de 2021 com janeiro do mesmo ano. Para os meses subsequentes (maio e junho) o impacto da segunda onda foi ainda maior em comparação a primeira onda.

Apesar do primeiro semestre desafiador, a partir de julho de 2021, o Grupo começou a perceber uma melhora significativa em seus números: repetindo os números de novas matrículas de janeiro, o que é um feito ainda mais positivo quando considerado a sazonalidade do negócio (janeiro, por ser começo de ano e verão, tem historicamente muito mais matrículas que julho, um mês no auge do inverno brasileiro). Para o terceiro trimestre os resultados foram bastante promissores: recorde de matrículas no ano nos meses de agosto e setembro, crescimento de 4-6% ao mês desde então. Esse impacto positivo no faturamento, inclusive reestabeleceu a geração de caixa positivo do ponto de vista operacional, que deve se intensificar com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica nos 15 estados em que o Grupo opera.

Ao longo de 2020 e para 2021, a Administração tomou uma série de medidas para proteger a posição de caixa do Grupo e reduzir os impactos negativos no seu resultado financeiro:

(i) Renegociações dos contratos de locação, priorizando descontos e/ou isenções de taxas de reajustes;

(ii) Suspensões e/ou reduções de contratos de trabalho, sempre observando as determinações de cada uma das legislações locais onde o Grupo opera;

(iii) Repactuação dos prazos de pagamentos com os principais fornecedores, tanto na aquisição de ativos quanto nos custos e despesas do dia a dia;

(iv) Redução dos serviços contratados junto a fornecedores, seja por uma escolha estratégica da Administração, seja uma consequência do horário de funcionamento limitado, em decorrência de determinações das autoridades locais.

(v) Conforme descrito na nota explicativa nº 12, em 30 de outubro de 2020, as condições originais de vencimento das debêntures foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025.

(vi) Em 06 de abril de 2021, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, do qual R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, com este recurso o capital circulante líquido da Companhia passou a ser positivo.

(vii) A Companhia e suas controladas têm disponível linhas de crédito de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. não utilizadas, no montante de aproximadamente R$46 milhões.

A Administração da Grupo analisou os impactos da Covid-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "*impairment*" dos seus ativos em 30 de setembro de 2021. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

A Administração considerando os eventos até a data de aprovação das demonstrações financeiras, entende que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no próximo exercício. Portanto, adotamos a base contábil de continuidade operacional na elaboração dessas demonstrações financeiras.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 8 de dezembro de 2021.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, sendo primeiramente as demonstrações financeiras consolidadas e posteriormente as da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

<u>Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas</u>

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis.

Não houve mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas Informações trimestrais em relação àquelas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

## 2.3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia e suas controladas, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas na data base de até 31 de dezembro de 2020 de cada exercício.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

A seguir é apresentada a base de consolidação no mês de setembro de 2021:

| | | Participação % | |
|---|---|---|---|
| | **Classificação** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| **Investimento:** | | | |
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | Controlada | 52% | 52% |
| Academia Inteligente LTDA - Iguatemi | Controlada | 100% | 100% |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | Controlada | 100% | 100% |
| Academia Inteligente LTDA - Paralela | Controlada | 100% | 100% |
| Weburn Empreendimentos Digitais S.A | Controlada | 55% | - |

Passivo a descoberto

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta das controladas.

## 2.5 Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);

Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

• Os valores relacionados às atividades de condicionamento físico e canais digitais são reconhecidos mensalmente, de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de prestação de serviços, exceto, taxas de adesão, anuidade, e manutenção que são reconhecidas na sua ocorrência, respeitando a prestação de serviços

O Grupo monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados e concluiu que a exigibilidade da devolução de mensalidades aos alunos é irrelevante, e que as taxas de anuidade e adesão não possuem exigibilidade de devolução aos alunos.

## 2.6 Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas atuam apenas como arrendatárias.

Ativo de direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato;

Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas identificaram e adotaram a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos o critério. A taxa real incremental utilizada para os cálculos foi de 8,68% a.a. até 11,44%a.a., em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

## 2.7 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## 2.8 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

## 2.9 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.9.1 Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais do Grupo suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

### 2.9.2 Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 2.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

| Descrição | Taxas (%) |
|---|---|
| Equipamentos de ginástica | 10 |
| Acessórios de ginástica | 20 |
| Móveis e utensílios | 20 |
| Equipamentos de informática | 20 |
| Benfeitorias (Vigência média dos contratos) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentarem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado da unidade geradora de caixa ("UGC"), pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.12 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos de amortização acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Grupo do ativo intangível | % a.a. |
|---|---|
| Software | 20 |

**Combinação de negócios e ágio**

Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos.

O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

A Companhia reconhece o valor justo de determinados ativos adquiridos suportado por laudos de avaliadores independentes. A Administração com base na sua experiência em transações de aquisições avalia a adequação dos valores determinados. Contudo, essas avaliações levam em conta determinado nível de julgamento.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio.

Informações adicionais sobre a combinação de negócio estão divulgadas na nota explicativa 4.

Trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação.

## 2.13 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 9 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 9 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado. |

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

## 2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.15 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.16 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As normas alteradas e interpretações efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. Uma série de outras revisões de normas e interpretações estão em andamento pelo IASB e a Companhia as avaliará oportunamente.

## 2.17 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS revisadas, já emitidas e ainda não vigentes, a seguir:

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|---|---|---|
| IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) | Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" | Sem definição |
| Alterações à IAS 1 | Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes | 01/01/2023 |
| Alterações à IAS 16 | Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido | 01/01/2022 |
| Alterações à IFRS 3 | Referência à Estrutura Conceitual | 01/01/2022 |
| Alterações à IAS 37 | Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato | 01/01/2022 |
| Ciclo 2018-2020 de melhorias às normas IFRS | Alterações à IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 – Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura | 01/01/2022 |

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

## 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

## 4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios ocorridas em 2021

Aquisição de participação societária com obtenção de controle da Weburn Empreendimentos Digitais S.A. (“Weburn”)

Em 09 de junho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato de Investimento e Outras Avenças (“Contrato”) com os acionistas da Weburn, o qual estabeleceu, dentre outros assuntos, os termos e as condições para, mediante o cumprimento de determinadas condições suspensivas, a subscrição, pela Self It, de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante aumento de capital da Weburn, sendo que, após implementação da operação, a Self It passe a ser titular de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Weburn.

A Weburn é uma plataforma brasileira focada em fitness digital, saúde e bem-estar. A Companhia realizou esta aquisição como parte de sua estratégia de entrada no setor fitness digital.

No dia 28 de julho de 2021, data de fechamento da operação, os acionistas da Weburn aprovaram a emissão de 73.333 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço total de emissão de R$7.000, que foram nesta data totalmente subscritas pela nova acionista Self It e que serão integralizadas parte em 2021 e o restante em até 12 meses da data de fechamento conforme definido entre as partes.

Além do aporte de capital previsto no Contrato, a Self It deverá aportar um valor adicional na Weburn, sem que isso cause qualquer diluição aos acionistas, caso a Weburn atinja determinadas metas estabelecidas para o exercício de 2022 nos termos estabelecidos no Contrato. Caso as metas sejam atingidas em seu patamar máximo, a Self It deverá realizar um aporte complementar no valor de R$8.000, dentro do prazo 30 (trinta) dias a contar da data em que for confirmado o atingimento das metas do plano de negócios, ou até 31 de março de 2023, o que ocorrer por último, observado que o valor do aporte complementar não será objeto de qualquer reajuste ou correção.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3 — Business Combinations). A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

| | Valor contábil | Ajustes | Valor justo |
|---|---|---|---|
| ***Ativos*** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 115 | - | 115 |
| Contas a receber de clientes | 650 | - | 650 |
| Partes relacionadas | 14.297 | - | 14.297 |
| Outros ativos | 29 | - | 29 |
| Intangível (i) | 581 | 4.012 | 4.593 |
| Imobilizado | 20 | - | 20 |
| ***Passivos*** | | | - |
| Empréstimos e financiamentos | (114) | - | (114) |
| Fornecedores | (223) | - | (223) |
| Outros passivos | (53) | - | (53) |
| Impostos diferidos | - | (1.364) | (1.364) |
| **Total dos ativos líquidos adquiridos** | **15.302** | **2.648** | **17.950** |
| Participação adquirida na Weburn | | | 55% |
| **Participação Self It nos ativos líquidos adquiridos** | | | **9.873** |
| | | | |
| (+) Contraprestação transferida (ii) | | | 14.297 |
| (+) Participação de não controladores (iii) | | | 8.078 |
| (-) Valor justo total dos ativos adquiridos líquidos | | | (17.950) |
| **(=) Ágio** | | | **4.425** |

(i) Contrato/relacionamento com professores da Weburn foram identificados como um ativo intangível na data de aquisição e mensurado pelo seu valor justo com base no método with/without, com vida útil estimada de 3 (três) anos para esse intangível.

(ii) Aportes de capital mensurados a valor presente na data de aquisição, que inclui o aporte complementar de capital considerado nesta data uma contraprestação contingente mensurada pelo seu valor justo.

(iii) A participação dos acionistas não controladores (45% de participação societária na Weburn) reconhecida na data de aquisição foi mensurada pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

O ágio no valor de R$4.425 resultante da aquisição é atribuído às sinergias esperadas na integração do fitness digital ao modelo de negócio da Companhia.

Os custos relacionados à aquisição (incluídos nas despesas administrativas) totalizaram R$160. A Weburn contribuiu com receitas líquidas no valor de R$249 e prejuízo de (R$48) para o resultado da Companhia para o período entre a data de aquisição e 30 de setembro de 2021.

Se a aquisição da Weburn tivesse sido concluída no primeiro dia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as receitas líquidas consolidadas da Companhia para o período teriam sido de R$ 69.005 e o prejuízo consolidado da Companhia teria sido de (R$ 45.200).

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Caixas e bancos | 55.072 | 4.541 | 54.668 | 4.124 |
| Aplicações de liquidez imediata | 1.472 | 19.411 | 297 | 19.411 |
| | **56.544** | **23.952** | **54.965** | **23.535** |

As aplicações financeiras são compostas por investimentos em renda fixa e possuem taxa média de remuneração em 30 de setembro de 2021 de 123,63 % do CDI (97,7% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir são apresentadas as aplicações financeiras:

| | | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instituições financeiras** | **Linha** | **Rentabilidade** | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Itaú Unibanco S.A. (i) | Itau Top DI Fic R | 96% do CDI | 5.757 | - | 5.757 | - |
| Banco do Nordeste. (i) | BNB Conta Reserva FI RF REF DI | 87% do CDI | 572 | - | 572 | - |
| | | | 6.329 | - | 6.329 | - |

(i) As aplicações estão vinculadas em garantias das debêntures, maiores detalhes apresentados na Nota explicativa 12. Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía um *waiver* e os valores foram liberados pelas instituições financeiras.

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Contas a receber - cartões | 11.164 | 7.991 | 9.223 | 7.106 |
| Contas a receber - alunos | - | - | 150 | 43 |
| | **11.164** | **7.991** | **9.373** | **7.149** |

As contas a receber de clientes referem-se a valores de receitas recorrentes de vendas dos planos de academia, recebidos através das principais operadoras de cartões no Brasil, na modalidade de cartão de crédito.

As referidas contas a receber de clientes estão vinculadas em garantias das debêntures, maiores detalhes apresentados na Nota explicativa 12.

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| A vencer | 11.164 | 7.991 | 9.373 | 7.149 |
| | **11.164** | **7.991** | **9.373** | **7.149** |

A Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, em função do negócio do Grupo, em casos ao qual não é realizado o pagamento o aluno tem o acesso bloqueado, sendo reestabelecido apenas na quitação dos valores pendentes de pagamento. Com esse modelo operacional, o Grupo não registra contas a receber (e a respectiva receita) para os alunos enquanto eles não regularizam o plano e voltem a utilizar a academia. Por isso não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.

## 8. INVESTIMENTOS COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

| Investidas | Data-base | Participação em controladas % | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido | Lucro (Prejuízo) do período |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | 30/09/2021 | 52% | 2.096 | 4.312 | (2.216) | (550) |
| Academia Inteligente LTDA - Iguatemi | 30/09/2021 | 100% | 3.913 | 6.614 | (2.701) | (733) |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | 30/09/2021 | 100% | 3.459 | 4.638 | (1.179) | 51 |
| Academia Inteligente LTDA - Paralela | 30/09/2021 | 100% | 6.318 | 6.277 | 41 | (300) |
| Weburn Empreendimentos Digitais Ltda. | 30/09/2021 | 55% | 8.860 | 856 | 8.005 | (48) |

a) A seguir é apresentada a movimentação dos investimentos:

| | Weburn Empreendimentos Digitais Ltda. |
|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **-** |
| Adições (i) | 14.297 |
| Equivalência patrimonial | (26) |
| **Saldos em 30 de setembro de 2021** | **14.271** |

i) As adições no período correspondem a aquisição da Weburn, conforme nota explicativa nº 4.

b) A seguir é apresentada a movimentação do passivo a descoberto:

| | Academia Automação LTDA | Academia Inteligente LTDA | Academia Inteligente EPP LTDA | Academia Inteligente LTDA | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1 de janeiro de 2020** | **(576)** | **(913)** | **(639)** | **692** | **(1.436)** |
| Equivalência patrimonial | (493) | (847) | (269) | (314) | (1.923) |
| **Saldos em 30 de setembro de 2020** | **(1.069)** | **(1.760)** | **(908)** | **378** | **(3.359)** |
| Equivalência patrimonial | 202 | (208) | (322) | (38) | (366) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **(867)** | **(1.968)** | **(1.230)** | **340** | **(3.724)** |
| Adições | - | - | - | - | - |
| Equivalência patrimonial | (286) | (733) | 51 | (300) | (1.268) |
| **Saldos em 30 de setembro de 2021** | **(1.153)** | **(2.701)** | **(1.179)** | **40** | **(4.992)** |

## 9. IMOBILIZADO

Consolidado

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Imobilizado em andamento - benfeitoria | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | | |
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **70.621** | **10.357** | **8.753** | **3.994** | **116.592** | **9.496** | **10** | **-** | **219.823** |
| Adições | 8.753 | 1.467 | 1.085 | 837 | 15.714 | 1.111 | - | - | 28.967 |
| Transferências | 6 | (6) | 18 | (18) | - | - | - | - | (0) |
| Baixas | (14) | - | - | (12) | (16) | (48) | - | - | (90) |
| Depreciação | (6.536) | (1.908) | (752) | (798) | (10.027) | (785) | - | - | (20.806) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **72.830** | **9.910** | **9.104** | **4.003** | **122.263** | **9.774** | **10** | **-** | **227.894** |
| Adições | 311 | 126 | 72 | 106 | 2.021 | 294 | - | - | 2.930 |
| Depreciação | (2.238) | (671) | (250) | (276) | (3.518) | (271) | - | - | (7.224) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.903** | **9.365** | **8.926** | **3.833** | **120.766** | **9.797** | **10** | **-** | **223.600** |
| Adições | 3.180 | 220 | 65 | 137 | 4.624 | 51 | - | 104 | 8.381 |
| Depreciação | (6.503) | (1.833) | (729) | (777) | (10.334) | (778) | - | - | (20.954) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **67.580** | **7.752** | **8.262** | **3.193** | **115.056** | **9.070** | **10** | **104** | **211.027** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 30 de setembro de 2021** | **67.580** | **7.752** | **8.262** | **3.193** | **115.056** | **9.070** | **10** | **104** | **211.027** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.903** | **9.365** | **8.926** | **3.833** | **120.766** | **9.797** | **10** | **-** | **223.600** |

Controladora

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | |
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **69.430** | **9.745** | **7.820** | **3.973** | **112.083** | **9.249** | **-** | **212.300** |
| Adições | 8.753 | 1.463 | 1.077 | 818 | 15.650 | 1.098 | - | 28.859 |
| Baixas | (14) | - | - | (12) | (16) | (48) | - | (90) |
| Transferências | 6 | (6) | 18 | (18) | - | - | - | - |
| Depreciação | (6.288) | (1.819) | (686) | (777) | (9.567) | (755) | - | (19.892) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **71.887** | **9.383** | **8.229** | **3.984** | **118.150** | **9.544** | **-** | **221.177** |
| Adições | 311 | 126 | 71 | 107 | 1.983 | 288 | - | 2.886 |
| Depreciação | (2.172) | (645) | (231) | (271) | (3.379) | (262) | - | (6.960) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.026** | **8.864** | **8.069** | **3.820** | **116.754** | **9.570** | **-** | **217.103** |
| Adições | 3.173 | 194 | 65 | 137 | 4.273 | 49 | 104 | 7.995 |
| Depreciação | (6.338) | (1.774) | (684) | (766) | (9.972) | (751) | - | (20.285) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **66.861** | **7.284** | **7.450** | **3.191** | **111.055** | **8.868** | **104** | **204.813** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 30 de setembro de 2021** | **66.861** | **7.284** | **7.450** | **3.191** | **111.055** | **8.868** | **104** | **204.813** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.026** | **8.864** | **8.069** | **3.820** | **116.754** | **9.570** | **-** | **217.103** |

Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas ("*impairment*") na recuperabilidade dos investimentos realizados na rubrica de imobilizado, de acordo com a política contábil. Em 30 de setembro 2021, a Companhia não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos.

## 10. INTANGÍVEL

### Consolidado

| | Ágio | Relacionamento com professores | Software e outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | |
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **-** | **-** | **3.028** | **3.028** |
| Adições | - | - | 906 | 906 |
| Depreciação | - | - | (745) | (745) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **-** | **-** | **3.189** | **3.189** |
| Adições | - | - | 875 | 875 |
| Depreciação | - | - | (302) | (302) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **-** | **-** | **3.762** | **3.762** |
| Adições | 4.425 | 4.012 | 3.406 | 11.843 |
| Depreciação | - | - | (998) | (998) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **4.425** | **4.012** | **6.170** | **14.607** |
| | | | | |
| Taxa (%) | - | 33% | 20% | |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **4.425** | **4.012** | **6.170** | **14.607** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **-** | **-** | **3.762** | **3.762** |

### Controladora

| | Software |
|---|---|
| **Custo** | |
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **2.925** |
| Adições | 906 |
| Depreciação | (741) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **3.090** |
| Adições | 875 |
| Depreciação | (299) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **3.666** |
| Adições | 2.778 |
| Depreciação | (995) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **5.449** |
| | |
| Taxa (%) | 20% |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **5.449** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **3.666** |

## 11. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

O Grupo arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até nove (9) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

| **Custo** | **Consolidado** | **Controladora** |
|---|---|---|
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **137.402** | **130.329** |
| Adições | 2.297 | 2.297 |
| Remensuração/Cancelamentos | 11.947 | 11.202 |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **151.646** | **143.828** |
| | | |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **154.186** | **146.102** |
| Adições | 15.032 | 15.032 |
| Remensuração/Cancelamentos | 7.857 | 8.149 |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **177.075** | **169.283** |
| | | |
| **Amortização acumulada** | | |
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **(14.937)** | **(13.726)** |
| Adições | (12.964) | (11.999) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **(27.901)** | **(25.725)** |
| | | |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **(34.763)** | **(31.999)** |
| Adições | (14.161) | (13.217) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **(48.924)** | **(45.216)** |
| | | |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **128.151** | **124.067** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **119.423** | **114.103** |

Anualmente, o Grupo e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (“*impairment”)* na recuperabilidade de seus ativos não circulantes, de acordo com a política contábil. Em 30 de setembro de 2021, o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos de direito de uso.

O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e da COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento e apresentam os seguintes saldos nominais e ajustados a valor presente:

| **Consolidado** | **30/09/2021** | | **31/12/2020** | |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa** | **Nominal** | **Ajustado valor presente** | **Nominal** | **Ajustado valor presente** |
| Contrapestação do arrendamento | 201.291 | 143.130 | 187.779 | 131.670 |
| PIS/Cofins potencial (9,25%) | 18.619 | 13.240 | 17.370 | 12.180 |

| **Controladora** | **30/09/2021** | | **31/12/2020** | |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa** | **Nominal** | **Ajustado valor presente** | **Nominal** | **Ajustado valor presente** |
| Contrapestação do arrendamento | 195.610 | 138.354 | 180.289 | 125.616 |
| PIS/Cofins potencial (9,25%) | 18.094 | 12.798 | 16.677 | 11.619 |

Passivo de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pelo Grupo.

Os passivos de arrendamento reconhecidos na data da adoção da nova norma contábil, em 1º de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

A seguir é demonstrada os montantes registrados de passivo de arrendamento em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Valor nominal a pagar | 201.291 | 187.779 | 195.610 | 180.289 |
| Despesa financeira não realizada | (58.161) | (56.109) | (57.256) | (54.673) |
| **Valor presente a pagar** | **143.130** | **131.670** | **138.354** | **125.616** |
| | | | | |
| Circulante | 31.861 | 28.636 | 30.100 | 26.792 |
| Não circulante | 111.269 | 103.034 | 108.254 | 98.824 |

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **129.467** | **123.340** |
| Novos contratos de arrendamento | 2.297 | 2.297 |
| Remensuração/Cancelamentos/Descontos | 6.340 | 5.757 |
| Provisão de juros | 8.479 | 8.113 |
| Pagamento de arrendamento | (11.405) | (10.658) |
| **Em 30 de setembro de 2020** | **135.178** | **128.850** |
| | | |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **131.670** | **125.616** |
| Novos contratos de arrendamento | 15.032 | 15.032 |
| Remensuração/Cancelamentos/Descontos | 4.078 | 4.712 |
| Provisão de juros | 9.039 | 8.732 |
| Pagamento de arrendamento | (16.689) | (15.738) |
| **Em 30 de setembro de 2021** | **143.130** | **138.354** |
| | | |
| Circulante | 31.861 | 30.100 |
| Não circulante | 111.269 | 108.254 |

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| **Consolidado** | **30/09/2021** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 33.579 | (1.718) | 31.861 |
| Entre 1 e 2 anos | 30.944 | (4.659) | 26.284 |
| Entre 2 e 3 anos | 30.447 | (7.189) | 23.258 |
| Mais de 3 anos | 106.321 | (44.595) | 61.726 |
| | **201.291** | **(58.161)** | **143.130** |

| **Consolidado** | **31/12/2020** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 30.148 | (1.512) | 28.636 |
| Entre 1 e 2 anos | 26.787 | (4.023) | 22.764 |
| Entre 2 e 3 anos | 26.732 | (6.301) | 20.432 |
| Mais de 3 anos | 104.111 | (44.272) | 59.839 |
| | **187.779** | **(56.109)** | **131.670** |

| **Controladora** | **30/09/2021** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 31.730 | (1.629) | 30.100 |
| Entre 1 e 2 anos | 29.236 | (4.417) | 24.819 |
| Entre 2 e 3 anos | 29.170 | (6.909) | 22.260 |
| Mais de 3 anos | 105.474 | (44.300) | 61.174 |
| | **195.610** | **(57.256)** | **138.354** |

| **Controladora** | **31/12/2020** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 28.211 | (1.419) | 26.792 |
| Entre 1 e 2 anos | 24.999 | (3.770) | 21.229 |
| Entre 2 e 3 anos | 24.944 | (5.902) | 19.042 |
| Mais de 3 anos | 102.135 | (43.583) | 58.552 |
| | **180.289** | **(54.673)** | **125.616** |

## 12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures correspondem à captação de recursos pelas unidades para atender às demandas de fluxo financeiro ligadas à expansão da capacidade de negócios do Grupo.

| | | **Consolidado** | | **Controladora** | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Linha** | **Taxa de juros anual** | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Cédula de Crédito Bancário (a) | CDI + 4,5% | 8.160 | 5.010 | 8.159 | 5.010 |
| Fundo de Financiamento do Nordeste (b) | 6,48% e 8,55% | 3.747 | 4.114 | 3.747 | 4.114 |
| Emissão de Debentures (c) | CDI + 3,65% | 124.086 | 119.730 | 124.086 | 119.730 |
| Empréstimo Banco do Brasil (d) | SELIC + 1,27% | 108 | - | - | - |
| **Total** | | **136.101** | **128.854** | **135.992** | **128.854** |
| Circulante | | 26.844 | 6.141 | 26.786 | 6.141 |
| Não circulante | | 109.257 | 122.713 | 109.206 | 122.713 |

(a) Empréstimos tomados nos bancos BBM, DLL, Citibank e Daycoval, na modalidade de cédula de crédito bancário com juros de CDI + 4,5% a.a., 10,3% a.a, 12,68% a.a e 14,71%, respectivamente;

(b) Linha captada junto ao Banco do Nordeste para aquisição de equipamento e instalações com juros entre 6,48% e 8,55% ao ano;

(c) Conforme Ata Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 12 de setembro de 2019, foi aprovado a 2º emissão de debêntures simples, com juros de CDI + 3,65% a.a, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476. Foram subscritas e integralizadas no ato da subscrição 13.000 (treze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). Conforme Ata Assembleia dos Debenturistas ("AGD") realizado em 30 de outubro de 2020, as condições originais dessa operação foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025;

(d) Linha captada junto ao Banco do Brasil, na modalidade PRONAMPE, para capital de giro com juros entre SELIC + 1,25% e SELIC +1,27% ao ano, decorre da aquisição da controlada Weburn.

Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| 2022 | 32.078 | 31.671 | 32.078 | 31.671 |
| 2023 em diante | 77.179 | 91.042 | 77.128 | 91.042 |
| **Total** | **109.257** | **122.713** | **109.206** | **122.713** |

Apresentamos, a seguir, a movimentação dos saldos de empréstimos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

| | **Consolidado** | **Controladora** |
|---|---|---|
| **Saldo em 1 de janeiro de 2020** | **137.050** | **137.050** |
| (+) Captação | 5.000 | 5.000 |
| (+) Provisão de juros | 6.571 | 6.571 |
| (-) Amortizações de principal | (4.409) | (4.409) |
| (-) Amortizações de juros | (5.764) | (5.764) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2020** | **138.448** | **138.448** |
| | | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **128.854** | **128.854** |
| (+) Captação | 3.253 | 3.144 |
| (+) Provisão de juros | 7.351 | 7.351 |
| (-) Amortizações de principal | (349) | (349) |
| (-) Amortizações de juros | (3.008) | (3.008) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2021** | **136.101** | **135.992** |

Cláusulas contratuais restritivas (covenants):

O Grupo possui cláusulas restritivas relacionadas a 2º emissão de debêntures, os quais requerem mensuração anual da relação de dívida liquida e "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and amortization – EBITDA" dos últimos 12 meses. Essas cláusulas restritivas foram repactuadas com os debenturistas na AGD de 30 de outubro de 2020, de tal forma que a Escritura de Emissão aditava não prevê atingimento de nenhum índice para o ano de 2020. A partir de 2021, a Companhia voltará a ter cláusulas restritivas em vigor, de acordo com a deliberação dos debenturistas da AGD previamente citada.

Diante do exposto acima, em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Garantias

Foi constituída obrigação de garantia real (fluxos de recebíveis e conta de aplicação vinculada) 10% (dez por cento) do saldo devedor das debêntures, com verificação mensal, estabelecida a partir de 2019. Em 30 de outubro de 2020, em reunião de debenturistas foram repactuadas as garantias das debêntures, sendo acordado a isenção de garantia em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as garantias contratuais da Companhia das suas respectivas debêntures foram atendidas.

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

A Companhia possui base de prejuízo fiscal não reconhecido de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 145.999 em 30 de setembro de 2021 (R$95.067 em 31 de dezembro de 2020), por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **30/09/2020** | **30/09/2021** | **30/09/2020** |
| Prejuízo do período | (43.820) | (39.839) | (43.734) | (40.286) |
| Alíquota combinada de impostos de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | **14.899** | **13.545** | **14.870** | **13.697** |
| Equivalência patrimonial | - | - | (440) | (654) |
| Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídas | (14.899) | (13.545) | (14.430) | (13.043) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - |

## 14. PARTES RELACIONADAS

### Consolidado

| Parte relacionada | 31/12/2020 Passivo Circulante |
|---|---|
| Academia Inteligente Ltda (a) | (114) |
| **Total** | **(114)** |

## Controladora

| Parte relacionada | 30/09/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Academia Inteligente Ltda – Iguatemi (a) | 317 | - | - | - |
| Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a) | 245 | 188 | - | - |
| Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a) | 104 | 1.016 | - | - |
| Academia Inteligente Ltda (a) | 463 | 601 | - | (298) |
| Weburn Empreendimentos Digitais S.A. (c) | - | - | (5.829) | (7.297) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (d) | - | 803 | - | - |
| Reembolso de despesas ADM – CSC (b) | - | 5.868 | - | - |
| Outras pessoas físicas | 244 | - | - | - |
| **Total** | **1.373** | **8.476** | **(5.829)** | **(7.595)** |

| Parte relacionada | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | Resultado |
| | Circulante | Não circulante | Não Circulante | Outras receitas operacionais |
| Academia Inteligente Ltda – Iguatemi (a) | 170 | - | - | - |
| Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a) | 62 | 188 | - | - |
| Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a) | 89 | 1.016 | - | - |
| Academia Inteligente Ltda (a) | 302 | 601 | (298) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (d) | - | 803 | - | - |
| Reembolso de despesas ADM – CSC (b) | - | 5.863 | - | 191 |
| **Total** | **623** | **8.471** | **(298)** | **191** |

Os saldos e transações das operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com termos e condições específicas definidas entre as partes e não possuem vencimento predeterminado e não há incidência de juros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem:

(a) Operações para suprir as necessidades de caixa de curto prazo entre meses do Grupo; e

(b) Rateio de despesas, estão relacionadas as despesas de assessoria financeira, licenças de softwares, despesa de pessoal, Etc. Para o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve transações que afetassem o resultado da Companhia.

(c) Aquisição de novos negócios, conforme divulgado na nota explicativa 4.

(d) A controlada da Academia Inteligente Ltda. (Paralela) possui contratos de mútuo com empresas ligadas não investidas da Self It Academias Holding S.A. As empresas ligadas, de propriedade dos acionistas não controladores, fizeram no passado, a captação de recursos junto a instituições financeiras para reforma e abertura daquela unidade e repasse destes recursos por meio de contratos de mútuo. Cada contrato é periodicamente amortizado pela Controlada, sem qualquer aval ou garantia por parte da Self It Academias Holding S.A.

Remuneração da Administração

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o período de 30 de setembro de 2021 foram pagos R$ 277 (R$ 266, em 30 de setembro de 2020) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração.

Programa de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui um "Programa de Incentivo de Longo Prazo", aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017 ("Programa"), que poderá ser oferecido aos administradores e empregados da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle a serem indicados e eleitos pelo Conselho de Administração ("Beneficiários").

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento de um prêmio em dinheiro atrelado à valorização das ações de emissão da Companhia a ser pago pela Companhia, condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, e, para tanto, a Companhia concederá aos Beneficiários direitos denominados "Unidades de Performance".

O Programa é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá, observadas as diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa.

A distribuição das Unidades de Performance dentre os Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios de avaliação adotados pela Companhia e mérito do Beneficiário.

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo mediante celebração com a Companhia de um Contrato de Concessão, através do qual o Conselho de Administração estabelecerá condições adicionais e individualizadas da concessão das Unidades de Performance para cada Beneficiário, respeitados os termos deste Programa.

Cada Unidade de Performance outorgada ao Beneficiário terá seu valor atrelado ao preço de uma ação de emissão da Companhia, razão pela qual atribuirá ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro ("Prêmio"), cujo montante será determinado de acordo com o cálculo previsto no Programa, o qual considerará a valorização da ação de emissão da Companhia no tempo, tendo como base, portanto, a variação do Valor Referencial da Unidade de Performance no tempo. O valor referencial de cada Unidade de Performance ("Valor Referencial") será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia. A Unidade de Performance não confere ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Unidades de Performance outorgadas.

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Dessa forma, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio. Caso a operação matemática decorrente da fórmula prevista acima apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

As Unidades de Performance vestidas permanecerão em vigor por um prazo máximo de 20 (vinte) anos da Data de Concessão, sendo que caso não ocorra um Evento de Liquidez dentro de referido prazo, as Unidades de Performance serão consideradas automaticamente extintas, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, Prêmio ou qualquer benefício de qualquer natureza ("Prazo de Vigência").

Observados os prazos de carência, bem como as demais condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração e incluídas nos respectivos Contratos de Concessão, as Unidades de Performance serão vestidas, independentemente de qualquer pagamento em dinheiro, na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, a partir da data da concessão das Unidades de Performance até a ocorrência de um Evento de Liquidez.

A Companhia concedeu 5 (cinco) contratos de concessão de Unidades de Performance, com Valor Referencial médio de R$31,80, dos quais, 1 (um) refere-se a um executivo que está ativo e continua como administrador da Companhia, 4 (quatro) referentes a executivos que não estão mais na Companhia. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia possuía 412.351 unidades de performance vestidas observados os prazos de carência e 31.010 unidades de performance não vestidas.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve efeitos contábeis a serem reconhecidos relativos a esse programa pois não houve variação positiva entre o valor referencial e o valor de avaliação da Companhia.

## 15. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e cíveis, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

### 15.1 Processos com risco de perda provável

A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cíveis e tributários perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Contingências cíveis | 948 | 278 | 765 | 188 |
| Contingências trabalhistas | 310 | 622 | 170 | 551 |
| Contingências tributárias e administrativas | 1.798 | 1.915 | 1.793 | 1.915 |
| | **3.056** | **2.815** | **2.728** | **2.654** |

A seguir é apresentada a movimentação das provisões para contingências:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **2.815** | **2.654** |
| Adições | 713 | 614 |
| Reversões | (471) | (540) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2021** | **3.056** | **2.728** |

### 15.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Contingências tributárias e administrativas | 140 | 492 | 140 | 417 |
| Contingências trabalhistas | 1.235 | 1.685 | 1.215 | 1.018 |
| Contingências cíveis | 11.246 | 261 | 10.909 | 261 |
| | **12.621** | **2.438** | **12.264** | **1.696** |

Em 30 de setembro de 2021, os processos com risco de perda possível individualmente relevantes para a Companhia referem-se a 2 (dois) processos cíveis, relacionados a: (i) ação de indenização, proveniente de relação contratual com empresa de serviços de construção civil e reforma, para algumas das unidades de academia, no montante de R$2.331 e; (ii) ação indenizatória, para o pagamento de penalidades contratuais e custos, decorrentes da realização de obras para adaptação do imóvel locado, cujo contrato foi rescindido pela Companhia por ter se tornado exorbitantemente oneroso, no montante de R$3.502.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021 o capital social subscrito do Grupo é de R$ 88.067.503 (oitenta e oito milhões, sessenta e sete mil, quinhentos e três reais) dividido em 12.758.079 ações (sendo 1.132.917 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 11.625.162 ações preferencias), totalmente integralizados (R$63.853.623 em 31 de dezembro de 2020).

Em 06 de abril de 2021, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, dos quais R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, mediante a emissão de 2.421.388 (dois milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e trezentas e oitenta e oito ações) Ações Preferencias Classe A, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária na base de capital social é:

| | 30/09/2021 | Capital volante (%) | 31/12/2020 | Capital volante (%) |
|---|---|---|---|---|
| Grajaú Participações S.A. | 3.069.594 | 24,06% | 2.336.033 | 22,60% |
| Boa Viagem Participações S.A. | 4.242.061 | 33,25% | 3.584.912 | 34,68% |
| Everest Brasil Partners I | 4.313.507 | 33,81% | 3.283.668 | 31,77% |
| José Leonardo Pereira da Costa | 566.459 | 4,44% | 566.039 | 5,48% |
| Nelson Lins de Araújo Netto | 566.459 | 4,44% | 566.039 | 5,48% |
| | **12.758.079** | **100%** | **10.336.691** | **100%** |

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, consequência dos prejuízos, não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária, até o limite de 20%. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 , não há saldos registrados, pois, a Companhia possui prejuízos acumulados.

d) Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

O Grupo não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

| **Resultado básico e diluído por ação** | **30/09/2021 Ordinárias** | **30/09/2020 Ordinárias** |
|---|---|---|
| Prejuízo atribuível aos acionistas | (43.734) | (40.286) |
| Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada | 11.907 | 10.337 |
| **Resultado básico e diluído por ação – Em reais** | **(3,673)** | **(3,897)** |

## 17. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

| | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) |
| | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) |
| Receita com prestação de serviços | 79.170 | 70.471 | 75.971 | 67.199 | 28.695 | 22.106 | 27.314 | 21.013 |
| (-) PIS s/ Receitas | (1.325) | (1.163) | (1.253) | (1.109) | (492) | (365) | (450) | (347) |
| (-) COFINS s/ Receitas | (5.997) | (5.356) | (5.774) | (5.107) | (2.161) | (1.680) | (2.076) | (1.597) |
| (-) ISS s/ Receitas | (3.735) | (3.366) | (3.591) | (3.202) | (1.339) | (1.068) | (1.286) | (1.013) |
| **Receita líquida de serviços** | **68.113** | **60.586** | **65.353** | **57.781** | **24.703** | **18.993** | **23.502** | **18.056** |

## 18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) |
| Depreciações e amortizações | (36.113) | (34.515) | (34.497) | (32.632) | (12.666) | (12.122) | (12.193) | (11.531) |
| Despesas com pessoal | (26.263) | (27.509) | (25.486) | (26.720) | (8.537) | (8.819) | (8.226) | (8.584) |
| Serviço de apoio operacional | (17.728) | (14.362) | (16.914) | (13.938) | (5.946) | (4.484) | (5.440) | (4.375) |
| Despesas com ocupação e utilidade | (12.464) | (1.869) | (11.916) | (1.935) | (4.462) | 265 | (4.245) | 279 |
| Uso e consumo | (4.738) | (5.545) | (4.620) | (5.270) | (1.800) | (2.108) | (1.799) | (2.031) |
| Abertura de novas unidades | (1.268) | (1.197) | (1.199) | (1.145) | (445) | (277) | (408) | (260) |
| Equivalência patrimonial | - | - | (1.294) | (1.923) | - | - | (356) | (524) |
| Rateio de despesas corporativas | - | - | - | 191 | - | - | - | - |
| Outras receitas (despesas) | 2.328 | (2.076) | 1.910 | (2.010) | 2.272 | (90) | 2.001 | (573) |
| | **(96.246)** | **(87.073)** | **(94.016)** | **(85.382)** | **(31.584)** | **(27.635)** | **(30.666)** | **(27.599)** |
| Custo dos serviços prestados | (79.918) | (70.306) | (76.590) | (66.856) | (26.693) | (21.691) | (25.620) | (21.113) |
| Despesas gerais e administrativas | (16.830) | (16.492) | (16.811) | (16.492) | (5.213) | (5.659) | (5.189) | (5.659) |
| Equivalência patrimonial | - | - | (1.294) | (1.923) | - | - | (356) | (524) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 502 | (275) | 679 | (111) | 322 | (285) | 499 | (303) |
| | **(96.246)** | **(87.073)** | **(94.016)** | **(85.382)** | **(31.584)** | **(27.635)** | **(30.666)** | **(27.599)** |

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

| | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Acumulado atual (01/01/2021 a 30/09/2021) | Acumulado do período anterior (01/01/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) | Trimestre atual (01/07/2021 a 30/09/2021) | Trimestre do período anterior (01/07/2020 a 30/09/2020) |
| | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) | | (Não auditado) |
| **Receitas financeiras** | | | | | | | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 1.793 | 1.255 | 1.792 | 1.254 | 999 | 200 | 997 | 199 |
| Descontos obtidos | 183 | 466 | 183 | 465 | 50 | 77 | 51 | 77 |
| Juros recebidos | 35 | - | - | - | - | - | - | - |
| | **2.011** | **1.721** | **1.975** | **1.719** | **1.049** | **277** | **1.048** | **276** |
| **Despesas financeiras** | | | | | | | | |
| Juros passivos | (7.956) | (6.011) | (7.902) | (5.979) | (3.031) | (1.217) | (3.012) | (1.206) |
| Juros arrendamento mercantil (CPC 06 R2) | (9.039) | (8.479) | (8.732) | (8.113) | (3.064) | (2.773) | (2.969) | (2.657) |
| Outras despesas financeiras | (703) | (583) | (412) | (312) | (409) | (291) | (155) | (59) |
| | **(17.698)** | **(15.073)** | **(17.046)** | **(14.404)** | **(6.504)** | **(4.281)** | **(6.136)** | **(3.922)** |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(15.687)** | **(13.352)** | **(15.071)** | **(12.685)** | **(5.455)** | **(4.004)** | **(5.088)** | **(3.646)** |

## 20. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo aos riscos mencionados, os objetivos do Grupo, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

I) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Companhia e suas controladas tem como principal atividade a prestação de serviços relacionados atividades de condicionamento físico.

As operações do Grupo são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por cartão de crédito. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial do Grupo.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários o Grupo possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, o Grupo realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa do Grupo é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco;

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz do Grupo é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, o Grupo busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **30 de setembro 2021** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 18.218 | 20.314 | 12.412 | 2.864 | 2.843 | 2.195 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 136.101 | 152.744 | 12.913 | 20.413 | 38.576 | 80.842 |
| | **154.319** | **173.058** | **25.325** | **23.277** | **41.419** | **83.037** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2020** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 32.636 | 32.636 | 9.351 | 18.978 | 4.288 | 19 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 128.854 | 162.850 | 4.148 | 7.803 | 45.614 | 105.286 |
| | **161.490** | **195.486** | **13.499** | **26.781** | **49.902** | **105.305** |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **30 de setembro de 2021** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 16.734 | 16.734 | 8.576 | 3.120 | 2.843 | 2.195 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 135.992 | 152.744 | 12.913 | 20.413 | 38.576 | 80.842 |
| | **152.726** | **169.478** | **21.489** | **23.533** | **41.419** | **83.037** |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2020** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 31.538 | 31.538 | 9.351 | 17.880 | 4.288 | 19 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 128.854 | 162.850 | 4.148 | 7.803 | 45.614 | 105.286 |
| | **160.392** | **194.388** | **13.499** | **25.683** | **49.902** | **105.305** |

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em risco de taxa de juros e risco de valor justo

*a) Risco de taxa de juros*

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| **Instrumentos financeiros de taxa juros** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 1.472 | 19.411 | 297 | 19.411 |
| Aplicações financeiras | 6.329 | - | 6.329 | - |
| **Ativos financeiros** | **7.801** | **19.411** | **6.626** | **19.411** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (136.101) | (128.854) | (135.992) | (128.854) |
| **Passivos financeiros** | **(136.101)** | **(128.854)** | **(135.992)** | **(128.854)** |
| | **(128.300)** | **(109.443)** | **(129.366)** | **(109.443)** |

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na nota explicativa nº 5.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando o cenário provável de aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração do Grupo e o efeito caixa das operações em aberto em 30 de setembro de 2021, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

**Consolidado**

| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | CDI | 1.472 | 1.602 | 1.635 | 1.668 |
| Aplicações financeiras | CDI | 6.329 | 6.890 | 7.030 | 7.170 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (136.101) | (148.160) | (151.174) | (154.189) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | **(11.368)** | **(14.209)** | **(17.051)** |

**Controladora**

| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | CDI | 297 | 323 | 330 | 336 |
| Aplicações financeiras | CDI | 6.329 | 6.890 | 7.030 | 7.170 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (136.101) | (148.160) | (151.174) | (154.189) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | **(11.472)** | **(14.339)** | **(17.208)** |

| | 30 de setembro de 2021 | | |
|---|---|---|---|
| **Indexador** | **Cenário I Provável** | **Cenário II (+25%)** | **Cenário III (+50%)** |
| CDI | 8,86% | 11,08% | 13,29% |

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota 5.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data base utilizada foi 30 de setembro de 2021 projetando os índices até 30 de setembro de 2022 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no período atual.

c) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 30/09/2021 | | 31/12/2020 | | 30/09/2021 | | 31/12/2020 | |
| **Instrumentos** | **Classificações dos instrumentos financeiros** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 1.472 | 1.472 | 19.411 | 19.411 | 297 | 297 | 19.411 | 19.411 |
| Aplicações financeiras | Custo amortizado | 6.329 | 6.329 | - | - | 6.329 | 6.329 | - | - |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | - | - | - | - | 9.849 | 9.849 | 9.094 | 9.094 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 11.164 | 11.164 | 7.991 | 7.991 | 9.373 | 9.373 | 7.149 | 7.149 |
| Outros ativos | Custo amortizado | 7.568 | 7.568 | 4.109 | 4.109 | 7.414 | 7.414 | 2.884 | 2.884 |
| Fornecedores | Custo amortizado | (18.218) | (18.218) | (32.636) | (32.636) | (16.734) | (16.734) | (31.538) | (31.538) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Custo amortizado | (136.101) | (136.101) | (128.854) | (128.854) | (135.992) | (135.992) | (128.854) | (128.854) |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | - | - | (114) | (114) | (13.424) | (13.424) | (298) | (298) |
| Outras obrigações | Custo amortizado | (2.368) | (2.368) | (1.916) | (1.916) | (2.084) | (2.084) | (651) | (651) |
| | | **(130.154)** | **(130.154)** | **(132.009)** | **(132.009)** | **(134.972)** | **(134.972)** | **(122.804)** | **(122.804)** |

IV) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumarizados.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/09/2021** | **31/12/2020** | **30/09/2021** | **31/12/2020** |
| Dívida (a) | (136.101) | (128.854) | (135.992) | (128.854) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 56.544 | 23.952 | 54.965 | 23.535 |
| Aplicações financeiras | 6.329 | - | 6.329 | - |
| **Dívida líquida** | **(73.228)** | **(104.902)** | **(74.698)** | **(105.319)** |
| Patrimônio líquido (b) | 114.844 | 73.586 | 107.484 | 74.218 |
| Índice de endividamento líquido | 64% | 143% | 69% | 142% |

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos classificados no circulante e não circulante, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## 21. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

| Abrangência | Companhia | Cobertura | Segurada | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| Riscos nomeados e operacionais | Self it Academias Holding S.A | Principais equipamentos contra incêndio, danos elétricos e tumultos. | 66.000 | 18/10/2022 |
| | Academia Inteligente LTDA - Paralela | | 929 | 01/10/2022 |
| Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O) | Selfit it Acadmeias Holding S.A | Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, práticas | 40.948 | 02/08/2022 |

## 22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve um único segmento operacional, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

As informações reportadas a Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

## 23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/09/2021 | 30/09/2020 | 30/09/2021 | 30/09/2020 |
| Efeito do IFRS 16 - Adições | 15.032 | 2.297 | 15.032 | 2.297 |
| Aquisição Weburn | 14.297 | - | 13.122 | - |

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes**

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1.901, bairro Pina, CEP 51110-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.902.694/0001-95, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIRE 26.3.0002306-7 ("Companhia") declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

Recife, 8 de dezembro de 2021.

**Fernando Duarte Menezes**
Diretor Presidente

**Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Self It Academias Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
Av. República do Líbano, 251 -
28º andar - Torre B
51110-160 - Recife – PE
Brasil

Tel.: + 55 (71) 2103-9400
Fax: + 55 (71) 2103-9440
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Self It Academias Holding S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Self It Academias Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Self It Academias Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

*Reconhecimento de receita*

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida da Companhia e de suas controladas consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas contabilizaram receita líquida no montante de R$86.859 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita de prestação de serviço sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas, considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; e (c) seleção de transações de serviços ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e a contabilização no período de competência.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**Ênfase**

*Reapresentação das demonstrações financeiras*

Em 31 de março de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

*Demonstrações financeiras comparativas*

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa n° 4, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 7 de dezembro de 2021, que não conteve qualquer modificação.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited. 

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 8 de dezembro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

2021SA010312_2021SA004896_1 Parecer Self It.DOCX

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

| Ativo | Nota | Consolidado 31/12/2020 (Reapresentado) | Consolidado 31/12/2019 | Controladora 31/12/2020 (Reapresentado) | Controladora 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 23.952 | 63.144 | 23.535 | 62.313 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | 29.192 | - | 29.192 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 7.991 | 13.319 | 7.149 | 12.474 |
| Impostos a recuperar | | 1.871 | 1.785 | 1.854 | 1.746 |
| Partes relacionadas | 12 | - | - | 623 | 243 |
| Outros ativos | | 3.610 | 1.474 | 2.405 | 2.048 |
| **Total do ativo circulante** | | **37.424** | **108.914** | **35.566** | **108.016** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Partes relacionadas | 12 | - | - | 8.341 | 8.281 |
| Outros ativos | | 499 | 470 | 479 | 458 |
| Imobilizado | 8 | 223.600 | 219.823 | 217.103 | 212.300 |
| Direito de uso | 9 | 119.423 | 122.465 | 114.103 | 116.603 |
| Intangível | | 3.762 | 3.028 | 3.666 | 2.925 |
| **Total do ativo não circulante** | | **347.284** | **345.786** | **343.692** | **340.567** |
| **Total do ativo** | | **384.708** | **454.700** | **379.258** | **448.583** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | Consolidado 31/12/2020 (Reapresentado) | Consolidado 31/12/2019 | Controladora 31/12/2020 (Reapresentado) | Controladora 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | | 28.329 | 36.309 | 27.231 | 35.783 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 6.141 | 27.847 | 6.141 | 27.847 |
| Passivo de arrendamento | 9 | 28.636 | 26.427 | 26.792 | 24.789 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 5.715 | 5.967 | 5.548 | 5.649 |
| Obrigações tributárias | | 6.753 | 3.861 | 6.181 | 3.105 |
| Partes relacionadas | 12 | 114 | 40 | - | - |
| Outras obrigações | | 1.694 | 261 | 459 | 201 |
| **Total do passivo circulante** | | **77.382** | **100.712** | **72.352** | **97.374** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Fornecedores | | 4.307 | 4.307 | 4.307 | 4.307 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 122.713 | 109.203 | 122.713 | 109.203 |
| Passivo de arrendamento | 9 | 103.034 | 103.220 | 98.824 | 98.551 |
| Obrigações tributárias | | 649 | 541 | 106 | - |
| Partes relacionadas | 12 | - | - | 168 | 298 |
| Outras obrigações | | 222 | 221 | 192 | 191 |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e tra | 13 | 2.815 | 2.407 | 2.654 | 2.247 |
| Investimento com patrimônio líquido negati | 7 | - | - | 3.724 | 1.436 |
| **Total do passivo não circulante** | | **233.740** | **219.899** | **232.688** | **216.233** |
| **Total do passivo** | | **311.122** | **320.611** | **305.040** | **313.607** |
| **Patrimônio líquido** | 14 | | | | |
| Capital social | | 63.854 | 63.854 | 63.854 | 63.854 |
| Reserva de capital | | 120.498 | 120.498 | 120.498 | 120.498 |
| Prejuizos acumulados | | (110.134) | (49.376) | (110.134) | (49.376) |
| **Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores** | | **74.218** | **134.976** | **74.218** | **134.976** |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores | | (632) | (887) | - | - |
| **Total do patrimônio líquido** | | **73.586** | **134.089** | **74.218** | **134.976** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **384.708** | **454.700** | **379.258** | **448.583** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| **Receita líquida de serviços** | 15 | 86.859 | 121.254 | 82.991 | 111.057 |
| Custo dos serviços prestados | 16 | (99.978) | (99.405) | (94.860) | (91.041) |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | | **(13.119)** | **21.849** | **(11.869)** | **20.016** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | (23.417) | (24.532) | (23.417) | (24.532) |
| Equivalência patrimonial | 7 | - | - | (2.288) | 134 |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 16 | (5.337) | (4.198) | (5.176) | (3.000) |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos** | | **(41.873)** | **(6.881)** | **(42.750)** | **(7.382)** |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | |
| Receitas financeiras | 17 | 1.976 | 4.250 | 1.975 | 4.226 |
| Despesas financeiras | 17 | (20.606) | (21.015) | (19.983) | (19.981) |
| **Resultado financeiro** | | **(18.630)** | **(16.765)** | **(18.008)** | **(15.755)** |
| **Prejuízo do exercício** | | **(60.503)** | **(23.646)** | **(60.758)** | **(23.137)** |
| Participação de acionistas controladores | | (60.758) | (23.137) | - | - |
| Participação de acionistas não controladores | | 255 | (509) | - | - |
| **Prejuízo por ação (expresso em R$ por ação)** | | | | | |
| Básico e diluído | 14 | (5,878) | (2,238) | (5,878) | (2,238) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Prejuízo do exercício | (60.503) | (23.646) | (60.758) | (23.137) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício atribuível aos:** | **(60.503)** | **(23.646)** | **(60.758)** | **(23.137)** |
| Acionistas controladores | (60.758) | (23.137) | - | - |
| Acionistas não controladores | 255 | (509) | - | - |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| | Capital social | Reservas de capital | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1 de janeiro de 2019** | **63.854** | **120.498** | **(26.239)** | **158.113** | **(378)** | **157.735** |
| Prejuízo do exercício | - | - | (23.137) | (23.137) | (509) | (23.646) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **63.854** | **120.498** | **(49.376)** | **134.976** | **(887)** | **134.089** |
| **Em 1 de janeiro de 2020** | **63.854** | **120.498** | **(49.376)** | **134.976** | **(887)** | **134.089** |
| Prejuízo do exercício | - | - | (60.758) | (60.758) | 255 | (60.503) |
| **Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)** | **63.854** | **120.498** | **(110.134)** | **74.218** | **(632)** | **73.586** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| | Nota | Consolidado 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2019 | Controladora 31/12/2020 | Controladora 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES** | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | **(60.503)** | **(23.646)** | **(60.758)** | **(23.137)** |
| Depreciação e amortização | 16 | 46.359 | 32.889 | 43.887 | 30.365 |
| Equivalência patrimonial | 7 | - | - | 2.288 | (134) |
| Juros sobre arrendamento mercantil | 9 | 11.133 | 13.061 | 10.656 | 12.393 |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 8.588 | 3.701 | 8.588 | 3.701 |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 13 | 407 | 1.995 | 407 | 1.995 |
| Rendimento de aplicação financeira | | - | (30) | - | (30) |
| Remensuração/cancelamento de arrendamento | | (8.147) | (4.103) | (7.668) | (3.086) |
| Baixa de ativo imobilizado | | - | 20 | - | 9 |
| **VARIAÇÕES NOS ATIVOS** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | 5.328 | (6.163) | 5.325 | (6.279) |
| Impostos a recuperar | | (85) | (990) | (108) | (962) |
| Outros ativos | | (1.591) | (12) | (378) | (208) |
| **VARIAÇÕES NOS PASSIVOS** | | | | | |
| Fornecedores | | (7.980) | 16.884 | (8.553) | 16.941 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | (252) | 2.965 | (101) | 2.887 |
| Obrigações tributárias | | 3.000 | 1.656 | 3.182 | 1.808 |
| Outras obrigações | | 861 | (660) | 260 | 83 |
| **CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **(2.882)** | **37.567** | **(2.973)** | **36.346** |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos: | | | | | |
| Operações com partes relacionadas | | 74 | 18 | (570) | (1.710) |
| Aquisições e resgates em aplicações financeiras | | 29.192 | (29.162) | 29.192 | (29.162) |
| Aquisição de imobilizado | 8 | (31.805) | (119.161) | (31.653) | (118.212) |
| Aquisição de intangível | | (1.780) | (554) | (1.780) | (543) |
| **CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | **(4.319)** | **(148.859)** | **(4.811)** | **(149.627)** |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos: | | | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 5.000 | 132.300 | 5.000 | 132.300 |
| Pagamento de emprestimos, financiamentos e debêntures | 10 | (21.784) | (32.017) | (21.784) | (31.600) |
| Pagamento de arrendamento mercantil | 9 | (15.207) | (16.713) | (14.210) | (15.239) |
| **CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | **(31.991)** | **83.570** | **(30.994)** | **85.461** |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **(39.192)** | **(27.722)** | **(38.778)** | **(27.820)** |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 5 | 63.144 | 90.866 | 62.313 | 90.133 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 5 | 23.952 | 63.144 | 23.535 | 62.313 |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **(39.192)** | **(27.722)** | **(38.778)** | **(27.820)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Receitas** | | | | | |
| Receita bruta de serviços | 15 | 101.027 | 141.245 | 96.517 | 129.350 |
| | | **101.027** | **141.245** | **96.517** | **129.350** |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | | |
| Custo dos serviços prestados | | (37.312) | (33.282) | (35.385) | (29.119) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | | (2.186) | (14.676) | (2.440) | (13.229) |
| Insumos de publicidade, marketing, fundos de promoção e outros relacionados à venda | | (4.710) | (5.742) | (4.586) | (5.516) |
| **Valor adicionado bruto gerado pela Companhia** | | **56.819** | **87.545** | **54.106** | **81.486** |
| **Retenções** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 16 | (46.359) | (35.429) | (43.887) | (33.697) |
| **Valor adicionado líquido gerado pela Companhia** | | **10.460** | **52.116** | **10.219** | **47.789** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | - | - | (2.288) | 134 |
| Receitas financeiras | 17 | 1.976 | 4.250 | 1.975 | 4.226 |
| | | **1.976** | **4.250** | **(313)** | **4.360** |
| **Valor total adicionado distribuído** | | **12.436** | **56.366** | **9.906** | **52.149** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | | |
| **Empregados** | | **37.731** | **38.803** | **36.721** | **36.809** |
| Remuneração direta | | 31.530 | 32.220 | 30.729 | 30.583 |
| Benefícios | | 3.806 | 4.499 | 3.672 | 4.239 |
| FGTS | | 1.677 | 1.750 | 1.634 | 1.657 |
| Outras | | 718 | 334 | 686 | 330 |
| **Tributos** | | **14.168** | **19.991** | **13.526** | **18.293** |
| Federais | | 9.345 | 13.072 | 8.928 | 11.970 |
| Municipais | | 4.823 | 6.919 | 4.598 | 6.323 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | **21.040** | **21.218** | **20.417** | **20.184** |
| Juros | | 20.006 | 18.378 | 19.483 | 16.094 |
| Aluguéis | | 434 | 203 | 434 | 203 |
| Outras despesas financeiras | | 600 | 2.637 | 500 | 3.887 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | **(60.503)** | **(23.646)** | **(60.758)** | **(23.137)** |
| Prejuízos retidos | | (60.758) | (23.137) | (60.758) | (23.137) |
| Participação dos não controladores nos prejuízos retidos | | 255 | (509) | - | - |
| | | **12.436** | **56.366** | **9.906** | **52.149** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Self It Academias Holding S.A. ("Companhia" ou "Selfit") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada na Avenida Antônio de Goés, n° 275, sala 1901, CEP 51.110-000, Bairro do Pina, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

Em 31 de dezembro de 2020, a Selfit possuía 70 unidades operacionais (66 em 31 de dezembro 2019), distribuídas em 67 filiais (63 em 31 de dezembro 2019) e 3 unidades (3 em 31 de dezembro 2019) em 2 empresas controladas.

A Companhia, em conjunto com, definidas em conjunto como ("Grupo"), tem como objeto social atividades de condicionamento físico.

- **<u>Impactos da COVID-19 e continuidade operacional</u>**

A pandemia do Covid-19 gerou impactos relevantes de curto prazo nas empresas de academia de ginástica, como é o caso da Selfit. Na segunda quinzena de março de 2020, todas as unidades do Grupo foram fechadas temporariamente devido às restrições impostas pelas autoridades locais. As mesmas continuaram fechadas até que, em julho de 2020, iniciou-se um processo de abertura dessas lojas, de acordo com autorização de cada um dos estados e/ou municípios que o Grupo opera, atualmente as lojas estão abertas e operando em capacidade total. O Grupo tem operado com uma série de cuidados à saúde, os quais não impactam diretamente a capacidade de atender os alunos e a capacidade da companhia de continuar com o plano agressivo de expansão que vinha ocorrendo até o começo de 2020.

Com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica, ainda que de maneira gradual, o Grupo tem indícios (maturação de novas unidades, retomada dos níveis de matrícula históricos em praças que já estão mais avançadas no combate à pandemia), do reestabelecimento da demanda pelos serviços ofertados antes dessa crise.

Diante desse cenário o Grupo incorreu no prejuízo consolidado de R$60.503 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nessa data, o passivo circulante consolidado do Grupo excedeu o ativo circulante consolidado em R$39.958. O Grupo também apurou margem bruta consolidada negativa de R$13.119 e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R$2.882 para o exercício findo nessa data.

O ano de 2021 começou com uma perspectiva de retomada para o Grupo. Após a primeira onda da pandemia, ainda em 2020, o Grupo iniciou o ano com todas as unidades operacionais, ainda que com uma série de restrições (limitação do número de clientes que poderiam treinar simultaneamente, proibição das aulas coletivas em diversas praças, necessidade de agendamento, dentre outros). No entanto, ao final do primeiro trimestre, com o avanço da segunda onda da pandemia no Brasil, o Grupo retrocedeu a retomada dos resultados que estavam acontecendo desde julho de 2020. O número de novas matrículas, por exemplo, caiu 55% quando comparado o mês de abril de 2021 com janeiro do mesmo ano. Para os meses subsequentes (maio e junho) o impacto da segunda onda foi ainda maior em comparação a primeira onda.

Apesar do primeiro semestre desafiador, a partir de julho de 2021, o Grupo começou a perceber uma melhora significativa em seus números: repetindo os números de novas matrículas de janeiro, o que é um feito ainda mais positivo quando considerado a sazonalidade do negócio (janeiro, por ser começo de ano e verão, tem historicamente muito mais matrículas que julho, um mês no auge do inverno brasileiro). Para o terceiro trimestre os resultados foram bastante promissores: recorde de matrículas no ano nos meses de agosto e setembro, crescimento de 4-6% ao mês desde então. Esse impacto positivo no faturamento, inclusive reestabeleceu a geração de caixa positivo do ponto de vista operacional, que deve se intensificar com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica nos 15 estados em que o Grupo opera.

Ao longo de 2020 e para 2021, a Administração tomou uma série de medidas para proteger a posição de caixa do Grupo e reduzir os impactos negativos no seu resultado financeiro:

(i) Renegociações dos contratos de locação, priorizando descontos e/ou isenções de taxas de reajustes;

(ii) Suspensões e/ou reduções de contratos de trabalho, sempre observando as determinações de cada uma das legislações locais onde o Grupo opera;

(iii) Repactuação dos prazos de pagamentos com os principais fornecedores, tanto na aquisição de ativos quanto nos custos e despesas do dia a dia;

(iv) Redução dos serviços contratados junto a fornecedores, seja por uma escolha estratégica da Administração, seja uma consequência do horário de funcionamento limitado, em decorrência de determinações das autoridades locais.

(v) Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 30 de outubro de 2020, as condições originais de vencimento das debêntures foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025.

(vi) Em 06 de abril de 2021, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, do qual R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, com este recurso o capital circulante líquido na controladora e consolidado passaram a ser positivo.

(vii) A Companhia e suas controladas têm disponível linhas de crédito de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. não utilizadas, no montante de aproximadamente R$46 milhões.

A Administração da Grupo analisou os impactos da Covid-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "*impairment*" dos seus ativos em 31 de dezembro de 2020. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

A Administração considerando os eventos até a data de aprovação das demonstrações financeiras, entende que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no próximo exercício. Portanto, adotamos a base contábil de continuidade operacional na elaboração dessas demonstrações financeiras.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 8 de dezembro de 2021.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, sendo primeiramente as demonstrações financeiras consolidadas e posteriormente as da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

## 2.3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia e suas controladas, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

## 2.4 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas na data base de até 31 de dezembro de cada exercício.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

A seguir é apresentada a base de consolidação de 2020:

| | | Participação % | |
|---|---|---|---|
| | **Classificação** | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
| **Investimento:** | | | |
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | Controlada | 52% | 52% |
| Academia Inteligente LTDA - Iguatemi | Controlada | 100% | 100% |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | Controlada | 100% | 100% |
| Academia Inteligente LTDA - Paralela | Controlada | 100% | 100% |

Passivo a descoberto

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta das controladas.

**2.5 Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato); Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

• Os valores relacionados às atividades de condicionamento físico e canais digitais são reconhecidos mensalmente, de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de prestação de serviços, exceto, taxas de adesão, anuidade, e manutenção que são reconhecidas na sua ocorrência, respeitando a prestação de serviços

O Grupo monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados e concluiu que a exigibilidade da devolução de mensalidades aos alunos é irrelevante, e que as taxas de anuidade e adesão não possuem exigibilidade de devolução aos alunos.

**2.6 Arrendamento**

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas atuam apenas como arrendatárias.

Ativo de direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato;

Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas identificaram e adotaram a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos o critério. A taxa real incremental utilizada para os cálculos foi de 8,68%% a.a. até 11,44% a.a., em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## 2.7 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## 2.8 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

## 2.9 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.9.1 Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais do Grupo suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

### 2.9.2 Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 2.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

| Descrição | Taxas (%) |
|---|---|
| Equipamentos de ginástica | 10 |
| Acessórios de ginástica | 20 |
| Móveis e utensílios | 20 |
| Equipamentos de informática | 20 |
| Benfeitorias (Vigência média dos contratos) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentarem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado da unidade geradora de caixa ("UGC"), sendo a análise de UGC efetuada de forma consolidada, sendo a Self It a unidade geradora de caixa, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.12 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos de amortização acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Grupo do ativo intangível | % a.a. |
|---|---|
| Software | 20 |

## 2.13 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 9 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 9 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado. |

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

## 2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**2.15 Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.16 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para os exercícios findos em:

<u>31 de dezembro de 2020:</u>

A partir de 1º de janeiro de 2020, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da Taxa de Juros de Referência.

A partir de 1º de junho de 2020, está vigente a seguinte alteração:

- Alterações ao IFRS 16 - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos à arrendatários em contratos de arrendamento.

A adoção dessas novas normas contábeis e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e períodos comparativos.

**2.17 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.
- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

## 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (nota nº 8) e ativo de direito de uso de arrendamento, passivo de arrendamento (nota nº 9, imposto de renda (nota nº 11)), provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (nota nº 13) e receita líquida de serviço (nota nº15).

## 4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANTERIORMENTE APRESENTADA

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram emitidas em 31 de março de 2021 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e em conformidade com o CPC 23 (IAS 8)- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, decidiu reapresentar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento (nota explicativa nº 20), bem como detalhou informações requeridas para Companhias abertas nas notas explicativas nº 9 – Direito de uso e passivo de arrendamento e nº 18 – Gestão de risco financeiro, e efetuou a remensuração no ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, em função da revisão da taxa incremental utilizada na adoção inicial não ter considerado os diferentes prazos de duração dos contratos, os efeitos estão abaixo apresentados. A Administração aprovou a reemissão destas demonstrações financeiras em 8 de dezembro de 2021.

| ATIVO | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros ativos circulantes | 37.424 | - | 37.424 | 35.566 | - | 35.566 |
| Total dos ativos circulantes | 37.424 | - | 37.424 | 35.566 | - | 35.566 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros ativos não circulantes | 227.861 | - | 227.861 | 229.589 | - | 229.589 |
| Direito de uso | 128.285 | (8.862) | 119.423 | 123.301 | (9.198) | 114.103 |
| Total dos ativos não circulantes | 356.146 | (8.862) | 347.284 | 352.890 | (9.198) | 343.692 |
| TOTAL DO ATIVO | 393.570 | (8.862) | 384.708 | 388.456 | (9.198) | 379.258 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | 20.419 | 8.217 | 28.636 | 20.318 | 6.474 | 26.792 |
| Outros passivos circulantes | 48.746 | - | 48.746 | 45.560 | - | 45.560 |
| Total dos passivos circulantes | 69.165 | 8.217 | 77.382 | 65.878 | 6.474 | 72.352 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | 125.406 | (22.372) | 103.034 | 119.621 | (20.797) | 98.824 |
| Outros passivo não circulantes | 130.706 | - | 130.706 | 133.864 | - | 133.864 |
| Total dos passivos não circulantes | 256.112 | (22.372) | 233.740 | 253.485 | (20.797) | 232.688 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
| Patrimônio líquido | 68.293 | 5.293 | 73.586 | 69.093 | 5.125 | 74.218 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 393.570 | (8.862) | 384.708 | 388.456 | (9.198) | 379.258 |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Receita líquida de serviços | 86.859 | - | 86.859 | 82.991 | - | 82.991 |
| Custo dos serviços prestados | (110.166) | (10.188) | (99.978) | (104.524) | (9.664) | (94.860) |
| Despesas gerais e administrativas | (23.417) | - | (23.417) | (23.417) | - | (23.417) |
| Equivalência patrimonial | - | - | - | (2.288) | - | (2.288) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (5.337) | - | (5.337) | (5.176) | - | (5.176) |
| Resultado financeiro | (18.630) | - | (18.630) | (18.008) | - | (18.008) |
| Prejuízo do exercício | (70.691) | (10.188) | (60.503) | (70.422) | (9.664) | (60.758) |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Resultado abrangente do exercício | (70.691) | (10.188) | (60.503) | (70.422) | (9.664) | (60.758) |

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Prejuizos acumulados | (115.259) | (5.125) | (110.134) | (115.259) | (5.125) | (110.134) |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores | (800) | (168) | (632) | | | |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado | Originalmente Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (2.882) | - | (2.882) | (2.973) | - | (2.973) |
| Caixa aplicado nas atividades de investimento | (33.511) | - | (33.511) | (34.003) | - | (34.003) |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | (31.991) | - | (31.991) | (30.994) | - | (30.994) |

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### Caixa e equivalentes de caixa

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Caixas e bancos | 4.541 | 42.719 | 4.124 | 41.895 |
| Aplicações de liquidez imediata | 19.411 | 20.425 | 19.411 | 20.418 |
| | **23.952** | **63.144** | **23.535** | **62.313** |

As aplicações financeiras são compostas por investimentos em renda fixa e possuem taxa média de remuneração em 31 de dezembro de 2020 de 97,7% do CDI (93,98% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

### Aplicações financeiras

As referidas aplicações financeiras estão vinculadas em garantias dos empréstimos e financiamentos, maiores detalhes apresentados na Nota explicativa 10. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um montante de R$29.192 mil em aplicações financeiras. Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía um waiver e os valores foram liberados pelas instituições financeiras.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Contas a receber - cartões | 7.991 | 13.316 | 7.106 | 12.474 |
| Contas a receber - alunos | - | 3 | 43 | - |
| | **7.991** | **13.319** | **7.149** | **12.474** |

As contas a receber de clientes referem-se a valores de receitas recorrentes de vendas dos planos de academia, recebidos através das principais operadoras de cartões no Brasil, na modalidade de cartão de crédito.
As referidas contas a receber de clientes estão vinculadas em garantias das debêntures, maiores detalhes apresentados na Nota explicativa 10.

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| A vencer | 7.991 | 13.319 | 7.149 | 12.474 |
| | **7.991** | **13.319** | **7.149** | **12.474** |

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, em função do negócio do Grupo, em casos ao qual não é realizado o pagamento o aluno tem o acesso bloqueado, sendo reestabelecido apenas na quitação dos valores pendentes de pagamento. Com esse modelo operacional, o Grupo não registra contas a receber (e a respectiva receita) para os alunos enquanto eles não regularizam o plano e voltem a utilizar a academia. Por isso não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.

## 7. INVESTIMENTO COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

A seguir estão apresentados os investimentos do Companhia:

| Investidas | Data-base | Participação no capital Integralizado % | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido negativo | (Prejuízo) do exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | 31/12/2020 | 52% | 2.901 | (4.568) | (1.667) | (560) |
| Academia Inteligente LTDA - Iguatemi | 31/12/2020 | 100% | 4.305 | (6.273) | (1.968) | (1.055) |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | 31/12/2020 | 100% | 3.469 | (4.699) | (1.230) | (590) |
| Academia Inteligente LTDA - Paralela | 31/12/2020 | 100% | 6.351 | - 6.011 | 340 | (352) |

### Movimentação

| | Academia Automação LTDA | Academia Inteligente LTDA | Academia Inteligente EPP LTDA | Academia Inteligente LTDA | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | (409) | (433) | (642) | (86) | (1.570) |
| Equivalência patrimonial | (166) | (480) | 2 | 778 | 134 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (576) | (913) | (639) | 692 | (1.436) |
| Equivalência patrimonial | (291) | (1.055) | (590) | (352) | (2.288) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | **(867)** | **(1.968)** | **(1.229)** | **340** | **(3.724)** |

## 8. IMOBILIZADO

Consolidado

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Imobilizado em andamento - benfeitoria | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | | |
| **Em 1 de janeiro de 2019** | **45.989** | **8.080** | **6.391** | **3.156** | **66.836** | **4.583** | **10** | **20** | **135.065** |
| Adições | 36.384 | 5.873 | 3.985 | 2.276 | 64.121 | 6.523 | - | - | 119.162 |
| Baixas | | - | - | - | - | (1) | - | (20) | (21) |
| Depreciação | (11.752) | (3.596) | (1.623) | (1.438) | (14.365) | (1.609) | - | - | (34.383) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **70.621** | **10.357** | **8.753** | **3.994** | **116.592** | **9.496** | **10** | **-** | **219.823** |
| Adições | 9.055 | 1.588 | 1.175 | 912 | 17.718 | 1.357 | - | - | 31.805 |
| Depreciação | (8.774) | (2.579) | (1.002) | (1.074) | (13.543) | (1.056) | - | - | (28.028) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.902** | **9.366** | **8.926** | **3.832** | **120.767** | **9.797** | **10** | **-** | **223.600** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **70.621** | **10.357** | **8.753** | **3.994** | **116.592** | **9.496** | **10** | **-** | **219.823** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.902** | **9.366** | **8.926** | **3.832** | **120.767** | **9.797** | **10** | **-** | **223.600** |

Controladora

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Equipamentos de informática | Móveis e utensílios | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | |
| **Em 1 de janeiro de 2019** | **38.838** | **5.659** | **2.416** | **4.615** | **56.026** | **3.383** | **9** | **110.946** |
| Adições | 36.214 | 5.668 | 2.248 | 3.812 | 63.816 | 6.454 | - | 118.212 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | (9) | (9) |
| Depreciação | (5.622) | (1.582) | (691) | (607) | (7.759) | (588) | - | (16.849) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **69.430** | **9.745** | **3.973** | **7.820** | **112.083** | **9.249** | **-** | **212.300** |
| Adições | 9.055 | 1.583 | 895 | 1.165 | 17.618 | 1.337 | - | 31.653 |
| Depreciação | (8.460) | (2.465) | (1.048) | (916) | (12.945) | (1.016) | - | (26.850) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.025** | **8.863** | **3.820** | **8.069** | **116.756** | **9.570** | **-** | **217.103** |
| | | - | | | | | | |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **69.430** | **9.745** | **3.973** | **7.820** | **112.083** | **9.249** | **-** | **212.300** |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **70.025** | **8.863** | **3.820** | **8.069** | **116.756** | **9.570** | **-** | **217.103** |

Anualmente, o Grupo e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas ("*impairment*") na recuperabilidade dos investimentos realizados na rubrica de imobilizado, de acordo com a política contábil. Em 2020, o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos.

## 9. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

O Grupo arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até nove (9) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

| **Custo** | **Consolidado** | **Controladora** |
|---|---|---|
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| **Em 1 de janeiro de 2019** | **112.764** | **105.691** |
| Adições | 24.638 | 24.638 |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **137.402** | **130.329** |
| Adições | 2.297 | 2.297 |
| Remensuração | 11.947 | 11.201 |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **151.646** | **143.827** |
| | | |
| **Amortização acumulada** | | |
| **Em 1 de janeiro de 2019** | **-** | **-** |
| Adições | (14.937) | (13.726) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **(14.937)** | **(13.726)** |
| Adições | (17.286) | (15.998) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **(32.223)** | **(29.724)** |
| | | |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **119.423** | **114.103** |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **122.465** | **116.603** |

Anualmente, o Grupo e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (*"impairment"*) na recuperabilidade de seus ativos não circulantes, de acordo com a política contábil. Em 2020, o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos de direito de uso.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia deve apresentar os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

| **Fluxo de Pagamentos Futuros** | **2021** | **2022** | **2023** | **Após 2023** |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| **Controladora** | | | | |
| Fluxo de desembolso sem AVP | 28.211 | 24.999 | 24.944 | 102.135 |
| Cenário com inflação | 30.739 | 26.099 | 25.760 | 105.219 |
| | 8,96% | 4,40% | 3,27% | 3,02% |
| | | | | |
| **Consolidado** | | | | |
| Fluxo de desembolso sem AVP | 30.148 | 26.787 | 26.732 | 104.111 |
| Cenário com inflação | 32.850 | 27.966 | 27.607 | 107.255 |
| | 8,96% | 4,40% | 3,27% | 3,02% |

O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e da COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento e apresentam os seguintes saldos nominais e ajustados a valor presente:

| **Consolidado** | **31/12/2020** | |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa** | **Nominal** | **Ajustado valor presente** |
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Contrapestação do arrendamento | 187.779 | 131.670 |
| PIS/Cofins potencial (9,25%) | 17.370 | 12.180 |

| **Controladora** | **31/12/2020** | |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa** | **Nominal** | **Ajustado valor presente** |
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Contrapestação do arrendamento | 180.289 | 125.616 |
| PIS/Cofins potencial (9,25%) | 16.677 | 11.619 |

Passivo de arrendamento

A seguir é demonstrada os montantes registrados de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

| | **Consolidado** | | **Controladora** | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Valor nominal a pagar | 187.779 | 192.220 | 180.289 | 184.119 |
| Despesa financeira não realizada | (56.109) | (62.573) | (54.673) | (60.779) |
| **Valor presente a pagar** | **131.670** | **129.647** | **125.616** | **123.340** |
| | | | | |
| Circulante | 28.636 | 26.427 | 26.792 | 24.789 |
| Não circulante | 103.034 | 103.220 | 98.824 | 98.551 |

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

| | **Consolidado** | **Controladora** |
|---|---|---|
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| **Em 1 de janeiro de 2019** | **112.764** | **105.691** |
| Adições | 24.638 | 24.638 |
| Pagamento de arrendamento | (16.713) | (15.239) |
| Cancelamentos/descontos | (4.103) | (4.143) |
| Provisão de juros | 13.061 | 12.393 |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **129.647** | **123.340** |
| Remensuração | 3.800 | 3.533 |
| Adições | 2.297 | 2.297 |
| Pagamento de arrendamento | (15.207) | (14.210) |
| Provisão de juros | 11.133 | 10.656 |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **131.670** | **125.616** |
| | | |
| Circulante | 28.636 | 26.792 |
| Não circulante | 103.034 | 98.824 |

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

| **Consolidado** | **31/12/2020** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 30.148 | (1.512) | 28.636 |
| Entre 1 e 2 anos | 26.787 | (4.023) | 22.764 |
| Entre 2 e 3 anos | 26.732 | (6.301) | 20.432 |
| Mais de 3 anos | 104.111 | (44.272) | 59.839 |
| | **187.779** | **(56.109)** | **131.670** |

| **Consolidado** | **31/12/2019** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 27.848 | (1.421) | 26.427 |
| Entre 1 e 2 anos | 24.706 | (3.691) | 21.015 |
| Entre 2 e 3 anos | 23.863 | (5.619) | 18.244 |
| Mais de 3 anos | 115.803 | (51.842) | 63.961 |
| | **192.220** | **(62.573)** | **129.647** |

| **Controladora** | **31/12/2020** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 28.211 | (1.419) | 26.792 |
| Entre 1 e 2 anos | 24.999 | (3.770) | 21.229 |
| Entre 2 e 3 anos | 24.944 | (5.902) | 19.042 |
| Mais de 3 anos | 102.135 | (43.583) | 58.552 |
| | **180.289** | **(54.673)** | **125.616** |

| **Controladora** | **31/12/2019** | | |
|---|---|---|---|
| | **Valor nominal Passivo de arrendamento** | **(-) AVP de Passivos de arrendamento** | **Total** |
| Até 1 ano | 26.128 | (1.339) | 24.789 |
| Entre 1 e 2 anos | 23.117 | (3.466) | 19.651 |
| Entre 2 e 3 anos | 22.274 | (5.264) | 17.010 |
| Mais de 3 anos | 112.600 | (50.710) | 61.890 |
| | **184.119** | **(60.779)** | **123.340** |

## 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures correspondem à captação de recursos pelas unidades para atender às demandas de fluxo financeiro ligadas à expansão da capacidade de negócios do Grupo.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| Modalidade | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Cédula de Crédito Bancário (a) | 5.010 | - | 5.010 | - |
| Fundo de Financiamento do Nordeste (b) | 4.114 | 4.265 | 4.114 | 4.265 |
| Arredamento mercantil Financeiro (c) | - | 2.581 | - | 2.581 |
| Emissão de Debentures (d) | 119.730 | 130.204 | 119.730 | 130.204 |
| Total Geral | **128.854** | **137.050** | **128.854** | **137.050** |
| Circulante | 6.141 | 27.847 | 6.141 | 27.847 |
| Não circulante | 122.713 | 109.203 | 122.713 | 109.203 |

(a) Empréstimos tomados no banco BBM, na modalidade de cédula de crédito bancário com juros de CDI + 4,5% a.a.;

(b) Linha captada junto ao Banco do Nordeste para aquisição de equipamento e instalações com juros entre 6,48% e 8,55% ao ano;

(c) Contratos de financiamentos firmados com os bancos Daycoval, Citibank e DLL, para aquisição de equipamentos, com encargos médios em 1,2% ao mês.

(d) Conforme Ata Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 12 de setembro de 2019, foi aprovado a 2ª emissão de debêntures simples, com juros de CDI + 3,65% ao ano, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476. Foram subscritas e integralizadas no ato da subscrição 13.000 (treze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). Conforme Ata Assembleia dos Debenturistas ("AGD") realizado em 30 de outubro de 2020, as condições originais dessa operação foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025.

Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

| Ano | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| 2022 | 31.671 | 31.671 |
| 2023 em diante | 91.042 | 91.042 |
| | **122.713** | **122.713** |

Apresentamos, a seguir, a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício de 2020:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 33.066 | 32.649 |
| Liberações | 132.300 | 132.300 |
| Juros incorridos | 3.701 | 3.701 |
| Amortizações de principal e juros | (32.017) | (31.600) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 137.050 | 137.050 |
| Liberações | 5.000 | 5.000 |
| Juros incorridos | 8.588 | 8.588 |
| Amortizações de principal e juros | (21.784) | (21.784) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | **128.854** | **128.854** |

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):

O Grupo possui cláusulas restritivas relacionadas a 2ª emissão de debêntures, os quais requerem mensuração anual da relação de dívida liquida e "*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and amortization* – EBITDA" dos últimos 12 meses. Essas cláusulas restritivas foram repactuadas com os debenturistas na AGD de 30 de outubro de 2020, de tal forma que a Escritura de Emissão aditava não prevê atingimento de nenhum índice para o ano de 2020. A partir de 2021, o Grupo voltará a ter cláusulas restritivas em vigor, de acordo com a deliberação dos debenturistas da AGD previamente citada.

Diante do exposto acima, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas e não eram aplicáveis o atendimento.

Garantias

Foi constituída obrigação de garantia real (fluxos de recebíveis) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, com verificação mensal, estabelecida a partir de 2019. Em 30 de outubro de 2020, em reunião de debenturistas foram repactuadas as garantias das debêntures, sendo acordado a isenção de garantia em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as garantias contratuais da Companhia das suas respectivas debêntures foram atendidas.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (60.503) | (23.646) | (60.758) | (23.137) |
| Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 20.571 | 8.040 | 20.658 | 7.867 |
| Equivalência patrimonial | - | - | 778 | (46) |
| Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídos | (20.571) | (8.040) | (21.436) | (6.277) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - |

O Grupo possui base de prejuízo fiscal não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R$95.067 em 31 de dezembro de 2020 (R$52.800 em 31 de dezembro de 2019), por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

## 12. PARTES RELACIONADAS

### Consolidado

| Parte relacionada | 31/12/2020 |
|---|---|
| | Passivo |
| | Circulante |
| N e A Academia de Ginástica Ltda | 114 |
| **Total** | **114** |

| Parte relacionada | 31/12/2019 |
|---|---|
| | Passivo |
| | Circulante |
| N e A Academia de Ginástica Ltda | 40 |
| **Total** | **40** |

### Controladora

| Parte relacionada | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | Resultado |
| | Circulante | Não circulante | Não circulante | Outras receitas operacionais |
| Academia Inteligente Ltda – Iguatemi (a) | 170 | - | - | - |
| Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a) | 62 | 188 | - | - |
| Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a) | 89 | 1.017 | - | - |
| Academia Inteligente Ltda. (a) | 302 | - | - | - |
| Academia Inteligente Ltda – Paralela (a) | - | 601 | (168) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (c) | - | 673 | - | - |
| Reembolso de despesas ADM – CSC (b) | - | 5.862 | - | 191 |
| **Total** | **623** | **8.341** | **(168)** | **191** |

| Parte relacionada | 31/12/2019 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | Resultado |
| | Circulante | Não circulante | Não circulante | Outras receitas operacionais |
| Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a) | 170 | 188 | - | - |
| Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a) | 62 | 1.017 | - | - |
| Academia Inteligente Ltda. (a) | 11 | - | - | - |
| Academia Inteligente Ltda – Paralela (a) | - | 601 | (298) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (c) | - | 803 | - | - |
| Reembolso de despesas ADM – CSC (b) | - | 5.672 | - | 1.202 |
| **Total** | **243** | **8.281** | **(298)** | **1.202** |

Os saldos e transações das operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com termos e condições específicas definidas entre as partes e não possuem vencimento predeterminado e não há incidência de juros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem:

(a) Operações para suprir as necessidades de caixa de curto prazo entre meses do Grupo; e

(b) Rateio de despesas, estão relacionadas as despesas de assessoria financeira, licenças de softwares, despesa de pessoal, Etc.

Administração da Companhia efetuou a análise das operação de mútuo entre partes relacionada e no período não houve transações que afetaram o resultado.

Remuneração da Administração

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020 foram pagos R$982 (R$1.234 em 31 de dezembro de 2019) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração.

Programa de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui um "Programa de Incentivo de Longo Prazo", aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017 ("Programa"), que poderá ser oferecido aos administradores e empregados da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle a serem indicados e eleitos pelo Conselho de Administração ("Beneficiários").

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento de um prêmio em dinheiro atrelado à valorização das ações de emissão da Companhia a ser pago pela Companhia, condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, e, para tanto, a Companhia concederá aos Beneficiários direitos denominados "Unidades de Performance".

O Programa é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá, observadas as diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa.

A distribuição das Unidades de Performance dentre os Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios de avaliação adotados pela Companhia e mérito do Beneficiário.

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo mediante celebração com a Companhia de um Contrato de Concessão, através do qual o Conselho de Administração estabelecerá condições adicionais e individualizadas da concessão das Unidades de Performance para cada Beneficiário, respeitados os termos deste Programa.

Cada Unidade de Performance outorgada ao Beneficiário terá seu valor atrelado ao preço de uma ação de emissão da Companhia, razão pela qual atribuirá ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro ("Prêmio"), cujo montante será determinado de acordo com o cálculo previsto no Programa, o qual considerará a valorização da ação de emissão da Companhia no tempo, tendo como base, portanto, a variação do Valor Referencial da Unidade de Performance no tempo. O valor referencial de cada Unidade de Performance ("Valor Referencial") será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia. A Unidade de Performance não confere ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Unidades de Performance outorgadas.

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Dessa forma, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio. Caso a operação matemática decorrente da fórmula prevista acima apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

As Unidades de Performance vestidas permanecerão em vigor por um prazo máximo de 20 (vinte) anos da Data de Concessão, sendo que caso não ocorra um Evento de Liquidez dentro de referido prazo, as Unidades de Performance serão consideradas automaticamente extintas, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, Prêmio ou qualquer benefício de qualquer natureza ("Prazo de Vigência").

Observados os prazos de carência, bem como as demais condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração e incluídas nos respectivos Contratos de Concessão, as Unidades de Performance serão vestidas, independentemente de qualquer pagamento em dinheiro, na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, a partir da data da concessão das Unidades de Performance até a ocorrência de um Evento de Liquidez.

A Companhia concedeu 5 (cinco) contratos de concessão de Unidades de Performance, com Valor Referencial médio de R$31,80, dos quais, 1 (um) refere-se a um executivo que está ativo e continua como administrador da Companhia, 4 (quatro) referentes a executivos que não estão mais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 412.351 unidades de performance vestidas observados os prazos de carência e 31.010 unidades de performance não vestidas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não houve efeitos contábeis a serem reconhecidos relativos a esse programa pois não houve variação positiva entre o valor referencial e o valor de avaliação da Companhia.

## 13. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e cíveis, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

## 13.1. Processos com risco de perda provável

A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cíveis e tributários perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
| Contingências cíveis | 277 | 352 | 188 | 263 |
| Contingências trabalhistas | 623 | 308 | 551 | 237 |
| Contingências tributárias e administrativas | 1.915 | 1.747 | 1.915 | 1.747 |
| | **2.815** | **2.407** | **2.654** | **2.247** |

A seguir é apresentada a movimentação das provisões para contingências:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 1 de janeiro de 2019** | **412** | **251** |
| Adições | 1.995 | 1.996 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **2.407** | **2.247** |
| Adições | 495 | 495 |
| Reversões | (87) | (88) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **2.815** | **2.654** |

## 13.2. Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Contingências tributárias e administrativas | 492 | 25 | 417 | 25 |
| Contingências trabalhistas | 1.685 | - | 1.018 | - |
| Contingências cíveis | 261 | 180 | 261 | 121 |
| | **2.438** | **205** | **1.696** | **146** |

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito do Grupo é de R$ 63.853.624 (sessenta e três milhões oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte quatro reais) dividido em 10.336.691 ações (sendo 1.132.078 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 9.204.613 ações preferenciais), totalmente integralizados (R$63.853.623 em 31 de dezembro de 2019).

A composição acionária na base de capital social é:

| | 31/12/2020 | Capital volante (%) | 31/12/2019 | Capital volante (%) |
|---|---|---|---|---|
| Grajaú Participações S.A. | 2.336.033 | 22,60% | 2.336.033 | 22,60% |
| Boa Viagem Participações S.A. | 3.584.912 | 34,68% | 3.584.912 | 34,68% |
| Everest Brasil Partners I | 3.283.668 | 31,77% | 3.283.668 | 31,76% |
| José Leonardo Pereira da Costa | 566.039 | 5,48% | 566.039 | 5,48% |
| Nelson Lins de Araújo Netto | 566.039 | 5,48% | 566.039 | 5,48% |
| | **10.336.691** | **100%** | **10.336.691** | **100%** |

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, consequência dos prejuízos, não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária, até o limite de 20%. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há saldos registrados, pois, a Companhia possui prejuízos acumulados.

d) Resultado por ação

O Grupo não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

| Resultado básico e diluído por ação | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| Prejuízo atribuível aos acionistas | (60.758) | (23.137) |
| Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada | 10.337 | 10.337 |
| **Resultado básico e diluído por ação – Em reais** | **(5,878)** | **(2,238)** |

## 15. RECEITA LÍQUIDA

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita com prestação de serviços | 101.027 | 141.245 | 96.517 | 129.350 |
| (-) PIS s/ Receitas | (1.667) | (2.332) | (1.593) | (2.135) |
| (-) COFINS s/ Receitas | (7.678) | (10.740) | (7.335) | (9.835) |
| (-) ISS s/ Receitas | (4.823) | (6.919) | (4.598) | (6.323) |
| **Receita líquida de serviços** | **86.859** | **121.254** | **82.991** | **111.057** |

## 16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Despesas com pessoal | (38.212) | (41.305) | (37.138) | (39.043) |
| Despesas com ocupação e utilidades | (14.858) | (7.128) | (13.939) | (5.957) |
| Depreciações e amortizações | (29.073) | (17.952) | (27.889) | (16.639) |
| Serviço de apoio operacional | (20.150) | (21.460) | (19.571) | (20.521) |
| Uso e consumo | (8.007) | (8.849) | (7.668) | (8.193) |
| Abertura de novas unidades | (1.478) | (3.439) | (1.410) | (3.359) |
| Provisões | (407) | (1.995) | (408) | (1.995) |
| Amortização do direito de uso | (17.286) | (14.937) | (15.998) | (13.726) |
| Rateio de despesas corporativas | - | - | 191 | 1.202 |
| Outras receitas (despesas) | 739 | (11.070) | 377 | (10.342) |
| | **(128.732)** | **(128.135)** | **(123.453)** | **(118.573)** |
| Custo dos serviços prestados | (99.978) | (99.405) | (94.860) | (91.041) |
| Gerais e administrativas | (23.417) | (24.532) | (23.417) | (24.532) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (5.337) | (4.198) | (5.176) | (3.000) |
| | **(128.732)** | **(128.135)** | **(123.453)** | **(118.573)** |

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Receitas financeiras** | **1.976** | **4.250** | **1.975** | **4.226** |
| Rendimento de aplicações financeiras | 1.352 | 4.022 | 1.352 | 4.009 |
| Descontos obtidos | 624 | 228 | 623 | 217 |
| **Despesas financeiras** | **(20.606)** | **(21.015)** | **(19.983)** | **(19.981)** |
| Juros passivos | (8.873) | (5.317) | (8.827) | (5.092) |
| Juros arrendamento mercantil (CPC 06 R2) | (11.133) | (13.061) | (10.656) | (12.393) |
| Outras despesas financeiras | (600) | (2.637) | (500) | (2.496) |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(18.630)** | **(16.765)** | **(18.008)** | **(15.755)** |

## 18. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo aos riscos mencionados, os objetivos do Grupo, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

I) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Companhia e suas controladas tem como principal atividade a prestação de serviços relacionados atividades de condicionamento físico.

As operações do Grupo são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por cartão de crédito. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial do Grupo.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários o Grupo possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, o Grupo realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa do Grupo é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco;

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz do Grupo é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, o Grupo busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2020** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 32.636 | 32.636 | 9.351 | 18.978 | 4.288 | 19 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 128.854 | 162.850 | 4.148 | 7.803 | 45.614 | 105.286 |
| | **161.490** | **195.486** | **13.499** | **26.781** | **49.902** | **105.305** |

| **31 de dezembro de 2019** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 40.616 | 40.616 | 21.200 | 15.109 | 4.307 | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 137.050 | 139.735 | 151 | 7.675 | 63.938 | 67.971 |
| | **177.666** | **180.351** | **21.351** | **22.784** | **68.245** | **67.971** |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2020** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 31.538 | 31.538 | 9.351 | 17.880 | 4.288 | 19 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 128.854 | 162.850 | 4.148 | 7.803 | 45.614 | 105.286 |
| | **160.392** | **194.388** | **13.499** | **25.683** | **49.902** | **105.305** |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2019** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **6 meses ou menos** | **06-12 meses** | **01-02 anos** | **02-05 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | |
| Fornecedores | 40.090 | 40.090 | 20.674 | 15.109 | 4.307 | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 137.050 | 139.735 | 151 | 7.675 | 63.938 | 67.971 |
| | **177.140** | **179.825** | **20.825** | **22.784** | **68.245** | **67.971** |

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em risco de taxa de juros e risco de valor justo.

*a) Risco de taxa de juros*

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
| **Instrumentos financeiros de taxa juros** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 19.411 | 20.425 | 19.411 | 20.418 |
| Aplicações financeiras | - | 29.192 | - | 29.192 |
| **Ativos financeiros** | **19.411** | **49.617** | **19.411** | **49.610** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (128.854) | (137.050) | (128.854) | (137.050) |
| **Passivos financeiros** | **(128.854)** | **(137.050)** | **(128.854)** | **(137.050)** |
| | **(109.443)** | **(87.433)** | **(109.443)** | **(87.440)** |

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na nota nº 5.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, o Grupo deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo esteja exposto na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando o cenário provável de aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração do Grupo e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2020, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

| Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Variável de risco** | **Valor contábil** | **Cenário I (provável)** | **Cenário II (+25%)** | **Cenário III (+50%)** |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 19.411 | 19.955 | 20.090 | 20.226 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (128.854) | (132.462) | (133.364) | (134.266) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | **(3.064)** | **(3.831)** | **(4.597)** |

| Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Variável de risco** | **Valor contábil** | **Cenário I (provável)** | **Cenário II (+25%)** | **Cenário III (+50%)** |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 19.411 | 19.955 | 20.090 | 20.226 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (128.854) | (132.462) | (133.364) | (134.266) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | **(3.064)** | **(3.831)** | **(4.597)** |

| | **31 de dezembro de 2020** | | |
|---|---|---|---|
| **Indexador** | **Cenário I Provável** | **Cenário II (+25%)** | **Cenário III (+50%)** |
| CDI | 2,80% | 3,50% | 4,20% |

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices até 31 de dezembro de 2021 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

b) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| **Instrumentos** | **Classificações dos instrumentos financeiros** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 19.411 | 19.411 | 20.425 | 20.425 | 19.411 | 19.411 | 20.425 | 20.425 |
| Aplicações financeiras | Custo amortizado | - | - | 29.192 | 29.192 | - | - | 29.192 | 29.192 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | - | - | - | - | 8.964 | 8.964 | 8.524 | 8.524 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 7.991 | 7.991 | 13.319 | 13.319 | 7.149 | 7.149 | 12.474 | 12.474 |
| Outros ativos | Custo amortizado | 4.109 | 4.109 | 1.944 | 1.944 | 2.884 | 2.884 | 2.506 | 2.506 |
| Fornecedores | Custo amortizado | (32.636) | (32.636) | (40.616) | (40.616) | (31.538) | (31.538) | (40.090) | (40.090) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Custo amortizado | (128.854) | (128.854) | (137.050) | (134.675) | (128.854) | (128.854) | (137.050) | (134.675) |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | (114) | (114) | (40) | (40) | (168) | (168) | (298) | (298) |
| Outras obrigações | Custo amortizado | (1.916) | (1.916) | (482) | (482) | (651) | (651) | (392) | (392) |
| | | **(132.009)** | **(132.009)** | **(113.308)** | **(110.933)** | **(122.804)** | **(122.804)** | **(104.709)** | **(102.334)** |

IV) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020, 2019 e podem ser assim sumarizados.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
| Dívida (a) | (128.854) | (137.050) | (128.854) | (137.050) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23.952 | 63.144 | 23.535 | 62.313 |
| Aplicações financeiras | - | 29.192 | - | 29.192 |
| **Dívida líquida** | **(104.902)** | **(44.714)** | **(105.319)** | **(45.545)** |
| Patrimônio líquido (b) | 73.586 | 134.089 | 74.218 | 134.976 |
| Índice de endividamento líquido | 143% | 33% | 142% | 34% |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures classificados no circulante e não circulante, conforme detalhado nas Nota 10 respectivamente.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## 19. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

| Abrangência | Companhia | Cobertura | Importância segurada | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| Riscos nomeados e operacionais | Self It Academias Holding S.A. | Principais equipamentos contra incêndio, danos elétricos e tumultos. | 265.295 | 18/10/2021 |
| | Academia Inteligente LTDA - Iguatemi | | 3.340 | 07/04/2021 |
| | Academia Inteligente LTDA - Paralela | | 3.340 | 17/09/2021 |
| Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O) | Self It Academias Holding S.A. | Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, práticas trabalhistas e tributárias. | 62.514 | 27/07/2021 |

## 20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve um único segmento operacional, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

As informações reportadas a Administração do Grupo (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração do Grupo avalia investimentos, gastos, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

## 21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Efeito do IFRS 16 - Adições | 2.297 | 24.638 | 2.297 | 24.638 |

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Em 06 de abril de 2021, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, do qual R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, mediante a emissão de 2.421.388 (dois milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e trezentas e oitenta e oito ações) Ações Preferencias Classe A, nominativas e sem valor nominal.

A seguir é demonstrado o aumento de ações por acionistas e os impactos nos percentuais de participações:

| | Aumento de ações | Alteração do capital votante (%) |
|---|---|---|
| Grajaú Participações S.A. | 733.560 | 1,46% |
| Boa Viagem Participações S.A. | 657.149 | -1,43% |
| Everest Brasil Partners I | 1.029.839 | 2,04% |
| José Leonardo Pereira da Costa | 420 | -1,04% |
| Nelson Lins de Araújo Netto | 420 | -1,04% |
| **Total** | **2.421.388** | |

Segue a composição acionária após o aumento de capital:

| | 30/09/2021 | Capital votante (%) |
|---|---|---|
| Grajaú Participações S.A. | 3.069.594 | 24,06% |
| Boa Viagem Participações S.A. | 4.242.061 | 33,25% |
| Everest Brasil Partners I | 4.313.507 | 33,81% |
| José Leonardo Pereira da Costa | 566.459 | 4,44% |
| Nelson Lins de Araújo Netto | 566.459 | 4,44% |
| | **12.758.079** | **100%** |

Aquisição de participação societária com obtenção de controle da Weburn Empreendimentos Digitais S.A. ("Weburn")

Em 09 de junho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato de Investimento e Outras Avenças ("Contrato") com os acionistas da Weburn, o qual estabeleceu, dentre outros assuntos, os termos e as condições para, mediante o cumprimento de determinadas condições suspensivas, a subscrição, pela Self It, de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante aumento de capital da Weburn, sendo que, após implementação da operação, a Self It passe a ser titular de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Weburn.

A Weburn é uma plataforma brasileira focada em fitness digital, saúde e bem-estar. A Companhia realizou esta aquisição como parte de sua estratégia de entrada no setor fitness digital.

No dia 28 de julho de 2021, data de fechamento da operação, os acionistas da Weburn aprovaram a emissão de 73.333 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço total de emissão de R$7.000, que foram nesta data totalmente subscritas pela nova acionista Self It e que serão integralizadas parte em 2021 e o restante em até 12 meses da data de fechamento conforme definido entre as partes.

Além do aporte de capital previsto no Contrato, a Self It deverá aportar um valor adicional na Weburn, sem que isso cause qualquer diluição aos acionistas, caso a Weburn atinja determinadas metas estabelecidas para o exercício de 2022 nos termos estabelecidos no Contrato. Caso as metas sejam atingidas em seu patamar máximo, a Self It deverá realizar um aporte complementar no valor de R$8.000, dentro do prazo 30 (trinta) dias a contar da data em que for confirmado o atingimento das metas do plano de negócios, ou até 31 de março de 2023, o que ocorrer por último, observado que o valor do aporte complementar não será objeto de qualquer reajuste ou correção.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3 — Business Combinations). A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

| | Valor contábil | Ajustes | Valor justo |
|---|---|---|---|
| ***Ativos*** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 115 | - | 115 |
| Contas a receber de clientes | 650 | - | 650 |
| Partes relacionadas | 14.297 | - | 14.297 |
| Outros ativos | 29 | - | 29 |
| Intangível (i) | 581 | 4.012 | 4.593 |
| Imobilizado | 20 | - | 20 |
| ***Passivos*** | | | - |
| Empréstimos e financiamentos | (114) | - | (114) |
| Fornecedores | (223) | - | (223) |
| Outros passivos | (53) | - | (53) |
| Impostos diferidos | - | (1.364) | (1.364) |
| **Total dos ativos líquidos adquiridos** | **15.302** | **2.648** | **17.950** |
| Participação adquirida na Weburn | | | 55% |
| **Participação Self It nos ativos líquidos adquiridos** | | | **9.873** |
| (+) Contraprestação transferida (ii) | | | 14.297 |
| (+) Participação de não controladores (iii) | | | 8.078 |
| (-) Valor justo total dos ativos adquiridos líquidos | | | (17.950) |
| **(=) Ágio** | | | **4.425** |

(i) Contrato/relacionamento com professores da Weburn foram identificados como um ativo intangível na data de aquisição e mensurado pelo seu valor justo com base no método with/without, com vida útil estimada de 3 (três) anos para esse intangível.

(ii) Aportes de capital mensurados a valor presente na data de aquisição, que inclui o aporte complementar de capital considerado nesta data uma contraprestação contingente mensurada pelo seu valor justo.

(iii) A participação dos acionistas não controladores (45% de participação societária na Weburn) reconhecida na data de aquisição foi mensurada pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

O ágio no valor de R$4.425 resultante da aquisição é atribuído às sinergias esperadas na integração do fitness digital ao modelo de negócio da Companhia.

Os custos relacionados à aquisição (incluídos nas despesas administrativas) totalizaram R$160.

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes**

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1.901, bairro Pina, CEP 51110-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.902.694/0001-95, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIRE 26.3.0002306-7 ("Companhia") declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Recife, 8 de dezembro de 2021.

**Fernando Duarte Menezes**
Diretor Presidente

**Viniclus Vilaça Bezerra Mendonça**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: +55 81 3221 2620
Fax: + 55 81 3221 2071
www.bdo.com.br

Avenida República do Líbano, 251
Torre A, 27º Andar Bairro do Pina
Recife, PE 51110-160

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Self It Academias Holding S.A.
Recife - PE

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Self It Academias Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Self It Academias Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.17 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas em decorrência das alterações realizadas pela Companhia para retificação de erros identificados e pelo aprimoramento de certas práticas contábeis e divulgações, pelas razões mencionadas na referida nota. Esse relatório substitui o anteriormente emitido em 30 de março de 2020. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| Reconhecimento de receita | Resposta da auditoria ao assunto |
|---|---|
| A Companhia reconhece as receitas com prestação de serviços de acordo com os critérios descritos nas notas explicativas nº 2.5 e 15, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.<br><br>O reconhecimento das receitas envolve o exercício de julgamento para determinar o momento em que as obrigações de performance dos contratos com clientes estejam atendidas, conforme determina a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.<br><br>O processo de reconhecimento das receitas envolve determinadas premissas quanto à expectativa de permanência dos alunos e consequente cumprimento dos contratos. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram:<br><br>▪ Avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao ciclo de reconhecimento de receita, contemplando: (i) avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os sistemas relevantes na geração de informação para o processo de faturamento; (ii) teste de integridade dos lançamentos contábeis relacionados ao ciclo de receita; ;<br>▪ Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, para as receitas de mensalidade, matrícula e anuidade, incluindo a reconciliação entre a receita reconhecida, contas de clientes e recebimentos de clientes, para confirmar a existência da transação;<br>▪ Revisão dos critérios utilizados pela administração para determinar se em seus contratos, a Companhia detinha as condições necessárias para o reconhecimento da receita, observando os termos contratuais no contexto do CPC 47 - Receita de contrato com cliente;<br>▪ Revisão as divulgações realizadas pela Companhia nas notas explicativas.<br><br>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por não ser material, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração no ciclo de reconhecimento de receita e as divulgações realizadas em Nota Explicativa, considerando os controles internos mantidos pela Administração e pela consistência das informações refletidas nas demonstrações contábeis. |

| Cláusulas financeiras restritivas (“Covenants”) | Resposta da auditoria ao assunto |
|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R$ 137.050 mil, individual e consolidado, referente a empréstimos e financiamentos obtidos e a emissão de debêntures, cujos contratos incluem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais são baseadas no cumprimento, substancialmente, de índices como: (i) dívida líquida dividida por EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization); e (ii) Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD). Este assunto está divulgado na nota explicativa n° 13 às demonstrações contábeis.<br><br>O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o eventual descumprimento dos covenants pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais passivos, de forma que a Companhia possa ser requerida a antecipar de imediato o pagamento dos saldos devidos, impactando de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do ambiente de controle interno da Companhia aplicado no monitoramento e apuração dos índices financeiros, assim como na avaliação de eventual descumprimento dos covenants; (ii) leitura e entendimento dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas firmadas junto às instituições financeiras e agentes fiduciários; (iii) recálculo aritmético dos índices financeiros, considerando as premissas determinadas nos contratos; e (iv) avaliação da divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis.<br><br>Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria mencionados acima, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os procedimentos determinados pela Administração para monitoramento do cumprimento dos covenants são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. |

| Adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos | Resposta da auditoria ao assunto |
|---|---|
| Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.6 e nº 10, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia realizou a adoção das alterações do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) provocadas pelo IFRS 16 para reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamentos. Essa atualização técnica introduziu aspectos contábeis complexos para o reconhecimento inicial e mensuração dos ativos de direito de uso e do passivo de arrendamento.<br><br>Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) refere-se à adoção inicial de um nova norma contábil que impacta materialmente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme divulgado nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) houve o exercício de julgamento para determinação da taxa de desconto considerada no cálculo do valor presente dos passivos do contrato de arrendamento; e (iii) houve a necessidade de entendimento de cada um termos previstos em cada tipo de contrato de arrendamento existente na Companhia. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:<br><br>• Entendimento dos controles internos relevantes para: (i) identificação e monitoramento dos contratos de arrendamento; (ii) captura das informações-chave dos referidos contratos;<br>• Avaliação das premissas relevantes e julgamentos significativos da Administração da Companhia para determinação das taxas de descontos, além de assegurar a conformidade com a norma;<br>• Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, sobre a base de contratos definidos como arrendamentos, para avaliar a integridade dos dados utilizados pela Companhia na mensuração dos referidos contratos, quando comparados aos contratos originais, bem como avaliação e recálculo dos contratos selecionados;<br>• Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as despesas de aluguéis reconhecidas nas demonstrações contábeis, para avaliar a existência de contratos que não estão sendo considerados como arrendamentos;<br>• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.<br><br>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos ajustes materiais na apresentação dos saldos de direito de uso, no ativo não circulante, e passivos de arrendamento, no passivo circulante e não circulante, que foram regularizados pela Companhia na reapresentação dessas demonstrações contábeis, conforme nota explicativa 2.17. Portanto, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis, exceto com relação a certos controles internos relacionados ao ajuste material mencionado acima. Consequentemente, consideramos tal assunto como "deficiência significativa" de controles internos, conforme a norma de auditoria NBC TA 265 Comunicação de Deficiências de Controle e pelas orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). |

| Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") dos saldos de ativos tangíveis e intangíveis | Resposta da auditoria ao assunto |
|---|---|
| Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8, 9 e 10, e às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía registrado saldos de imobilizado, ativos de direito de uso e intangíveis no montante aproximado de R$ 219.823 mil, R$ 151.600 mil e R$ 3.028 mil, respectivamente.<br><br>As normas contábeis requerem que: (i) ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objetos de testes de "impairment", pela Administração, no mínimo anualmente, a menos que haja evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste; e (ii) ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida sejam objeto de testes de "impairment" quando houver indicativos de perda no seu valor recuperável. A Administração realizou teste de "impairment" utilizando o método do fluxo de caixa descontado, sendo que não foi identificada a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados, direito de uso e intangíveis.<br><br>Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria em virtude da: (i) relevância dos valores envolvidos; (ii) utilização de premissas operacionais sensíveis ao atual ambiente econômico e taxas de desconto nas projeções de fluxo de caixa futuro, que requerem certo grau de julgamento da Administração. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram:<br><br>(i) Revisão dos controles internos referentes ao ciclo de avaliação da recuperabilidade de ativos;<br>(ii) Revisão das premissas utilizadas na mensuração do valor em uso apurado com base no plano estratégico da Companhia e divulgado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com o envolvimento dos nossos especialistas, com relação às taxas de crescimento de longo prazo aplicadas nas projeções futuras, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital da Companhia e a comparação com as projeções de fluxo de caixa do plano estratégico;<br>(iii) Revisão dos cálculos aritméticos do fluxo de caixa projetado sobre a necessidade ou não do reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável dos ativos imobilizado, ativos de direito de uso e intangíveis, registrados no ativo não circulante;<br>(iv) Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.<br><br>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis. |

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 7 de dezembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 – S - PE

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Balanços patrimoniais
## Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativo | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Circulante | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 63.144 | 90.866 | 62.313 | 90.133 |
| Aplicações financeiras | 5 | 29.192 | - | 29.192 | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | 13.319 | 7.156 | 12.474 | 6.195 |
| Impostos a recuperar | | 1.785 | 795 | 1.746 | 784 |
| Partes relacionadas | 20 | - | - | 243 | 115 |
| Outros ativos | | 1.474 | 1.518 | 2.048 | 1.893 |
| Total do ativo circulante | | 108.914 | 100.335 | 108.016 | 99.120 |
| Não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 20 | - | - | 8.281 | 6.699 |
| Outros ativos | | 470 | 414 | 458 | 405 |
| Imobilizado | 8 | 219.823 | 117.782 | 212.300 | 110.946 |
| Direito de uso | 10 | 122.465 | - | 116.603 | - |
| Intangível | 9 | 3.028 | 3.326 | 2.925 | 3.229 |
| Total do ativo não circulante | | 345.786 | 121.522 | 340.567 | 121.279 |
| Total do ativo | | 454.700 | 221.857 | 448.583 | 220.399 |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Balanços patrimoniais
## Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| Passivo e patrimônio líquido | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Circulante | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Fornecedores | 11 | 36.309 | 18.701 | 35.783 | 18.118 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 27.847 | 8.888 | 27.847 | 8.593 |
| Passivo de arrendamento | 10 | 26.427 | - | 24.789 | - |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 5.967 | 3.002 | 5.649 | 2.762 |
| Obrigações tributárias | | 3.861 | 2.131 | 3.105 | 1.297 |
| Partes relacionadas | 20 | 40 | 22 | - | - |
| Outras obrigações | | 261 | 576 | 201 | 117 |
| Total do passivo circulante | | 100.712 | 33.320 | 97.374 | 30.887 |
| Não circulante | | | | | |
| Fornecedores | 11 | 4.307 | 5.031 | 4.307 | 5.031 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 109.203 | 24.178 | 109.203 | 24.056 |
| Passivo de arrendamento | 10 | 103.220 | - | 98.551 | - |
| Obrigações tributárias | | 541 | 615 | - | - |
| Partes relacionadas | 20 | - | - | 298 | 298 |
| Outras obrigações | | 221 | 566 | 191 | 192 |
| Provisão para contingências | 21 | 2.407 | 412 | 2.247 | 252 |
| Perdas em investimentos | 7 | - | - | 1.436 | 1.570 |
| Total do passivo não circulante | | 219.899 | 30.802 | 216.233 | 31.399 |
| Total do passivo | | 320.611 | 64.122 | 313.607 | 62.286 |
| Patrimônio líquido | 14 | | | | |
| Capital social | | 63.854 | 63.854 | 63.854 | 63.854 |
| Reserva de capital | | 120.498 | 120.498 | 120.498 | 120.498 |
| Prejuizos acumulados | | (49.376) | (26.239) | (49.376) | (26.239) |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas | | 134.976 | 158.113 | 134.976 | 158.113 |
| Participação de acionistas não controladores | | (887) | (378) | - | - |
| Total do patrimônio líquido | | 134.089 | 157.735 | 134.976 | 158.113 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 454.700 | 221.857 | 448.583 | 220.399 |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações do resultado
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Receita líquida de serviços | 15 | 121.254 | 67.881 | 111.057 | 58.568 |
| Custo dos serviços prestados | 16 | (99.405) | (56.972) | (91.041) | (48.970) |
| Lucro bruto | | 21.849 | 10.909 | 20.016 | 9.598 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | (24.532) | (16.735) | (24.532) | (16.735) |
| Equivalência patrimonial | 7 | - | - | 134 | 304 |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 16 | (4.198) | 707 | (3.000) | 1.820 |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos | | (6.881) | (5.119) | (7.382) | (5.013) |
| Receitas (despesas) financeiras | | | | | |
| Receitas financeiras | 17 | 4.250 | 3.941 | 4.226 | 3.840 |
| Despesas financeiras | 17 | (21.015) | (4.536) | (19.981) | (4.187) |
| Resultado financeiro, líquido | | (16.765) | (595) | (15.755) | (347) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (23.646) | (5.714) | (23.137) | (5.360) |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | (17) | - | - |
| Prejuízo do exercício | | (23.646) | (5.731) | (23.137) | (5.360) |
| Participação de acionistas controladores | | (23.137) | (5.360) | | |
| Participação de acionistas não controladores | | (509) | (371) | | |
| Prejuízo por ação (expresso em R$ por ação) | | | | | |
| Básico e diluído | 14 | (2,238) | (0,568) | (2,238) | (0,568) |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Prejuízo do exercício | (23.646) | (5.731) | (23.137) | (5.360) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | (23.646) | (5.731) | (23.137) | (5.360) |
| Acionistas controladores | (23.137) | (5.360) | - | - |
| Acionistas não controladores | (509) | (371) | - | - |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
## Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Capital social | Reservas de capital | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em 1 de janeiro de 2018 | | 3.145 | 32.266 | (20.508) | 14.903 | (7) | 14.896 |
| Integralização e reserva de capital | 14 | 60.709 | 88.232 | - | 148.941 | - | 148.941 |
| Prejuízo do exercício | | | | (5.731) | (5.731) | (371) | (6.102) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | | 63.854 | 120.498 | (26.239) | 158.113 | (378) | 157.735 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (23.137) | (23.137) | (509) | (23.646) |
| Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado) | | 63.854 | 120.498 | (49.376) | 134.976 | (887) | 134.089 |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa
## Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | (23.646) | (5.731) | (23.137) | (5.360) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o | | | | | |
| Depreciação e amortização | 8, 9 e 10 | 32.889 | 9.528 | 30.365 | 7.586 |
| Equivalência Patrimonial | 7 | - | - | (134) | (304) |
| Juros sobre arrendamento mercantil | 10 | 13.061 | | 12.393 | |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | | 3.701 | 1.522 | 3.701 | 1.522 |
| Provisão para contingências | | 1.995 | 179 | 1.995 | 171 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 6 | (30) | - | (30) | - |
| Outros | | (4.103) | - | (3.086) | - |
| Baixa de ativo imobilizado | | 20 | - | 9 | - |
| | | 23.887 | 5.498 | 22.076 | 3.615 |
| Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo | | | | | |
| Contas a receber | | (6.163) | (2.690) | (6.279) | (2.861) |
| Outras contas a receber | | (12) | (927) | (208) | (1.151) |
| Impostos a recuperar | | (990) | (530) | (962) | (631) |
| Fornecedores | | 16.884 | 15.100 | 16.941 | 15.478 |
| Obrigações trabalhistas | | 2.965 | 1.182 | 2.887 | 1.207 |
| Obrigações tributárias | | 1.656 | 553 | 1.808 | 755 |
| Outras contas a pagar | | (660) | (1.487) | 83 | (509) |
| Perdas com investimentos | | - | - | - | (89) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 37.567 | 16.699 | 36.346 | 15.814 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição em aplicações financeiras | 6 | (29.162) | - | (29.162) | - |
| Operações com partes relacionadas | | 18 | - | (1.710) | 1.696 |
| Aquisição de imobilizado | 8 | (119.161) | (66.275) | (118.212) | (68.823) |
| Aquisição de intangível | 9 | (554) | (168) | (543) | (177) |
| Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos | | (148.859) | (66.443) | (149.627) | (67.304) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 132.300 | 32.473 | 132.300 | 32.473 |
| Pagamento de emprestimos e financiamentos | 12 | (32.017) | (51.908) | (31.600) | (50.451) |
| Operações com partes relacionadas | 20 | - | (133) | - | 58 |
| Integralização de capital e reserva de capital | 14 | - | 148.941 | - | 148.941 |
| Amortização de arrendamento mercantil | 10 | (16.713) | - | (15.239) | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos | | 83.570 | 129.373 | 85.461 | 131.021 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | (27.722) | 79.629 | (27.820) | 79.531 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 5 | 90.866 | 11.237 | 90.133 | 10.602 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 5 | 63.144 | 90.866 | 62.313 | 90.133 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | (27.722) | 79.629 | (27.820) | 79.531 |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações do valor adicionado
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receitas | | | | |
| Receita bruta de serviços | 141.245 | 79.178 | 129.350 | 68.315 |
| | 141.245 | 79.178 | 129.350 | 68.315 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custo dos serviços prestados | (33.282) | (21.437) | (29.119) | (19.043) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | (14.676) | (6.725) | (13.229) | (5.420) |
| Insumos de publicidade, marketing, fundos de promoção e outros relacionados à venda | (5.742) | (4.138) | (5.516) | (3.832) |
| Valor adicionado bruto gerado pela Companhia | 87.545 | 46.878 | 81.486 | 40.020 |
| Retenções | | | | |
| Depreciação e amortização | (35.429) | (9.528) | (33.697) | (7.586) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | 52.116 | 37.350 | 47.789 | 32.434 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | 134 | 304 |
| Receitas financeiras | 4.250 | 3.941 | 4.226 | 3.840 |
| | 4.250 | 3.941 | 4.360 | 4.144 |
| Valor total adicionado distribuído | 56.366 | 41.291 | 52.149 | 36.578 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Empregados | 38.803 | 20.881 | 36.809 | 19.124 |
| Remuneração direta | 32.220 | 17.098 | 30.583 | 15.687 |
| Benefícios | 4.499 | 2.608 | 4.239 | 2.355 |
| FGTS | 1.750 | 812 | 1.657 | 736 |
| Outras | 334 | 363 | 330 | 346 |
| Tributos | 19.991 | 11.315 | 18.293 | 9.747 |
| Federais | 13.072 | 7.351 | 11.970 | 6.327 |
| Municipais | 6.919 | 3.964 | 6.323 | 3.420 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 21.218 | 14.826 | 20.184 | 13.067 |
| Juros | 18.378 | 3.131 | 16.094 | 2.793 |
| Aluguéis | 203 | 10.289 | 203 | 8.880 |
| Outras despesas financeiras | 2.637 | 1.406 | 3.887 | 1.394 |
| Remuneração de capitais próprios | (23.646) | (5.731) | (23.137) | (5.360) |
| Prejuízos retidos | (23.137) | (5.360) | (23.137) | (5.360) |
| Participação dos não controladores nos prejuízos retidos | (509) | (371) | - | - |
| | 56.366 | 41.291 | 52.149 | 36.578 |

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Informações gerais

A Self It Academias Holding S.A. ("Companhia" ou "Selfit" ou, em conjunto com suas controladas, o "Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada na Avenida Antônio de Goés, n° 275, sala 1901, CEP 51.110-000, Bairro do Pina, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

Em 31 de dezembro de 2019, a Selfit possuía 66 unidades operacionais (42 em 31 de dezembro 2018), distribuídas em 63 filiais (38 em 31 de dezembro 2018) e 3 unidades (4 em 31 de dezembro 2018) em 3 empresas controladas, conforme abaixo:

- Academia Automação Ltda.;
- Academia Inteligente Ltda.;
- Academia Inteligente Ltda EPP.

O Grupo tem como objeto social atividades de condicionamento físico.

### 1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou: (i) prejuízos acumulados, no montante de R$ 49.376 (R$ 26.239 em 31 de dezembro de 2018) e (ii) prejuízo consolidado, no montante de R$ 23.137 (R$ 5.360 em 31 de dezembro de 2018).

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia encontra-se em estágio de investimento, motivo pelo qual possui prejuízos acumulados.

Ao longo do exercício de 2020 e 2021, a Administração tomou uma série de medidas para proteger a posição de caixa do Grupo e reduzir os impactos negativos no seu resultado financeiro:

(i) Renegociações dos contratos de locação, priorizando descontos e/ou isenções de taxas de reajustes; Suspensões e/ou reduções de contratos de trabalho, sempre observando as determinações de cada uma das legislações locais onde o Grupo opera;

(ii) Repactuação dos prazos de pagamentos com os principais fornecedores, tanto na aquisição de ativos quanto nos custos e despesas do dia a dia;

(iii) Redução dos serviços contratados junto a terceiros, seja por uma escolha estratégica da Administração, seja uma consequência do horário de funcionamento limitado, em decorrência de determinações das autoridades locais;

(iv) Em 06 de abril de 2021, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, do qual R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, com este recurso o capital circulante líquido na controladora e consolidado passaram a ser positivo.

A Administração considerando os eventos até a data de aprovação das demonstrações contábeis, entende que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no próximo exercício. Portanto, adotamos a base contábil de continuidade operacional na elaboração dessas demonstrações contábeis.

## 2. Principais práticas contábeis

### 2.1. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, sendo primeiramente as demonstrações contábeis consolidadas e posteriormente as da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

## 2.4. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas na data-base de até 31 de dezembro de cada exercício.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

A seguir é apresentada a base de consolidação de 2019:

| | Participação % | |
|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Investimento: | | |
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | 52% | 52% |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | 100% | 100% |
| Academia Inteligente LTDA – Paralela e Iguatemi | 100% | 100% |

Passivo a descoberto

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta das controladas.

## 2.5. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);
- Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

- Os valores relacionados às atividades de condicionamento físico e canais digitais são reconhecidos mensalmente, de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de prestação de serviços, exceto, taxas de adesão, anuidade, e manutenção que são reconhecidas na sua ocorrência, respeitando a prestação de serviços.

O Grupo monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados e concluiu que a exigibilidade da devolução de mensalidades aos alunos é irrelevante, e que as taxas de anuidade e adesão não possuem exigibilidade de devolução aos alunos.

## 2.6. Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas atuam apenas como arrendatárias.

Embora o modelo contábil para reconhecimento e mensuração seja único, na avaliação para classificação dos contratos de locação dos imóveis, a Companhia considerou que os contratos de locação são classificados como arrendamentos operacionais, pois:

- O arrendamento não transfere a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento;
- O arrendatário não tem a opção de comprar o ativo subjacente a preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a opção se tornar exercível, para que seja razoavelmente certo, na data de celebração do arrendamento, que a opção será exercida;
- O prazo do arrendamento não é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente; e
- O ativo subjacente não é de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes;
- Se o arrendatário puder cancelar o arrendamento, as perdas do arrendador associadas ao cancelamento não são arcadas pelo arrendatário;
- Ganhos ou perdas provenientes da flutuação no valor justo do residual não são gerados para o arrendatário; e
- Se o arrendatário tiver a capacidade de continuar o arrendamento por período secundário, o aluguel não será substancialmente menor que o aluguel de mercado.

Ativo de direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas identificaram e adotaram a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos o critério. A taxa incremental utilizada foi escalonada pelo prazo de vecimeno de cada contrato, variando de 868% a.a. a 11.50% a.a. em 31 de dezembro de 2019.

## 2.7. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## 2.8. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

## 2.9. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.9.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais do Grupo suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

### 2.9.2. Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 2.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

| Descrição | Taxas (%) |
|---|---|
| Equipamentos de ginástica | 10 |
| Acessórios de ginástica | 20 |
| Móveis e utensílios | 20 |
| Equipamentos de informática | 20 |
| Benfeitorias (Vigência de 10 anos nos contratos) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentarem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado da unidade geradora de caixa ("UGC"), pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.12. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos de amortização acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Grupo do ativo intangível | % a.a. |
|---|---|
| Software | 20 |

## 2.13. Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 9 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 9 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado. |

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

## 2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.15. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.16. Pronunciamentos novos ou revisados com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS/CPCs;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

## 2.17. Reapresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 foram emitidas em 30 de março de 2020 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e corrigir erros identificados, em conformidade com o CPC 23, decidiu reapresentar as respectivas demonstrações contábeis para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento, bem como detalhou informações de algumas notas explicativas.

O conselho de Administração aprovou a reemissão destas demonstrações contábeis em 07 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo:

## Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

### i) Balanços patrimonial em 31 de dezembro de 2019

| | | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Balanço Patrimonial | Legenda | 2019 originalmente apresentado | Ajuste e reclassificações | 2019 reapresentado | 2019 originalmente apresentado | Ajuste e reclassificações | 2019 reapresentado |
| Ativo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | (a) | 92.336 | (29.192) | 63.144 | 91.505 | (29.192) | 62.313 |
| Aplicações financeiras | (a) | - | 29.192 | 29.192 | - | 29.192 | 29.192 |
| Contas a receber de clientes | | 13.319 | - | 13.319 | 12.474 | - | 12.474 |
| Impostos a recuperar | | 1.786 | 1 | 1.785 | 1.746 | - | 1.746 |
| Partes relacionadas | | - | - | - | 243 | - | 243 |
| Outros ativos | | 1.473 | (1) | 1.474 | 2.048 | - | 2.048 |
| Total do ativo circulante | | 108.914 | - | 108.914 | 108.016 | - | 108.016 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Partes relacionadas | | - | - | - | 8.281 | - | 8.281 |
| Outros ativos | | 470 | - | 470 | 458 | - | 458 |
| Imobilizado | | 219.823 | - | 219.823 | 212.300 | - | 212.300 |
| Direito de uso | (b) | 151.600 | (29.135) | 122.465 | 144.344 | (27.741) | 116.603 |
| Intangível | | 3.028 | - | 3.028 | 2.925 | - | 2.925 |
| Total do ativo não circulante | | 374.921 | (29.135) | 345.786 | 368.308 | (27.741) | 340.567 |
| Total do ativo | | 483.835 | (29.135) | 454.700 | 476.324 | (27.741) | 448.583 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Fornecedores | | 36.309 | - | 36.309 | 35.783 | - | 35.783 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (c) | 8.988 | 18.859 | 27.847 | 8.988 | 18.859 | 27.847 |
| Passivo de arrendamento | (b) | 41.773 | (15.346) | 26.427 | 39.735 | (14.946) | 24.789 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 5.967 | - | 5.967 | 5.649 | - | 5.649 |
| Obrigações tributárias | | 3.861 | - | 3.861 | 3.105 | - | 3.105 |
| Partes relacionadas | | 40 | - | 40 | | - | - |
| Outras obrigações | | 261 | - | 261 | 201 | - | 201 |
| Total do passivo circulante | | 97.199 | 3.513 | 100.712 | 93.461 | 3.913 | 97.374 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Fornecedores | | 4.307 | - | 4.307 | 4.307 | - | 4.307 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (c) | 128.062 | (18.859) | 109.203 | 128.062 | (18.859) | 109.203 |
| Passivo de arrendamento | (b) | 112.114 | (8.894) | 103.220 | 106.807 | (8.256) | 98.551 |
| Obrigações tributárias | | 541 | - | 541 | - | - | - |
| Partes relacionadas | | - | - | - | 298 | - | 298 |
| Outras obrigações | | 221 | - | 221 | 191 | - | 191 |
| Provisão para contingências | | 2.407 | - | 2.407 | 2.247 | - | 2.247 |
| Perdas em investimentos | | - | - | - | 1.436 | - | 1.436 |
| Total do passivo não circulante | | 247.652 | (27.753) | 219.899 | 243.348 | (27.115) | 216.233 |
| Total do passivo | | 344.851 | (24.240) | 320.611 | 336.809 | (23.202) | 313.607 |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 63.854 | - | 63.854 | 63.854 | - | 63.854 |
| Reserva de capital | | 120.498 | - | 120.498 | 120.498 | - | 120.498 |
| Prejuizos acumulados | (b) | (44.837) | (4.539) | (49.376) | (44.837) | (4.539) | (49.376) |
| acionistas controladores | | 139.515 | (4.539) | 134.976 | 139.515 | (4.539) | 134.976 |
| Participação de acionistas não controladores | | (531) | (356) | (887) | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido | | 138.984 | (4.895) | 134.089 | 139.515 | (4.539) | 134.976 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 483.835 | (29.135) | 454.700 | 476.324 | (27.741) | 448.583 |

ii) Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

| | | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Legenda | 2019 originalmente apresentado | Ajuste e reclassificações | 2019 reapresentado | 2019 originalmente apresentado | Ajuste e reclassificações | 2019 reapresentado |
| Receita líquida de serviços | | 121.254 | - | 121.254 | 111.057 | - | 111.057 |
| Custo dos serviços prestados | (b) | (106.048) | 6.643 | (99.405) | (97.459) | 6.418 | (91.041) |
| Lucro bruto | | 15.206 | 6.643 | 21.849 | 13.598 | 6.418 | 20.016 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (24.532) | - | (24.532) | (24.532) | - | (24.532) |
| Equivalência patrimonial | | - | - | - | 134 | - | 134 |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | (4.198) | - | (4.198) | (3.000) | - | (3.000) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos | | (13.524) | 6.643 | (6.881) | (13.800) | 6.418 | (7.382) |
| Receitas (despesas) financeiras | | | | | | | |
| Receitas financeiras | | 4.250 | - | 4.250 | 4.226 | - | 4.226 |
| Despesas financeiras | (b) | (9.477) | (11.538) | (21.015) | (9.024) | (10.957) | (19.981) |
| Resultado financeiro, líquido | | (5.227) | (11.538) | (16.765) | (4.798) | (10.957) | (15.755) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (18.751) | (4.895) | (23.646) | (18.598) | (4.539) | (23.137) |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | - | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | | (18.751) | (4.895) | (23.646) | (18.598) | (4.539) | (23.137) |
| Participação de acionistas controladores | | (18.598) | (4.539) | (23.137) | - | - | - |
| Participação de acionistas não controladores | | (153) | (356) | (509) | (18.598) | (4.539) | (23.137) |
| Prejuízo por ação (expresso em R$ por ação) | | | | | | | |
| Básico e diluído | | (1,799) | (356) | (2.238) | (1,799) | (356) | (2.238) |

iii) Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

| | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 originalmente apresentado | Ajuste e reclassificações | 2019 reapresentado | 2019 originalmente apresentado | Ajuste e reclassificações | 2019 reapresentado |
| Fluxo de caixa gerado pelas / (aplicados nas) | | | | | | |
| Atividades operacionais | 20.864 | (16.703) | 37.567 | 21.128 | (15.218) | 36.346 |
| Atividades de investimento | (119.695) | 29.164 | (148.859) | (120.456) | 29.171 | (149.627) |
| Atividades de financiamentos | 100.301 | 16.731 | 83.570 | 100.700 | 15.239 | 85.461 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 1.470 | 29.192 | (27.722) | 1.372 | 29.192 | (27.820) |

(a) Reclassificação para melhor apresentação, para refletir os recursos vinculado a obrigações com as debêntures.
(b) Os saldos de direito de uso, passivos de arrendamento, com reflexos no resultado foram provenientes da revisão dos lançamentos de adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS16.
(c) Reclassificação de parcela de amortização das debentures, originalmente apresentada no passivo não circulante.

## 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as

respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota nº 8), ativo de direito de uso de arrendamento e passivo de arrendamento (Nota nº 10), imposto de renda diferido ativo (Nota nº 13) e provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota nº 21).

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Caixas e bancos | 42.719 | 73.371 | 41.895 | 72.865 |
| Aplicações de liquidez imediata (i) | 20.425 | 17.495 | 20.418 | 17.268 |
| | 63.144 | 90.866 | 62.313 | 90.133 |

(i) As referidas aplicações financeiras estão vinculadas em garantias das debêntures, maiores detalhes apresentados na Nota Explicativa n° 11.

As aplicações financeiras são compostas por investimentos em renda fixa e possuem taxa média de remuneração em 31 de dezembro de 2019 de 108% do CDI (e 99,20% em 31 de dezembro de 2018)

## 5. Aplicações financeiras

A seguir são apresentadas as aplicações financeiras:

| | | | Consolidado e controladora | |
|---|---|---|---|---|
| Instituições financeiras | Linha | Rentabilidade | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | | (Reapresentado) | |
| Itaú Unibanco S.A. (i) | Itau Top DI Fic R | 96% CDI | 29.192 | - |

(i) As referidas aplicações financeiras estão vinculadas em garantias dos empréstimos e financiamentos, maiores detalhes apresentados na Nota Explicativa n° 11.

A movimentação das aplicações financeiras está apresentada a seguir:

| | Consolidado e Controladora |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | - |
| Aplicações | 29.162 |
| Rendimentos | 30 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 29.192 |

## 6. Contas a receber de clientes

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Contas a receber - cartões | 13.316 | 7.156 | 12.474 | 6.195 |
| Contas a receber - alunos | 3 | - | - | - |
| | 13.319 | 7.156 | 12.474 | 6.195 |

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| A vencer | 13.316 | 7.156 | 12.474 | 6.195 |
| | 13.316 | 7.156 | 12.474 | 6.195 |

As referidas contas a receber de clientes estão vinculadas em garantias das debêntures, maiores detalhes apresentados na Nota Explicativa n° 11.

As contas a receber de clientes referem-se a valores de receitas recorrentes de vendas dos planos de academia, recebidos através das principais operadoras de cartões no Brasil, na modalidade de cartão de crédito.

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, em função do negócio do Grupo, em casos ao qual não é realizado o pagamento o aluno tem o acesso bloqueado, sendo reestabelecido apenas na quitação dos valores pendentes de pagamento. Com esse modelo operacional, o Grupo não registra contas a receber (e a respectiva receita) para os alunos enquanto eles não regularizam o plano e voltem a utilizar a academia. Por isso não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.

## 7. Investimentos

A seguir estão apresentados os investimentos da Companhia:

| Investidas | Data-base | Participação no capital Integralizado % | Patrimônio líquido negativo | (Prejuízo) do exercício |
|---|---|---|---|---|
| Academia Automação LTDA. - Boa Viagem | 31/12/2019 | 52,00% | (1.106) | (319) |
| Academia Inteligente EPP LTDA. - Mangabeira | 31/12/2019 | 100% | (640) | 3 |
| Academia Inteligente LTDA – Paralela e Iguatemi | 31/12/2019 | 100% | (221) | 298 |

| Investidas | Data-base | Participação no capital Integralizado % | Patrimônio líquido negativo | (Prejuízo) do exercício |
|---|---|---|---|---|
| Academia Automação LTDA. - Boa Viagem | 31/12/2018 | 52,00% | (787) | (772) |
| Academia Inteligente EPP LTDA. - Mangabeira | 31/12/2018 | 100% | (642) | 42 |
| Academia Inteligente LTDA. – Paralela e Iguatemi | 31/12/2018 | 100% | (519) | 656 |

A seguir são apresentadas as principais informações das investidas:

| | 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|---|
| | Academia Automação Ltda | Academia Inteligente Ltda | Academia Inteligente Ltda Epp |
| Balanço patrimonial | | | |
| Ativo circulante | 505 | 2.989 | 810 |
| Ativo não circulante | 3.017 | 9.049 | 3.314 |
| Total do ativo | 3.522 | 12.038 | 4.124 |
| Passivo circulante | 2.442 | 2.523 | 1.122 |
| Passivo não circulante | 2.186 | 9.736 | 3.642 |
| Patrimônio líquido | (1.106) | (221) | (640) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 3.522 | 12.038 | 4.124 |
| Demonstração do resultado do período | | | |
| Receita líquida de serviços | 1.953 | 5.716 | 2.528 |
| Custos e despesas operacionais | (2.145) | (5.199) | (2.441) |
| Resultado financeiro | (127) | (219) | (84) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (319) | 298 | 3 |

| | 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Academia Automação Ltda | Academia Inteligente Ltda | Academia Inteligente Ltda Epp |
| Balanço patrimonial | | | |
| Ativo circulante | 459 | 2.638 | 594 |
| Ativo não circulante | 1.639 | 3.515 | 2.224 |
| Total do ativo | 2.098 | 6.153 | 2.818 |
| Passivo circulante | 1.632 | 1.545 | 834 |
| Passivo não circulante | 1.253 | 5.127 | 2.626 |
| Patrimônio líquido | (787) | (519) | (642) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.098 | 6.153 | 2.818 |
| Demonstração do resultado do período | | | |
| Receita líquida de serviços | 1.666 | 5.335 | 2.312 |
| Custos e despesas operacionais | (2.413) | (4.474) | (2.235) |
| Resultado financeiro | (25) | (188) | (35) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | (17) | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (772) | 656 | 42 |

# 8. Imobilizado

## 8.1. Controladora

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Equipamentos de informática | Móveis e utensílios | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Imobilizado em andamento - Benfeitoria | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 16.336 | 3.138 | 1.062 | 2.361 | 22.881 | 1.383 | 2.420 | 128 | 49.709 |
| Adições | 24.256 | 3.540 | 1.724 | 2.623 | 34.471 | 2.209 | - | - | 68.823 |
| Transferências | - | - | - | - | 2.539 | - | (2.420) | (119) | - |
| Depreciação | (1.754) | (1.019) | (370) | (369) | (3.865) | (209) | - | - | (7.586) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 38.838 | 5.659 | 2.416 | 4.615 | 56.026 | 3.383 | - | 9 | 110.946 |
| Adições | 36.214 | 5.668 | 2.248 | 3.812 | 63.816 | 6.454 | - | - | 118.212 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | (9) | (9) |
| Depreciação | (5.622) | (1.582) | (691) | (607) | (7.759) | (588) | - | - | (16.849) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 69.430 | 9.745 | 3.973 | 7.820 | 112.083 | 9.249 | - | - | 212.300 |
| | | - | | | | | | | |
| Taxa (%) | 10% | 20% | 20% | 20% | 10% | 10% | - | - | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 69.430 | 9.745 | 3.973 | 7.820 | 112.083 | 9.249 | - | - | 212.300 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 38.838 | 5.659 | 2.416 | 4.615 | 56.026 | 3.383 | - | 9 | 110.946 |

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía ativos cedidos em garantia ou bens ociosos.

## 8.2. Consolidado

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Imobilizado em andamento - Benfeitoria | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo | | | | | | | | | |
| **Em 31 de dezembro de 2017** | **20.863** | **4.054** | **3.344** | **1.084** | **27.730** | **1.661** | **1.771** | **528** | **61.035** |
| Adições | 22.497 | 3.146 | 2.480 | 1.728 | 34.272 | 2.152 | - | - | 66.275 |
| Transferências | - | - | - | - | 2.269 | - | (1.761) | (508) | - |
| Depreciação | (3.091) | (986) | (358) | (375) | (4.511) | (207) | - | | (9.528) |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **40.269** | **6.214** | **5.466** | **2.437** | **59.760** | **3.606** | **10** | **20** | **117.782** |
| Adições | 36.384 | 5.873 | 3.985 | 2.276 | 64.121 | 6.522 | - | - | 119.161 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | (20) | (20) |
| Depreciação | (6.032) | (1.730) | (698) | (719) | (7.289) | (632) | - | - | (17.100) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **70.621** | **10.357** | **8.753** | **3.994** | **116.592** | **9.496** | **10** | **-** | **219.823** |
| | | | | | | | | | |
| Taxa (%) | 10% | 20% | 20% | 20% | 10% | 10% | - | - | |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **70.621** | **10.357** | **8.753** | **3.994** | **116.592** | **9.496** | **10** | **-** | **219.823** |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **40.269** | **6.214** | **5.466** | **2.437** | **59.760** | **3.606** | **10** | **20** | **117.782** |

1

## 9. Intangível

Consolidado

| | Software | Total |
|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2017 | 3.158 | 3.158 |
| Adições | 168 | 168 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.326 | 3.326 |
| Adições | 554 | 554 |
| Depreciação | (852) | (852) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 3.028 | 3.028 |
| Taxa (%) | 20% | - |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 3.028 | 3.028 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.326 | 3.326 |

Controladora

| | Software | Total |
|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2017 | 3.052 | 3.052 |
| Adições | 177 | 177 |
| Baixas | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.229 | 3.229 |
| Adições | 543 | 543 |
| Depreciação | (847) | (847) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 2.925 | 2.925 |
| Taxa (%) | 20% | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 2.925 | 2.925 |

### Teste de impairment

A Administração da Empresa entende que a menor unidade geradora de caixa ("UGC") para teste de impairment abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Empresa.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

Com base na análise realizada pela Administração no exercício de 31 de dezembro de 2019 e 2018, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados, concluiu-se pela não necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

## 10. Direito de uso e passivos de arrendamento

O Grupo arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até nove (9) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

| Custo | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Em 1 de janeiro de 2019 | 112.764 | 105.691 |
| Adições | 24.638 | 24.638 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 137.402 | 130.329 |
| | | |
| Amortização acumulada | | |
| Em 1 de janeiro de 2018 | - | - |
| Adições | (14.937) | (13.726) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | (14.937) | (13.726) |
| | | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 122.465 | 116.603 |

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia deve apresentar os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

| Fluxo de Pagamentos Futuros | 2020 | 2021 | 2022 | Após 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Consolidado | | | | |
| Fluxo de desembolso sem AVP | 27.848 | 24.706 | 23.863 | 115.803 |
| Cenário com inflação | 29.107 | 26.920 | 24.913 | 119.590 |
| | 4,52% | 8,96% | 4,40% | 3,27% |
| Controladora | | | | |
| Fluxo de desembolso sem AVP | 26.128 | 23.117 | 22.274 | 112.600 |
| Cenário com inflação | 27.309 | 25.188 | 23.254 | 116.282 |
| | 4,52% | 8,96% | 4,40% | 3,27% |

Passivo de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui gastos de R$ 203 (R$ 126 em 31 de dezembro de 2018), referente a aluguéis de veículos, com prazo inferior a doze meses.

A seguir é demonstrada os montantes registrados de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2019:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Valor nominal a pagar | 192.220 | - | 184.119 | - |
| Despesa financeira não realizada | (62.573) | - | (60.779) | - |
| Valor presente a pagar | 129.647 | - | 123.340 | - |
| Circulante | 26.427 | - | 24.789 | - |
| Não circulante | 103.220 | - | 98.551 | - |

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2019:

| | Consolidado (Reapresentado) | Controladora (Reapresentado) |
|---|---|---|
| Em 1 de janeiro de 2019 | 112.764 | 105.691 |
| Novos contratos de arrendamento | 24.638 | 24.638 |
| Pagamento de arrendamento | (16.713) | (15.239) |
| Cancelamentos/descontos | (4.103) | (4.143) |
| Provisão de juros | 13.061 | 12.393 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 129.647 | 123.340 |
| | | |
| Circulante | 26.427 | 24.789 |
| Não circulante | 103.220 | 98.551 |

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019:

| Consolidado | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|
| | Valor nominal Passivo de arrendamento | (-) AVP de Passivos de arrendamento | Total |
| Até 1 ano | 27.848 | (1.421) | 26.427 |
| Entre 1 e 2 anos | 24.706 | (3.691) | 21.015 |
| Entre 2 e 3 anos | 23.863 | (5.619) | 18.244 |
| Mais de 3 anos | 115.803 | (51.842) | 63.961 |
| | 192.220 | (62.573) | 129.647 |

| Controladora | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|
| | Valor nominal Passivo de arrendamento | (-) AVP de Passivos de arrendamento | Total |
| Até 1 ano | 26.128 | (1.339) | 24.789 |
| Entre 1 e 2 anos | 23.117 | (3.466) | 19.651 |
| Entre 2 e 3 anos | 22.274 | (5.264) | 17.010 |
| Mais de 3 anos | 112.600 | (50.710) | 61.890 |
| | 184.119 | (60.779) | 123.340 |

## 11. Fornecedores

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Fornecedores Nacionais | 40.616 | 23.732 | 40.090 | 23.149 |
| Total fornecedores | 40.616 | 23.732 | 40.090 | 23.149 |
| Circulante | 36.309 | 18.701 | 35.783 | 18.118 |
| Não circulante | 4.307 | 5.031 | 4.307 | 5.031 |

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos correspondem à captação de recursos pelas unidades para atender às demandas de fluxo financeiro ligadas à expansão da capacidade de negócios do Grupo:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| Modalidade | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Cédula de Crédito Bancário (a) | - | 2.101 | - | 2.053 |
| Fundo de Financiamento do Nordeste (b) | 4.265 | 4.716 | 4.265 | 4.529 |
| Capital de Giro (c) | - | 25.795 | - | 25.613 |
| Arredamento mercantil Financeiro (d) | 2.581 | 454 | 2.581 | 454 |
| Emissão de Debentures (e) | 130.204 | - | 130.204 | - |
| Total Geral | 137.050 | 33.066 | 137.050 | 32.649 |
| Circulante (Reapresentado) | 27.847 | 8.888 | 27.847 | 8.593 |
| Não circulante (Reapresentado) | 109.203 | 24.178 | 109.203 | 24.056 |

(a) Empréstimos tomados nos bancos ABC e Caixa Econômica Federal, na modalidade de cédula de crédito bancário com juros prefixados entre 1,91% ao mês + TR e 0,39 + CDI;
(b) Linha captada junto ao Banco do Nordeste para aquisição de equipamento e instalações com juros entre 6,48% e 8,55% ao ano;
(c) Recursos tomado nos bancos Itaú e banco do Brasil, sob a modalidade de capital de giro, com juros prefixados entre 0,32% + CDI ao mês e 4,7% + CDI ao ano;
(d) Os contratos de arrendamento mercantil financeiros foram firmados com o banco Daycoval, para aquisição de equipamentos, com encargos médios em 1,2% ao mês.
(e) Conforme AGE de 12 de setembro de 2019, foi aprovado a 2º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476. Foram subscritas e integralizadas no ato da subscrição 13.000 (treze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de Reais).

As debêntures terão o prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencendo - se, portanto, em 23 de setembro de 2024, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado.

As debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos intermediários DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de 3,65% (três inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Os vencimentos dos saldos de longo prazo dos saldos de empréstimos e financiamentos, incluindo as debentures, têm a seguinte composição:

| | Consolidado | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Ano | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| 2020 | 18.859 | 7.826 | 18.859 | 7.705 |
| 2021 | 32.953 | 5.460 | 32.953 | 5.460 |
| 2022 | 32.953 | 10.891 | 32.953 | 10.891 |
| 2023 em diante | 43.297 | - | 43.297 | - |
| | 128.062 | 24.178 | 128.062 | 24.178 |

Apresentamos, a seguir, a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício de 2019:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 50.979 | 49.105 |
| Liberações | 32.473 | 32.473 |
| Juros incorridos | 1.522 | 1.522 |
| Amortizações | (51.908) | (50.451) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 33.066 | 32.649 |
| Liberações | 132.300 | 132.300 |
| Juros incorridos | 3.701 | 3.701 |
| Amortizações (a) | (32.017) | (31.600) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 137.050 | 137.050 |

Cláusulas contratuais restritivas (covenants):

A Companhia possui cláusulas restritivas relacionadas a 2º emissão de debêntures, os quais requerem mensuração anual da relação de dívida liquida e "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and amortization – EBITDA" dos últimos 12 meses, aos quais não poderão ser superiores 3,25x em 2019/2020, 3x em 2021 e 2,5x a partir de 2022 até a data de vencimento. As debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de covenants ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações contábeis anuais, não havendo em períodos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2019, os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

Garantias

Foi constituída obrigação de garantia real (fluxos de recebíveis e aplicações financeiras no volume de R$ 29.000mil) equivalentes a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, com verificação mensal, estabelecida a partir de 2019.

## 13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Prejuízo líquido do período | (23.646) | (5.731) | (23.137) | (5.360) |
| Alíquota combinada de impostos de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 8.040 | 1.949 | 7.867 | 1.822 |
| Equivalência patrimonial | - | - | 46 | 103 |
| Prejuízo fiscal a base nagativa não constituído | (8.040) | (1.949) | (7.912) | (1.926) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - |

O Grupo possui créditos fiscais não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R$18.557 em 31 de dezembro de 2019 (R$5.244 em 31 de dezembro de 2018), por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

## 14. Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 63.853.624 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte quatro Reais) dividido em 10.336.691 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizados.

A composição acionária na base de capital social é:

| | 31/12/2019 | Capital volante (%) | 31/12/2018 | Capital volante (%) |
|---|---|---|---|---|
| Grajaú Participações Ltda. | 2.336.033 | 22,60% | 2.336.033 | 22,60% |
| Boa Viagem Participações S.A. | 3.584.912 | 34,67% | 3.584.912 | 34,68% |
| Everest Brasil Partners I | 3.283.668 | 31,77% | 3.283.668 | 31,77% |
| José Leonardo Pereira da Costa | 566.039 | 5,48% | 566.039 | 5,48% |
| Nelson Lins de Araújo Netto | 566.039 | 5,48% | 566.039 | 5,48% |
| | **10.336.691** | **100%** | **10.336.691** | **100%** |

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo anual de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, observadas as regras do acordo de acionistas. Em função do prejuízo, em 31de dezembro de 2019 e 2018, não houve distribuição de dividendos.

c. Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em função do prejuízo não houve constituição de reservas.

d. Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo líquido atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O Grupo não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

| Resultado básico e diluído por ação | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| | (Reapresentado) | |
| Prejuízo atribuível aos acionistas | (23.137) | (5.360) |
| Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada | 10.337 | 9.442 |
| Resultado básico e diluído por ação – Em reais | (2,238) | (0,568) |

## 15. Receita operacional líquida

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receita com mensalidades | 126.360 | 69.342 | 115.745 | 59.815 |
| Receita com anuidades | 13.320 | 7.718 | 12.163 | 6.609 |
| Receita com matrículas | 1.565 | 2.118 | 1.442 | 1.891 |
| Receita bruta | 141.245 | 79.178 | 129.350 | 68.315 |
| (-) PIS s/ Receitas | (2.332) | (1.308) | (2.135) | (1.129) |
| (-) COFINS s/ Receitas | (10.740) | (6.025) | (9.835) | (5.198) |
| (-) ISS s/ Receitas | (6.919) | (3.964) | (6.323) | (3.420) |
| Deduções | (19.991) | (11.297) | (18.293) | (9.747) |
| Receita líquida de serviços | 121.254 | 67.881 | 111.057 | 58.568 |

## 16. Custos dos serviços prestados, despesas administrativas e outras despesas operacionais

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Despesas com pessoal | (41.305) | (22.263) | (39.043) | (20.233) |
| Despesas com ocupação e utilidades | (7.128) | (18.381) | (5.957) | (15.699) |
| Depreciações e amortizações | (17.952) | (9.528) | (16.639) | (7.586) |
| Serviço de apoio operacional | (21.460) | (13.944) | (20.521) | (13.061) |
| Uso e consumo | (8.849) | (4.770) | (8.193) | (4.165) |
| Abertura de novas unidades | (3.439) | (2.150) | (3.359) | (2.074) |
| Provisões | (1.995) | (159) | (1.995) | (159) |
| Amortização do direito de uso | (14.937) | - | (13.726) | - |
| Rateio de despesas corporativas | - | 37 | 1.202 | 1.085 |
| Outras receitas (despesas) | (11.070) | (1.842) | (10.342) | (1.993) |
| | (128.135) | (73.000) | (118.573) | (63.885) |
| | | | | |
| Custo dos serviços prestados | (99.405) | (56.972) | (91.041) | (48.970) |
| Gerais e administrativas | (24.532) | (16.735) | (24.532) | (16.735) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (4.198) | 707 | (3.000) | 1.820 |
| | (128.135) | (73.000) | (118.573) | (63.885) |

## 17. Resultado financeiro

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Receitas financeiras | 4.250 | 3.941 | 4.226 | 3.840 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 4.022 | 3.606 | 4.009 | 3.591 |
| Descontos obtidos | 228 | 335 | 217 | 249 |
| | | | | |
| Despesas financeiras | (21.015) | (4.536) | (19.981) | (4.187) |
| Juros passivos | (5.317) | (2.935) | (3.701) | (2.793) |
| Juros arrendamento mercantil (CPC 06 R2) | (13.061) | - | (12.393) | - |
| Outras despesas financeiras | (2.637) | (1.601) | (3.887) | (1.394) |
| | | | | |
| Resultado financeiro, líquido | (16.765) | (595) | (15.755) | (347) |

## 18. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), o qual é aprovado pela Administração.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes a estes ativos e passivos da Companhia reconhecidos no balanço patrimonial aproximam-se dos seus valores de mercado.

## 19. Gestão de risco financeiro

O Grupo pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo aos riscos mencionados, os objetivos do Grupo, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

### I) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

O Grupo é um provedor de internet focado na prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga e televisão por assinatura em nível nacional.

As operações do Grupo são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por boleto bancário, cartões de crédito e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente.

O Grupo monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso o Grupo tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial do Grupo. Adicionalmente, as aplicações financeiras do Grupo são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: Fichratings, Moody's e Standard&Poors.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários o Grupo possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, o Grupo realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa do Grupo é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz do Grupo é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, o Grupo busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida:

Consolidado

| 31 de dezembro de 2019 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 40.616 | 40.616 | 21.200 | 15.109 | 4.307 | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntu | 137.050 | 166.791 | 5.874 | 13.981 | 42.261 | 104.675 |
| | 177.666 | 207.407 | 27.074 | 29.090 | 46.568 | 104.675 |

Consolidado

| 31 de dezembro de 2018 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 23.732 | 23.732 | 13.743 | 4.958 | 2.815 | 2.216 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 33.066 | 41.376 | 3.315 | 6.096 | 9.604 | 22.361 |
| | 56.798 | 65.108 | 17.058 | 11.054 | 12.419 | 24.577 |

Controladora

| 31 de dezembro de 2019 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 40.090 | 40.090 | 20.674 | 15.109 | 4.307 | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntu | 137.050 | 166.791 | 5.874 | 13.981 | 42.261 | 104.675 |
| | 177.140 | 206.881 | 26.548 | 29.090 | 46.568 | 104.675 |

Controladora

| 31 de dezembro de 2018 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 23.149 | 23.149 | 15.436 | 2.682 | 2.815 | 2.216 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 32.649 | 40.644 | 3.093 | 5.725 | 9.465 | 22.361 |
| | 55.798 | 63.793 | 18.529 | 8.407 | 12.280 | 24.577 |

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em risco de taxa de juros e risco de valor justo.

a) Risco de taxa de juros

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Instrumentos financeiros de taxa juros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 20.425 | 17.495 | 20.418 | 17.268 |
| Ativos financeiros | 20.425 | 17.495 | 20.418 | 17.268 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (137.050) | (33.066) | (137.050) | (32.649) |
| Passivos financeiros | (137.050) | (33.066) | (137.050) | (32.649) |
| | (116.625) | (15.571) | (116.632) | (15.381) |

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota Explicativa n° 5.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, o Grupo deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo esteja exposto na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório focus. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração do Grupo e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2019, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções:

| Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 20.425 | 20.813 | 21.947 | 22.251 |
| Empréstimos, financiamentos e debênture | CDI | (137.050) | (139.654) | (147.260) | (149.302) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | (2.216) | (8.688) | (10.426) |

| Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 20.418 | 20.806 | 21.939 | 22.243 |
| Empréstimos, financiamentos e debênture | CDI | (137.050) | (139.654) | (147.260) | (149.302) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | (2.216) | (8.689) | (10.427) |

| | 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|---|
| Indexador | Cenário I Provável | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
| CDI | 1,90% | 7,45% | 8,94% |

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices até 31 de dezembro de 2020 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

b) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
| Instrumentos | Classificações dos instrumentos financeiros | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 20.425 | 20.425 | 17.495 | 17.495 | 20.418 | 20.418 | 17.268 | 17.268 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | - | - | - | - | 8.524 | 8.524 | 6.814 | 6.814 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 13.319 | 13.319 | 7.156 | 7.156 | 12.474 | 12.474 | 6.195 | 6.195 |
| Outros ativos | Custo amortizado | 1.944 | 1.944 | 1.932 | 1.932 | 2.506 | 2.506 | 2.298 | 2.298 |
| Fornecedores | Custo amortizado | (40.616) | (40.616) | (23.732) | (23.732) | (40.090) | (40.090) | (23.149) | (23.149) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Custo amortizado | (137.050) | (134.675) | (33.066) | (32.095) | (137.050) | (134.675) | (32.649) | (31.653) |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | (40) | (40) | (22) | (22) | (298) | (298) | (298) | (298) |
| Outras obrigações | Custo amortizado | (482) | (482) | (1.142) | (1.142) | (392) | (392) | (309) | (309) |
| | | (142.500) | (140.125) | (31.379) | (30.408) | (133.908) | (131.533) | (23.830) | (22.834) |

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir, quando aplicável:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O Grupo não possuía em 31 de dezembro de 2019 e 2018 instrumentos financeiros de nível 1, 2 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Critérios e premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo foram apurados conforme descrito abaixo. O Grupo não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

IV) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019, 2018 e podem ser assim sumarizados.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Dívida (a) | (137.050) | (33.066) | (137.050) | (32.649) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 63.144 | 90.866 | 62.313 | 90.133 |
| Aplicações financeiras | 29.192 | - | 29.192 | - |
| Dívida líquida | (44.714) | 57.800 | (45.545) | 57.484 |
| Patrimônio líquido (b) | 134.089 | 157.735 | 134.976 | 158.113 |
| Índice de endividamento líquido | 33% | 0% | 34% | 0% |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures classificados no circulante e não circulante, conforme detalhado nas Nota n° 12 respectivamente;
(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

## 20. Partes relacionadas

Consolidado

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Parte relacionada | Passivo | |
| | Não circulante | Não circulante |
| N e A Academia de Ginástica Ltda. | 40 | 22 |
| Total | 40 | 22 |

Controladora

| Parte relacionada | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo |
| | Circulante | Não circulante | Não circulante |
| Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a) | 62 | 188 | - |
| Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a) | 11 | 1.017 | - |
| Academia Inteligente Ltda – Paralela (a) | - | 601 | 298 |
| AFAC | - | 803 | - |
| Reembolso de despesas ADM – CSC (b) | - | 5.672 | - |
| Total | 243 | 8.281 | 298 |

| Parte relacionada | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo |
| | Circulante | Não circulante | Não circulante |
| Academia Inteligente Ltda – Iguatemi (a) | | | - |
| Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a) | 115 | 189 | - |
| Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a) | - | 1.006 | - |
| Academia Inteligente Ltda – Paralela (a) | - | 602 | 298 |
| AFAC | - | 433 | - |
| Reembolso de despesas ADM – CSC (b) | - | 4.469 | - |
| Total | 115 | 6.699 | 298 |

A controlada da Academia Inteligente Ltda. possui contratos de mútuo com empresas ligadas não investidas da Self It Academias Holding S.A. As empresas ligadas, de propriedade dos acionistas não controladores, fizeram, no passado, a captação de recursos junto a instituições financeiras para reforma e abertura daquela unidade e repasse destes recursos por meio de contratos de mútuo. Cada contrato é periodicamente amortizado pela Controlada, sem qualquer aval ou garantia por parte da Self It Academias Holding S.A.

A Companhia Academias possui AFAC com suas controladas Academias Automação e Academia Inteligente.

Remuneração da Administração

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2019 foram pagos R$ 1.234 (R$ 767 em 31 de dezembro de 2018) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração.

Programa de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui um "Programa de Incentivo de Longo Prazo", aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017 ("Programa"), que poderá ser oferecido aos administradores e empregados da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle a serem indicados e eleitos pelo Conselho de Administração ("Beneficiários").

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento de um prêmio em dinheiro atrelado à valorização das ações de emissão da Companhia a ser pago pela Companhia, condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, e, para tanto, a Companhia concederá aos Beneficiários direitos denominados "Unidades de Performance".
O Programa é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá, observadas as diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa.

A distribuição das Unidades de Performance dentre os Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios de avaliação adotados pela Companhia e mérito do Beneficiário.

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo mediante celebração com a Companhia de um Contrato de Concessão, através do qual o Conselho de Administração estabelecerá condições adicionais e individualizadas da concessão das Unidades de Performance para cada Beneficiário, respeitados os termos deste Programa.

Cada Unidade de Performance outorgada ao Beneficiário terá seu valor atrelado ao preço de uma ação de emissão da Companhia, razão pela qual atribuirá ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro ("Prêmio"), cujo montante será determinado de acordo com o cálculo previsto no Programa, o qual considerará a valorização da ação de emissão da Companhia no tempo, tendo como base, portanto, a variação do Valor Referencial da Unidade de Performance no tempo.

O valor referencial de cada Unidade de Performance ("Valor Referencial") será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia. A Unidade de Performance não confere ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Unidades de Performance outorgadas.

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Dessa forma, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio. Caso a operação matemática decorrente da fórmula prevista acima apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

As Unidades de Performance vestidas permanecerão em vigor por um prazo máximo de 20 (vinte) anos da Data de Concessão, sendo que caso não ocorra um Evento de Liquidez dentro de referido prazo, as Unidades de Performance serão consideradas automaticamente extintas, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, Prêmio ou qualquer benefício de qualquer natureza ("Prazo de Vigência").

Observados os prazos de carência, bem como as demais condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração e incluídas nos respectivos Contratos de Concessão, as Unidades de Performance serão vestidas, independentemente de qualquer pagamento em dinheiro, na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, a partir da data da concessão das Unidades de Performance até a ocorrência de um Evento de Liquidez.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tinha concedido 2 (dois) contratos de concessão de Unidades de Performance, com Valor Referencial médio de R$31,80, dos quais, 2 (dois) referem-se a executivos que estão ativos e continuam como membros do quadro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 177.212 unidades de performance vestidas observados os prazos de carência.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve efeitos contábeis a serem reconhecidos relativos a esse programa pois não houve variação positiva entre o valor referencial e o valor de avaliação da Companhia.

## 21. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte integrante em processos de natureza civil, trabalhista e administrativos, cuja expectativa de perda provável estimada pelos seus consultores jurídicos foi provisionada, no montante de R$ 2.247 (R$ 252 em 2018) na controladora e R$ 2.407 (R$ 412 em 2018) no consolidado.

Adicionalmente, os processos avaliados pelos seus consultores jurídicos como de perda possível somam R$ 146 (R$ 551 em 2018) na controladora e R$ 205 (redução de R$ 869 em 2018) no consolidado:

Perdas prováveis

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Contingências cíveis | 352 | 172 | 263 | 82 |
| Contingências trabalhistas | 308 | 239 | 237 | 169 |
| Contingências tributárias | 1.747 | 1 | 1.747 | 1 |
| | 2.407 | 412 | 2.247 | 252 |

Perdas possíveis

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Contingências tributárias | 25 | 521 | 25 | 299 |
| Contingências trabalhistas | - | - | - | - |
| Contingências cíveis | 180 | 348 | 121 | 252 |
| | 205 | 869 | 146 | 551 |

## 22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

| Abrangência | Companhia | Cobertura | Importância segurada | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| Riscos nomeados e operacionais | Self It Academias Holding S.A. | Principais equipamentos contra incêndio, danos elétricos e tumultos. | 111.224 | 18/10/2020 |
| Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O) | Self It Academias Holding S.A. | Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, práticas trabalhistas e tributárias. | 20.448 | 17/05/2020 |

## 23. Informações por segmento

O Grupo desenvolve um único segmento operacional, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

As informações reportadas a Administração do Grupo (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração do Grupo avalia investimentos, gastos, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

## 24. Transações que não afetaram caixa

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Efeito do IFRS 16 | 137.402 | - | 130.329 | - |

## 25. Eventos subsequentes

COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

A pandemia do COVID-19 gerou impactos relevantes de curto prazo nas empresas de academia de ginástica, como é o caso da Selfit. Na segunda quinzena de março de 2020, todas as unidades do Grupo foram fechadas temporariamente devido às restrições impostas pelas autoridades locais. As mesmas continuaram fechadas até que, em julho de 2020, iniciou-se um processo de abertura dessas lojas, de acordo com autorização de cada um dos estados e/ou municípios que o Grupo opera. Desde então, o Grupo tem operado de acordo com uma série de restrições quanto à (i) entrada e saída de clientes dentro de suas academias; (ii) disponibilidade de materiais de limpeza nos salões das unidades e (iii) sua capacidade de continuar com o plano agressivo de expansão que vinha ocorrendo até o começo de 2020.

Apesar das restrições limitarem consideravelmente a rentabilidade do Grupo no curto prazo, a Administração acredita que o efeito de curto prazo negativo trazido pela pandemia do COVID-19 está próximo de terminar. Com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica, ainda que de maneira gradual, o Grupo tem indícios (maturação de novas unidades, retomada dos níveis de matrícula históricos em praças que já estão mais avançadas no combate à pandemia), do reestabelecimento da demanda pelos serviços ofertados antes dessa crise.

Diante desse cenário o Grupo incorreu no prejuízo consolidado de R$70.687 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nessa data, o passivo circulante consolidado do Grupo excedeu o ativo circulante consolidado em R$31.741. O Grupo também apurou margem bruta consolidada negativa de R$23.307 e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R$2.882 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2021 começou com uma perspectiva de retomada para o Grupo. Após a primeira onda da pandemia, ainda em 2020, o Grupo iniciou o ano com todas as unidades operacionais, ainda que com uma série de restrições (limitação do número de clientes que poderiam treinar simultaneamente, proibição das aulas coletivas em diversas praças, necessidade de agendamento, dentre outros). No entanto, ao final do primeiro trimestre, com o avanço da segunda onda da pandemia no Brasil, o Grupo retrocedeu a retomada dos resultados que estavam acontecendo desde julho de 2020. O número de novas matrículas, por exemplo, caiu 55% quando comparado o mês de abril de 2021 com janeiro do mesmo ano. Para os meses subsequentes (maio e junho) o impacto da segunda onda foi ainda maior em comparação a primeira onda.

Apesar do primeiro semestre desafiador, a partir de julho de 2021, o Grupo começou a perceber uma melhora significativa em seus números: repetindo os números de novas matrículas de janeiro de 2020, o que é um feito ainda mais positivo quando considerado a sazonalidade do negócio (janeiro, por ser começo de ano e verão, tem historicamente muito mais matrículas que julho, um mês no auge do inverno brasileiro). Para o terceiro trimestre os resultados foram bastante promissores: recorde de matrículas no ano nos meses de agosto e setembro, crescimento de 4-6% ao mês desde então. Esse impacto positivo no faturamento, inclusive reestabeleceu a geração de caixa positiva do ponto de vista operacional, que deve se intensificar com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica nos 15 estados em que o Grupo opera.

A Administração da Grupo analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” dos seus ativos em 31 de dezembro de 2019. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

Aumento de capital

Em 06 de abril de 2021, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, do qual R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, mediante a emissão de 2.421.388 (dois milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e trezentas e oitenta e oito ações) Ações Preferencias Classe A, nominativas e sem valor nominal.

Aquisição de participação societária TN Empreendimentos Digitais Ltda. ("TN Empreendimentos")

Em 09 de junho de 2021, o Grupo celebrou o contrato de Investimentos e Outras Avenças para aquisição de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da TN Empreendimentos, pelo preço de aquisição no montante de R$ 7.000, do qual será integralizado nas seguintes condições:

a) A primeira tranche, correspondente a R$3.500, será integralizada à vista na data de fechamento;
b) A segunda tranche, correspondente a R$3.500, será integralizada até o primeiro aniversário de 12 (doze) meses da data do fechamento.

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes**

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1.901, bairro Pina, CEP 51110-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.902.694/0001-95, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIRE 26.3.0002306-7 ("Companhia") declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Recife, 8 de dezembro de 2021.

**Fernando Duarte Menezes**
Diretor Presidente

**Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas**
**Em 31 de dezembro de 2018**

**SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas**
**Em 31 de dezembro de 2018**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**Balanços patrimoniais individuais e consolidados**

**Demonstrações do resultado individuais e consolidadas**

**Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas – informação suplementar**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Tel.: +55 81 3221 2620
Fax: + 55 81 3221 2071
www.bdo.com.br

Avenida República do Líbano, 251
Torre A, 27º Andar Bairro do Pina
Recife, PE 51110-160

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
**Self It Academias Holding S.A.**
Recife - PE

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Self It Academias Holding S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Self It Academias Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

**Reapresentação das demonstrações contábeis**

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.20, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas em razão do aprimoramento de certas práticas contábeis e de divulgações, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa n°2.20. Esse relatório substitui o anteriormente emitido em 16 de abril de 2019. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| Reconhecimento de receita | Resposta da auditoria ao assunto |
|---|---|
| A Companhia reconhece as receitas com prestação de serviços de acordo com os critérios descritos nas Notas Explicativas nº 2.5 e 13, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.<br><br>O reconhecimento das receitas envolve o exercício de julgamento para determinar o momento em que as obrigações de performance dos contratos com clientes estejam atendidas, conforme determina a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.<br><br>O processo de reconhecimento das receitas envolve determinadas premissas quanto à expectativa de permanência dos alunos e consequente cumprimento dos contratos. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram:<br><br>▪ Avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao ciclo de reconhecimento de receita, contemplando: (i) avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os sistemas relevantes na geração de informação para o processo de faturamento; (ii) teste de integridade dos lançamentos contábeis relacionados ao ciclo de receita;<br>▪ Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, para as receitas de mensalidade, matrícula e anuidade, incluindo a reconciliação entre a receita reconhecida, contas de clientes e recebimentos de clientes, para confirmar a existência da transação;<br>▪ Revisão dos critérios utilizados pela administração para determinar se em seus contratos, a Companhia detinha as condições necessárias para o reconhecimento da receita, observando os termos contratuais no contexto do CPC 47 - Receita de contrato com cliente;<br>▪ Revisão as divulgações realizadas pela Companhia nas notas explicativas.<br><br>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por não ser material, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração no ciclo de reconhecimento de receita e as divulgações realizadas em Nota Explicativa, considerando os controles internos mantidos pela Administração e pela consistência das informações refletidas nas demonstrações contábeis. |

| Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") dos saldos de ativos tangíveis e intangíveis | Resposta da auditoria ao assunto |
|---|---|
| Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 6 e 7, e às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrado saldos de imobilizado e intangíveis no montante aproximado de R$ 114.175 mil e R$ 121.108 mil, respectivamente.<br><br>As normas contábeis requerem que: (i) ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objetos de testes de "impairment", pela Administração, no mínimo anualmente, a menos que haja evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste; e (ii) ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida sejam objeto de testes de "impairment" quando houver indicativos de perda no seu valor recuperável. A Administração realizou teste de "impairment" utilizando o método do fluxo de caixa descontado, sendo que não foi identificada a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados, direito de uso e intangíveis.<br><br>Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria em virtude da: (i) relevância dos valores envolvidos; (ii) utilização de premissas operacionais sensíveis ao atual ambiente econômico e taxas de desconto nas projeções de fluxo de caixa futuro, que requerem certo grau de julgamento da Administração. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram:<br><br>**(i)** Revisão dos controles internos referentes ao ciclo de avaliação da recuperabilidade de ativos;<br>**(ii)** Revisão das premissas utilizadas na mensuração do valor em uso apurado com base no plano estratégico da Companhia e divulgado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com o envolvimento dos nossos especialistas, com relação às taxas de crescimento de longo prazo aplicadas nas projeções futuras, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital da Companhia e a comparação com as projeções de fluxo de caixa do plano estratégico;<br>**(iii)** Revisão dos cálculos aritméticos do fluxo de caixa projetado sobre a necessidade ou não do reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável dos ativos imobilizado, ativos de direito de uso e intangíveis, registrados no ativo não circulante;<br>**(iv)** Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.<br><br>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis. |

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 07 de dezembro de 2021.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**
**CRC 2 PE 001269/F-8**

**Jairo da Rocha Soares**
**Contador CRC 1 SP 120458/O-6 – S - PE**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Balanços patrimoniais
## Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **31/12/2018** | **31/12/2017** | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 90.866 | 11.237 | 90.133 | 10.602 |
| Contas a receber de clientes | | 7.156 | 4.465 | 6.195 | 3.334 |
| Impostos a recuperar | | 795 | 281 | 784 | 153 |
| Partes relacionadas | 18 | - | 359 | 115 | - |
| Outros ativos | | 1.518 | 790 | 1.893 | 948 |
| **Total do ativo circulante** | | **100.335** | **17.132** | **99.120** | **15.037** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Partes relacionadas | 18 | - | - | 6.699 | 8.510 |
| Outros ativos | | 414 | 201 | 405 | 200 |
| Investimentos | 5 | - | - | - | 205 |
| Imobilizado | 6 | 117.782 | 61.034 | 110.946 | 49.709 |
| Intangível | 7 | 3.326 | 3.158 | 3.229 | 3.052 |
| **Total do ativo não circulante** | | **121.522** | **64.393** | **121.279** | **61.676** |
| **Total do ativo** | | **221.857** | **81.525** | **220.399** | **76.713** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Balanços patrimoniais
## Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido** | **Nota** | **31/12/2018** | **31/12/2017** | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 8 | 18.701 | 6.529 | 18.118 | 5.568 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntur | 10 | 8.888 | 31.096 | 8.593 | 30.280 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 9 | 3.002 | 1.820 | 2.762 | 1.555 |
| Obrigações tributárias | | 2.131 | 1.515 | 1.297 | 542 |
| Partes relacionadas | 18 | 22 | 32 | - | - |
| Outras obrigações | | 576 | 761 | 117 | 79 |
| **Total do passivo circulante** | | **33.320** | **41.753** | **30.887** | **38.024** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 8 | 5.031 | 2.103 | 5.031 | 2.103 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntur | 10 | 24.178 | 19.883 | 24.056 | 18.826 |
| Obrigações tributárias | | 615 | 678 | - | - |
| Partes relacionadas | 18 | - | 482 | 298 | 240 |
| Outras obrigações | | 566 | 1.497 | 192 | 671 |
| Provisões para contingências | 19 | 412 | 233 | 252 | 81 |
| Perdas em investimentos | 5 | - | - | 1.570 | 1.865 |
| **Total do passivo não circulante** | | **30.802** | **24.876** | **31.399** | **23.786** |
| **Total do passivo** | | **64.122** | **66.629** | **62.286** | **61.810** |
| **Patrimônio líquido** | 12 | | | | |
| Capital social | | 63.854 | 3.145 | 63.854 | 3.145 |
| Reserva de capital | | 120.498 | 32.266 | 120.498 | 32.266 |
| Prejuizos acumulados | | (26.239) | (20.508) | (26.239) | (20.508) |
| **Patrimônio líquido atribuído aos** | | **158.113** | **14.903** | **158.113** | **14.903** |
| Participação de acionistas não controladores | | (378) | (7) | - | - |
| **Total do patrimônio líquido** | | **157.735** | **14.896** | **158.113** | **14.903** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **221.857** | **81.525** | **220.399** | **76.713** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações do resultado
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| **Receita líquida de serviços** | 13 | 67.881 | 36.917 | 58.568 | 26.343 |
| Custo dos serviços prestados | 14 | (56.972) | (31.142) | (48.970) | (22.907) |
| **Lucro bruto** | | **10.909** | **5.775** | **9.598** | **3.436** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 14 | (16.735) | (10.870) | (16.734) | (11.002) |
| Equivalência patrimonial | 5 | - | - | 304 | (1.774) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 14 | 707 | (2.610) | 1.820 | 1.909 |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos** | | **(5.119)** | **(7.705)** | **(5.012)** | **(7.431)** |
| **Receitas (despesas) financeiras** | | | | | |
| Receitas financeiras | 15 | 3.941 | 1.346 | 3.840 | 1.280 |
| Despesas financeiras | 15 | (4.536) | (4.906) | (4.187) | (4.780) |
| **Resultado financeiro, líquido** | | **(595)** | **(3.560)** | **(347)** | **(3.500)** |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social** | | **(5.714)** | **(11.265)** | **(5.359)** | **(10.931)** |
| Imposto de renda e contribuição social | | (17) | - | - | - |
| **Prejuízo líquido do exercício** | | **(5.731)** | **(11.265)** | **(5.359)** | **(10.931)** |
| Participação de acionistas controladores | | (5.359) | (10.931) | | |
| Participação de acionistas não controladores | | (372) | (334) | | |
| **Prejuízo por ação (expresso em R$ por ação)** | | | | | |
| Básico e diluído | 12 | (0,568) | (3,042) | (0,568) | (3,042) |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Prejuízo do exercício | (5.731) | (11.265) | (5.359) | (10.931) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente do período** | **(5.731)** | **(11.265)** | **(5.359)** | **(10.931)** |
| Acionistas controladores | (5.359) | (10.931) | | |
| Acionistas não controladores | (372) | (334) | | |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Capital social | Reservas de capital | Lucros acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1 de janeiro de 2017** | | **3.145** | **32.266** | **(9.577)** | **25.834** | **334** | **26.168** |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (10.931) | (10.931) | (341) | (11.272) |
| **Em 31 de dezembro de 2017** | | **3.145** | **32.266** | **(20.508)** | **14.903** | **(7)** | **14.896** |
| Integralização de capital e reserva de capital | 12 | 60.709 | 88.232 | | 148.941 | - | **148.941** |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (5.731) | (5.731) | (371) | (6.102) |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | | **63.854** | **120.498** | **(26.239)** | **158.113** | **(378)** | **157.735** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa
## Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| **Resultado do exercício** | (5.731) | (11.271) | **(5.360)** | **(10.930)** |
| **Ajustes** | | | | |
| Depreciação e amortização | 9.854 | 4.463 | 8.424 | 3.164 |
| Equivalência Patrimonial | - | - | (304) | 1.774 |
| Participação de acionistas não controladores | | 341 | - | - |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 1.522 | 3.610 | 1.522 | 3.404 |
| Provisão para contingências | 179 | 22 | 171 | 76 |
| **Lucro (Prejuízo) ajustado** | **5.824** | **(2.835)** | **4.453** | **(2.512)** |
| | | | | |
| **Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo** | | | | |
| Contas a receber | (2.690) | (2.063) | (2.861) | (1.763) |
| Outras contas a receber | (927) | 305 | (1.151) | (351) |
| Impostos a recuperar | (530) | 509 | (631) | 201 |
| Fornecedores | 15.100 | 5.816 | 15.478 | 5.672 |
| Obrigações trabalhistas | 1.182 | 512 | 1.207 | 541 |
| Obrigações tributárias | 553 | 501 | 755 | 350 |
| Outras contas a pagar | (1.487) | 965 | 38 | (169) |
| Perdas com investimentos | - | - | (636) | - |
| **(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **17.025** | **3.710** | **16.652** | **1.969** |
| | | | | |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Operações com partes relacionadas | - | - | 1.696 | (844) |
| Aquisição de imobilizado | (65.760) | (36.431) | (68.823) | (35.296) |
| Aquisição de intangível | (1.009) | (2.480) | (1.015) | (2.465) |
| **(=) Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos** | **(66.769)** | **(38.911)** | **(68.142)** | **(38.605)** |
| | | | | |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e Debêntures | 32.473 | 45.874 | 32.473 | 45.874 |
| Pagamento de emprestimos e financiamentos | (51.908) | (1.354) | (50.451) | (173) |
| Operações com partes relacionadas | (133) | (214) | 58 | (2) |
| Aporte de capital | 148.941 | - | 148.941 | - |
| **(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos** | **129.373** | **44.306** | **131.021** | **45.699** |
| | | | | |
| **(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **79.629** | **9.105** | **79.531** | **9.063** |
| | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 11.237 | 2.132 | 10.602 | 1.539 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 90.866 | 11.237 | 90.133 | 10.602 |
| | | | | |
| **(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **79.629** | **9.105** | **79.531** | **9.063** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

# SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.

## Demonstrações do valor adicionado
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
## (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| **Receitas** | | | | |
| Receita bruta de serviços | 79.178 | 43.068 | 68.315 | 30.730 |
| | **79.178** | **43.068** | **68.315** | **30.730** |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | |
| Custo dos serviços prestados | (21.111) | (14.376) | (18.204) | (11.873) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | (6.725) | (6.886) | (5.420) | (2.180) |
| Insumos de publicidade, marketing, fundos de promoção e outros relacionados à venda | (4.138) | (1.900) | (3.832) | (1.534) |
| **Valor adicionado bruto gerado pela Companhia** | **47.204** | **19.906** | **40.859** | **15.143** |
| **Retenções** | | | | |
| Depreciação e amortização | (9.854) | (4.463) | (8.424) | (3.164) |
| **Valor adicionado líquido gerado pela Companhia** | **37.350** | **15.443** | **32.435** | **11.979** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | 304 | (1.774) |
| Receitas financeiras | 3.941 | 1.346 | 3.840 | 1.280 |
| | **3.941** | **1.346** | **4.144** | **(494)** |
| **Valor total adicionado distribuído** | **41.291** | **16.789** | **36.579** | **11.485** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | |
| **Empregados** | **20.882** | **14.974** | **19.124** | **12.856** |
| Remuneração direta | 17.098 | 11.856 | 15.687 | 9.969 |
| Benefícios | 2.608 | 2.052 | 2.355 | 1.735 |
| FGTS | 812 | 599 | 736 | 505 |
| Outras | 364 | 467 | 346 | 647 |
| **Tributos** | **11.315** | **6.151** | **9.747** | **4.387** |
| Federais | 7.351 | 3.993 | 6.327 | 2.848 |
| Municipais | 3.964 | 2.158 | 3.420 | 1.539 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | **14.825** | **6.929** | **13.067** | **5.173** |
| Juros | 2.935 | 4.530 | 2.793 | 4.047 |
| Aluguéis | 10.289 | 2.023 | 8.880 | 393 |
| Outras despesas financeiras | 1.601 | 376 | 1.394 | 733 |
| **Remuneração de capitais próprios** | **(5.731)** | **(11.265)** | **(5.359)** | **(10.931)** |
| Prejuízos retidos | (5.359) | (10.931) | (5.359) | (10.931) |
| Participação dos não controladores nos prejuízos retidos | (372) | (334) | - | - |
| | **41.291** | **16.789** | **36.579** | **11.485** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

## 1. Informações gerais

A Self It Academias Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada na Avenida Antônio de Goes, n° 275, CEP 51.110-000, Bairro do Pina, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

Em 31 de dezembro de 2018, a Selfit possuía 42 unidades operacionais (27 em 31 de dezembro 2017), distribuídas em 38 filiais (23 em 31 de dezembro 2017) e 4 unidades (4 em 31 de dezembro 2017) em 3 empresas controladas, conforme abaixo:

- Academia Automação Ltda.
- Academia Inteligente Ltda.
- Academia Inteligente Ltda EPP

A Companhia, em conjunto com suas controladas Academia Automação Ltda., Academia Inteligente Ltda e Academia Inteligente Ltda EPP. definidas em conjunto como ("Grupo") tem como objeto social atividades de condicionamento físico.

### 1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou: (i) prejuízos acumulados, no montante de R$ 26.239 (R$ 20.508 em 31 de dezembro de 2017) e (ii) prejuízo, no montante de R$ 5.360 (R$ 10.931 em 31 de dezembro de 2017).

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia encontra-se em estágio de investimento, motivo pelo qual possui prejuízos acumulados.

A Companhia vem apresentando crescimento de receita, portanto, a Administração entende que seu serviço é rentável e aceito pelo mercado, uma vez que, superou sua fase inicial de sua viabilidade. A Companhia ainda não atingiu a escala necessária para financiar suas despesas fixas, tendo em vista o constante investimento em seu negócio.

Ao longo de 2018 e para 2019, a Administração tomou uma série de medidas para proteger a posição de caixa do Grupo e reduzir os impactos negativos no seu resultado financeiro:

**(i)** Renegociações dos contratos de locação, priorizando descontos e/ou isenções de taxas de reajustes;
**(ii)** Suspensões e/ou reduções de contratos de trabalho, sempre observando as determinações de cada uma das legislações locais onde o Grupo opera;
**(iii)** Repactuação dos prazos de pagamentos com os principais fornecedores, tanto na aquisição de ativos quanto nos custos e despesas do dia a dia;
**(iv)** Redução dos serviços contratados junto a terceiros, seja por uma escolha estratégica da Administração, seja uma consequência do horário de funcionamento limitado, em decorrência de determinações das autoridades locais.

## 2. Principais práticas contábeis

### 2.1 Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, sendo primeiramente as demonstrações financeiras consolidadas e posteriormente as da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração

## 2.3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

## 2.4 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas na data base de até 31 de dezembro de 2018 de cada exercício.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

A seguir é apresentada a base de consolidação de 2018:

| | Participação % | |
|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| **Investimento** | | |
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | 52% | 52% |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | 100% | 100% |
| Academia Inteligente LTDA – Paralela e Iguatemi | 100% | 100% |

## 2.5 Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);
- Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

- Os valores relacionados às atividades de condicionamento físico e canais digitais são reconhecidos mensalmente, de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de prestação de serviços, exceto, taxas de adesão, anuidade, e manutenção que são reconhecidas na sua ocorrência, respeitando a prestação de serviços

O Grupo monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados e concluiu que a exigibilidade da devolução de mensalidades aos alunos é irrelevante, e que as taxas de anuidade e adesão não possuem exigibilidade de devolução aos alunos.

## 2.6 Benefícios a empregados

### Benefícios a empregados no curto prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

## 2.7 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## 2.8 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

## 2.9 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.9.1 Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais do Grupo suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

### 2.9.2 Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 2.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

| Descrição | Taxas (%) |
|---|---|
| Equipamentos de ginástica | 10 |
| Acessórios de ginástica | 20 |
| Móveis e utensílios | 20 |
| Equipamentos de informática | 20 |
| Benfeitorias (Vigência de 10 anos nos contratos) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

**Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado**

Os itens do ativo imobilizado que apresentarem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado da unidade geradora de caixa (“UGC”), pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado.

Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.12 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos de amortização acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Grupo do ativo intangível | % a.a. |
|---|---|
| Software | 20 |

## 2.13 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 9 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 9 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- **Ativos financeiros mensurados a VJR:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado;
- **Ativos financeiros mensurados a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado;
- **Instrumentos patrimoniais ao VJORA:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

## 2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os ganhos com as aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo, taxas e despesas bancárias e os demais encargos com empréstimos e financiamentos.

## 2.16 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.17 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Os principais serviços entre partes são: serviços compartilhados entre as Companhias e administração e gestão operacional.

## 2.18 Pronunciamentos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2018:

### a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de créditos para ativos financeiros e contratuais de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanecente da variação valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

### b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substitui as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

## 2.19 Pronunciamentos novos ou revisados com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019

### a) CPC 06 - R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

O arrendamento de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais não controla o ativo e nem direcionam o uso continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1° de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensuradas nas transições como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

## 2.20 Reapresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram emitidas em 16 de abril de 2019 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com o CPC 23, decidiu reapresentar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento, bem como detalhou informações de algumas notas explicativas.

A Administração aprovou a reemissão destas demonstrações financeiras em 07 de dezembro de 2021.

## 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

Os principais julgamentos são apresentados a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação;
- **Valor justo de instrumentos financeiros:** quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade; e
- **Provisões para contingências:** a Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Caixas e bancos | 73.371 | 1.494 | 72.865 | 1.122 |
| Aplicações de liquidez imediata | 17.495 | 9.743 | 17.268 | 9.480 |
| | 90.866 | 11.237 | 90.133 | 10.602 |

As aplicações financeiras são compostas por investimentos em renda fixa e possuem taxa média de remuneração em 31 de dezembro de 2018 de 99,20% do CDI (e 97,93% em 31 de dezembro de 2017)

## 5. Investimentos

A seguir estão apresentados os investimentos da Companhia:

| Investidas | Data-base | Participação no capital Integralizado % | Patrimônio líquido negativo | Lucro (Prejuízo) do exercício |
|---|---|---|---|---|
| Academia Automação LTDA - Boa Viagem | 31/12/2018 | 52,00% | (787) | (772) |
| Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira | 31/12/2018 | 100% | (642) | 42 |
| Academia Inteligente LTDA – Paralela e Iguatemi | 31/12/2018 | 100% | (519) | 656 |

| | 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Academia Automação Ltda | Academia Inteligente Ltda | Academia Inteligente Ltda Epp |
| **Balanço patrimonial** | | | |
| Ativo circulante | 459 | 2.638 | 595 |
| Ativo não circulante | 1.639 | 3.515 | 2.224 |
| **Total do ativo** | **2.098** | **6.153** | **2.819** |
| Passivo circulante | 1.632 | 1.545 | 800 |
| Passivo não circulante | 1.252 | 5.127 | 2.628 |
| Patrimônio líquido | (787) | (519) | (642) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **2.097** | **6.153** | **2.786** |
| **Demonstração do resultado do período** | | | |
| Receita líquida de serviços | 1.666 | 5.335 | 2.312 |
| Custos e despesas operacionais | (2.413) | (4.474) | (2.235) |
| Resultado financeiro | (25) | (188) | (35) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | (17) | - |
| **Lucro líquido (prejuízo) do período** | **(772)** | **656** | **42** |

| | 31 de dezembro de 2017 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Academia Automação Ltda | Academia Inteligente Ltda | Academia Inteligente Ltda Epp | Academina Autonomia Ltda |
| **Balanço patrimonial** | | | | |
| Ativo circulante | 396 | 1.639 | 923 | 793 |
| Ativo não circulante | 2.177 | 3.004 | 2.547 | 4.068 |
| **Total do ativo** | **2.573** | **4.643** | **3.470** | **4.861** |
| Passivo circulante | 1.089 | 1.565 | 1.075 | 485 |
| Passivo não circulante | 1.215 | 4.248 | 3.077 | 4.172 |
| Patrimônio líquido | (15) | (1.174) | (683) | 205 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **2.289** | **4.639** | **3.469** | **4.862** |
| **Demonstração do resultado do período** | | | | |
| Receita líquida de serviços | 1.532 | 5.031 | 2.259 | 1.752 |
| Custos e despesas operacionais | (2.109) | (5.177) | (3.551) | (1.555) |
| Resultado financeiro | (133) | (266) | (72) | (6) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - |
| **Lucro líquido (prejuízo) do período** | **(710)** | **(412)** | **(1.364)** | **191** |

## 6. Imobilizado

### 6.1. Controladora

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Equipamentos de informática | Móveis e utensílios | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Imobilizado em andamento - Benfeitoria | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo | | | | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2017 | 5.135 | 992 | 525 | 618 | 7.643 | 390 | 1.270 | 675 | 17.248 |
| Adições | 13.871 | 2.968 | 926 | 1.645 | 15.761 | 1.221 | 3.158 | | 39.550 |
| Baixas | (1.732) | (103) | (156) | (14) | (502) | (156) | (899) | (547) | |
| Transferências | 30 | (321) | (56) | 258 | 1.192 | 7 | (1.109) | | 1 |
| Depreciação | (968) | (398) | (177) | (146) | (1.213) | (79) | - | | (2.981) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 16.336 | 3.138 | 1.062 | 2.361 | 22.881 | 1.383 | 2.420 | 128 | 49.709 |
| Adições | 24.256 | 3.540 | 1.724 | 2.623 | 34.471 | 2.209 | - | - | 68.823 |
| Baixas | - | - | - | - | 2.539 | - | (2.420) | (119) | - |
| Depreciação | (1.754) | (1.019) | (370) | (369) | (3.865) | (209) | - | - | (7.586) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 38.838 | 5.659 | 2.416 | 4.615 | 56.026 | 3.383 | - | 9 | 110.946 |
| | | - | | | | | | | |
| Taxa (%) | 10% | 20% | 20% | 20% | 10% | 10% | - | - | |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 16.336 | 3.138 | 1.062 | 2.361 | 22.881 | 1.383 | 2.420 | 128 | 49.709 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 38.838 | 5.659 | 2.416 | 4.615 | 56.026 | 3.383 | - | 9 | 110.946 |

**(i)** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía ativos cedidos em garantia ou bens ociosos.

## 6.2. Consolidado

| | Equipamentos de ginástica | Acessórios de ginástica | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Benfeitorias em terceiros | Máquinas e equipamentos | Imobilizado em andamento - Benfeitoria | Adiantamentos de aquisição de imobilizado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo | | | | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2017 | 10.261 | 1.763 | 1.691 | 567 | 11.966 | 705 | 1.279 | 675 | 28.907 |
| Adições | 12.230 | 2.852 | 1.900 | 730 | 16.792 | 1.074 | 1.159 | - | 36.737 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | (147) | (147) |
| Transferências | - | - | - | - | 667 | - | (667) | - | - |
| Depreciação | (1.628) | (561) | (248) | (213) | (1.695) | (118) | - | - | (4.463) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 20.863 | 4.054 | 3.343 | 1.084 | 27.730 | 1.661 | 1.771 | 528 | 61.034 |
| Adições | 22.497 | 3.146 | 2.480 | 1.728 | 34.272 | 2.152 | - | - | 66.275 |
| Baixas | - | - | - | - | 2.269 | - | (1.761) | (508) | - |
| Depreciação | (3.090) | (986) | (358) | (375) | (4.511) | (207) | - | | (9.527) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 40.270 | 6.214 | 5.465 | 2.437 | 59.760 | 3.606 | 10 | 20 | 117.782 |
| | | | | | | | | | |
| Taxa (%) | 10% | 20% | 20% | 20% | 10% | 10% | - | - | |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 20.863 | 4.054 | 3.343 | 1.084 | 27.730 | 1.661 | 1.771 | 528 | 61.034 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 40.270 | 6.214 | 5.465 | 2.437 | 59.760 | 3.606 | 10 | 20 | 117.782 |

1

## 7. Intangível

Consolidado

| | Software | Total |
|---|---|---|
| Em 1 de janeiro de 2017 | 1.007 | 1.007 |
| Adições | 2.151 | 2.151 |
| Baixas | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 3.158 | 3.158 |
| Adições | 168 | 168 |
| Depreciação | | - |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.326 | 3.326 |
| | | |
| Taxa (%) | 20% | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.326 | 3.326 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 3.158 | 3.158 |

Controladora

| | Software | Total |
|---|---|---|
| Em 1 de janeiro de 2019 | 916 | 916 |
| Adições | 2.136 | 2.136 |
| Baixas | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 3.052 | 3.052 |
| Adições | 177 | 177 |
| Depreciação | | - |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 3.229 | 3.229 |
| | | |
| Taxa (%) | 20% | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.229 | 3.229 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 3.052 | 3.052 |

### Teste de impairment

A Administração da Empresa entende que a menor unidade geradora de caixa ("UGC") para teste de impairment abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Empresa.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

Com base na análise realizada pela Administração no exercício de 31 de dezembro de 2019 e 2018, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados, concluiu-se pela não necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

## 8. Fornecedores

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Fornecedores Nacionais | (23.732) | (8.632) | (23.149) | (7.671) |
| **Total fornecedores** | **(23.732)** | **(8.632)** | **(23.149)** | **(7.671)** |
| Circulante | (18.701) | (6.529) | (18.118) | (5.568) |
| Não circulante | (5.031) | (2.103) | (5.031) | (2.103) |

## 9. Obrigações sociais e trabalhistas

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Provisão de férias e encargos | (1.269) | (768) | (1.143) | (653) |
| Rescisão | (10) | (14) | (9) | (2) |
| Salário a pagar | (956) | (563) | (883) | (479) |
| Pro-labore a pagar | (64) | (62) | (64) | (62) |
| FGTS | (116) | (42) | (107) | (28) |
| INSS | (417) | (272) | (387) | (234) |
| IRRF a pagar | (169) | (96) | (169) | (94) |
| Outras obrigações trabalhistas | (1) | (3) | - | (3) |
| | **(3.002)** | **(1.820)** | **(2.762)** | **(1.555)** |

## 10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos correspondem à captação de recursos pelas unidades para atender às demandas de fluxo financeiro ligadas à expansão da capacidade de negócios do Grupo.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| **Linha** | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Cédula de Crédito Bancário (a) | 2.101 | 385 | 2.053 | - |
| Fundo de Fianaciamento do Nordeste (b) | 4.716 | 830 | 4.529 | - |
| Capital de Giro (c) | 25.795 | 10.658 | 25.613 | 10.000 |
| Arredamento mercantil Financeiro (d) | 454 | 691 | 454 | 691 |
| Emissão de Debentures (e) | - | 38.415 | - | 38.415 |
| **Total** | **33.066** | **50.979** | **32.649** | **49.106** |
| Ciculante | 8.888 | 31.096 | 8.593 | 30.280 |
| Não circulante | 24.178 | 19.883 | 24.056 | 18.826 |

**(a)** Empréstimos tomados nos bancos ABC e Caixa Econômica Federal, na modalidade de cédula de crédito bancário com juros prefixados entre 1,91% ao mês + TR e 0,39 + CDI;
**(b)** Linha captada junto ao Banco do Nordeste para aquisição de equipamento e instalações com juros entre 6,48% e 8,55% ao ano;
**(c)** Recursos tomado nos bancos Itaú e banco do Brasil, sob a modalidade de capital de giro, com juros prefixados entre 0,32% + CDI ao mês e 4,7% + CDI ao ano;
**(d)** Os contratos de arrendamento mercantil financeiros foram firmados com o banco Daycoval, para aquisição de equipamentos, com encargos médios em 1,2% ao mês.
**(e)** Em 23 de novembro de 2016 foi aprovada a emissão privada de debêntures conversíveis em ações preferenciais da companhia, dá espécie quirografária em duas séries, com as seguintes características:

**(i)** Valor total da emissão: 35.000 (trinta em cinco milhões de reais);
**(ii)** Quantidade de debentures e número de séries: 3.500 (três mil e quinhentas) debêntures, sendo 1.750 (mil setecentas e cinquenta) de 1ª série e 1.750 (mil setecentas e cinquenta) de 2ª série.
**(iii)** Valor nominal unitário: R$ 10 (dez mil reais) por debêntures;
**(iv)** Data base da emissão: 23 de novembro de 2016;
**(v)** Data do vencimento: As debentures de 1ª série venceram no prazo de 13 (treze) meses contados da data de integralização das debêntures de 1ª série, este valor foi liquidado em 2018.

Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| Ano | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| 2019 | - | 787 | | 370 |
| 2020 | 7.826 | 19.096 | 7.705 | 18.456 |
| 2021 em diante | 16.352 | | 16.351 | |
| Total | 24.178 | 19.883 | 24.056 | 18.826 |

Apresentamos, a seguir, a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício de 2018:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **2.850** | **-** |
| Liberações | 45.874 | 45.874 |
| Juros incorridos | 4.600 | 3.404 |
| Amortizações | (2.345) | (173) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **50.979** | **49.105** |
| Liberações | 32.473 | 32.473 |
| Juros incorridos | 1.522 | 1.522 |
| Amortizações | (51.908) | (50.451) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **33.066** | **32.649** |

## 11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Prejuízo líquido do período | (5.714) | (11.265) | (5.359) | (10.931) |
| Alíquota combinada de impostos de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 1.943 | 3.830 | 1.822 | 3.717 |
| Equivalência patrimonial | - | - | 103 | (603) |
| Prejuízo fiscal a base nagativa não constituído | (1.943) | (3.830) | (1.925) | (3.113) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - |

O Grupo possui créditos fiscais não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R$5.244 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 10.930 em 31 de dezembro de 2017), por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

## 12. Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia era de R$ 3.145 representado por 3.593.897 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizados.

Em 6 de fevereiro de 2018 foi deliberada a conversão das debêntures 1ª série de emissão da Companhia em ações, com o consequente aumento de capital. Depois de verificado o evento de conversão estabelecido na escritura de emissão privada de debêntures conversíveis em ações preferenciais da Companhia, foi aprovado o aumento de capital com a emissão das 2.695.432 novas ações preferenciais atribuindo ao capital social da Companhia o montante de R$ 20.235, subscrito e totalmente integralizado pelo debenturista Everest Brasil Partners I. O mesmo debenturista em 25 de fevereiro de 2018 antecipou a conversão das debêntures de 2ª série da Companhia com a emissão de 588.245 novas ações preferenciais, atribuindo R$ 5.882 ao capital social e R$ 12.823 a reserva de capital, totalizando 3.283 ações preferenciais com o aumento de capital de R$ 26.117.

Em 25 de fevereiro de 2018 foi autorizado um novo aumento de capital na Companhia no valor total de R$ 110.000, com a emissão de 3.585 novas ações preferenciais classe A, com o consequente aumento de capital de R$ 34.5591, destinado R$ 75.408 a conta de reserva de capital. O aumento ora aprovado é integralmente subscrito nesta data pela Companhia Boa Viagem Participações S.A. O montante de R$ 110.000, foi totalmente integralizado ao longo do exercício de 2018 em duas parcelas iguais de R$ 55.000 em março e setembro.

A composição acionária na base de capital social é:

| | 31/12/2018 | Capital volante (%) | 31/12/2017 | Capital volante (%) |
|---|---|---|---|---|
| Grajaú Participações Ltda | 2.336.033 | 22,60% | 2.336.033 | 65% |
| Boa Viagem Participações | 3.584.912 | 34,68% | - | - |
| Everest Brasil Partners I | 3.283.668 | 31,77% | - | - |
| José Leonardo Pereira da Costa | 566.039 | 5,48% | 628.932 | 18% |
| Nelson Lins de Araújo Netto | 566.039 | 5,48% | 628.932 | 18% |
| | **10.336.691** | **100%** | **3.593.897** | **100%** |

**b. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo anual de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, observadas as regras do acordo de acionistas. Em função do prejuízo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve distribuição de dividendos.

**c. Reserva legal**

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em função do prejuízo não houve constituição de reservas.

**d. Resultado por ação**

**Resultado básico e diluído por ação**

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo líquido atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O Grupo não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

| Resultado básico | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| Prejúizo atribuível aos acionistas | (5.359) | (10.931) |
| Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada | 9.442 | 3.594 |
| **Resultado básico e diluído por ação - Em reais** | **(0,568)** | **(3,042)** |

## Resultado diluído por ação

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: 1) Em 31 de dezembro de 2018, são consideradas as opções de compra de ações, para as quais é realizado cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

| Resultado diluído por ação | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| Prejuízo atribuível aos acionistas | (5.359) | (10.931) |
| Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada | 9.442 | 3.594 |
| Ajustes de opções de compra de ações (em milhares) | 126 | 0 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para resultado diluído por ação | 9.568 | 3.594 |
| **Resultado diluído por ação - Em reais** | **(0,560)** | **(3,042)** |

## 13. Receita operacional líquida

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Receita com mensalidades | 69.342 | 37.699 | 59.815 | 26.912 |
| Receita com anuidades | 7.718 | 3.730 | 6.609 | 2.503 |
| Receita com matriculas | 2.118 | 1.639 | 1.891 | 1.315 |
| (-) PIS s/ Receitas | (1.308) | (711) | (1.129) | (507) |
| (-) COFINS s/ Receitas | (6.025) | (3.282) | (5.198) | (2.341) |
| (-) ISS s/ Receitas | (3.964) | (2.158) | (3.420) | (1.539) |
| (-) Serviços cancelados | - | - | - | - |
| **Receita líquida de serviços** | **67.881** | **36.917** | **58.568** | **26.343** |

## 14. Custos dos serviços prestados, despesas administrativas e outras despesas operacionais

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Despesas com pessoal | (22.263) | (20.393) | (20.233) | (17.842) |
| Despesas com ocupação e utilidades | (18.381) | (6.908) | (15.699) | (3.994) |
| Depreciações e amortizações | (9.854) | (4.463) | (8.424) | (3.164) |
| Serviço de apoio operacional | (13.944) | (6.276) | (13.061) | (5.998) |
| Uso e consumo | (4.770) | (1.559) | (4.165) | (1.001) |
| Abertura de novas unidades | (2.150) | (1.053) | (2.074) | (978) |
| Provisões | (159) | - | (159) | - |
| Rateio de despesas corporativas | 37 | - | 1.085 | 1.904 |
| Outras receitas (despesas) | (1.516) | (3.970) | (1.154) | (927) |
| | **(73.000)** | **(44.622)** | **(63.884)** | **(32.000)** |
| | | | | |
| Custo dos serviços prestados | (56.972) | (31.142) | (48.970) | (22.907) |
| Gerais e administrativas | (16.735) | (10.870) | (16.734) | (11.002) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 707 | (2.610) | 1.820 | 1.909 |
| | **(73.000)** | **(44.622)** | **(63.884)** | **(32.000)** |

## 15. Resultado financeiro

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| | | | | |
| **Receitas financeiras** | **3.941** | **1.346** | **3.840** | **1.280** |
| Rendimento de aplicações financeiras | 3.606 | 1.223 | 3.591 | 1.180 |
| Descontos obtidos | 335 | 123 | 249 | 100 |
| | | | | |
| **Despesas financeiras** | **(4.536)** | **(4.906)** | **(4.187)** | **(4.780)** |
| Juros passivos | (2.935) | (4.530) | (2.793) | (4.047) |
| Outras despesas financeiras | (1.601) | (376) | (1.394) | (733) |
| | | | | |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(595)** | **(3.560)** | **(347)** | **(3.500)** |

## 16. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), o qual é aprovado pela Administração.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes a estes ativos e passivos da Companhia reconhecidos no balanço patrimonial aproximam-se dos seus valores de mercado.

## 17. Gestão de risco financeiro

O Grupo pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo aos riscos mencionados, os objetivos do Grupo, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

### I) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Companhia e suas controladas tem como principal atividade a prestação de serviços relacionados atividades de condicionamento físico.

As operações do Grupo são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por cartão de crédito. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial do Grupo

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários o Grupo possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, o Grupo realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa do Grupo é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco; e

**II) Risco de liquidez**

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz do Grupo é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, o Grupo busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 de dezembro de 2018 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 23.732 | 23.732 | 13.743 | 4.958 | 2.815 | 2.216 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 33.066 | 41.376 | 3.315 | 6.096 | 9.604 | 22.361 |
| | 56.798 | 65.108 | 17.058 | 11.054 | 12.419 | 24.577 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 de dezembro de 2017 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
| Fornecedores | 8.632 | 8.632 | 7.337 | 1.295 | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 50.979 | 59.772 | 1.525 | 12.630 | 13.652 | 31.965 |
| | 59.611 | 68.404 | 8.862 | 13.925 | 13.652 | 31.965 |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 de dezembro de 2018 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 23.149 | 23.149 | 15.436 | 2.682 | 2.815 | 2.216 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 32.649 | 40.644 | 3.093 | 5.725 | 9.465 | 22.361 |
| | 55.798 | 63.793 | 18.529 | 8.407 | 12.280 | 24.577 |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 de dezembro de 2017 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 7.671 | 7.671 | 4.744 | 824 | 2.103 | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 49.106 | 57.386 | 905 | 11.875 | 12.781 | 31.825 |
| | 56.777 | 65.057 | 5.649 | 12.699 | 14.884 | 31.825 |

## III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em risco de taxa de juros e risco de valor justo.

### a) Risco de taxa de juros

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Instrumentos financeiros de taxa juros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 17.495 | 9.743 | 17.268 | 9.480 |
| Ativos financeiros | 17.495 | 9.743 | 17.268 | 9.480 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (33.066) | (50.979) | (32.649) | (49.106) |
| Passivos financeiros | (33.066) | (50.979) | (32.649) | (49.106) |
| | (15.571) | (41.236) | (15.381) | (39.626) |

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota 4.

**Análise de sensibilidade de taxa de juros**

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, o Grupo deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo esteja exposto na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

**Ativos financeiros**

Os títulos e valores mobiliários estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

**Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)**

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório focus. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração do Grupo e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2019, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

| Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 17.495 | 18.618 | 18.899 | 19.180 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (33.066) | (35.189) | (35.720) | (36.250) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | (1.000) | (1.250) | (1.499) |

| Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 17.268 | 18.377 | 18.654 | 18.931 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (33.066) | (35.189) | (35.720) | (36.250) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | (1.014) | (1.268) | (1.521) |

| | 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|---|
| Indexador | Cenário I Provável | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
| CDI | 6,42% | 8,03% | 9,63% |

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices até 31 de dezembro de 2019 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

**b) Determinação do valor justo**

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

**Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O Grupo não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 instrumentos financeiros de nível 1, 2 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**Critérios e premissas utilizadas no cálculo do valor justo**

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo foram apurados conforme descrito abaixo. O Grupo não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**IV) Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018, 2017 e podem ser assim sumarizados.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Dívida (a) | (33.066) | (50.979) | (32.649) | (49.106) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 90.866 | 11.237 | 90.133 | 10.602 |
| **Dívida líquida** | **57.800** | **(39.742)** | **57.484** | **(38.504)** |
| Patrimônio líquido (b) | 158.113 | 14.903 | 158.113 | 14.903 |
| Índice de endividamento líqui | 0% | 267% | 0% | 258% |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures classificados no circulante e não circulante, conforme detalhado nas Nota 12 respectivamente.

O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

## 18. Partes relacionadas

Consolidado

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|---|---|---|---|---|
| Parte relacionada | Passivo | | | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| N e A Academia de Ginástica Ltda | (22) | - | **(15)** | (1) |
| RN Academia | - | - | - | |
| Deskart BNDES | - | - | - | (1) |
| Sócios fundadores | - | - | - | (480) |
| Total | - | - | (15) | (482) |

Controladora

| Parte relacionada | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo |
| | Circulante | Não circulante | Não circulante |
| Academia Inteligente Ltda - Iguatemi | 115 | - | - |
| Sócios fundadores | - | - | - |
| Academia Inteligente Ltda | - | 602 | - |
| Academia Automação Ltda | - | 189 | - |
| Academia Inteligente Ltda Epp | - | 1.006 | - |
| Academia Autonomia Ltda | - | - | - |
| AFAC (i) | - | 433 | - |
| Reembolso de despesas ADM - CSC | - | 4.469 | (298) |
| Academia Inteligente Ltda - Paralela | | | |
| **Total** | **115** | **6.699** | **(298)** |

| Parte relacionada | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo |
| | Circulante | Não circulante | Circulante |
| Academia Inteligente Ltda - Iguatemi | - | | - |
| Sócios fundadores | - | - | (240) |
| Academia Inteligente Ltda | - | 2 | - |
| Academia Automação Ltda | - | - | - |
| Academia Inteligente Ltda Epp | - | 1.171 | - |
| Academia Autonomia Ltda | - | 2.182 | - |
| AFAC (i) | - | 1.080 | - |
| Reembolso de despesas ADM - CSC | - | 4.075 | - |
| Academia Inteligente Ltda - Paralela | - | - | - |
| | | | - |

A controlada da Academia Inteligente Ltda. possui contratos de mútuo com empresas ligadas não investidas da Self It Academias Holding S.A. As empresas ligadas, de propriedade dos acionistas não controladores, fizeram, no passado, a captação de recursos junto a instituições financeiras para reforma e abertura daquela unidade e repasse destes recursos por meio de contratos de mútuo. Cada contrato é periodicamente amortizado pela Controlada, sem qualquer aval ou garantia por parte da Self It Academias Holding S.A.

**(i)** A Companhia Academias possui AFAC com suas controladas Academias Automação e Academia Inteligente.

**Remuneração da Administração**

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2018 foram pagos R$ 767 (R$ 737 em 31 de dezembro de 2017) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração.

Programa de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui um "Programa de Incentivo de Longo Prazo", aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017 ("Programa"), que poderá ser oferecido aos administradores e empregados da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle a serem indicados e eleitos pelo Conselho de Administração ("Beneficiários").

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento de um prêmio em dinheiro atrelado à valorização das ações de emissão da Companhia a ser pago pela Companhia, condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, e, para tanto, a Companhia concederá aos Beneficiários direitos denominados "Unidades de Performance".
O Programa é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá, observadas as diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa.

A distribuição das Unidades de Performance dentre os Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios de avaliação adotados pela Companhia e mérito do Beneficiário.

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo mediante celebração com a Companhia de um Contrato de Concessão, através do qual o Conselho de Administração estabelecerá condições adicionais e individualizadas da concessão das Unidades de Performance para cada Beneficiário, respeitados os termos deste Programa.

Cada Unidade de Performance outorgada ao Beneficiário terá seu valor atrelado ao preço de uma ação de emissão da Companhia, razão pela qual atribuirá ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro ("Prêmio"), cujo montante será determinado de acordo com o cálculo previsto no Programa, o qual considerará a valorização da ação de emissão da Companhia no tempo, tendo como base, portanto, a variação do Valor Referencial da Unidade de Performance no tempo.

O valor referencial de cada Unidade de Performance ("Valor Referencial") será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia. A Unidade de Performance não confere ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Unidades de Performance outorgadas.

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Dessa forma, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio. Caso a operação matemática decorrente da fórmula prevista acima apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

As Unidades de Performance vestidas permanecerão em vigor por um prazo máximo de 20 (vinte) anos da Data de Concessão, sendo que caso não ocorra um Evento de Liquidez dentro de referido prazo, as Unidades de Performance serão consideradas automaticamente extintas, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, Prêmio ou qualquer benefício de qualquer natureza ("Prazo de Vigência").

Observados os prazos de carência, bem como as demais condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração e incluídas nos respectivos Contratos de Concessão, as Unidades de Performance serão vestidas, independentemente de qualquer pagamento em dinheiro, na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, a partir da data da concessão das Unidades de Performance até a ocorrência de um Evento de Liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha concedido 5 (cinco) contratos de concessão de Unidades de Performance, com Valor Referencial médio de R$31,80, dos quais, 5 (cinco) referem-se a executivos que estão ativos e continuam como membros do quadro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 278.701 unidades de performance vestidas observados os prazos de carência.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve efeitos contábeis a serem reconhecidos relativos a esse programa pois não houve variação positiva entre o valor referencial e o valor de avaliação da Companhia.

## 19. Provisões para contingências

A Companhia é parte integrante em processos de natureza civil, trabalhista e administrativos, cuja expectativa de perda provável estimada pelos seus consultores jurídicos foi provisionada, no montante de R$ 252 (R$ 81 em 2017) na controladora e R$ 412 (R$ 233 em 2017) no consolidado.

Adicionalmente, os processos avaliados pelos seus consultores jurídicos como de perda possível somam R$ R$ 551 (R$ 38 em 2017) na controladora e R$ 869 (R$ 94 em 2017) no consolidado.

Perdas prováveis

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Contingências cíveis | (172) | (180) | (82) | (73) |
| Contingências trabalhistas | (240) | (53) | (169) | (8) |
| Contingências tributárias | - | - | - | - |
| | (412) | (233) | (251) | (81) |

Perdas possíveis

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Contingências tributárias | | | | |
| Contingências trabalhistas | 348 | 29 | 252 | 32 |
| Contingências cíveis | 521 | 65 | 299 | 7 |
| | 869 | 94 | 551 | 39 |

## 20. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

| Abrangência | Companhia | Cobertura | Importância segurada | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| Riscos nomeados e operacionais | Self It Academias Holding S.A. | Principais equipamentos contra incêndio, danos elétricos e tumultos. | 73.406 | 18/10/2019 |

## 21. Informações por segmento

O Grupo desenvolve um único segmento operacional, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

As informações reportadas a Administração do Grupo (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração do Grupo avalia investimentos, gastos, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

## 22. Eventos subsequentes

### COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

A pandemia do COVID-19 gerou impactos relevantes de curto prazo nas empresas de academia de ginástica, como é o caso da Selfit. Na segunda quinzena de março de 2020, todas as unidades do Grupo foram fechadas temporariamente devido às restrições impostas pelas autoridades locais. As mesmas continuaram fechadas até que, em julho de 2020, iniciou-se um processo de abertura dessas lojas, de acordo com autorização de cada um dos estados e/ou municípios que o Grupo opera. Desde então, o Grupo tem operado de acordo com uma série de restrições quanto à (i) entrada e saída de clientes dentro de suas academias; (ii) disponibilidade de materiais de limpeza nos salões das unidades e (iii) sua capacidade de continuar com o plano agressivo de expansão que vinha ocorrendo até o começo de 2020.

Apesar das restrições limitarem consideravelmente a rentabilidade do Grupo no curto prazo, a Administração acredita que o efeito de curto prazo negativo trazido pela pandemia do COVID-19 está próximo de terminar. Com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica, ainda que de maneira gradual, o Grupo tem indícios (maturação de novas unidades, retomada dos níveis de matrícula históricos em praças que já estão mais avançadas no combate à pandemia), do reestabelecimento da demanda pelos serviços ofertados antes dessa crise.

Diante desse cenário o Grupo incorreu no prejuízo consolidado de R$70.687 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nessa data, o passivo circulante consolidado do Grupo excedeu o ativo circulante consolidado em R$31.741. O Grupo também apurou margem bruta consolidada negativa de R$23.307 e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R$2.882 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2021 começou com uma perspectiva de retomada para o Grupo. Após a primeira onda da pandemia, ainda em 2020, o Grupo iniciou o ano com todas as unidades operacionais, ainda que com uma série de restrições (limitação do número de clientes que poderiam treinar simultaneamente, proibição das aulas coletivas em diversas praças, necessidade de agendamento, dentre outros). No entanto, ao final do primeiro trimestre, com o avanço da segunda onda da pandemia no Brasil, o Grupo retrocedeu a retomada dos resultados que estavam acontecendo desde julho de 2020. O número de novas matrículas, por exemplo, caiu 55% quando comparado o mês de abril de 2021 com janeiro do mesmo ano. Para os meses subsequentes (maio e junho) o impacto da segunda onda foi ainda maior em comparação a primeira onda.

Apesar do primeiro semestre desafiador, a partir de julho de 2021, o Grupo começou a perceber uma melhora significativa em seus números: repetindo os números de novas matrículas de janeiro de 2020, o que é um feito ainda mais positivo quando considerado a sazonalidade do negócio (janeiro, por ser começo de ano e verão, tem historicamente muito mais matrículas que julho, um mês no auge do inverno brasileiro). Para o terceiro trimestre os resultados foram bastante promissores: recorde de matrículas no ano nos meses de agosto e setembro, crescimento de 4-6% ao mês desde então. Esse impacto positivo no faturamento, inclusive reestabeleceu a geração de caixa positiva do ponto de vista operacional, que deve se intensificar com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica nos 15 estados em que o Grupo opera.

A Administração da Grupo analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" dos seus ativos em 31 de dezembro de 2019. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

**Aumento de capital**

Em 06 de abril de 2021, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 77.000, do qual R$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, mediante a emissão de 2.421.388 (dois milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e trezentas e oitenta e oito ações) Ações Preferencias Classe A, nominativas e sem valor nominal.

**Aquisição de participação societária TN Empreendimentos Digitais Ltda. ("TN Empreendimentos")**

Em 09 de junho de 2021, o Grupo celebrou o contrato de Investimentos e Outras Avenças para aquisição de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da TN Empreendimentos, pelo preço de aquisição no montante de R$ 7.000, do qual será integralizado nas seguintes condições:

a) A primeira tranche, correspondente a R$3.500, será integralizada à vista na data de fechamento;
b) A segunda tranche, correspondente a R$3.500, será integralizada até o primeiro aniversário de 12 (doze) meses da data do fechamento.

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes**

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1.901, bairro Pina, CEP 51110-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.902.694/0001-95, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIRE 26.3.0002306-7 ("Companhia") declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Recife, 8 de dezembro de 2021.

**Fernando Duarte Menezes**
Diretor Presidente

**Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## ANEXO J FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Índice


## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 7

## 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições Não Contábeis 9

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17

3.7 - Nível de Endividamento 18

3.8 - Obrigações 19

3.9 - Outras Informações Relevantes 20

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 21

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 59

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 61

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 65

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 66

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 68

4.7 - Outras Contingências Relevantes 69

# Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 70

## 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 71

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 79

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 81

5.4 - Programa de Integridade 86

5.5 - Alterações significativas 90

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 91

## 6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 92

6.3 - Breve Histórico 93

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 95

6.6 - Outras Informações Relevantes 96

## 7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 97

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 107

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 108

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 109

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 128

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 129

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 132

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 133

7.8 - Políticas Socioambientais 134

7.9 - Outras Informações Relevantes 135

## 8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 136

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 137

# Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 138

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 139

## 9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 140

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 141

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 144

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 157

9.2 - Outras Informações Relevantes 159

## 10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 160

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 187

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 189

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 190

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 191

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 195

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 196

10.8 - Plano de Negócios 197

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 199

## 11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 200

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 201

## 12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 202

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 206

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 210

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 215

# Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 216

12.7/8 - Composição Dos Comitês 220

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 222

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 223

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 224

12.12 - Outras informações relevantes 225

**13. Remuneração Dos Administradores**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 227

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 234

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 238

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 240

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 244

13.6 - Opções em Aberto 245

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 246

13.8 - Precificação Das Ações/opções 247

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 249

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 250

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 251

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 253

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 254

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 255

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 256

13.16 - Outras Informações Relevantes 257

**14. Recursos Humanos**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 258

# Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 262

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 263

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 264

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 266

**15. Controle E Grupo Econômico**

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 267

15.3 - Distribuição de Capital 269

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 270

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 271

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 278

15.7 - Principais Operações Societárias 279

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 280

**16. Transações Partes Relacionadas**

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 281

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 283

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 284

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 286

**17. Capital Social**

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 287

17.2 - Aumentos do Capital Social 288

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 289

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 290

17.5 - Outras Informações Relevantes 291

**18. Valores Mobiliários**

18.1 - Direitos Das Ações 292

# Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 293

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 294

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 295

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 296

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 297

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 298

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 299

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 300

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 301

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 302

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 303

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 304

**19. Planos de Recompra/tesouraria**

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 305

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 306

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 307

**20. Política de Negociação**

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 308

20.2 - Outras Informações Relevantes 309

**21. Política de Divulgação**

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 310

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 313

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 316

21.4 - Outras Informações Relevantes 317

# 1.0 - Identificação dos responsáveis

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Fernando Duarte Menezes** |
| **Cargo do responsável** | Diretor Presidente |

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Vinícius Vilaça Bezerra Mendonça** |
| **Cargo do responsável** | Diretor de Relações com Investidores |

**DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**FERNANDO DUARTE MENEZES**, brasileiro, engenheiro, em união estável sob o regime de separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 37275858-7 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 910.954.333-34, com endereço profissional na Avenida Antônio de Góes, nº 275, Sala 1.901, Bairro Pina, CEP 51110-000, na qualidade de Diretor Presidente da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, Sala 1.901, Bairro Pina, CEP 51110-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 22.902.694/0001-95 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Fernando Duarte Menezes

**FERNANDO DUARTE MENEZES**
Diretor Presidente

**DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**VINÍCIUS VILAÇA BEZERRA MENDONÇA**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº 6.367.756 SDS/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 012.424.954-01, com endereço profissional na Avenida Antônio de Góes, nº 275, Sala 1.901, Bairro Pina, CEP 51110-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio de Góes, nº 275, Sala 1.901, Bairro Pina, CEP 51110-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.902.694/0001-95 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

**VINÍCIUS VILAÇA BEZERRA MENDONÇA**
Diretor de Relações com Investidores

## 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

**1.3 - Declaração e Identificação de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente, atestando que:**

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

## 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| | |
|---|---|
| **Possui auditor?** | SIM |
| **Código CVM** | 385-9 |
| **Tipo auditor** | Nacional |
| **Nome/Razão social** | Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. |
| **CPF/CNPJ** | 49.928.567/0001-11 |
| **Data Início** | 01/01/2020 |
| **Descrição do serviço contratado** | Os serviços contratados compreendem: (i) para o exercício de 2020, Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social a findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) para o exercício de 2021: (a) auditoria sobre a reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (b) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021; (c) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2021; (d) Revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas nos Formulários de Informações Trimestrais - ITR, referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021 e de 2020; e (v) emissão de cartas de “conforto” relacionadas com oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia. |
| **Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço** | O montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social é de R$ 94.500,00, referente aos serviços de auditoria elencados acima. |
| **Justificativa da substituição** | N/A |
| **Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor** | N/A |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|---|---|---|---|
| Jônatas José Medeiros de Barcelos | 01/01/2020 | 081.472.857-01 | Av. Rep. do Líbano, nº 251, Edifício Rio Mar Trade Center, Sala 2801, 28º andar, Bairro do Pina, Recife, PE, Brasil, CEP 51110-160, Telefone (81) 34648100, e-mail: jbarcelos@deloitte.com |

| | |
|---|---|
| **Possui auditor?** | SIM |
| **Código CVM** | 1032-4 |
| **Tipo auditor** | Nacional |
| **Nome/Razão social** | BDO RCS Auditores Independentes SS |
| **CPF/CNPJ** | 54.276.936/0001-79 |
| **Data Início** | 01/11/2021 |
| **Descrição do serviço contratado** | Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018; e (ii) emissão de cartas de “conforto” relacionadas com a oferta pública de ações de emissão da Companhia. |
| **Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço** | O montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social é de R$ 838.595,00, referente aos serviços de auditoria elencados acima. |
| **Justificativa da substituição** | Implementação de boas práticas de governança. |
| **Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor** | N/A |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|---|---|---|---|
| Jairo da Rocha Soares | 01/11/2021 | 880.740.218-15 | Av. Rep. do Líbano 251, Empresarial Rio Mar Trade Center, Torre 01 - Sala 2705, Bairro do Pina, Recife, PE, Brasil, CEP 51110-160, Telefone (11) 38485880, e-mail: jairo.soares@bdo.com.br |

## 2.3 - Outras Informações Relevantes

### 2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes que a Companhia julga e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 3.1 - Informações Financeiras

| (Reais) | Últ. Inf. Contábil (30/09/2021) | Exercício social (31/12/2020) | Exercício social (31/12/2019) | Exercício social (31/12/2018) |
|---|---|---|---|---|
| Patrimônio Líquido | 114.844.000,00 | 73.586.000,00 | 134.089.000,00 | 157.735.000,00 |
| Ativo Total | 437.348.000,00 | 384.708.000,00 | 454.700.000,00 | 221.857.000,00 |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 68.113.000,00 | 86.859.000,00 | 121.254.000,00 | 67.881.000,00 |
| Resultado Bruto | -11.805.000,00 | -13.119.000,00 | 21.849.000,00 | 10.909.000,00 |
| Resultado Líquido | -43.820.000,00 | -60.503.000,00 | -23.646.000,00 | -5.731.000,00 |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 12.758.079 | 10.336.691 | 10.336.691 | 10.336.691 |
| Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade) | 9,001669 | 7,118913 | 12,972140 | 15,259719 |
| Resultado Básico por Ação | -3,673000 | -5,878000 | -2,238000 | -0,568000 |
| Resultado Diluído por Ação | -3,67 | -5,88 | -2,24 | -0,57 |

# 3.2 - Medições Não Contábeis

### 3.2 - Medições não contábeis

**(a) Informar o valor das medições não contábeis**

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 as seguintes medições não contábeis:

| (Em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|
| EBITDA | 7.980 | 4.486 | 26.008 | 4.409 |
| Margem EBITDA | 11,7% | 5,2% | 21,4% | 6,5% |
| EBITDA Ajustado | (12.348) | (18.868) | 9.295 | 4.409 |
| Margem EBITDA Ajustado | (18,1%) | (21,7%) | 7,7% | 6,5% |
| EBITDA Ajustado recorrente | (9.690) | (12.829) | 26.270 | 9.001 |
| Margem EBITDA Ajustado recorrente | (14,2%) | (14,8%) | 21,1% | 13,3% |
| Dívida Líquida | 73.228 | 104.902 | 44.714 | (57.800) |

**EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527") e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado (acrescido) pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e por depreciação e amortização ("EBITDA"). A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida de vendas ("Margem EBITDA").

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") não são auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional da Companhia e, portanto, não são substitutos do fluxo de caixa, de indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

**EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado e EBITIDA recorrente e Margem EBITDA Ajustado recorrente**

O "EBITDA Ajustado" e "EBITDA Ajustado recorrente" correspondem ao lucro líquido ou prejuízo do exercício ou do período ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização ("EBTIDA") e pelo pagamento de arrendamento mercantil e remensuração/Cancelamento/Descontos de arrendamento.

## 3.2 - Medições Não Contábeis

Além disso, para fins de encontrar o valor do EBITDA Ajustado recorrente, é efetuada a reconciliação eliminando as despesas com abertura de lojas novas (limitados aos seis primeiros meses de operação), despesas com lojas que foram fechadas devido a pandemia do Covid-19 a partir do 2º semestre de 2020, as despesas de natureza não recorrente, que incluem custos relacionados a emissão de dívida e consultorias para projetos específicos de reestruturação, e créditos de PIS e COFINS sobre o imobilizado.

A "Margem EBITDA Ajustado" e "Margem EBITDA Ajustado recorrente" consistem no resultado da divisão do "EBITDA Ajustado" e "EBITDA Ajustado recorrente" supracitados pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

O EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) , não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional da Companhia e, portanto, não são substitutos do fluxo de caixa, de indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e O EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente funcionam como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente não consideram certos custos intrínsecos aos negócios

**Dívida Líquida**

A "Dívida Líquida" corresponde ao somatório dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante), subtraído do Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

A Dívida Líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Companhia.

A Dívida Líquida não representa endividamento nas datas indicadas e não é indicador de nossa condição financeira ou da nossa capacidade de liquidar a nossa dívida. Essa medida apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia utiliza a Dívida Líquida como medida de liquidez para efeito gerencial e para comparação com companhias similares.

## 3.2 - Medições Não Contábeis

**(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**EBITDA e Margem EBITDA**

| (Em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | 30/09/2020 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Prejuízo do período/exercício | (43.820) | (39.839) | (60.503) | (23.646) | (5.731) |
| (+) Resultado financeiro, líquido | 15.687 | 13.352 | 18.630 | 16.765 | 595 |
| (+) Imposto de renda e contribuição social | - | - | - | - | 17 |
| (+) Depreciação e amortização | 36.113 | 34.515 | 46.359 | 32.889 | 9.528 |
| **EBITDA** | **7.980** | **8.028** | **4.486** | **26.008** | **4.409** |
| Receita operacional líquida | 68.113 | 60.586 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |
| **Margem EBITDA** | **11,7%** | **13,3%** | **5,2%** | **21,4%** | **6,5%** |

**EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

| (Em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | 30/09/2020 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| **EBITDA** | **7.980** | **8.028** | **4.486** | **26.008** | **4.409** |
| (-) Pagamento de arrendamento mercantil | (16.689) | (11.405) | (15.207) | (16.713) | - |
| (-) Remensuração/Cancelamento/Descontos de arrendamento | (3.639) | (6.088) | (8.147) | - | - |
| **EBITDA Ajustado** | **(12.348)** | **(9.465)** | **(18.868)** | **9.295** | **4.409** |
| Receita operacional líquida | 68.113 | 60.586 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |
| **Margem EBITDA Ajustado** | **(18,1%)** | **(15,6%)** | **(21,7%)** | **7,7%** | **6,5%** |

**EBITDA Ajustado recorrente e Margem EBITDA Ajustado recorrente**

| (Em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | 30/09/2020 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| **EBITDA Ajustado** | **(12.348)** | **(9.465)** | **(18.868)** | **9.295** | **4.409** |
| (+) Despesas com abertura de lojas fechadas/novas | 1.397 | 105 | 105 | - | - |
| (+) Prejuízo de novas lojas | 179 | 2.744 | 4.302 | 6.400 | 2.188 |
| (+) Despesas de natureza não recorrente | - | - | - | 5.737 | - |
| (+) Crédito de PIS e COFINS | 1.082 | 1.284 | 1.632 | 4.147 | 2.404 |
| **EBITDA Ajustado recorrente** | **(9.690)** | **(5.332)** | **(12.829)** | **26.270** | **9.001** |
| Receita operacional líquida | 68.113 | 60.586 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |
| **Margem EBITDA Ajustado recorrente** | **(14,2%)** | **(8,8%)** | **(14,8%)** | **21,1%** | **13,3%** |

## 3.2 - Medições Não Contábeis

**Dívida Líquida**

| (Em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante) | 136.101 | 128.854 | 137.050 | 33.066 |
| (+) Caixa e equivalentes de caixa | -56.544 | 23.952 | 63.144 | 90.866 |
| (+) Aplicações financeiras | -6.329 | - | 29.192 | - |
| **Dívida Líquida** | **73.228** | **104.902** | **44.714** | **(57.800)** |

**(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia como medidas de desempenho operacional, motivo pelo qual a administração entende ser importante sua inclusão neste Formulário.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente funcionam como indicadores da capacidade da Companhia de produzir resultados operacionais independentemente (i) da forma através da qual os negócios da Companhia são financiados, (ii) do ambiente e estrutura fiscal aos quais o negócio está sujeito, e (iii) das necessidades de reinvestimento do negócio. Desse modo, além de outras coisas, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização. Tais medições também permitem uma melhor comparação do desempenho financeiro da Companhia com o de outras empresas do mesmo segmento, ainda que em outros países e mesmo que estas outras empresas possam não usar a mesma definição do indicador. O EBITDA Ajustado aprimora o EBITDA como uma medida prática de aferição do desempenho da Companhia, e considera os pagamentos de direito de uso de imóveis, que possuem impacto no caixa. Enquanto o EBITDA Ajustado recorrente aprimora o EBITDA Ajustado como medida para verificar o desempenho da companhia excluindo efeitos despesas não recorrentes do negócio.

A Dívida Líquida é, na visão da Companhia, a medida mais adequada para medição da sua alavancagem. Desta forma, a dívida da Companhia deve ser analisada líquida do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras. Para mais informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

# 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

### 3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 8 de dezembro de 2021.

# 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Regras sobre retenção de lucros** | Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que: (i) até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Após a destinação do lucro líquido do exercício para a reserva legal e para o dividendo mínimo obrigatório, o saldo remanescente será destinado à formação de uma reserva para investimentos, salvo se determinado de outra forma pela assembleia geral de acionistas, com base na proposta do Conselho de Administração. A reserva de investimentos não excederá 95% do valor do capital social da Companhia. | Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que: (i) até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Após a destinação do lucro líquido do exercício para a reserva legal e para o dividendo mínimo obrigatório, o saldo remanescente será destinado à formação de uma reserva para investimentos, salvo se determinado de outra forma pela assembleia geral de acionistas, com base na proposta do Conselho de Administração. A reserva de investimentos não excederá 95% do valor do capital social da Companhia. | Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que: (i) até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Após a destinação do lucro líquido do exercício para a reserva legal e para o dividendo mínimo obrigatório, o saldo remanescente será destinado à formação de uma reserva para investimentos, salvo se determinado de outra forma pela assembleia geral de acionistas, com base na proposta do Conselho de Administração. A reserva de investimentos não excederá 95% do valor do capital social da Companhia. |
| **Regras sobre distribuição de dividendos** | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. |
| **Periodicidade das distribuições de dividendos** | A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. | A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. | A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. |

## 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais** | Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia possui em seus instrumentos financeiros restrição de (i) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro contratual ou estatutariamente prevista, acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido por lei ou por seu contrato ou estatuto social em vigor; e (ii) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros acima de 25% do lucro líquido de cada exercício, exceto se de outra forma aprovado por Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia. Para mais informações sobre as debêntures da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência. | Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia possui em seus instrumentos financeiros restrição de (i) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro contratual ou estatutariamente prevista, acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido por lei ou por seu contrato ou estatuto social em vigor; e (ii) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros acima de 25% do lucro líquido de cada exercício, exceto se de outra forma aprovado por Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia. Para mais informações sobre as debêntures da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência. | Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. |
| **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado** | A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. | A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. | A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. |

## 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, pois não houve distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido da Companhia nos três últimos exercícios sociais visto que a Companhia registrou prejuízo nos períodos mencionados.

# 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

## 3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social | Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|---|---|---|---|---|
| **30/09/2021** | 322.504.000,00 | Índice de Endividamento | 2,80819200 | |
| **31/12/2020** | 311.122.000,00 | Índice de Endividamento | 4,22800500 | |

## 3.8 - Obrigações

| Últ. Inf. Contábil (30/09/2021) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Financiamento | Garantia Real | | 984,00 | 265,00 | 0,00 | 0,00 | 1.249,00 |
| Empréstimo | Garantia Real | | 32.342,00 | 38.311,00 | 80.842,00 | 0,00 | 151.495,00 |
| Total | | | 33.326,00 | 38.576,00 | 80.842,00 | 0,00 | 152.744,00 |

**Observação**

As informações referem-se às informações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e os saldos apresentados referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos, incluindo pagamento de juros estimados (circulante e não circulante). Foram utilizados os seguintes critérios para a classificação das obrigações da Companhia: (i) Empréstimo com garantia real: todas obrigações garantidas por algum tipo de ativo da Companhia: cessão fiduciária de recebíveis de cartão de crédito ou ativos imobilizados (equipamentos, caixa, carta fiança e imóveis); (i) Financiamento com garantia real: referem-se principalmente a arrendamento operacional de equipamentos.

| Exercício social (31/12/2020) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Empréstimo | Garantia Real | | 11.951,00 | 45.613,00 | 105.286,00 | 0,00 | 162.850,00 |
| Total | | | 11.951,00 | 45.613,00 | 105.286,00 | 0,00 | 162.850,00 |

**Observação**

As informações referem-se às informações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e os saldos apresentados referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos, incluindo pagamento de juros estimados (circulante e não circulante). Foram utilizados os seguintes critérios para a classificação das obrigações da Companhia: (i) Empréstimo com garantia real: todas obrigações garantidas por algum tipo de ativo da Companhia: cessão fiduciária de recebíveis de cartão de crédito ou ativos imobilizados (equipamentos, caixa, carta fiança e imóveis); (i) Financiamento com garantia real: referem-se principalmente a arrendamento operacional de equipamentos

# 3.9 - Outras Informações Relevantes

### 3.9 - Outras informações relevantes

**Cross-Default**

Os contratos financeiros descritos no item 3.8 acima possuem cláusulas de vencimento cruzado (cross-default) com outros instrumentos financeiros da Companhia, em caso de inadimplemento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de qualquer subsidiária relevante, no mercado local ou internacional. Para mais informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

**COVID-19**

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) ("COVID-19"), devido à propagação da doença em diversos continentes, o que estimulou os governos a criarem medidas para contenção da contaminação pelo vírus. No Brasil, medidas como isolamento social foram utilizadas, o que gerou impacto na economia e, em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia, em março de 2020, tomou a decisão de fechar temporariamente todas as suas academias. Tal medida foi aplicada até junho de 2020, quando se iniciou um processo gradual de reabertura em linha com as recomendações dos órgãos públicos locais onde a Companhia opera. Entre fevereiro e abril de 2021, a Companhia fechou novamente suas unidades, conforme as orientações regionais dos órgãos competentes, sendo que, no final de abril, todas as unidades de academia da Companhia já haviam sido reabertas. Durante a pandemia, a Companhia efetuou um rígido controle de custos e despesas, buscou renegociação dos contratos de aluguéis e revisou pagamentos e folha salarial. Cobrimos os principais riscos mapeados neste Formulário de Referência no item "4.1 - Descrição dos fatores de risco" e, de forma mais detalhada, no item "10.9 - Outros fatores com influência relevante".

Além das informações acima prestadas, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 3.

# 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**4.1 - Descrições dos fatores de risco**

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, reputação, e/ou liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem lhe afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão lhe afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar, ou ter, ou causará, ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

**(a) Riscos relacionados à Companhia**

***A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19) teve e pode continuar a ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia***.

A declaração da pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui academias, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, academias, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos, medidas essas que influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais (incluindo *lockdown* em algumas localidades), em março de 2020, a administração da Companhia fechou temporariamente, por tempo indeterminado, todas as suas academias, as quais, ainda que reabertas em 2020, parte delas foram novamente fechadas no início de 2021, em algumas localidades, em virtude da nova onda de contaminações, o que impactou de maneira adversa os resultados da Companhia. A Companhia não pode garantir que as academias que voltaram a operar não serão novamente fechadas em razão da pandemia da COVID-19, nem que a Companhia não será obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

As academias reabertas adotaram um protocolo de operação com base em normas e/ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais locais, com restrições à operação que podem incluir, de acordo com a localidade, horário de funcionamento reduzido, número máximo de usuários simultâneos e de usuários em determinadas atividades, entre outras limitações. Tais restrições podem ter um efeito adverso na atratividade dos serviços oferecidos pela Companhia. A Companhia não pode garantir quando as academias voltarão a operar sem restrições relacionadas à pandemia, nem que a Companhia não será obrigada a adotar restrições adicionais na operação em razão da mencionada pandemia

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em menor atividade comercial, durante e até mesmo depois da pandemia da COVID-19, além do receio dos clientes de adoecerem ou de frequentarem academias, o que tem potencial para diminuir a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia. Como resultado, a pandemia provocada pelo novo coronavírus poderá afetar negativamente as receitas e lucros da Companhia.

Caso a pandemia da COVID-19 volte a se agravar ou novas ondas da doença se disseminem globalmente, e em particular pelo Brasil, a Companhia pode enfrentar novamente a obrigação de fechamento de espaços públicos e outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as suas academias, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Nesse caso, a Companhia não pode garantir que as providências que têm tomado e que deverá tomar serão suficientes para impedir um impacto negativo em seus negócios.

Após o fim da pandemia da COVID-19, a Companhia e suas controladas poderão continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil que ocorreu ou possa vir a ocorrer.

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, devido às obrigações de adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Ainda, há o risco de sua responsabilização por eventual reconhecimento de doença ocupacional. Contudo, por ser um risco epidemiológico, a Companhia não pode assegurar que seus empregados não sejam contaminados, afetando as operações da Companhia.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos aqui discutidos neste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

***A Companhia pode vir a enfrentar dificuldades na abertura e no desenvolvimento das suas unidades.***

O crescimento da Companhia está diretamente ligado à sua capacidade de abrir novas unidades, desenvolver as unidades existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios com sucesso. A sua capacidade de abrir novas unidades e desenvolver as unidades existentes com êxito depende de vários fatores. Esses fatores incluem, entre outros, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamento em termos aceitáveis, além da sua capacidade de identificar locais apropriados para novas unidades, o que envolve a coleta e análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para os seus serviços nos locais relevantes, bem como a aquisição de pontos comerciais ou a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis e a execução de obras civis de adequação do imóvel em questão. A incapacidade da Companhia de cumprir de forma efetiva todos os fatores necessários para a abertura de novas unidades e desenvolvimento das unidades existentes pode limitar seu crescimento e a rentabilidade de suas unidades, e ocasionar um efeito adverso em suas operações.

A legislação referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, podem vir a restringir a destinação, construção ou revitalização dos imóveis em que a Companhia deseja operar ou opera suas academias. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as suas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de suas unidades existentes ou de unidades em processo de construção ou planejamento, podem afetar negativamente a capacidade da Companhia de abrir novas unidades ou renovar, relocalizar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possui operações e, consequentemente, afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Além disso, se os clientes nos mercados em que a Companhia tiver a possibilidade de expandir ou construir unidades com um eventual novo formato não forem receptivos aos seus conceitos ou, de outra forma, não forem receptivos à sua presença, a Companhia poderá sofrer efeitos adversos relevantes.

***Se a Companhia não conseguir atrair, desenvolver e reter colaboradores compromissados com a sua cultura e suas marcas, suas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas orientadas por resultados estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair, desenvolver e reter colaboradores compromissados com sua cultura e suas marcas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, o que pode afetar adversamente seus negócios.

Na medida em que, dentre outros fatores, a Companhia expande seus negócios para diferentes localidades no Brasil, pode ser incapaz de identificar, contratar, desenvolver e manter trabalhando com ela um número suficiente de colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas, os quais estejam compromissados com sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar na redução da qualidade de atendimento ao cliente, e consequentemente em um enfraquecimento das suas marcas. A Companhia entende que a manutenção de sua cultura organizacional e as suas marcas são cruciais para seus planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e a imagem positiva de suas marcas pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia pode não ser capaz de administrar seu crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.***

Para administrar o crescimento de suas atividades em mercados atuais ou em novos mercados de forma efetiva e integrada, a Companhia deve implementar, gerir e aprimorar a expansão dos sistemas operacionais, procedimentos, processos e controles internos de forma oportuna e eficaz. Caso a Companhia não implemente de forma oportuna e eficaz, poderá não ser capaz de operar seus negócios de forma efetiva, manter seus clientes ou funcionários e/ou realizar negócios.

Ademais, a Companhia não pode assegurar que estima, qualitativa ou quantitativamente, de forma correta, os custos e riscos associados à sua expansão, ou que os seus sistemas, procedimentos, processos de negócios e controles gerenciais são e serão suficientes para suportar suas operações atuais ou a expansão de suas operações, incluindo a expansão para novos países e novos segmentos do mercado de atuação.

Caso a Companhia não seja capaz de gerenciar com sucesso seu processo de expansão, ou de manter ou aumentar seus níveis de crescimento, seus negócios, resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

***Pode haver impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais e/ou não celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições satisfatórias. Ademais, a Companhia pode vir a pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às unidades que decidir fechar.***

Em 30 de setembro de 2021, todos os imóveis em que se localizam as academias da Companhia eram alugados, sublocados ou ocupados por meio de permissão, concessão e/ou cessão de uso. Todos os contratos de locação foram firmados com terceiros que não são partes relacionadas a Companhia. Os contratos que regulam a ocupação de nossas unidades têm prazos que variam entre 5 e 10 anos da respectiva assinatura, podendo ser renovados amigavelmente ou, compulsoriamente por meio de ação judicial renovatória. A Companhia não pode assegurar que conseguirá alugar todos os imóveis nos quais tem interesse, renovar todos os seus contratos de locação ou celebrar novos contratos de locação em condições satisfatórias. Dado que a localização dos imóveis da Companhia representa um fator importante de sua estratégia de negócios, caso uma quantidade significativa de locações já contratadas não seja renovada ou caso novos contratos de locação não sejam celebrados em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia decida fechar suas unidades, por qualquer motivo, poderá ter que pagar multas contratuais pela rescisão de contratos de locação, o que poderá afetar adversamente seus negócios.

No caso das sublocações, caso o contrato de locação que originou a sublocação venha a ser rescindido, a sublocação será automaticamente rescindida e a Companhia poderá ser obrigada a desocupar o imóvel.

Ademais, a Companhia apenas registra e averba parte de seus contratos de locação nas matrículas dos imóveis. No que tange os contratos não registrados ou averbados nas respectivas matrículas imobiliárias, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender a terceiros os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, a Companhia não poderá opor aos compradores a manutenção da vigência de nossos contratos, bem como não terá o direito de adjudicar judicialmente o imóvel no caso do comprador aliená-lo a terceiros e não respeitar nosso direito de preferência, que poderá afetar adversamente a ***Companhia.***

Parte dos contratos de sublocação firmados pela Companhia não possuem cláusula de direito de preferência para aquisição do imóvel no caso de eventual venda, promessa de venda ou cessão do imóvel locado. Desse modo, a Companhia pode não ser capaz de garantir que o contrato de locação a ser eventualmente firmado com o novo proprietário tenha os mesmos termos de condições do

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contrato atualmente vigente ou, ainda, garantir que um novo contrato de locação será celebrado com o novo proprietário, o que pode impactar os negócios da Companhia.

***Falhas em administrar adequadamente sua alavancagem financeira, inclusive através do não cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) em contratos que regem o seu endividamento, podem afetar adversamente a capacidade da Companhia em operar seu negócio.***

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia registrou R$136,1 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures (curto e longo prazo). Os contratos de certas dívidas da Companhia contêm, e outros instrumentos de dívida futuros poderão conter, diversas disposições que limitam a capacidade da Companhia, entre outros fatores, de contrair mais dívidas, exceder certos índices financeiros, bem como pagar dividendos e realizar outras distribuições a seus acionistas (*covenants*). Essas restrições podem limitar a flexibilidade da Companhia em operar seu negócio. Além disso, qualquer violação a essas e a outras disposições de seus contratos financeiros pode resultar em evento de inadimplemento ou em vencimento antecipado de suas dívidas, caso em que os credores podem exercer direitos ou remédios, tais como execução das garantias e avais das dívidas, ou compensação com valores da Companhia disponíveis nas instituições financeiras credoras, observadas as disposições dos referidos contratos financeiros e da lei aplicável. O inadimplemento ou vencimento antecipado de uma dívida pode resultar em inadimplemento ou vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia que contiverem disposições nesse sentido nos referidos contratos financeiros (*cross-default* e *cross-acceleration*). Todos esses fatores podem afetar adversamente a capacidade da Companhia em operar seu negócio.

A Companhia pode contrair outras dívidas no futuro para financiar aquisições, investimentos ou outras finalidades, assim como para conduzir suas operações, sujeitando-se às restrições aplicáveis à dívida existente. Além disso, se a Companhia contrair mais dívidas, os riscos associados à sua alavancagem podem aumentar, e, caso seja incapaz de manter os índices financeiros especificados ou cumprir outras disposições específicas, seus credores podem exigir o vencimento antecipado de seus créditos, o que geraria um impacto relevante e adverso nos negócios, resultados operacionais e na condição financeira da Companhia. Os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para amortizar integralmente as dívidas da Companhia em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado dos instrumentos aqui mencionados. Ademais, as limitações para contrair dívidas podem afetar a capacidade da Companhia de contrair novos empréstimos ou obter financiamentos necessários para suas atividades, o que poderia resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Para mais informações sobre os *covenants* da Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

***A abertura de novas academias perto das academias existentes da Companhia, tanto por concorrentes quanto pela própria Companhia, pode impactar negativamente seus níveis médios de associação por academia e seus resultados operacionais.***

Os concorrentes da Companhia, incluindo operadores de academias de baixo custo, podem abrir academias concorrentes perto das academias da Companhia já existentes. Se a Companhia não for capaz de reter com sucesso seus clientes ou atrair novos clientes nessas áreas, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser afetados de maneira material e adversa. Além disso, se a Companhia abrir novas academias próximas às suas academias existentes, conforme sua estratégia de crescimento, essas novas academias poderão competir por clientes com suas academias existentes e atrair alguns destes clientes, por exemplo, como resultado da proximidade da nova academia com a residência ou local de trabalho de tais clientes, o que pode impactar em um menor número de clientes por academia, afetando material e adversamente a receita média por academia e os resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia pode não ser capaz de operar e concorrer eficientemente em novos mercados relacionados ao ecossistema fitness no qual opera, o que poderá impactar os resultados financeiros da Companhia de forma adversa.***

Parte da estratégia da Companhia é passar a atuar em mercados relacionados ao ecossistema fitness no qual opera, e o sucesso da Companhia nesses mercados dependerá de sua capacidade de se adaptar aos diferentes ramos de negócio, oferecendo produtos direcionados para a demanda dos clientes específicos de cada ramo. A Companhia, ainda, poderá ter dificuldades para executar sua operação de forma sustentável nesses mercados, dada a dependência de parceiros para estruturação e obtenção de financiamento de suas operações.

Caso esses fatores se materializem, somado ao cenário socioeconômico atual provocado pelo coronavírus, os investimentos realizados nesse segmento poderão não obter o retorno esperado, o que poderá impactar os resultados financeiros da Companhia de forma adversa.

***A Companhia pode não ser capaz de operar e concorrer eficientemente em localidades distintas das que já atua, o que poderá impactar seus resultados financeiros de forma adversa.***

A Companhia também possui como estratégia de negócios a abertura de outras unidades em diferentes localidades do país, sendo que o sucesso da Companhia em tais locais dependerá de sua capacidade de se adaptar às demandas específicas de tais pontos, bem como à concorrência com eventuais outros *players* do mercado. Caso a Companhia não tenha sucesso nesses fatores, os investimentos realizados em tais unidades poderão não obter o retorno esperado, o que poderá impactar de forma adversa os resultados financeiros da Companhia.

***Problemas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia poderão impactar adversamente as suas operações.***

As operações da Companhia também dependem de sistemas de tecnologia da informação, que são importantes ferramentas de administração dos recursos da Companhia. Esses sistemas podem ser afetados por falta de atualização ou manutenção inadequada em decorrência de diversos fatores, tais como falhas nos sistemas, softwares ou serviços de terceiros contratados pela Companhia, ou atos intencionais (incluindo hackers) que podem interromper ou mesmo paralisar as atividades da Companhia. Esse risco poderá ser acentuado em decorrência do maior número de funcionários da Companhia trabalhando em regime de home office e do maior uso, pela Companhia, de plataformas digitais para divulgação de suas aulas, em decorrência da pandemia de COVID-19. Indisponibilidade, interrupção ou deterioração de desempenho dos sistemas de tecnologia da informação poderá prejudicar a capacidade da Companhia de registrar novos planos de clientes e processar cobranças, podendo, consequentemente, prejudicar o fluxo de caixa e os controles operacionais e financeiros da Companhia.

***A perda de membros de sua administração e/ou a capacidade de atrair e manter administradores qualificados, poderá ocasionar um efeito adverso relevante para a Companhia.***

A capacidade da Companhia de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração e da cultura corporativa que a sua administração promove. A perda de membros da administração da Companhia, por qualquer motivo, pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios. Em caso de renúncia ou perda de membros da sua administração, a Companhia pode não ser capaz de substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação ou de manter sua cultura. Os membros de sua administração podem deixar a Companhia por uma série de razões, o que pode dificultar a implementação dos planos estratégicos da Companhia e ocasionar um efeito adverso em suas operações.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Aumentos das despesas com remuneração de administradores da Companhia que serão reconhecidas nos resultados futuros terão um efeito adverso nos resultados da Companhia.***

As operações e estratégias de crescimento da Companhia são dependentes de pessoas qualificadas e com diferentes competências de atuação. Conforme a informação apresentada no item 13.2 deste Formulário, as despesas da Companhia com remuneração de executivos, incluindo, principalmente, a contratação de pessoas para posições chave de liderança, tiveram um crescimento significativo no exercício social de 2020, em comparação aos exercícios sociais de 2018 e 2019.

Tendo em vista que as despesas com remuneração da Companhia devem continuar crescendo, e que a Companhia poderá precisar contratar um número maior de pessoas qualificadas, incluindo administradores, a capacidade da Companhia de contratar um número maior de colaboradores qualificados pode vir a diminuir e o eventual crescimento destas despesas com remuneração pode afetar os resultados e condição financeira da Companhia. Para maiores informações, ver seção 13 deste Formulário de Referência.

***A Companhia pode não ser capaz de realizar associações, aquisições e/ou reorganizações societárias, no Brasil ou no exterior, no momento e em condições, termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações, aquisições e/ou reorganizações societárias podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios. As associações, aquisições e reorganizações societárias apresentam muitos riscos que poderão afetar adversamente as operações e receitas da Companhia.***

Um dos objetos sociais da Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, é a participação em outras sociedades. Como parte da execução de sua estratégia operacional e financeira, a Companhia realiza avaliações de negócios para aquisições integrais ou parciais, inclusive avaliações relativas a aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica.

O sucesso das associações, aquisições e/ou reorganizações societárias que a Companhia venha a realizar depende, principalmente, da sua capacidade de identificar novas oportunidades, seja em novos mercados ou em mercados nos quais a Companhia já atua, negociar aquisições, associações ou parcerias, e de integrar de forma satisfatória as sociedades envolvidas nos seus negócios. Assim, para que tais operações sejam bem-sucedidas, a Companhia deve ser capaz de estabelecer premissas precisas e corretas relativas a avaliação, operações, potencial de crescimento, riscos e exposição, integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios.

A Companhia não pode garantir que as suas associações, aquisições ou investimentos produzirão os resultados que espera quando celebra ou conclui uma determinada transação. Além disso, tais operações podem resultar em dificuldades na integração das empresas envolvidas, bem como no desvio do capital da Companhia e da atenção da sua administração de outras questões e oportunidades de negócios.

Ademais, a Companhia pode não ser capaz de identificar oportunidades adequadas em termos favoráveis. Em qualquer associação, aquisição ou investimento realizado, a Companhia pode incorrer em riscos que incluem, mas não se limitam a:

- tais operações podem não contribuir com a estratégia comercial da Companhia ou com a sua imagem;

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- a Companhia pode ficar responsável por passivo contingente não identificado de forma apropriada no momento da negociação relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas-alvo ou dos ativos adquiridos, entre outros aspectos;
- o processo de conclusão das operações pode ser demorado e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de operações do dia-a-dia;
- os investimentos podem não gerar os retornos esperados, especialmente em mercados novos onde a Companhia pode não estar integralmente familiarizada com o ambiente de negócios;
- a estrutura de custos dos negócios adquiridos ou combinados pode ser diferente da estrutura da Companhia, que pode não ser capaz de adequar tal estrutura à sua;
- a Companhia pode perder membros da administração dos negócios adquiridos ou combinados, causando efeitos adversos à sua estratégia; e
- as aquisições de participações societárias podem estar sujeitas à notificação e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e órgãos equivalentes de outras jurisdições, que podem impor remédios e restrições às aquisições, com efeitos adversos ao retorno da Companhia e da possível operação.

A Companhia não pode assegurar que conseguirá integrar com sucesso as operações das sociedades que a Companhia adquirir ou com as quais venha a se associar. Se a Companhia não tiver êxito nessa integração, os seus negócios poderão sofrer consequências negativas e seus resultados poderão ser adversamente afetados.

***Problemas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia poderão impactar adversamente as suas operações.***

As operações da Companhia também dependem de sistemas de tecnologia da informação, que são importantes ferramentas de administração dos recursos da Companhia. Esses sistemas podem ser afetados por falta de atualização ou manutenção inadequada em decorrência de diversos fatores, tais como falhas nos sistemas, *softwares* ou serviços de terceiros contratados pela Companhia, ou atos intencionais (incluindo *hackers*) que podem interromper ou mesmo paralisar as atividades da Companhia. Esse risco poderá ser acentuado em decorrência do maior número de funcionários da Companhia trabalhando em regime de *home office* e do maior uso, pela Companhia, de plataformas digitais para divulgação de suas aulas, em decorrência da pandemia de COVID-19.

Indisponibilidade, interrupção ou deterioração de desempenho dos sistemas de tecnologia da informação poderá prejudicar a capacidade da Companhia de registrar novos planos de clientes e processar cobranças, podendo, consequentemente, prejudicar o fluxo de caixa e os controles operacionais e financeiros da Companhia.

***O sistema de tecnologia da informação da Companhia poderá se tornar obsoleto.***

A Companhia depende em grande parte da funcionalidade, disponibilidade e estabilidade operacional de seus sistemas de tecnologia da informação, usados para administração de seus recursos. Desde 2015, a Companhia possui sistema próprio de tecnologia da informação. Tal sistema poderá se tornar obsoleto ou poderá, ainda, não acompanhar o ritmo de crescimento da Companhia, o que poderá afetar adversamente suas atividades.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Falhas na proteção do banco de dados da Companhia, que incluem dados confidenciais dos clientes, poderão causar um efeito adverso para a Companhia, incluindo processos judiciais.***

O tratamento de dados pessoais no Brasil e outras jurisdições em que a Companhia opera é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). Ainda, no ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados - "LGPD" (Lei nº 13.709/18) que está transformando o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e as sanções administrativas ali estabelecidas passaram a ser aplicáveis desde de agosto de 2021.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser respeitado nas operações de tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD traz um regramento específico prevendo obrigações adicionais a serem observadas. Ademais, a LGPD, estabelece, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e transferências de dados, bem como remete à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A Companhia não pode garantir que terá proteção de dados totalmente adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente.

Caso seja configurada uma violação à LGPD, a Companhia pode estar sujeita às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, além de estar sujeita ao pagamento de indenizações aos titulares dos dados pessoais. Adicionalmente, a Companhia mantém um banco de dados com informações sobre as pessoas físicas devidamente cadastradas como seus clientes, inclusive informações envolvendo seus cartões de crédito, débito e contas bancárias, o qual pode ser objeto de acesso não autorizado. Caso a Companhia sofra uma quebra em um incidente de segurança, a integridade do seu banco de dados pode ser afetada. Dúvidas ou desconfianças quanto à segurança e privacidade dos dados de seus clientes podem afetar a reputação da Companhia, fazendo com que os clientes resistam em se matricular nas suas unidades, o que pode afetar a Companhia de forma significativa. Ademais, qualquer uso indevido ou não autorizado de informações dos clientes ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia poderão sujeitar a Companhia a processos judiciais e impactar a manutenção ou obtenção de clientes, o que pode afetá-la adversamente.

Adicionalmente às sanções administrativas previstas pela LGPD, desde já o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD também apresenta os seguintes riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da Agência Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ainda, os esforços para proteção desses dados inseridos e/ou disponibilizados em sistemas da Companhia podem não garantir que essas proteções sejam adequadas e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente relativa à coleta, tratamento e uso de dados dos usuários no ambiente da Internet. A não observância de determinados termos da legislação aplicável, especialmente no que tange (i) ao processamento de dados pessoais de acordo com uma das bases legais que permitam o seu tratamento sob a égide da LGPD; (ii) aos limites legais de armazenamento e exclusão de dados dos usuários; e (iii) à adoção dos padrões de segurança legalmente exigidos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para a preservação e inviolabilidade dos dados coletados e armazenados, pode gerar penalidades à Companhia, tais como multas e a suspensão temporária ou definitiva das atividades de tratamento de dados pessoais. Desta forma, eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócio à LGPD, bem como o uso inadequado dos dados de terceiros em seus sistemas e/ou a ausência de medidas suficientes para proteger tais dados podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, reputação, resultados operacionais e fluxos de caixa.

***A estrutura de controles internos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram recentemente implementados para fins de adequação às regras aplicáveis a companhias abertas e decorrentes do segmento de listagem Novo Mercado da B3, portanto, falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.***

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos, os quais poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

Com a finalidade de obter o registro de sua oferta pública inicial de ações e consequente listagem no segmento de Novo Mercado da B3, a Companhia recentemente implementou a atual estrutura de controles internos. Além disto, após a recente transformação em sociedade por ações, a Companhia reformulou a sua governança, como por exemplo a recente criação do conselho de administração da Companhia e a eleição de seus membros. Tais novas estruturas poderão não serem capazes de evitar falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, gerenciamento de riscos, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

Ademais, a Companhia não tem, na data deste Formulário de Referência, um sistema que combine e consolide os balancetes individuais das sociedades do grupo automaticamente, o que pode gerar maior risco de erros no processo de consolidação dos dados, podendo, assim, gerar eventuais falhas nas informações fornecidas. As informações em que a Companhia se baseia, ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais administrativos ou arbitrais podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.***

Atualmente, a Companhia e seus administradores são e/ou podem vir a ser parte de uma série de processos judiciais, administrativos e arbitrais relacionados a questões cíveis (incluindo uma ação envolvendo alegados direitos de sócio minoritário da Companhia descrita no item 4.5 deste Formulário de Referência) consumeristas, trabalhistas, criminais, administrativas, tributárias, inquéritos policiais, entre outras. A Companhia não pode garantir que esses processos judiciais serão decididos em seu favor. A Companhia não pode garantir que constituirá ou manterá provisões em relação aos processos, inclusive aqueles em que a probabilidade de perda tenha sido classificada pelos seus advogados externos e departamento jurídico como provável. Caso sejam proferidas decisões judiciais, administrativas ou arbitrais desfavoráveis à Companhia em ações em relação às

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

quais a Companhia não tenha constituído provisão ou tenha constituído provisão com valor inferior ao montante da perda em questão, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, reputação e valor de mercado de suas ações. Para mais informações sobre os processos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus administradores, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Considerando a existência de ação envolvendo alegados direitos de sócio minoritário da Companhia descrita no item 4.5 deste Formulário de Referência, poderá ser reconhecida a nulidade da Assembleia Geral que aprovou o aumento do capital e/ou realizada nova avaliação da Companhia para justificar o valor de emissão das ações para o aumento do capital social, o que ainda poderá ensejar o aumento da participação do sócio minoritário na Companhia.

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não é possível determinar quais serão os desdobramentos da ação descrita no item 4.5 nem assegurar que não ocorrerão novas reclamações ou a materialização de novos conflitos de natureza societária e patrimonial envolvendo acionistas e administradores da Companhia durante ou após o processo do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários registrada na CVM ou do pedido de registro de sua oferta pública inicial de ações.

Além da necessidade de constituição de provisões contábeis e do pagamento de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais (as quais, quando houver, podem não ser suficientes ou não serem corretamente estimadas), a Companhia pode ser compelida a realizar depósitos judiciais para garantia de tais processos judiciais, o que poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Da mesma forma, um ou mais administradores da nossa Companhia podem vir a ser parte em inquéritos policiais, processos judiciais e administrativos cuja instauração e/ou resultado podem afetá-los negativamente, especialmente em casos de processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente, sua capacidade de contratar com o Poder Público e/ou de fazer jus à benefícios e incentivos fiscais.

Adicionalmente, alguns dos processos em andamento contra a Companhia questionam elementos relevantes de seu modelo de negócio, como a estrutura de preços de seus planos e a cobrança predominantemente via meios eletrônicos.

Caso a decisão destas ações, ou outras, similares ou não, que atualmente sejam, ou venham a ser, propostas, sejam desfavoráveis à Companhia e/ou a seus administradores, a Companhia pode ter de alterar seu modelo de negócio e, consequentemente, sofrer um efeito adverso relevante.***Os direitos de propriedade intelectual da Companhia, incluindo marcas e nomes comerciais, podem ser violados, desviados ou questionado por terceiros.***

A Companhia acredita que suas marcas e seus outros ativos de propriedade intelectual são importantes para seu sucesso.

A Companhia não pode garantir que terceiros não irão infringir ou apropriar-se indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual ou deter ou desenvolver, de maneira independente, direitos de propriedade intelectual equivalentes ou superiores aos da Companhia. Igualmente, a Companhia não pode assegurar que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros, tanto na esfera administrativa, quanto na esfera judicial.

A proteção dos direitos de propriedade intelectual da Companhia é de custo elevado e requer processos demorados que podem não ser bem-sucedidos. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de descobrir ou determinar a extensão de qualquer uso não autorizado de seus direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, parte das marcas da Companhia não está registrada em todas as classes nas quais opera ou pode vir a operar. Nesse cenário, a proteção da marca registrada

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

é restrita ao segmento em que está registrada, não se estendendo a todas as classes nas quais opera ou pode vir a operar. Qualquer falha em proteger ou reforçar os direitos de propriedade intelectual da Companhia de forma adequada, ou custos significativos incorridos para fazê-lo, poderiam prejudicar materialmente os negócios da Companhia. Da mesma forma, qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós, ainda que sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e oneroso, ocasionando falhas ou atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licença. Os custos relacionados à proteção da propriedade intelectual aumentam significativamente com a expansão da Companhia para outros países.

É possível que, de tempos em tempos, como já ocorreu no passado, a Companhia tenha que entrar em litígio para determinar a validade e o alcance de seus direitos de propriedade intelectual.

A incapacidade de proteger nossa propriedade intelectual e a falta de obtenção de licenças ou outros direitos necessários pela Companhia pode acarretar prejuízo para a mesma. Além disso, a participação em litígios decorrentes de assuntos de propriedade intelectual pode prejudicar os negócios da Companhia.

***Qualquer deterioração das relações de trabalho com seus funcionários ou paralisações da força de trabalho podem afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.***

Instrumentos que asseguram direitos como convenções ou acordos coletivos podem ser renegociados em termos não idealizados pela Companhia. Ademais, a Companhia não pode garantir que uma desaceleração no trabalho, paralisação ou greve não ocorra em qualquer uma de suas unidades. Desacelerações, paralisações, conflitos com sindicatos ou outros desenvolvimentos ou conflitos trabalhistas podem resultar na redução de clientes e em publicidade negativa adversa para a Companhia, gerando um efeito adverso relevante nos seus negócios, imagem, resultados operacionais e na sua condição financeira.

***Aumentos de salários e demais benefícios previstos nos acordos sindicais podem reduzir a margem de lucro da Companhia. A forma como serão pactuados os acordos sindicais, independentemente da filiação ou não dos seus empregados, poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.***

Os salários e benefícios de seus empregados são custos significativos da Companhia. Especialmente no Brasil, os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como maior concorrência por empregados e maior demanda por serviços de profissionais de educação física. Em vista disso, é possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos de salário aos preços de seus serviços, o que pode vir a reduzir suas margens. Não obstante, ainda que a Companhia repasse tais aumentos, pode vir a deixar de ser competitiva em relação aos seus concorrentes no mercado.

Adicionalmente, os empregados da Companhia são representados por um sindicato em cada território (que pode ser um município ou mais a depender da abrangência de cada sindicato) e, de acordo com as leis trabalhistas, a Companhia é obrigada a seguir as normas previstas nos acordos sindicais, independentemente de filiação de seus empregados ou da própria Companhia. Assim, independentemente de ter seus empregados filiados ou não a um sindicato, ou de a Companhia estar filiada ou não a um sindicato, a Companhia deverá obedecer às normas previstas nos acordos sindicais, o que inclui aumento salarial, podendo resultar em um aumento nas despesas e impacto negativo nos negócios da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, se na mesma base territorial existirem dois sindicatos que se julgam representantes dos empregados da Companhia, a representatividade sindical será decidida judicialmente por meio de uma ação entre os dois sindicatos. Nesse caso, se a Companhia estiver seguindo as normas do sindicato que não for julgado como o sindicato correto (ou seja, o representante dos seus empregados), poderá sofrer questionamentos, afetando adversamente seus negócios, reputação e resultados financeiros.

***As operações conduzidas pelos franqueados da Companhia envolvem riscos que podem gerar efeitos adversos sobre os seus negócios.***

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia ainda não possuía franquias dentre as 63 academias operacionais. No entanto, já haviam 4 unidades com pré-contratos assinados e com previsão de inauguração até março de 2022. Os franqueados são terceiros independentes que possuem, gerenciam e fiscalizam as operações diárias de suas unidades, tendo autonomia em relação à operação e administração de suas franquias. Como resultado, o sucesso e a qualidade de qualquer unidade franqueada dependem do franqueado.

A Companhia não pode assegurar que seus franqueados terão estratégias de negócio ou recursos financeiros necessários para operar de maneira bem-sucedida suas franquias, e a legislação das localidades em que possui operações franqueadas pode limitar a possibilidade de a Companhia encerrar ou modificar esses contratos de franquia. Além disso, circunstâncias como condições econômicas negativas, incluindo a inflação, elevados níveis de desemprego, dentre outros problemas operacionais e financeiros dos franqueados, podem fazer com que eles não consigam manter seu padrão de qualidade ou honrar seus compromissos financeiros. Adicionalmente, quaisquer dificuldades nas relações entre a Companhia e sua rede de franqueados, ou na execução da estratégia de expansão de sua rede de franqueados, podem levar a uma redução do ritmo de crescimento da rede de franqueados. A Companhia está sujeita aos riscos de não conseguir manter uma boa relação com os franqueados ou ampliar a rede de franqueados, não conseguir manter ou abrir novas franquias em localidades frequentadas por seu público alvo, arcar com a redução no tráfego de consumidores em tais localidades e não obter êxito na renovação dos contratos de aluguel em pontos estratégicos de alta visibilidade. Além disso, poderão ocorrer outros problemas inerentes ao negócio de franquias, dentre os quais se incluem a inadimplência e atrasos nos pagamentos por parte dos franqueados, acarretando potenciais reflexos negativos nas operações e nos resultados da Companhia. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa os negócios e o resultado das operações da Companhia. Todos estes fatores podem afetar de maneira relevante a imagem, a reputação, os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

O modelo de negócios baseado em franquias sujeita a Companhia a uma variedade de riscos adicionais relativos aos franqueados, sobretudo se tais franqueados não operarem suas unidades de maneira consistente com os padrões requeridos pela Companhia e em observância à legislação e regulamentação a eles aplicáveis (inclusive a lei anticorrupção). Situações como essa podem envolver processos judiciais de naturezas diversas contra o franqueado, que podem, por sua vez, resultar na responsabilização da Companhia. Por exemplo, caso o franqueado deixe de honrar seus compromissos com os consumidores, é possível que a Companhia seja responsabilizada como parte integrante da cadeia de consumo. O modelo de franquias também pode sujeitar a Companhia a riscos trabalhistas, principalmente no caso de ingerência da Companhia sobre os franqueados e se presentes os requisitos necessários ao reconhecimento de vínculo empregatício direto entre a Companhia e os franqueados. Nestas circunstâncias, a Companhia poderá sofrer perdas diretas, bem como prejuízos à sua imagem e reputação, quebra de confiança ou mudanças no comportamento de seus clientes, impactando negativa e adversamente a Companhia, seus negócios e resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Reclamações ou litígios por parte de nossos franqueados podem prejudicar nossos negócios.***

A Companhia pode ter disputas com seus franqueados, e algumas dessas disputas podem resultar em litígios contra a Companhia. Tais litígios surgem no curso normal de nossos negócios. Independentemente de quaisquer reclamações contra a Companhia serem legítimas ou se somos responsáveis, a defesa pode ser cara e demandar tempo e dinheiro de nossas operações, o que pode prejudicar nosso desempenho. Além disso, leis regem nosso relacionamento com nossos franqueados. Se não cumprirmos essas leis, podemos ser responsabilizados por danos aos franqueados e multas ou outras penalidades. Quaisquer julgamentos não segurados ou julgamentos que excedam significativamente nossa cobertura de seguro para quaisquer sinistros podem afetar adversamente nossa condição financeira ou resultados operacionais. Além disso, qualquer publicidade negativa resultante dessas alegações pode afetar a reputação da Companhia de maneira adversa e relevante.

***Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.***

A Companhia não pode garantir que a sua cobertura de seguro estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir danos decorrentes de qualquer tipo de sinistro. Os seguros contratados pela Companhia para assegurar suas unidades contra perdas decorrentes de eventuais sinistros, não cobrem certos tipos de riscos, dentre os quais guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de suas atividades.

Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro ocorrido em suas unidades relacionado a um evento não garantido.

Adicionalmente, em caso de ocorrência de sinistros que sejam cobertos por tais apólices de seguro, as indenizações das seguradoras podem não ser recebidas tempestivamente e/ou podem ser insuficientes ou inadequadas para cobrir todas as perdas e danos decorrentes de tais sinistros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderá nos colocar em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora. Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

***A Companhia pode ser afetada substancialmente por violações à legislação anticorrupção e à legislação antitruste.***

A Companhia interage com o poder público no curso ordinário dos seus negócios, especialmente, no que tange à obtenção de licenças e alvarás para funcionamento. Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e infrações antitruste da Companhia podem não ser suficientes para garantir que todos os seus administradores, funcionários, fornecedores e terceiros agindo em seu interesse ou benefício atuem em conformidade com as suas políticas de integridade e com as demais leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção e a condutas anticompetitivas, aplicáveis às atividades da Companhia, incluindo a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), as Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021 ("Leis de Licitações"), e a Lei 12.529/2011 ("Lei Antitruste").

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Lei Anticorrupção e outras leis similares aplicáveis impõem responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública. Deste modo, pessoas jurídicas, como a Companhia, podem ser afetadas por atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e outras leis similares aplicáveis, ainda que praticados por terceiros agindo em seu interesse ou benefício, sujeitando-se à aplicação de penalidades cíveis e administrativas.

A Lei Antitruste visa prevenir e reprimir práticas que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: (i) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; (ii) dominar mercado relevante de bens ou serviços; (iii) aumentar arbitrariamente os lucros; e (iv) exercer de forma abusiva posição dominante.

A Companhia poderá ainda vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção ou similares e à Lei Antitruste por seus controladores, sociedades coligadas, controladas ou consorciadas.

Os processos internos de controle e gerenciamento de riscos e de *compliance* podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar violações às leis de combate à corrupção e a condutas anticompetitivas, ou outras leis e regulamentos aplicáveis, ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos praticados no nome, interesse ou benefício da Companhia, ou outras ocorrências de comportamento não condizentes com princípios éticos e morais.

A prática de ato em violação às leis de combate à corrupção ou condutas anticompetitivas, por qualquer funcionário ou administrador da Companhia, ou mesmo por um terceiro agindo no interesse ou benefício da Companhia (incluindo franqueados), pode ensejar a instauração de investigações ou de processos de natureza administrativa ou judicial contra a Companhia, o que poderá impactar de forma adversa a sua imagem e reputação, afetar a sua capacidade financeira e as suas operações, acarretar a eventual aplicação de penalidades previstas nas leis aplicáveis – incluindo multas, suspensão ou impedimento de contratação com o poder público e perda de autorizações e alvarás – e sujeitar seus administradores à inabilitação de suas funções e consequente afastamento da Companhia, bem como a sanções criminais.

No caso de infrações antitruste, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas a uma multa que pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto obtido no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, bem como a penalidades acessórias, que incluem (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal as custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas e contratar com o poder público; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 anos; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pode ser adversamente afetada pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A LGPD regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em meio digital, por meio de sistema de normas que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras disposições, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

A LGPD também autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD. Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD anteriormente à entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente, como o Código de Defesa do Consumidor e o pela Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet"); e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso não esteja adequada às suas disposições, a Companhia poderá estar sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) de advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados. Por isso, qualquer falha que a Companhia experimente na proteção de dados pessoais e no cumprimento das normas de proteção de dados aplicáveis poderá resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a sua reputação e resultados operacionais.

Cabe observar que, na data deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia ainda não estão integralmente adaptadas às disposições da LGPD. Portanto, a Companhia terá de adaptar suas práticas comerciais às disposições da LGPD, e caso a Companhia não seja capaz de se adaptar à LGPD, ficará sujeita, dentre outros, a incidentes de segurança cibernética, que poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades de tratamento de dados pessoais, o que poderá impedir a Companhia de desenvolver as suas atividades regularmente e, portanto, afetar negativamente e de forma relevante a reputação, os resultados e, consequentemente, o valor das ações da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Os titulares das ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

De acordo com o estatuto social da Companhia, esta deve pagar aos seus acionistas, pelo menos, 1% do seu lucro líquido anual ajustado como dividendos mínimos obrigatórios, conforme calculado e ajustado nos termos da Lei de Sociedades por Ações. Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício fiscal podem ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório da Companhia para o ano em que foi declarado. O lucro líquido da Companhia para o exercício social poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme permitido pela Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite que uma sociedade como a Companhia possa suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, se seu Conselho de Administração informar aos seus acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a sua condição financeira. Se isso acontecer, os titulares das ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Recentemente foi aprovado pela Câmara dos Deputados o PL 2.337/21, que promove diversas alterações nas regras do imposto de renda, dentre elas a revogação da isenção do imposto de renda incidente sobre a distribuição de dividendos, além de incluir mudanças na tributação de rendimentos e ganhos relacionados com investimentos nos mercados de capitais brasileiros e o fim dos juros sobre capital próprio. Caso o PL seja aprovado nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção definitiva na fonte, permitindo ao beneficiário, a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia. O PL 2.337/21 atualmente aguarda apreciação pelo Senado Federal, assim, não é possível determinar, no momento, as mudanças exatas que serão implementadas ou mensurar eventuais efeitos adversos em nossos resultados e operações.

***A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos acionistas da Companhia.***

A Companhia pode no futuro captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis em ações pode ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em suas ações. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão vantajoso e deixar de subscrever as ações ou de títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

***O fato de as academias da Companhia serem espaços de uso público pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas academias, o que pode causar danos materiais e à imagem de suas academias, além de causar eventual responsabilidade civil.***

As academias da Companhia, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes, incidentes e outros eventos em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas academias, como por exemplo, escorregões, lesões, acusação de furto em vestiários, entre outros e, consequentemente, podem causar danos aos seus colaboradores, clientes e frequentadores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a academia envolvida no caso pode enfrentar danos de imagem e materiais. Além disso, a ocorrência de acidentes pode sujeitar a Companhia à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso ao nosso resultado operacional.

***O lançamento de novos produtos, marcas e serviços relacionados à prática de atividade física pela Companhia pode não ter o sucesso esperado ou ter impacto negativo no valor e na reputação das marcas existentes.***

A Companhia oferece para seus clientes alguns serviços e produtos correlatos à prática da atividade física. Caso os clientes da Companhia entendam que eventuais novas categorias de serviços (inclusive em segmentos onde a Companhia não tenha experiência prévia de atuação) não têm boa relação custo-benefício, ou caso haja quaisquer problemas relacionados à oferta regular destes serviços, a reputação das marcas da Companhia, poderá ser impactada negativamente e de forma relevante.

Caso novos formatos de academia eventualmente lançados pela Companhia não alcancem a penetração esperada nos nichos de mercado a que eles se destinam, a Companhia pode não alcançar os níveis de retorno de investimento esperados para estes projetos, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados operacionais, reputação e condições financeiras da Companhia.

***Ações judiciais movidas por clientes alegando lesões sofridas durante o uso de nossas academias podem prejudicar nosso negócio.***

É possível que um cliente se machuque ou tenha outros problemas de saúde relacionados ao mau funcionamento do equipamento ou alegue tais reclamações e busque nossa reparação. Qualquer seguro que possamos obter para esses tipos de sinistros estará sujeito a franquias e limitações de cobertura. Além disso, as coberturas podem não ser adequadas para nos proteger contra reclamações futuras. Qualquer reclamação com relação a obrigações não seguradas ou valores acima das obrigações seguradas pode ter um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais e perspectivas. A defesa da Companhia em um processo, independentemente do mérito, pode ser cara, demandar tempo, desviar a atenção da administração de nossos negócios e resultar em publicidade adversa, o que pode resultar na retirada ou na incapacidade de recrutar franqueados em potencial ou resultar na deterioração da marca. Além de impactar adversamente nossos negócios e perspectivas, tal publicidade adversa pode afetar adversamente o preço de nossas ações.

***A nossa marca e a nossa imagem poderão ser afetadas caso algum cliente que tenha tido alguma experiência negativa de compras divulgue sua experiência nas redes sociais, bem como caso os influenciadores que divulguem nossa marca sofram eventuais danos à sua imagem.***

Estamos expostos a certos incidentes envolvendo os serviços que operamos, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso na nossa imagem, atividades e situação econômica.

Eventuais reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que os nossos serviços não foram prestados da maneira adequada, ou por conta de acidentes que possam ter causado danos aos clientes.

Ainda, caso algum influenciador digital (*digital influencer*) que divulgue as nossas marcas tenha uma má experiência em uma de nossas unidades e divulgue essas informações em sua rede social e mídia digital, ou caso esses influenciadores digitais sofram algum dano à sua imagem, nós e nossa imagem poderemos ser afetados adversamente. Na medida em que não temos controle sobre o conteúdo das publicações realizadas por tais *digital influencers*, a Companhia poderá ver sua marca e reputação sujeitas a avaliações negativas, diminuindo seu valor frente ao mercado.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de phantom shares, e podem participar de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.***

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de um programa de *phantom shares*, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia, sendo que, na ocorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia.

Além disso, os administradores podem ser beneficiários de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.

O fato dos administradores e executivos participarem do referido programa de *phantom shares* e de programas futuros pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no médio prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o programa de *phantom shares*, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

**(b) Riscos relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***A gestão da Companhia é fortemente influenciada por seu acionista controlador.***

A gestão da Companhia é consideravelmente influenciada por seu acionista controlador, que orienta vários aspectos da condução de seus negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente a administração de seu acionista controlador, em especial, aqueles que estão entre os seus principais executivos, poderá afetar adversamente os negócios da Companhia, uma vez que sua estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por seus acionistas controladores com seus colaboradores e seus principais fornecedores, franqueados e parceiros.

***Após a conclusão de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia continuará sendo controlada pelo atual acionista controlador. Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.***

Após a conclusão de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia continuará sendo controlada pelo atual acionista controlador. O acionista controlador da Companhia tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o acionista controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(c) Riscos relacionados aos acionistas**

***A Companhia está envolvida em processo judicial envolvendo um de seus acionistas minoritários***

A Companhia é parte em procedimento judicial envolvendo um de seus acionistas minoritários em razão de aumento de capital realizado pela Companhia em 2021. Considerando a existência desta ação, poderá ser reconhecida a nulidade da Assembleia Geral que aprovou o aumento do capital, ajustando o aumento de capital a nova avaliação da Companhia a ser realizada por empresa independente, para justificar o valor de emissão das ações para o aumento do capital social, o que poderá ensejar o aumento da participação do respectivo acionista minoritário na Companhia. Para mais informações sobre referido processo, veja o item 4.5 deste Formulário de Referência.

Não há como garantir que tal processo será julgado favoravelmente à Companhia. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

**(d) Riscos relacionados às controladas e coligadas**

***A Companhia é uma holding e depende, além de seu próprio resultado, dos resultados operacionais de suas subsidiárias.***

A Companhia, além de ter suas próprias operações, é a *holding* que reúne todas as participações detidas pela Companhia. Portanto, além dos resultados gerados por sua própria operação, também depende dos resultados operacionais de suas empresas subsidiárias e controladas. A capacidade da Companhia de adimplir suas dívidas e outras obrigações depende não apenas da sua geração de fluxo de caixa, mas também da geração de fluxo de caixa de suas subsidiárias, controladas e empresas nas quais participa e da capacidade delas de disponibilizar caixa para Companhia na forma de pagamentos de juros sob capital próprio, repagamento de dívida, dividendos, entre outros. Ademais, restrições legais e contratuais podem limitar a capacidade da Companhia de obter caixa de suas subsidiárias e controladas. Se essa limitação se verificar, a Companhia pode ser incapaz de efetuar os pagamentos exigidos de principal e juros de suas dívidas, ou de honrar outras obrigações.

Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas subsidiárias, controladas e nas quais participa poderia adversa e relevantemente afetar o negócio, condição financeira ou os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos prevista na legislação atual poderá ser revista e os dividendos poderão passar a ser tributados no futuro, impactando negativamente a Companhia, na qualidade de *holding*, haja vista que impostos poderão ser devidos sobre a distribuição de dividendos por suas subsidiárias.

Além do fator de risco acima, as sociedades controladas com operações significativas da Companhia estão sujeitas aos mesmos riscos aplicáveis à Companhia, já descritos neste item. Com relação à controlada Weburn, aplica-se, em especial, o risco "*A nossa marca e a nossa imagem poderão ser afetadas caso algum cliente que tenha tido alguma experiência negativa de compras divulgue sua experiência nas redes sociais, bem como caso os influenciadores que divulguem nossa marca sofram eventuais danos à sua imagem.*", aplicável à Emissora, considerando que tal controlada possui grande dependência dos influenciadores digitais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(e) Riscos relacionados aos fornecedores**

***A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.***

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar de maneira material e adversa, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós não atendam às exigências da legislação trabalhista, poderemos ser considerados solidários ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluídos no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, que podem incluir inclusão em listas do Ministério do Trabalho e Emprego, impossibilidade de contratar com poder público e/ou receber benefícios e incentivos fiscais. Neste caso, nossa imagem, nossos negócios e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor da Companhia se envolver com essas práticas, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente.

***A Companhia pode ser responsabilizada de forma subsidiária por dívidas trabalhistas de terceirizados.***

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, como as empresas que atuam nos setores de estacionamento, construção civil, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode, em regra, ser considerada subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de eventuais processos trabalhistas e até obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, o que pode afetar a Companhia adversamente.

***Há poucos fornecedores com capacidade de suprir equipamentos para exercícios físicos nas quantidades e prazos demandados pela Companhia nos mercados em que atua.***

A larga escala e a manutenção do ritmo de crescimento das operações da Companhia dependem de sua capacidade de adquirir equipamentos para exercícios físicos em quantidades significativas e em curto prazo de entrega. Nos mercados em que a Companhia atua, há poucos fornecedores com esta capacidade. Se algum destes fornecedores deixar de ser capaz de atender os níveis de quantidade e prazo de entrega demandados pela Companhia, de oferecer preços atrativos, e de prestar o suporte adequado para a manutenção desses equipamentos, a Companhia pode não conseguir equipar novas unidades ou renovar equipamentos antigos de maneira rápida e adequada, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os custos incorridos na manutenção de seus negócios, bem como na expansão dos negócios e resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(f) Riscos relacionados aos clientes**

***A Companhia pode não identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às tendências ou preferências dos clientes, o que pode afetar negativamente o seu relacionamento com eles.***

A Companhia compete com outras academias com base no preço, gama ou variedade de serviços, localização e *layout* das unidades. As tendências do mercado nesse setor vêm mudando constantemente e a Companhia pode não conseguir prever e responder, de maneira eficaz e rapidamente a essas mudanças. Além disso, as tendências de mercado podem variar significativamente nas localidades onde a Companhia atua. A incapacidade da Companhia de identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às mudanças nos gostos, preferências e padrões de consumo dos clientes pode afetar negativamente o seu relacionamento com os mesmos, a demanda dos serviços ofertados e a sua participação de mercado. Além disso, a mudança dos hábitos dos clientes pode exigir investimentos adicionais pela Companhia.

Se a Companhia não conseguir se ajustar às mudanças nas preferências dos clientes, os seus negócios e resultados operacionais poderão ser afetados negativa e substancialmente.

***Pagamentos atrasados ou falta de pagamento pelos clientes da Companhia e dificuldades de negociação, cobrança e recebimento de valores devidos pelos clientes podem causar um efeito adverso em seus negócios.***

A maioria dos clientes da Companhia realiza o pagamento da mensalidade através de cartões de crédito e débito. Existe um risco de que esses pagamentos agendados sejam recusados e, portanto, as mensalidades continuem sem pagamento. Se um número substancial de clientes que não efetuam pagamentos tempestivamente ou, se observada certa quantidade de pagamentos recusados, bem como maiores dificuldades em recuperar mensalidades não pagas, podem ter um efeito adverso nos negócios da Companhia, em seus resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a alteração nos convênios ou nos demais contratos que a Companhia mantém com os bancos, bandeiras de cartão e com as credenciadoras de cartões de crédito para o recebimento das mensalidades, ou mesmo o cancelamento dos convênios mantidos com os bancos e com as credenciadoras de cartões de crédito, pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

***A Companhia pode ser responsabilizada e estar sujeita a multas relevantes em litígios relacionados a questões de saúde e segurança.***

O uso dos serviços e acomodações da Companhia, incluindo os equipamentos para exercícios físicos, representa potenciais riscos à saúde e à segurança, incluindo graves lesões ou, até mesmo, morte, de clientes, convidados e empregados. Podem acontecer acidentes decorrentes de falhas nos equipamentos das unidades da Companhia, de instruções incorretas transmitidas pelos profissionais que trabalham nas unidades da Companhia, ou de utilização inadequada dos equipamentos. Em decorrência disso, a Companhia está sujeita a que seus clientes, convidados e colaboradores busquem a responsabilização da Companhia pelos danos sofridos.

A Companhia pode não conseguir se defender de maneira bem-sucedida das reclamações de clientes, convidados e empregados, e pode ser condenada ao pagamento de multas, ressarcimento de danos e custos. Adicionalmente, a ocorrência de acidentes de acordo com as circunstâncias descritas acima pode prejudicar a reputação da Companhia, e, consequentemente, a capacidade da Companhia de atrair ou reter clientes, o que poderá impactar de maneira relevante e adversa os negócios da Companhia, sua imagem, seus resultados operacionais e condições financeiras.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue**

***O negócio da Companhia depende da atração de novos clientes e da manutenção de clientes existentes.***

O negócio da Companhia depende da sua capacidade de atrair continuamente novos clientes e de manter os clientes já existentes, bem como da manutenção da popularidade das academias de ginástica de baixo custo nos mercados em que a Companhia opera.

No entanto, existem diversos fatores que podem levar ao declínio do número de clientes e/ou prejudicar a capacidade de captação e manutenção de clientes pela Companhia, tais como:

- concorrência de outras academias de ginástica de baixo custo nos locais em que a Companhia opera ou em que deseja abrir novas unidades;
- cópia, pelas outras academias de ginástica de baixo custo, do modelo de negócios da Companhia, causando perda de *market share*, do reconhecimento das marcas e redução do crescimento da Companhia;
- concorrência de outras academias de ginástica *premium* nos locais em que opera ou em que desejam abrir novas unidades;
- danos à reputação das marcas;
- falta de entrega de serviços de alta qualidade a um custo competitivo;
- saturação do mercado local de academias;
- aumento nas taxas de adesão e mensalidades;
- mudanças de preferência do consumidor de academias de baixo custo para academias com mais comodidades e serviços complementares, aplicativos de ginástica, *personal trainers* online e outros programas online, também em razão da pandemia da COVID 19;
- o envelhecimento ou a deterioração dos equipamentos e instalações oferecidos nas unidades;
- aumento da popularidade de equipamentos de ginástica domésticos, aplicativos de exercícios físicos e outros programas de exercícios on-line; e
- declínio no interesse do público em saúde e condicionamento físico.

Se a Companhia não for capaz de antecipar e se adaptar às preferências de seus clientes ou às mudanças da indústria em que atua, a Companhia poderá perder clientes, sendo que o declínio no número de clientes existentes ou a incapacidade de atrair novos clientes pode afetar de maneira adversa o negócio e as receitas da Companhia.

***A Companhia pode não conseguir manter o valor e a reputação das suas marcas.***

O sucesso da Companhia depende em grande escala de sua capacidade de manter e aprimorar o valor de suas marcas e a conexão de seus clientes e do público em geral com as suas marcas. A manutenção, promoção e posicionamento das marcas da Companhia dependem largamente de um esforço de *marketing* efetivo e da capacidade da Companhia de fornecer serviços consistentes e com relação custo-benefício atrativa. Caso quaisquer das marcas da Companhia sofram danos como resultado de suas operações, a estratégia de crescimento, os esforços de desenvolvimento e as expectativas da Companhia podem ser material e adversamente afetadas.

As marcas da Companhia também podem ser afetadas de maneira desfavorável por vários fatores adicionais relacionados à gestão de seus negócios, por exemplo, a percepção de que a Companhia tem um foco excessivo em custos, seja em decorrência de um mercado competitivo de preços ou de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

outras razões que podem ter o potencial de erodir a composição da proposta de valor das marcas da Companhia, como apresentação e limpeza de suas instalações, atualização dos equipamentos ou níveis de ocupação. Adicionalmente, níveis de serviço julgados insatisfatórios, dificuldades de acesso às instalações das academias, problemas de pagamentos ou outros problemas resultantes de falhas no sistema de tecnologia da informação da Companhia, vazamento de dados, furtos ou outros incidentes nas unidades da Companhia podem causar danos à sua reputação e, consequentemente, às suas marcas. Adicionalmente, como o modelo da Companhia envolverá a atuação de franqueados, e, caso os franqueados não operem suas unidades de maneira consistente com os padrões requeridos pela Companhia, o valor e a reputação de suas marcas podem ser impactados negativamente.

O impacto negativo de quaisquer das ameaças descritas acima pode ser potencializado por imagens, vídeos e comentários nas redes sociais, os quais, por sua vez, podem atrair a atenção tanto dos clientes da Companhia quanto de seus competidores. Os clientes valorizam informações rápidas e disponíveis sobre saúde e academias de ginástica e, frequentemente, agem considerando essas informações sem investigações aprofundadas e sem considerar a sua precisão. Nessas circunstâncias, as marcas da Companhia podem ser imediatamente prejudicadas, sem dar à Companhia chance de correção ou explicação, o que pode afetar material e adversamente seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

***As oscilações nas taxas de câmbio em relação ao dólar norte-americano e do real podem impactar as conversões que realiza em suas demonstrações financeiras e adversamente afetar o preço de mercado de seus valores mobiliários.***

A compra de equipamentos, que representa parte relevante do investimento para abertura de uma nova academia, assim como a execução de obras civis de adequação dos imóveis, é calculada em grande parte com referência no dólar norte-americano, já que a maioria dos equipamentos adquiridos são importados, assim como parte dos materiais utilizados nas obras. Uma valorização do dólar norte-americano em relação ao real pode gerar um impacto negativo na sua capacidade de crescimento futuro.

A moeda brasileira historicamente sofreu oscilações frequentes. Como consequência de pressões inflacionárias, no passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e adotou um número de políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a periodicidade dos ajustes variou de diária para mensal, sistemas flutuantes cambiais, controles cambiais e mercados duplos de taxa de câmbio. Formalmente, o valor do real em relação às moedas estrangeiras é determinado segundo um regime de taxa de câmbio de livre oscilação, mas, na verdade, o Governo Federal interfere, de tempos em tempos, no mercado, através de *swaps* de câmbio e negociações no mercado spot, entre outras medidas, todas as vezes que a taxa de câmbio está acima ou abaixo dos níveis que o Governo Federal considera apropriado, levando em consideração a inflação, crescimento, o desempenho do real em relação ao dólar norte-americano em comparação às demais moedas e outros fatores econômicos. Periodicamente, há oscilações significativas no valor do real em relação ao dólar norte-americano. Ao final de 2018, o Real desvalorizou-se 17,1% em relação ao Dólar, encerrando o exercício com taxa de câmbio entre o Real em relação ao Dólar de R$3,8748. Ao final de 2019, o Real desvalorizou-se em relação ao Dólar, encerrando o exercício com taxa de câmbio entre o Real em relação ao Dólar de R4,0307. Ao final de 2020, o Real desvalorizou-se em relação ao Dólar, encerrando o exercício com taxa de câmbio entre o Real em relação ao Dólar de R$5,1967. Como resultado, não se pode garantir que o real não depreciará nem valorizará em relação ao dólar norte-americano novamente. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e resultar em aumentos nas taxas de juros, o que pode negativamente afetar a economia brasileira como um todo.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Oscilações no valor das moedas locais em relação ao dólar norte-americano podem impactar adversamente seus resultados operacionais, condição financeira e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários.

***A inflação e as medidas governamentais para combatê-la, incluindo aumento nas taxas de juros, podem resultar em um efeito negativo significativo na economia e, como resultado, na condição financeira da Companhia, nos resultados operacionais e no preço de mercado de seus valores mobiliários.***

No passado, altos níveis de inflação afetaram adversamente a economia e o mercado financeiro do Brasil e a capacidade de seu governo de criar condições que fomentassem e mantivessem o crescimento econômico. As medidas governamentais para conter a inflação e a especulação sobre possíveis futuras medidas governamentais contribuíram para o impacto negativo econômico da inflação e implicaram percepção generalizada de incerteza econômica. Como parte dessas medidas, por vezes, os governos mantiveram uma política monetária restritiva e altas taxas de juros que limitaram a disponibilidade do crédito e o crescimento econômico.

A maior parte dos custos operacionais no Brasil está vinculada à moeda local. A inflação no país poderá resultar em um aumento nos custos operacionais sem um aumento correspondente nas receitas, que poderá adversamente afetar a condição financeira da Companhia.

Por exemplo, o Brasil tem historicamente experimentado altos índices de inflação. A inflação, assim como esforços governamentais para conter a inflação, produziram efeitos negativos significativos na economia brasileira, particularmente antes de 1995. Os índices de inflação foram de 3,8% acumulados em 2018, de 4,3% em 2019 e de 4,52% em 2020, da forma medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, compilado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Uma proporção significativa de custos de caixa da Companhia e suas despesas operacionais é denominada em real e tende a aumentar com a inflação brasileira. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação incluem manter uma política monetária apertada com altas taxas de juros, restringindo a disponibilidade de crédito e inibindo o crescimento econômico. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis outras ações contribuíram também de forma significativa com a incerteza econômica no Brasil.

O Brasil, ou qualquer outro país em que a Companhia opte por atuar, pode vivenciar altos níveis de inflação no futuro, o que pode retardar a taxa de atividade econômica e reduzir o poder aquisitivo da população, o que poderia gerar uma redução na demanda para serviços da Companhia e redução em suas receitas líquidas. As pressões inflacionárias também podem enfraquecer a confiança do investidor, cercear a capacidade da Companhia de acesso aos mercados financeiros estrangeiros e conduzir outras intervenções governamentais na economia, incluindo aumento nas taxas de juros, restrições nos reajustes de tarifas para compensar a inflação, intervenção nos mercados de câmbio e ações para ajustar ou fixar os valores de moeda, desencadeando ou exacerbando aumentos na inflação, e consequentemente gerar um impacto adverso na Companhia. Se o Brasil ou outros países em que a Companhia venha a atuar experimentarem altos níveis de inflação no futuro, ela pode não ser capaz de ajustar as tarifas que cobra de seus clientes para compensar o impacto da inflação em suas estruturas de custo, o que poderia adversamente afetar seus resultados operacionais ou a sua condição financeira.

***Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e outras economias da América Latina, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos seus valores mobiliários.***

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Europeia e de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

diferente da conjuntura econômica da América Latina, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias nessa região. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários nessa região, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações.

**(h) Riscos relacionados a regulação dos setores em que o emissor atue**

***A Companhia está sujeita aos riscos relacionados a regulamentação da prática de atividade física, bem como à obtenção e manutenção de registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas unidades.***

As atividades da Companhia estão sujeitas a regulação em âmbito federal, estadual e municipal aplicável à prática de atividade física, bem como dependem de registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou outros órgãos de fiscalização, relacionados à operação e a localização das suas unidades.

As licenças de funcionamento da Companhia em diversas localidades possuem prazos de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, em alguns casos com o pagamento de taxas de renovação, e muitas vezes condicionadas à apresentação de documentos do empreendimento em que a unidade está inserida. Devido, dentre outros aspectos, à burocracia para obter e renovar registros, licenças, alvarás e autorizações, incluindo o tempo demandado pela Companhia para implementar planos corretivos de ações para cumprir com as novas regulamentações e/ou exigências das autoridades competentes, juntamente com o tempo de resposta de determinados órgãos públicos, a Companhia pode não conseguir obter, em tempo hábil, todas os registros, licenças, alvarás e autorizações necessárias ou renovar, dentre outros aspectos, tais registros, licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento de suas unidades. Além disso, em relação a uma pequena parte de nossas unidades a Companhia não possui ou ainda está no processo de renovação de alguns desses registros, licenças, alvarás e autorizações.

Violações ao aparato legislativo e regulatório relacionado à prática de atividade física, ou a não obtenção ou a não renovação das suas licenças poderão (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, (iii) impedir a Companhia de abrir e operar as unidades, e (iv) resultar no fechamento das suas unidades. Ademais, tais violações à regulação da prática de atividade física, ou a não obtenção ou a não renovação das licenças em algumas de suas unidades tempestivamente poderão expor a Companhia a riscos adicionais, por exemplo, reclamações de clientes, convidados e empregados, em caso de um acidente ou de um evento similar, podendo a Companhia ser condenada ao pagamento de multas, ressarcimento de danos e custos.

A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancial e adversamente afetada se a Companhia não conseguir abrir e operar novas unidades, ou se tiver que suspender ou fechar algumas das suas unidades existentes, em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás. Ademais, a reputação das marcas da Companhia poderá ser impactada se penalidades adicionais forem aplicadas em caso de um acidente em uma unidade, numa circunstância de descumprimento da regulação ou de pendência de regular licenciamento.

Ainda, a reputação das marcas da Companhia poderá ser impactada se penalidades adicionais forem aplicadas em caso de um acidente em uma unidade, numa circunstância de descumprimento da regulação ou de pendência de regular licenciamento.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Alterações nas leis tributárias brasileiras e conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.***

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias as quais, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, o que, por sua vez, pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros. A título exemplificativo, há discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Outrossim, atualmente há no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (“IBS”) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (“CBS”), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições, a qual foi apresentada por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados, são imprevisíveis e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Ainda, a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a decretação do estado de calamidade pública resultaram e podem continuar a resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

Por fim, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

***A Companhia está sujeita a demandas administrativas e judiciais, nos termos da legislação de defesa do consumidor, questionando os termos e condições da relação contratual mantida com seus clientes, o que poderá afetar adversamente seus resultados.***

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

demanda de um cliente, colocando-as em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, essas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou as Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Penalidades podem ser aplicadas pelos PROCONs, que supervisionam reclamações de consumidores. As empresas que operam em todo o Brasil podem ser condenadas ao pagamento de multas pelo PROCON, bem como pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). Procedimentos sancionatórios instaurados pelo PROCON e pela SENACON podem levar à fixação de multa ou proposta de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Os Promotores Públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e também podem propor a assinatura de TAC. As empresas que violam os termos acordados nos TACs na maioria dos casos são condenadas ao cumprimento forçado da obrigação e a efetuar o pagamento de multas por descumprimento. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando o cumprimento rigoroso das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso a Companhia enfrente restrições e multas nos termos do Código de Defesa do Consumidor, sua reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis em demandas individuais ou coletivas relacionadas a questionamentos sobre termos e condições da relação contratual mantida pela Companhia e seus clientes, que envolvam valores substanciais ou que levem a alteração de termos contratuais padronizados como, por exemplo, política de cancelamento e de preços atualmente aplicados pela Companhia em seus planos, poderão afetar adversamente os resultados e a condição financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a reputação das marcas e, consequentemente, os resultados financeiros da Companhia.

***A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária ou a conflitos em sua interpretação.***

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus usuários, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseia para realizar suas transações e sofrer autuação por parte do fisco.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a pandemia causada pela COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às operações da Companhia, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

Outrossim, atualmente há no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (“IBS”) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (“CBS”), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições, a qual foi apresentada por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados, são imprevisíveis e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Recentemente, inclusive, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o PL 2.337/21, que promove diversas alterações nas regras do imposto de renda, entre elas a revogação da isenção de imposto de renda incidente sobre a distribuição de dividendos e o fim dos juros sobre capital próprio atualmente previstos na legislação, além de incluir outras matérias, como ajustes na base de tributação das empresas e alíquotas de entidades brasileiras, mudanças na tributação de rendimentos e ganhos relacionados com investimentos nos mercados de capitais brasileiros, tais como ativos financeiros e fundos de investimento. Caso sejam implementadas tais medidas nos termos propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção definitiva na fonte, permitindo ao beneficiário, a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia e, no caso dos juros sobre capital próprio, a sua extinção trará um efeito adverso para a Companhia. O PL 2.337/21 atualmente aguarda apreciação pelo Senado Federal, assim, não é possível determinar as mudanças exatas que serão implementadas, ou mensurar eventual efeito adverso em nossos resultados e operações.

Portanto, a Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, ou em suas interpretações, que eventualmente poderão alterar sua carga tributária.

Ademais, as autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Há diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem vir a afetar negativamente a Companhia.

**(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde atua**

Atualmente, a Companhia não possui operações em outros países além do Brasil.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(j) Riscos relacionados a questões socioambientais**

***A Companhia está sujeita às leis e regulamentações ambientais***

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros.

O poder público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais para a Companhia, de modo a adequar suas atividades a estas regras. A Companhia não pode garantir que conseguirá obter, manter ou renovar tempestivamente suas licenças e autorizações ambientais, conforme aplicável, bem como não pode assegurar que a legislação ambiental não se tornará cada vez mais restritiva e complexa, o que pode exigir da Companhia investimentos adicionais na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos, além de demoras ou indeferimentos na emissão de licenças ambientais ou dispensas, podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

**(k) Riscos relacionados a questões macroeconômicas**

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o coronavírus (Covid-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e nacional e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando a negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, tais eventos e as medidas tomadas por autoridades governamentais em resposta a tais eventos podem impactar, direta ou indiretamente, as operações e resultados da Companhia de forma adversa.***

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Nesse cenário, a Companhia estará sujeita a uma redução em seus resultados operacionais e financeiros e, como consequência, poderá enfrentar dificuldade no adimplemento regular de suas obrigações pecuniária, tributários e trabalhistas, bem como e exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Adicionalmente, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais, em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo, podem impactar adversamente no resultado originalmente previsto pela Companhia, especialmente quanto à realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as atividades da Companhia.

Também no contexto da pandemia, eventuais dívidas e passivos registrados pela Companhia fixados ou referenciados em moeda estrangeira poderão sofrer impactos relevantes, não sendo possível mensurar, neste momento, os eventuais efeitos adversos causados à Companhia.

Os potenciais impactos no fornecimento, custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia, podendo dificultar o adimplemento regular de suas obrigações tributárias e consequente exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Consequentemente, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Dessa forma, nossas ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando nossos investidores de maneira negativa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia da COVID-19 trouxe impactos também na esfera trabalhista, devido aos impactos da adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Por ser um risco epidemiológico, a Companhia não pode assegurar que seus empregados não sejam contaminados, afetando as operações da Companhia. Por fim, autoridades governamentais podem impor medidas restritivas e imprevisíveis em resposta à pandemia da COVID-19, que podem vir a afetar, direta ou indiretamente, de forma adversa, as operações da Companhia ou as operações dos seus produtores integrados ou de seus clientes.

***A instabilidade política brasileira pode afetar adversamente os negócios da Companhia e seus resultados operacionais***.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios. Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou condenações criminais e restaurou direitos políticos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, o que pode vir a permitir com que ele se candidate nas próximas eleições presidenciais.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

***O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, aliada à atual conjuntura econômico-política brasileira, podem afetar desfavoravelmente nossos negócios, resultado operacional e financeiro e fluxo de caixa.***

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes e eventualmente drásticas por parte do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis, o que pode continuar acontecendo no futuro. As modificações em leis e regulamentos feitas nos últimos anos, de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos, frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções das taxas de juros, alterações nas políticas fiscais e tributárias, controle de salários e preços, controles das taxas de câmbio, bloqueio de acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controles de capital e restrições à importação. A Companhia não controla e não pode prever quais medidas ou políticas o governo brasileiro pode adotar no futuro.

O negócio, desempenho financeiro e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças em políticas e regulamentos que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- inflação;
- flutuações de taxas de câmbio;
- políticas de controle de taxas de câmbio e juros;

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- flutuações de taxa de juros;
- disponibilidade de liquidez nos mercados domésticos de capitais, de crédito e financeiro;
- greves de funcionários de autoridades portuárias, aduaneiras e fiscais;
- mudanças nos regulamentos do mercado de transporte;
- controle sobre importação e exportação;
- aumentos de preço do petróleo e outros insumos;
- instabilidade de preços;
- regulamentos trabalhistas e previdenciários;
- escassez e racionamento de água e energia;
- políticas fiscais e/ou sanitárias; e
- outros acontecimentos de natureza econômica, política, diplomática e social no Brasil ou que afetem o país.

Por conta disso, poderemos incorrer também em falta de matéria prima, estar sujeitos ao aumento de custos operacionais e dos prestadores de serviços e como consequência ter dificuldade em repassar ao consumidor aumentos de custos. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as nossas atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos, globais ou brasileiros, podem ter sobre os nossos negócios. Além disso, como resultado da atual instabilidade política, há uma incerteza considerável em relação a políticas econômicas futuras, e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e nem se essas políticas afetarão adversamente a economia, nossos negócios e/ou a nossa condição financeira.

***Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias***

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e custo em emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, o que foi reafirmado em fevereiro de 2019, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's revisou a classificação de crédito do Brasil para BB-negativo com perspectiva estável.
- Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, que foi reafirmado em sua revisão em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.
- Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O *rating* BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019. Em maio de 2020, a Fitch rebaixou o rating de crédito do Brasil para BB- com perspectiva negativa, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o agravamento dos riscos para ambas as dimensões, dada a renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

O atual cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto (PIB), flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

***A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.***

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às nossas operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

***A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.***

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às nossas operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

***Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações de emissão da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares de tais ações de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência. Para mais informações a respeito dos efeitos da pandemia de COVID-19 nos mercados de valores mobiliários, vide acima "*Surtos de doenças transmissíveis em escala global têm acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira*".

***Um mercado de negociação ativo e líquido para as ações ordinárias da Companhia pode não se desenvolver e uma limitação substancial na capacidade dos nossos acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderão afetar adversamente o valor da sua negociação.***

Antes desta oferta, não havia mercado ativo e líquido para as ações da Companhia. Não podemos prever se um mercado para as ações da Companhia se desenvolverá na B3 ou, caso se desenvolva, se proporcionará liquidez suficiente para as ações da Companhia. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, podendo, ainda, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia.

Crises em outros países emergentes, inclusive decorrentes de pandemias, como a da COVID-19, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas da Companhia de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de suas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de das ações da Companhia poderão prejudicar o valor da sua negociação.

***A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.***

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo. Os índices de inflação anuais foram de 7,54%, 7,30% e 23,14% em 2018, 2019 e 2020 respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) e 3,75%, 4,31% e 4,52% em 2018, 2019 e 2020 respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e do IPCA. Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão afetar a Companhia de forma adversa.***

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o Banco Central (BACEN) eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Essas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as nossas condições financeiras e resultados operacionais. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, afetando os nossos clientes que dependem de segmentos exportadores, o que poderá ter um efeito adverso a nós.

A desvalorização de longo prazo do real encontra-se geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, assim como a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Em 2017, o dólar norte-americano valorizou-se 1,9% em relação ao real, o qual passou de R$ 3,26 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$ 3,31 por dólar no final de 2017. Em 2018, o dólar norte-americano valorizou-se 14,4% em relação ao real, o qual passou de R$ 3,31 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$ 3,87 por dólar no final de 2018. No ano de 2019, o dólar norte-americano valorizou-se 3,7%, em relação ao real, o qual passou de uma cotação de R$ 3,87 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$ 4,02 por dólar no final de 2019. Além disso, no exercício social de 2020, em virtude da pandemia da COVID-19, o dólar norte-americano valorizou-se em 22,6%, em relação ao real, assim, não é possível prever as flutuações futuras da taxa de câmbio.

Não é possível garantir que o real não sofrerá qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados aos nossos empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos, bem como pode afetar o resultado proveniente das atividades de hedge cambial, pois a valorização do dólar poderia gerar ajustes negativos e marcação à mercado desfavoráveis para a Companhia relativo aos instrumentos contratados. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano, poderia acarretar a redução das receitas uma vez que o preço do alumínio vendido é indexado ao dólar norte-americano. Historicamente, mudanças nas taxas de câmbio tem ainda impacto no preço do alumínio na bolsa de Londres (LME). Dessa forma, a Companhia pode ser afetada negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das operações da Companhia. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

# 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

## 4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, de ações, entre outros. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

***Risco de Taxa de Juros***

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um “mix” apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. A Companhia não contrata instrumentos de proteção contra esse risco.

As análises de sensibilidade de instrumentos financeiros com risco de exposição de juros a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros em 30 de setembro de 2021. Os ativos e passivos sujeitos aos riscos de taxas de juros estão demonstrados a seguir, recalculados conforme cenários estabelecidos para o consolidado em 30 de setembro de 2021 (efeitos no resultado):

| Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Variável de risco** | **Valor contábil** | **Cenário I (provável)** | **Cenário II (+25%)** | **Cenário III (+50%)** |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 1.472 | 1.602 | 1.635 | 1.668 |
| Aplicações Financeiras | CDI | 6.329 | 6.890 | 7.030 | 7.170 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (136.101) | (148.160) | (151.174) | (154.189) |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | **(11.368)** | **(14.209)** | **(17.051)** |

Nota: para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2021 (8,80% a.a.) para 360 dias. Para o cenário II do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2021 (11,08% a.a.) para 360 dias. Para o cenário III do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2021 (13,29% a.a.) para 360 dias.

***Risco de Crédito***

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e dos recebíveis das administradoras de cartão de crédito. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras e o não recebimento dos valores a serem repassados pelas administradoras de cartão. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo saldo de caixa de equivalentes de caixa e contas a receber em 30 de setembro de 2021.

***Risco de Liquidez***

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Não se pode assegurar que haverá recursos suficientes em caixa ou recursos decorrentes de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros da Companhia. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (consolidado):

***Passivo de Arrendamento:***

| | Total |
|---|---|
| Até 1 ano | 31.861 |
| Entre 1 e 2 anos | 26.284 |
| Entre 2 e 3 anos | 23.258 |
| Mais de 3 anos | 61.726 |
| Total | **143.130** |

***Empréstimos e financiamentos:***

| | 30/09/2021 |
|---|---|
| 2022 | 32.078 |
| 2023 em diante | 77.179 |
| **Total** | **109.257** |

***Fornecedores:***

**Consolidado**

| 30 de setembro 2021 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | 6 meses ou menos | 06-12 meses | 01-02 anos | 02-05 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 18.218 | 20.314 | 12.412 | 2.864 | 2.843 | 2.195 |

# 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, administrativa, regulatória e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados externos, responsáveis pelo acompanhamento da demanda, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos, cujos valores de prognóstico "provável" são registrados nos livros contábeis da Companhia como passivo e os de prognóstico "possível" são mencionados em notas explicativas.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar negativamente de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia estava envolvida em processos segregados conforme sua natureza, cujo valor provisionado com prognóstico "provável" somava R$310 mil para ações de natureza trabalhista, R$948 mil para as ações de natureza cível e R$ 1.798 mil para ações e procedimentos de natureza administrativa/tributário naquela data.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2021.

**Contingências Cíveis**

| **Ação Civil Pública nº 8028903-56.2021.8.05.0001** | |
|---|---|
| **a. Juízo** | 5ª Vara de Relação de Consumo de Salvador/Bahia |
| **b. Instância** | 1ª instância |
| **c. Data de instauração** | 18.3.2021 |
| **d. Partes no processo** | Autor: Ministério Público do Estado da Bahia<br>Ré: Self It Academias Holding S/A e Outros |
| **e. Valores, bens ou direitos envolvidos** | Valor da causa: R$ 200.000,00 |
| **f. Principais fatos** | Trata-se de ação civil pública com pedido liminar proposta pelo MP/BA contra os estabelecimentos da rede de academias da Companhia localizadas em Salvador. O MP/BA alega a existência de cláusulas abusivas no contrato com os consumidores, bem como cobranças arbitrárias, gerando danos de caráter coletivo. Requer a condenação das empresas ao pagamento de indenização pelos prejuízos materiais e morais causados aos consumidores, a devolução dos valores indevidamente pagos e o pagamento de danos morais coletivos. Foi proferida decisão concedendo parcialmente a tutela de urgência pleiteada para determinar que as empresas não criem obstáculos aos consumidores para o cancelamento dos planos; alterem as cláusulas reputadas como abusivas dos Termo de Adesão; informem os consumidores sobre as alterações realizadas; e aperfeiçoem o Serviço de Atendimento aos Consumidores. A Companhia e demais empresas interpuseram o agravo de instrumento nº 8018844-12.2021.8.05.0000 contra essa decisão, o qual ainda está pendente de julgamento. Nos autos principais, a Companhia e demais empresas apresentaram contestação defendendo a inexistência de cláusulas abusivas nos Termos de Adesão e requerendo a improcedência da demanda. |
| **g. Chance de perda** | Possível |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| Ação Civil Pública nº 8028903-56.2021.8.05.0001 | |
|---|---|
| **h. Impacto em caso de perda do processo** | Caso a Companhia não obtenha êxito na discussão, estará sujeita ao cumprimento das obrigações de fazer e ao pagamento das indenizações pleiteadas pelo MP/BA. |

| Ação Popular nº 0800608-11.2020.8.10.0001 | |
|---|---|
| **a. Juízo** | Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luis/MA |
| **b. Instância** | 1ª instância |
| **c. Data de instauração** | 10.1.2020 |
| **d. Partes no processo** | Autora: Cláudia Regina de Oliveira Cantanhede<br>Ré: Academia Inteligente Ltda. |
| **e. Valores, bens ou direitos envolvidos** | Valor da causa: R$ 500.000,00 |
| **f. Principais fatos** | Trata-se de Ação Popular ajuizada pela Autora a fim de exigir que a Companhia promova o isolamento acústico e as adequações do sistema de refrigeração das instalações da Unidade Daniel de La Touche, requerendo, ainda, a condenação ao pagamento de indenização no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a título de danos morais coletivos. Foi proferida decisão deferindo, em parte, o pedido de tutela de urgência e determinando que a Companhia suspenda a utilização dos aparelhos de ar-condicionado de seu estabelecimento, até que seja providenciado o isolamento acústico e/ou adequação do sistema de ar-condicionado, evitando a emissão de sons e ruídos acima daqueles permitidos pela legislação em vigor, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). A Companhia apresentou contestação demonstrando o cumprimento da liminar e realização de obras de isolamento acústico. Além disso, defendeu a ausência de interesse processual pela via de Ação Popular ser inadequada e, no mérito, foi esclarecido que a Companhia já estava providenciando as obras de isolamento antes mesmo do ajuizamento da ação e, por fim, que a indenização requerida no valor de R$ 500.000,00 por danos morais coletivos é indevida. Realizada audiência de conciliação em que a Autora alegou que a liminar não foi cumprida em sua totalidade. Além disso, propôs acordo para extinção do processo envolvendo a realização da obras de isolamento acústico da saída de emergência no prazo de 30 dias; a realização de depósito judicial no valor de R$ 10.000,00, no prazo de 15 dias, para contribuir por algum projeto social a ser escolhido pelo Juízo; o pagamento de R$ 10.000,00 a título de honorários advocatícios ao advogado da Autora, no prazo de 15 dias. A Companhia informou que a liminar havia sido integralmente cumprida e recusou a proposta de acordo. |
| **g. Chance de perda** | Possível |
| **h. Impacto em caso de perda do processo** | Em caso de procedência da ação, a Companhia estará sujeita à realização das obras de isolamento acústico da unidade Daniel de La Touche e pagamento dos danos morais coletivos em valor a ser arbitrado pelo Juízo. |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| Processo nº 0041756-54.2020.8.17.2001 | |
|---|---|
| **a. Juízo** | 29ª Vara Cível da Capital de Pernambuco/PE |
| **b. Instância** | 1ª instância |
| **c. Data de instauração** | 24.8.2020 |
| **d. Partes no processo** | Autora: A2 Consultoria e Construções Eireli<br>Ré: Self It Academias Holding S.A. - Matriz |
| **e. Valores, bens ou direitos envolvidos** | Valor da causa: R$ 754.496,97 |
| **f. Principais fatos** | Trata-se de ação de indenização proposta por A2 Consultoria e Construções Eireli, na qual afirma que as partes firmaram contrato de prestação de serviço de construção civil das Unidades de academia Shopping Lar Center, Extra Cuiabá e Shopping Estação Cuiabá, bem como afirma ter um saldo com a Companhia proveniente de aditivos contratuais celebrados e serviços prestados. Requer a condenação da Companhia ao pagamento da quantia de R$ 754.496,97, acrescida de correção monetária, juros e multas contratuais. A Companhia apresentou contestação defendendo a improcedência da demanda, vez que sempre cumpriu todas as suas obrigações, inclusive o pagamento dos valores devidos a título de contraprestação pelos serviços prestados pela Autora. Defende, ainda, que no decorrer da prestação dos serviços desempenhados pela construtora, sobrevieram diversos erros, descumprimentos e inadequações em sua atividade, os quais ocasionaram prejuízos à Companhia, bem como ensejaram a suspensão dos pagamentos. O processo está em fase de indicação de provas pelas partes. |
| **g. Chance de perda** | Possível |
| **h. Impacto em caso de perda do processo** | Caso a Companhia não obtenha êxito na discussão, estará sujeita ao pagamento de montante a ser definido de acordo com a sentença. |

| Processo nº 1123178-96.2019.8.26.0100 | |
|---|---|
| **a. Juízo** | 34ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo |
| **b. Instância** | 1ª instância |
| **c. Data de instauração** | 5.12.2019 |
| **d. Partes no processo** | Autora: Santander Holding Imobiliária S.A.<br>Ré: Self It Academias Holding S.A |
| **e. Valores, bens ou direitos envolvidos** | Valor da causa: R$ 1.746.529,32 |
| **f. Principais fatos** | Trata-se de ação indenizatória ajuizada por Santander, sob a alegação de que firmou Contrato de Sublocação Comercial com a Companhia visando a implementação de academia e ficou responsável pelo custeio e implementação das obras de adaptação do imóvel, bem como que a Companhia rescindiu imotivadamente o Contrato. Requer a condenação da Companhia ao pagamento de penalidades contratuais e dos custos incorridos para realização das obras. A Companhia apresentou contestação defendendo ser cabível a resolução da avença, alegando que a relação se mostrou exorbitantemente onerosa, em decorrência de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis. O caso se encontra em fase inicial e ainda aguarda instrução probatória. |
| **g. Chance de perda** | Possível |
| **h. Impacto em caso de perda do processo** | Caso a Companhia não obtenha êxito na discussão, estará sujeita ao pagamento de montante a ser definido de acordo com a sentença. |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

**Contingências Fiscais**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 5 (cinco) processos judiciais, administrativos ou arbitrais fiscais não sigilosos e com prognóstico de perda classificado como “remoto”, “possível” ou “provável”, os quais totalizavam o valor envolvido de aproximadamente de R$ 544.290,00. Na mesma data, nenhum dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza fiscal foram considerados relevantes pela Companhia.

**Contingências Trabalhistas**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 52 (cinquenta e dois) processos judiciais e administrativos trabalhistas não sigilosos e com prognóstico de perda classificado como “remoto”, “possível” ou “provável”, os quais totalizavam o valor envolvido de aproximadamente R$1.695.020,00 (um milhão seiscentos e noventa e cinco mil e vinte reais), sendo 35 processos judiciais, totalizando R$ 1.637.294,00 (um milhão seiscentos e trinta e sete mil duzentos e noventa e quatro reais), e 17 procedimentos administrativos, totalizando R$ 57.726,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e seis reais). Na mesma data, nenhum dos processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista foram considerados relevantes pela Companhia.

**Contingências Ambientais**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possuía contingências ambientais consideradas relevantes.

## 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

### 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

# 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

## 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia é parte em um processo judicial de natureza cível, com chance de perda possível, envolvendo um de suas acionistas minoritários, conforme descrito abaixo

Salvo o processo mencionado abaixo, não há outros processos sigilosos relevantes.

| | |
|---|---|
| **a. Juízo** | 11ª Vara Cível da Capital de Pernambuco/PE |
| **b. Instância** | 1ª instância |
| **c. Data de instauração** | 5.4.2021 |
| **d. Partes no processo** | Autor: N. L. de A. N.<br>Ré: Self It Academias Holding S.A |
| **e. Valores, bens ou direitos envolvidos** | Valor da causa: R$ 1.000,00 |
| **f. Principais fatos** | Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada por acionista minoritário contra a Companhia visando (i) o cancelamento ou a declaração de nulidade da Assembleia Geral Extraordinária de 6.4.2021 que aprovou aumento do capital social, entre R$ 70 milhões e R$ 90 milhões; (ii) a contratação de uma empresa independente para realizar a avaliação da Companhia que embase o valor de emissão de ações para o aumento do capital social; e (iii) a apresentação de plano de aplicação dos recursos oriundos do aumento de capital.<br><br>Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 6.4.2021, foi aprovado aumento de capital social da Companhia para reforço de seu caixa e recuperação da saúde econômico-financeira (“AGE de Aumento de Capital”) no valor total de no mínimo R$ 70 milhões e no máximo R$ 90 milhões, com a emissão de novas ações ordinárias classe A e/ou ações preferenciais, pelo preço de emissão de R$ 31,79994, por ação, com base em avaliação feita em 2018.<br><br>Embora o Autor concorde com o aumento de capital, o Autor entende que tal aumento deve ser em valor aproximado ao stress financeiro da Companhia, e ainda, que o preço de emissão por ação deve ter como base o valor atual da Companhia, e não o valor de 2018. Assim, alega que o valor necessário para o reforço de caixa seria de R$ 43 milhões, não havendo justificativa para o aumento no valor proposto de R$ 70 milhões a R$ 90 milhões. Alega que estes valores foram indicados pelo Conselho de Administração como necessários para a construção de novas unidades da Companhia, mas que tal investimento não se justifica considerando a pandemia do Covid-19 e a diminuição do número de alunos das unidades já existentes. Dessa forma, defende que o aumento de capital da Companhia é superior ao stress financeiro e causará sua diluição injustificada.<br><br>Ademais, o Autor alega que não haveria elementos e estudos suficientes para corroborar com o preço proposto por ação, R$31,79994, já que a avaliação realizada em 2018 considerou que a Companhia valia algo em torno de R$ 350 milhões, enquanto em dezembro de 2020 a Companhia foi avaliada no valor de R$ 700 milhões.<br><br>O pedido de tutela de urgência foi indeferido. Em 5.7.2021, a Companhia apresentou contestação defendendo a existência de convenção de arbitragem, de forma que a demanda deveria ser extinta sem resolução de mérito. No mérito, defendeu a validade da deliberação realizada na Assembleia Geral Extraordinária de 6.4.2021 em virtude (i) da aplicação do princípio majoritário e |

## 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

| | |
|---|---|
| | (ii) do respeito ao procedimento de aumento de capital previsto no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia.<br><br>Houve a apresentação de réplica pelo Autor. Aguarda-se despacho saneador para prosseguimento do feito.<br><br>Embora seja difícil prever, como a ação envolve significativo grau de complexidade, dificilmente haverá sentença até a conclusão deste processo de oferta pública inicial de ações, de modo que a ação não deverá interferir na oferta. |
| **g. Chance de perda** | Possível |
| **h. Impacto em caso de perda do processo** | Caso a Companhia não obtenha êxito na discussão, poderá ser declarada nula a Assembleia Geral Extraordinária de 6.4.2021 que aprovou aumento do capital social da Companhia, para além do valor de R$ 43 milhões já reconhecido pelo Autor. Além disso, poderá haver nova avaliação do valor de emissão da ação para o aumento do capital social, o que pode aumentar o valor da participação acionária do Autor.<br><br>A oferta inicial de ações não é mencionada e não é objeto dessa ação e a discussão gira em torno do valor de avaliação da companhia utilizado para aprovação de aumento de capital ocorrido pré-IPO. Embora seja difícil antecipar o desfecho da ação, é possível que, no caso de procedência, o Autor seja indenizado via (i) recebimento de indenização correspondente ao valor das ações pelas quais foi indevidamente diluído em razão do aumento de capital aprovado; ou (ii) recebimento de ações necessárias a restituir o seu percentual de participação acionária, pré-diluição. |

# 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

**4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Apresentamos abaixo os processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes, cujo valor envolvido somava R$9.153 mil em 30 de setembro de 2021, considerando o risco “provável”, “possível” e “remoto”.

**PROCESSOS CÍVEIS**

| | |
|---|---|
| **ITEM 1** | Ações Cíveis e Procedimentos Administrativos de Consumidor – Processos e procedimentos relacionados à discussão de cláusulas contratuais e supostas cobranças indevidas. |
| **Valores envolvidos** | Valor envolvido: R$ 4.918.516 (valor da causa) |
| **Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | A Companhia figura no polo passivo em 585 ações judiciais cíveis e procedimentos administrativos que questionam cláusulas contratuais sobre formas de pagamento aceitas pela Companhia, anuidade, trancamento de matrícula, renovação automática, cancelamento e multa rescisória, além demandas que questionam cobranças indevidas. Destes, 353 estão em trâmite perante o Procon ou Ministério Público e 232 em Juizados Especiais Cíveis e Justiça Comum. Do total, 69 somam o valor provisionado e contingenciado acima indicado. |

| | |
|---|---|
| **ITEM 2** | Ações Cíveis – Contratos de Prestação de Serviços e Locação de Imóveis. |
| **Valores envolvidos** | Valor envolvido: R$ 3.866.965,00 (valor da causa). |
| **Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | A Companhia figura no polo passivo em 20 ações que tratam de prestação de serviços e de locações envolvendo unidades de academias. Destes, 17 são referentes à prestação de serviços e 3 decorrentes de relações locatícias. Considerando que estas ações ainda estão em fase inicial e de instrução, até o momento, nenhuma envolve valor provisionado e contingenciado como passivo. |

**PROCESSOS TRABALHISTAS**

| **Processos Trabalhistas** | |
|---|---|
| **Valores Envolvidos** | R$ 367.361,00 |
| **Prática que causou tal contingência** | A Companhia é parte em 10 (dez) processos judiciais que discutem reconhecimento de vínculo empregatício, 5 processos envolvendo sucessão empresarial de estabelecimento comercial e 6 autos de infração que discutem normas de saúde e segurança do trabalho. |

# 4.7 - Outras Contingências Relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

# 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

**(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(e) outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

# 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

**5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos**

**(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos**

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de dezembro de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e cuja aplicação é monitorada pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance da Companhia.

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores: https://www.selfitacademias.com.br/investidor.

**(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos**

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, bem como do adequado cumprimento pelos Colaboradores da Companhia e Terceiros das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, em conformidade com seu Código de Ética e Conduta, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

**(i) Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia está comprometida com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver os seus valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção, encontram-se os seguintes:

(a) Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(b) Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia e decorrem de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

(c) Imagem: Perda de credibilidade e reputação perante os clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias;

(d) Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;

(e) Legal, Regulatório e/ou de *Compliance*: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas e perda de reputação e má formalização de operações (por exemplo, com órgãos reguladores, operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos ou lavagem de dinheiro;

(f) Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade; e

(g) Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

**(ii) Instrumentos utilizados para proteção**

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Comunicação e Consulta:

Durante todo processo de gestão de riscos deverá haver uma comunicação efetiva e consulta interna e externa entre o Comitê de Auditoria e Compliance e as Partes Interessadas (incluindo entrevistas/conversas com Colaboradores, Terceiros, entre outros), por meio de um documento formal ou de uma lista de verificação (ex: elaboração de um questionário específico para cada pessoa), para:

- auxiliar a estabelecer o contexto apropriado e assegurar que as visões e percepções das Partes Interessadas, incluindo necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam identificadas, registradas e levadas em consideração;
- auxiliar a assegurar que os riscos sejam identificados e analisados adequadamente, reunindo áreas diferentes de especialização; e
- garantir que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, e avaliem e apoiem o tratamento dos riscos.

(b) Estabelecimento do Contexto:

Nesta etapa, o Comitê de Auditoria e Compliance entenderá o contexto da Companhia, ou seja, objetivos, ambientes de trabalho (internos e externos), inclusive controles internos existentes, no qual os objetivos são perseguidos, com o fim de obter uma visão abrangente dos fatores que possam influenciar a capacidade da Companhia para atingir os seus objetivos, bem como fornecer parâmetros para a definição de como as atividades subsequentes do processo de gestão de riscos serão conduzidas.

Esta etapa inclui a identificação das Partes Interessadas, bem como a identificação e a apreciação das suas necessidades, expectativas legítimas e preocupações.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Processo de Avaliação de riscos:

Nesta etapa, o Comitê de Auditoria e Compliance compreenderá a identificação, análise, classificação, avaliação de riscos, tratamento e o monitoramento dos riscos, conforme detalhados abaixo:

- Identificação dos Riscos: O Comitê de Auditoria e Compliance produzirá uma lista de riscos identificados, incluindo causas, fontes e eventos que possam ter um impacto na consecução dos objetivos identificados na etapa de estabelecimento do contexto. Esta identificação de riscos pode se basear em dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e especialistas, necessidades das Partes Interessadas.

  Portanto, é importante o envolvimento das pessoas com conhecimento adequado e da equipe diretamente responsável pela execução do processo, do projeto ou da atividade que está tendo os riscos identificados.

- Análise e Classificação dos Riscos: A partir da lista de riscos identificados, o Comitê de Auditoria e Compliance elaborará um relatório de riscos com o objetivo de compreender a natureza dos riscos e determinar os níveis de riscos para que estes sejam avaliados e devidamente tratados.

  O nível do risco deverá ser expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento, frente à realidade e as práticas atuais da Companhia, e de suas consequências em termos da magnitude do impacto nos objetivos.

  Além disto, as análises de riscos poderão usar escalas/classificações de probabilidades de materialização e seu impacto ou consequências às atividades da Companhia, que devem ser elaboradas de forma compatível com o contexto e os objetivos da gestão de riscos da Companhia.

  Para elaboração do relatório de riscos, o Comitê de Auditoria e Compliance deverá considerar as escalas de probabilidades e de impactos a seguir.

- Escalas de Probabilidades de Ocorrência:

| Chance de ocorrência | Descrição |
|---|---|
| **Muito Baixa** | Remoto/Improvável: **Evento improvável de ocorrer.** Excepcionalmente, até poderá ocorrer, porém no momento da sua classificação, não foram identificadas situações, elementos ou informações concretas que indiquem sua ocorrência em futuro próximo. |
| **Baixa** | Rara: **Evento raro de ocorrer.** O evento poderá ocorrer em algum momento; contudo, caso ocorra, será algo razoavelmente inesperado, existindo poucos elementos ou informações que indiquem tal possibilidade em futuro próximo. |
| **Média** | Possível: **Evento possível de ocorrer.** Existem elementos ou informações que apontam moderadamente essa possibilidade em algum momento de vida da Companhia. |
| **Alta** | Provável: **Evento provável de ocorrer.** É esperado que o evento acabe ocorrendo em algum momento de vida da Companhia (ainda que incerto), pois os elementos e as informações levantadas indicam tal possibilidade. |
| **Muito Alta** | Quase/Praticamente Certo: **Evento praticamente certo de ocorrer.** É inequívoco que o evento ocorrerá em algum momento de vida da Companhia, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente tal possibilidade. |

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliação de Riscos: Após a conclusão do relatório de riscos, o Comitê de Auditoria e Compliance deverá apresentar os resultados encontrados à Diretoria, para que esta possa avaliar os riscos e decidir qual tratamento será dado aos Riscos identificados, bem como se dará a implementação do tratamento em questão.

  A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais Riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do referido tratamento.

  A situação em que a Companhia está disposto a enfrentar para implementar suas estratégias comerciais, atingir seus objetivos financeiros e agregar valor para seus acionistas/Partes Interessadas é chamado de "apetite ao risco", e o nível de variação aceitável no desempenho em relação à meta para o cumprimento de um objetivo específico é chamado de "tolerância ao risco".

  Desta forma, as seguintes diretrizes podem ser usadas pelo Companhia para priorização e tratamento de riscos:

| Magnitude de Impacto | Descrição |
|---|---|
| **Muito Baixo** | Imaterial/Mínimo: Degradação de operações, atividades, processos, projetos ou programas da organização, causando impactos mínimos no que concerne ao prazo, custo, qualidade, escopo, imagem, relacionamento com cliente ou atendimento de metas, padrões ou capacidade de entrega de produtos/serviços às Partes Interessadas, sejam clientes (internos/externos), ou beneficiários. |
| **Baixo** | Pequeno: Degradação de operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos baixos nos objetivos financeiros ou o atendimento de metas, sendo, contudo, plenamente mensuráveis e recuperáveis em curto prazo. |
| **Médio** | Moderado: Degradação, interrupção ou demais impactos em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos significativos nos objetivos financeiros e metas a curto e/ou médio prazo, porém, sendo recuperáveis em longo prazo. |
| **Alto** | Significativo: Degradação, interrupção ou demais impactos em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos de reversão muito difícil e impactando expressivamente os objetivos de curto, médio e longo prazo da organização. |
| **Muito Alto** | Substancial/Catastrófico: Total paralisação ou impactos de grande escala em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos irreversíveis e/ou catastróficos capazes de causar a extinção da organização. |

- Tratamento de Riscos: Apresentados os resultados para a Diretoria e decidido o tratamento que será dado aos riscos identificados, será instituído um grupo de trabalho envolvendo o Comitê de Auditoria e Compliance e as Partes Interessadas para desenhar o plano de ação e implementar o tratamento.

  Esta etapa envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar o nível do risco (a probabilidade ou o impacto) e a elaboração de planos de tratamento que, uma vez implementados, implicarão a introdução de novos controles ou a modificação dos existentes. A partir da definição dos critérios-macro de apetite e tolerância aos riscos, o grupo de trabalho deverá apresentar planos de ação com medidas adequadas para fins de eliminação ou mitigação dos riscos identificados anualmente, salvo se definido de maneira distinta no plano de ação, priorizando os esforços humanos e orçamentários aos Riscos de maior impacto e/ou chance de materialização.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Tais planos de ação deverão contar com a recomendação do Comitê Auditoria para a aprovação formal do Conselho de Administração, e o acompanhamento periódico da sua execução pelo Comitê de Compliance.

- Monitoramento dos Riscos: O monitoramento e a análise crítica da gestão de riscos pelo Comitê de Auditoria é uma das etapas mais importantes do processo de gestão de riscos. Seus objetivos são:
  - garantir a atualização da forma de classificação e priorização dos riscos já identificados;
  - verificar o surgimento de novas categorias de riscos;
  - verificar o nível de implementação dos planos de mitigação;
  - detectar mudanças no contexto externo e interno, incluindo alterações nos critérios de risco e no próprio Risco, que podem requerer revisão dos tratamentos atualmente adotados e suas prioridades, e levar à identificação de riscos emergentes; e
  - obter informações adicionais para melhorar a política, a estrutura e o processo de gestão de riscos;
  - verificar periodicamente se os controles internos continuam eficazes e eficientes; e
  - verificar se as diretrizes estabelecidas pelas políticas e procedimentos internos estão sendo cumpridas.

Para auxiliar nesta etapa, poderá ser realizada auditoria externa/independente.

**(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

(a) Conselho de Administração: É o órgão responsável por aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria; fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e avaliar, por meio do Comitê de Auditoria, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de riscos anualmente.

(b) Diretoria Estatutária: É o órgão responsável por desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos riscos; definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia; definir, em conjunto com o Comitê de Compliance, os planos de ação para mitigação dos riscos; supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e, ainda, disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Comitê de Auditoria: O órgão foi aprovado pelo Conselho de Administração e implementado em 10 de dezembro de 2021, e é responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, sendo responsável por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna e do Comitê de Compliance da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

(d) Comitê de Compliance: O órgão foi aprovado pelo Conselho de Administração e implementado em 10 de dezembro de 2021 e é responsável por supervisionar a adoção das rotinas internas e iniciativas a fim de evitar, detectar e/ou remediar possíveis riscos envolvendo as atividades da Companhia; fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda; fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos; apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco; supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar o monitoramento constante de riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os riscos emergentes; acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas; avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições; cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração; comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco; e definir procedimentos para monitoramento de terceiros.

(e) Funcionários Especificamente Designados: A Companhia deverá designar funcionários para a exercer funções de compliance, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais. Tais funcionários, no exercício destas funções específicas, responderão diretamente ao Comitê de Auditoria. Serão responsáveis por realizar testes de aderência às políticas da Companhia; dar suporte ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de Compliance; e desenvolver as demais atividades que venham a ser determinadas por tais Comitês.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(f) Gestores das Áreas de Negócio: Responsáveis por identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos; comunicar, tempestivamente, à área responsável por controles internos da Companhia, conforme as definições do Comitê de Auditoria e contando com o auxílio de gestores de diferentes departamentos (a depender da área envolvida); implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

(g) Área de Auditoria Interna: A Área foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2021 e implementada com a indicação de responsável pelo setor, responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário; fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos; apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

**(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

A administração da Companhia, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial a Área de Auditoria Interna, monitoram e avaliam, por meios que a Companhia considera adequados, se as operações que efetua estão de acordo com as políticas adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia. Além disto, a estrutura e orçamento destinados à Área de Auditoria Interna foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de dezembro de 2021, como sendo suficientes para o desempenho de suas competências.

Em vista do porte da Companhia e riscos correspondentes, a Companhia entende que sua estrutura operacional atual para verificação da efetividade de suas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, a Companhia entende que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez ao ano, revisa seus códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

# 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado**

**Gerenciamento de Riscos**

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021, os riscos de mercado, tal qual os demais riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

**(a) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas: (i) comunicação e consulta; (ii) estabelecimento do contexto; (iii) processo de avaliação de riscos; e (iv) tratamento.

**(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance de seus objetivos e de geração de valor conforme seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito.

Com relação aos riscos de mercado, são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*. Outro risco de mercado está relacionado à elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

**(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não possui uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa Administração, com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

**(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia usualmente não opera instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial, mas pode operar, se necessário.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia não possui parâmetros formais para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, pois entende que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos. Não obstante, a Companhia realiza um acompanhamento periódico de sua estrutura patrimonial, considerando, entre outros fatores, o índice de estrutura patrimonial (passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido pelo ativo total) e o índice de endividamento (passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido), a fim de antecipar-se a quaisquer alterações relevantes ou riscos.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos especulativos.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamentos de riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi recentemente implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estratégicos, operacionais, de conformidade, cibernéticos, financeiros de imagem e socioambientais aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência.

O gerenciamento desses riscos é realizado pelo Comitê de Auditoria não estatutário criado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria é responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades à administração ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos. Atuam, em conjunto com o Comitê de Auditoria, o Comitê de Compliance, os Gestores das Áreas de Negócio, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

**(b) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento dos riscos de mercado e sempre que necessário a Companhia revisará os códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Conforme mencionado no item (b)(vi) acima, não há uma estrutura específica para fins de controle de gerenciamento de riscos de mercado, sendo certo que a administração da Companhia é a responsável por essa avaliação e gerenciamento de seus riscos.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos de mercado porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado estão cobertos pela estrutura de gerenciamento de riscos previstos na Política de Gerenciamento de Riscos e pelas avaliações e processos decisórios da administração da Companhia.

# 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**5.3 - Descrição dos controles internos**

**(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia implementa e mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que a Companhia adota baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de seus objetivos. Para isso, seu processo consiste basicamente em avaliar periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de compliance da Companhia encontram-se detalhados no item 5.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento dos riscos de mercado e sempre que necessário a Companhia revisará os códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

**(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Participam das práticas de controles internos da Companhia: o (a) Comitê de Auditoria, (b) o Comitê de Compliance, e (c) a Auditoria Interna.

Comitê de Auditoria

A Companhia instalou, em 10 de dezembro de 2021, um Comitê de Auditoria de caráter não estatutário e permanente, que reporta ao Conselho de Administração, que terá como principais atribuições:

(i) zelar pelos legítimos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições;

(ii) avaliar, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;

(iii) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;

(iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

(v) supervisionar a implementação de iniciativas de auditoria interna, a instalação e as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, se e quando instaladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

(vi) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;

(vii) assessorar o Conselho de Administração no processo de supervisão da elaboração do orçamento anual, bem como das demonstrações financeiras da Companhia e demais relatórios exigidos por lei, a fim de assegurar que tais demonstrações e relatórios cumpram os requisitos legais aplicáveis;

(viii) revisar previamente à sua divulgação e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, intermediárias e anuais da Companhia e de suas controladas, bem como documentos

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

correlatos, incluindo as divulgações constantes do relatório da administração da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(ix) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;

(x) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais, regulatórios, tributários e trabalhistas;

(xi) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;

(xii) opinar, exclusivamente quando solicitado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral e/ou à administração, conforme o caso, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão e investimentos e desinvestimentos relevantes relativos à Companhia;

(xiii) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira e de investimentos;

(xiv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com as despesas e investimentos realizados em nome da Companhia;

(xv) avaliar, monitorar e recomendar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação, correção e aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo, mas não se limitando à Política de Transações com Partes Relacionadas realizada pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(xvi) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;

(xvii) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ ou a Diretoria da Companhia;

(xviii) reunir-se com os demais comitês, comissões (caso existentes) e com o Conselho de Administração da Companhia, para discutir políticas, práticas e procedimentos financeiros e de investimento, auditoria e compliance, identificados no âmbito das suas respectivas competências;

(xix) examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira e de investimento proposta pela Diretoria da Companhia, incluindo, mas não se limitando, aplicações e operações financeiras, investimentos financeiros, captação e gestão de caixa e de riscos financeiros, bem como acompanhar sua implantação;

(xx) acompanhar a implantação de políticas de compliance aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas;

(xxi) observar as políticas da Companhia quando recebidas denúncias pelos canais de comunicação da Companhia e/ou outros sinais de alerta existentes e supervisionar a adoção de medidas, com foco na prevenção, detecção e resposta a eventuais violações existentes, recomendando a aplicação das medidas pertinentes em casos constatados de infrações;

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(xxii) analisar previamente todo e qualquer contrato (i) envolvendo a Companhia e/ou suas controladas relativos à prestação de serviços de consultoria, assessoria e/ou atividades similares por terceiros e que os Administradores julguem necessário; e/ou (ii) envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, de um lado, e qualquer Parte Relacionada da Companhia (nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse), de suas controladas, dos acionistas da Companhia e/ou dos administradores, conforme o caso, podendo emitir pareceres aos órgãos estatutários competentes;

(xxiii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas, dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(xxiv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;

(xxv) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

(xxvi) acompanhar a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas; e

(xxvii) sugerir alterações ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Comitê de Compliance

A Companhia criou, em 10 de dezembro de 2021, um Comitê de Auditoria e Compliance de caráter não-estatutário e permanente, que reportará ao Conselho de Administração. Em 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno e a eleição dos membros do Comitê de Compliance.

Auditoria Interna

A Companhia instalou, em 10 de dezembro de 2021, uma Auditoria Interna que reporta ao Conselho de Administração, que terá como principais atribuições:

(i) elaborar o regimento interno disciplinador das regras operacionais para o seu funcionamento, submetendo-o, bem como as respectivas alterações, à aprovação do Conselho de Administração;

(ii) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição ou destituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;

(iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade de serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

(iv) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(v) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;

(vi) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas;

(vii) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(viii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;

(ix) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais e normativos em quaisquer esferas judiciais ou administrativas;

(x) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;

(xi) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(xii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(xiii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;

(xiv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(xv) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;

(xvi) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ ou a Diretoria da Companhia;

(xvii) reunir-se com os diversos Comitês, Comissões e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

(xviii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(xix) opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade do Comitê de Compliance.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das informações financeiras do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n°01/2021, item 10, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que ainda não foi emitido o relatório circunstanciado pelo auditor independente.

## 5.4 - Programa de Integridade

**5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que a Companhia entende como adequado ao seu porte e riscos correspondentes.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em seu Código de Conduta Ética e demais políticas relacionadas.

A Companhia tem como objetivo fomentar e consolidar uma cultura organizacional ética e sustentável. A conduta ética faz parte do negócio da Companhia e deve guiar todos os colaboradores e terceiros que se relacionarem com a Companhia e/ou com as demais empresas que integram o mesmo grupo econômico que a Companhia.

O Código de Conduta Ética reflete o compromisso da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade e respeito às pessoas e demonstrar aos clientes, investidores, parceiros comerciais e servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os detentores de mandato eletivo, que sua confiança na Companhia é justificada.

A Companhia não tolera práticas ilegais de qualquer natureza, incluindo corrupção por meio de pagamento de suborno ou propinas, o que resultará em medidas disciplinares energéticas que podem se estender até a demissão e/ou denúncia à órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor. Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética são tratadas de acordo com as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados.

Nosso Código de Conduta Ética também contém regras sobre relacionamentos pessoais, situações de conflitos de interesse, segurança da informação e confidencialidade, uso de computadores, segurança do trabalho e bem-estar, brindes e cortesias, transparência e divulgação, além de dispositivos sobre relacionamento com clientes, terceiros e agentes do poder público.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: https://www.selfitacademias.com.br/investidor.

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e o Comitê de Compliance, aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021, bem como o seu Canal de Denúncias.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros e políticas de investimento, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores

## 5.4 - Programa de Integridade

internos e dos auditores externos. Gerido por um regimento interno, o Comitê de Auditoria é composto por três membros.

O Comitê de Compliance terá total autonomia para executar suas funções e terá a atribuição de fornecer consultorias frente a questões especificas de compliance e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, a Companhia possui um Canal de Denúncias, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Conduta Ética, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

A Companhia entende que os seus mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao porte, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes de governo.

***iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

*• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código de Conduta Ética é aplicável a todos os nossos colaboradores, independentemente do nível hierárquico, da função e do cargo exercidos e da localidade que se encontram, bem como a todos os Terceiros que se relacionam direta ou indiretamente com a Companhia. Para fins do Código de Conduta Ética são considerados: (i) Colaboradores: qualquer sócio, acionista, administrador, conselheiro, diretor, executivo, empregado/funcionário (celetista ou não), aprendiz, estagiário, membros de comitês, colaborador, assessor, procurador ou agente da Companhia ou de suas afiliadas; e (ii) Terceiros: toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente a Companhia, que atuem, direta ou indiretamente, de qualquer forma, em nome da Companhia ou de qualquer Afiliada, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, parceiros de negócio, consultores, distribuidores, representantes, representantes comerciais, mandatários, procuradores, fornecedores, despachantes.

A aplicação do Código de Conduta Ética conta com total apoio e engajamento do Conselho de Administração, Diretoria e acionistas da Companhia.

*• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia, sob a coordenação da área responsável de Recursos Humanos, realiza, periodicamente, treinamentos continuados destinados a seus colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes do Código de Conduta Ética, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pela Companhia e que estão disciplinados no Código de Conduta Ética.

*• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética é tratada, de acordo as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados. Caso venha a ser comprovada, após o devido tratamento, a ocorrência de uma violação às disposições do Código de Conduta Ética, o(s) colaborador(es) ou terceiros receberá(ão) as penalidades aplicáveis, de acordo com a gravidade e o efetivo envolvimento, que poderá variar desde simples advertência até o desligamento do Colaborador (ou rescisão de contrato com Terceiro, se for o caso), sem prejuízo de aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e demais consequências previstas em leis e/ou contratos.

## 5.4 - Programa de Integridade

• *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta Ética foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021 e pode ser consultado no *website* da Companhia: https://www.selfitacademias.com.br/investidor.

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

• *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias é interno, sendo operado de maneira independente por um prestador de serviços terceirizado especializado. As investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética serão realizadas por equipe independente e habilitada, sob a liderança do Comitê de Auditoria e Compliance.

• *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes, estando disponível por telefone, no número 0800 450 4520 e pelo portal www.canalcondutaetica.com.br/selfit.

• *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O Código de Conduta Ética estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato, bem como que em nenhuma hipótese haverá retaliação pelo encaminhamento de dúvidas ou denúncias de violação ao Código de Conduta Ética.

É estritamente proibido qualquer ato de retaliação, sanção ou constrangimento a qualquer colaborador ou terceiro que expresse preocupações, reporte situações ou procure aconselhamento com relação a dúvidas e/ou possíveis violações às disposições do Código de Conduta Ética e das Políticas Internas. A Companhia adotará as medidas que entender adequadas caso um colaborador ou terceiro, independentemente da função e cargo exercidos, exerça medida de retaliação sobre outro que, com honestidade e boa-fé, tenha reportado uma possível violação, ainda que posteriormente a suspeita de violação não se confirme.

• *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética deverão ser realizadas pelo nosso Comitê de Auditoria e Compliance, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias estão descritas em nosso Código de Conduta Ética. Dependendo da complexidade da alegação, pode ser recomendada pelo Comitê de Auditoria e Compliance a contratação de serviços especializados para avaliar a veracidade dos fatos relatados na denúncia e levantar documentos comprobatórios aplicáveis. O resultado da investigação será apresentado ao Conselho de Administração para a tomada das decisões aplicáveis e o resultado das apurações reportado ao Comitê de Auditoria.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A realização de operações de aquisição e/ou reestruturações societárias, constituição de consórcios ou qualquer negócio equivalente por parte da Companhia deverá ser precedido de auditoria legal específica para verificar a eventual existência de irregularidades ou riscos envolvendo as sociedades

## 5.4 - Programa de Integridade

envolvidas, contando também com eventual assessoria legal externa, se necessário, com o intuito de obter um valuation e mapear os eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas. Os assessores jurídicos e financeiros também auxiliam na recomendação de estrutura de operação mais adequada para cada processo envolvendo a Companhia.

O departamento responsável pela condução da operação deverá reunir-se com o Responsável pelo Compliance e com o Comitê de Compliance para definição dos parâmetros a serem observados nestes casos.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme detalhado neste item 5.4, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao seu porte e aos riscos correspondentes.

## 5.5 - Alterações significativas

**5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

A Companhia não possuía Política de Gerenciamento de Riscos formalmente aprovada no último exercício social, contudo entende que não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

# 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

### 5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

## 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

| | |
|---|---|
| **Data de Constituição do Emissor** | 22/07/2015 |
| **Forma de Constituição do Emissor** | Sociedade por Ações |
| **País de Constituição** | Brasil |
| **Prazo de Duração** | Prazo de Duração Indeterminado |
| **Data de Registro CVM** | Registro Sendo Requerido |

# 6.3 - Breve Histórico

## 6.3 - Breve histórico

A Companhia possui uma atuação em franca expansão no segmento de academias de ginástica, ou fitness, do Brasil. Em 2012, partindo de uma forte visão empreendedora e sustentável, nossos fundadores, dois recifenses que com muita crença no mercado fitness brasileiro, começaram a história da Selfit, com a primeira unidade de academia em Salvador/BA.

Em 2015, quando a Companhia já contava com 5 unidades, recebeu um investimento ao fundo de investimentos H.I.G. Capital, elevando o negócio da Companhia a uma nova escala e acelerando seu crescimento. Hoje, com quase 70 unidades presentes em mais de 15 Estados, e a fim de galgar novos patamares, a Companhia está planejando a sua expansão em franquias.

Para atender um público variado, a Companhia possui dois planos: (i) o Plano Plus, que permite que o cliente use qualquer academia da rede; e (ii) o Plano Light, que permite que o cliente utilize apenas a academia na qual se matriculou. Além disso, possuímos horário de funcionamento flexível, que permite a utilização das academias e horários variados, inclusive aos finais de semana e feriados.

Inovamos na construção de um modelo proprietário com a criação de uma estrutura composta por espaços especiais conectados às principais tendências mundiais. Além disso, contamos com profissionais de excelência, que preparam aulas focadas em diversos aspectos físicos, como atividades cardiovasculares, musculares, de alongamento, funcionais, dentre outras. Tais atividades são divididas em seis segmentos principais, quais sejam: (i) *Self Intense*, com uma área completada para treinos funcionais com exercícios que proporcionam ganho de força, equilíbrio, flexibilidade, resistência e agilidade; (ii) *Self Extreme*, com sala de ginástica, focado em treinos de alta intensidades (HIIT) para gasto elevado de calorias; (iii) *Self Move*, o qual concentra aulas com propostas divertidas, como *fitdance*, zumba e lutas, que auxiliam na melhora do condicionamento físico e fortalecimento muscular; (iv) *Self Speed*, uma área de HIIT, focado em atividades de *spinning* que combinam a melhora do condicionamento físico e da resistência com um elevado gasto calórico; (v) *Self Velo*, focado em treinos do tipo “cardio” para fortalecimento da resistência e do sistema cardiovascular, com equipamentos e plano de emagrecimento HIT; e (vi) *Self Force,* área focada em peso livre e musculação.

Nossas academias contam com salas de ginástica, ambiente climatizado, música ambiente, rede Wi-Fi, televisores, vestiário e armários. Todas essas comodidades visam a fornecer uma experiência mais agradável aos nossos clientes. Nosso formato tem o objetivo de atender às necessidades dos clientes que querem uma relação de felicidade, leveza e prazer com os exercícios, não uma obrigação.

## 6.3 - Breve Histórico

Com o início da pandemia de COVID-19, em março de 2020, a Companhia tomou medidas duras, mas necessárias para mitigar os efeitos negativos da queda de demanda que seus serviços sofreram. Dentre outras, a Companhia (i) reduziu o quadro de colaboradores para melhor dimensionar a equipe na ponta; (ii) suspendeu e/ou reduziu contratos de trabalho nas quando as unidades estavam sem operar (ou operando com restrições); (iii) renegociou contratos com diversos fornecedores para melhor refletir o patamar de receita da Companhia; e (iv) aproveitou o momento de baixa demanda para remanejar e/ou fechar algumas unidades deficitárias. Em contrapartida, a Companhia aproveitou também o momento de crescimento do e-commerce no Brasil para tornar sua oferta de valor num modelo *omni-channel* e fez um investimento primário numa *start-up* que tem uma das melhores plataformas de fitness digital do Brasil: a Weburn. A Companhia acredita que as sinergias criadas na união dessas duas empresas farão com que atinjamos um mercado endereçável ainda maior do que o previamente atendido por nossas unidades físicas.

Ao longo de 2021, a Companhia se reestruturou para retomar seus planos de expansão. Tal execução acontecerá em paralelo à queda das restrições impostas pelas autoridades locais e se iniciará com recursos de uma captação feita em abril de 2021 com os atuais acionistas da Companhia. Após atingir o marco de 15 estados em março de 2020, a Companhia projeta adensar ainda mais sua presença nas regiões que opera, aumentando a penetração de academias de ginástica na população brasileira e ofertando um produto de qualidade em regiões que, até então, não tinham acesso a esse nível de serviço.

”A Selfit é prática, próxima, pra cima e pra todos. Ela é do seu jeito!”.

# 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

### 6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

# 6.6 - Outras Informações Relevantes

### 6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

# 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas VISÃO GERAL

Somos uma das maiores redes de academias de ginástica do Brasil, atualmente com 65 unidades distribuídas por todo território nacional e atuação pioneira na região Nordeste desde nossa fundação em 2012. Nosso modelo de negócios é focado em oferecer serviços de alta qualidade a preços acessíveis e competitivos, entre R$79,90 e R$109,90 mensais, garantindo aos nossos mais de 115 mil clientes instalações modernas, com tamanho médio de 1.050 m² de área útil e localizadas em pontos estratégicos. Saímos de 10 mil membros em 2015 e atingimos 169 mil membros em 2019, com crescimento médio anual ponderado de 27,4% nesse período. Durante a pandemia, aceleramos nossa estratégia digital com a aquisição do aplicativo WeBurn, líder no segmento de fitness digital, com aproximadamente 19 mil usuários. Assim, reforçamos nosso ecossistema de produtos e serviços para oferecer uma solução cada vez mais integrada e com valor agregado ao nosso cliente.

O modelo de fitness *value-for-money* ainda é pouco explorado no Brasil, com presença principalmente nas capitais e cidades relevantes dos principais estados brasileiros, possuindo, portanto, alto potencial de crescimento quando comparado a mercados mais maduros, como Europa e Estados Unidos. Enxergando essa demanda reprimida por academias de alto valor agregado e baixo custo, iniciamos nossas operações em 2012 a partir do Nordeste, nos tornando marca referência na região e expandindo para outras regiões do país.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Atualmente possuímos academias nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Centro-Oeste, com atuação nos principais polos econômicos dessas regiões através de unidades estrategicamente localizadas em estados como Recife, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde a nossa fundação em Salvador, no estado da Bahia, expandimos nossa rede para outros 14 estados e aumentamos nossa base de clientes em mais de 16 vezes entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019. Acreditamos que nossa experiência no setor e *track-record* em atender o segmento *value-for-money*, combinados a uma proposta diferenciada de valor, são os principais fatores que impulsionam nosso crescimento acelerado e fortalecem nosso ecossistema.

Acreditamos ainda que nosso modelo de negócios nos garante vantagens competitivas quanto a (i) proximidade ao cliente, (ii) acessibilidade e (iii) escala. Com uma capacidade de execução comprovada e excelência operacional, buscamos aprimorar continuamente nossos serviços e soluções com a missão de tornar academias de alto valor agregado e baixo custo cada vez mais acessíveis e democratizadas no Brasil. Temos orgulho em ser uma das redes de academias com maior participação de mulheres na base de clientes, além de termos aqualidade dos nossos serviços comprovadas com uma das melhores notas NPS (Net Promoter Score) do mercado e nota de Reclame Aqui de 8,8[1],significativamente acima dos nossos principais competidores. Nossa estratégia de expansão é assertiva e focada na geração de valor e sintonia operacional entre nossos canais físicos e digitais. Tal estratégia nos permite explorar as oportunidades tanto de adensamento em regiões em que já temos presença, quando a expansão para novas geografias de maneira rápida e eficiente, mantendo os níveis de qualidade dos nossos serviços e a robustez de nosso ecossistema.

**INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS**

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados. Para informações mais detalhadas sobre nossas informações financeiras, ver item 10 deste Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Combinadas e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

| *Indicadores* | 30 de setembro de | | Exercício findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2020 | 2019 | 2018 |
| **Número de academias em operação** | | | | | |
| **Por tipo** | | | | | |
| Próprias | 63 | 68 | 69 | 66 | 42 |
| **Número de clientes ativos** | | | | | |
| **Por tipo** | | | | | |
| Próprias | 101.558 | 128.517 | 136.765 | 169.045 | 107.464 |
| **Indicadores financeiros (em R$ milhares)** | | | | | |
| Receita Líquida dos serviços | 68.113 | 60.586 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |
| Prejuízo do período/exercício | (43.820) | (46.764) | (60.503) | (23.646) | (5.731) |
| EBITDA Ajustado (1) | (12.348) | (9.465) | (18.868) | 9.295 | 14.409 |
| Margem EBITDA Ajustado (2) | -18,1% | -15,6% | -21,7% | 7,7% | 6,5% |

(1) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### NOSSO ECOSSISTEMA

Somos uma rede de academias de ginástica inovadora e com um modelo de negócios que vai além da ginástica convencional. A maioria das academias no Brasil foram planejadas e organizadas de forma a priorizar modalidades tradicionais de musculação e aeróbico, deixando de oferecer uma complementariedade de modalidades e ambientes de treinamento aos seus clientes. Acreditamos que um de nossos grandes diferenciais é a oferta não somente de tais modalidades tradicionais de levantamento de peso e equipamentos para exercícios cardiovasculares, mas também de uma gama de atividades complementares em unidades planejadas, com ambientes voltados especificamente para tais modalidades. Nossas unidades incluem:

(a) **Self Intense:** área de treinamento funcional com exercícios que proporcionam ganho de força, equilíbrio, flexibilidade, resistência e agilidade. Possui equipamentos como corda naval, medicine ball, kettleball, sand bag, argola para exercício suspenso e TXR, utilizados para tornar os treinamentos dinâmicos e eficientes;

(b) **Self Extreme:** área para treinamentos intervalados e de alta intensidade (HIIT), oferecendo exercícios mais intensos e dinâmicos em aulas de curta duração;

(c) **Self Move:** área equipada para aulas diversas como fitdance, zumba, ginástica localizada, postural, muay thai, dentre outras;

(d) **Self Speed:** área exclusiva com bikes disponíveis para uma variedade de aulas de spinning em grupo; e

(e) **Self Velo e Musculação:** área para treinamentos de musculação e cardiovasculares, equipada com esteiras, bicicletas, remos, simuladores de escadas e aparelhos elípticos diversos.

[1] Nota ReclameAqui de outubro de 2021

Esse formato permite a otimização dos espaços e promove uma melhor experiência ao nosso cliente, a partir de projetos de arquitetura modernos, ambientes altamente colaborativos e organizados. Acreditamos que a complementariedade das modalidades e ambientes oferecidos nas academias Selfit seja um pilar fundamental da proposta de valor diferenciada no segmento fitness de *value-for-money*, uma vez que oferecemos uma gama completa de serviços que vai além do modelo das academias tradicionais.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Através da nossa plataforma de fitness digital WeBurn, nossos clientes têm a opção de praticar exercícios também fora das academias. Já são mais de 19 mil subscrições ativas e mais de 600 treinos proprietários, permitindo o acesso ao nosso ecossistema de maneira remota e a qualquer horário do dia, contribuindo para a expansão de nossa marca e trazendo ainda mais escalabilidade ao nosso negócio. A assinatura do aplicativo WeBurn é atualmente segregada e independente dos planos para a rede de academias físicas, permitindo inclusive usuários exclusivos do aplicativo (sem vínculo com a rede de academias da Selfit), a partir de planos mensais ou anuais que variam de R$29,90 a R$49,90 ao mês.

Atualmente oferecemos duas opções distintas de planos para matrícula nas academias da Selfit, divididas entre duas modalidades: (i) o plano Light; e (ii) o plano Plus. O plano Light varia de R$79,90 a R$99,90 mensais, dependendo da unidade de inscrição, sem prazo mínimo de contrato e garantindo ao cliente acesso exclusivo à unidade na qual a matrícula foi registrada, restrito às áreas de musculação e aeróbico. Já o plano Plus é fixo em R$109,90 mensais e garante acesso a todas as unidades Selfit no território nacional. Nesta opção, há fidelidade mínima de 1 ano, direito a um acompanhante gratuito para utilização da academia até 4 vezes ao mês e acesso livre à todas as atividades e aulas oferecidas. Ambas as opções de contrato possuem anuidade de R$149,90, paga em até duas parcelas, e uma taxa de inscrição que varia de R$30,00 a R$100,00. Em complemento aos planos Light e Plus, oferecemos ainda a contratação de serviços adicionais e personalizados, tais como day-use, *Personal Trainers* e aulas avulsas.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

**PROPOSTA DE VALOR COM FOCO NO CLIENTE**

Acreditamos que um dos principais pilares de nossa cultura é o foco no cliente e nas experiências do ecossistema da Selfit. Nossas unidades e nosso modelo de negócios buscam proporcionar cada vez mais uma experiência única e relevante aos nossos clientes. Para isso, promovemos iniciativas e parcerias que geram valor ainda maior ao principal negócio da Selfit.

Promovemos diversas iniciativas, atividades e programações em grupo que buscam consistentemente aumentar a satisfação de nossos clientes, dentre as quais atividades colaborativas e serviços complementares em um portfólio com mais de 300 aulas mensais *Self-Move*, treinamentos funcionais e circuitos dinâmicos em grupo, treinamentos de alta intensidade intervalados (HIIT) e estúdios de ciclismo com aulas diárias em todas as nossas unidades. Com o objetivo de tornar essa experiência ainda mais inclusiva, temos parcerias na forma de planos corporativos e/ou exclusivos com empresas de telecomunicações, varejistas e instituições financeiras, oferecendo benefícios aos nossos clientes na compra de serviços e produtos de psicologia, alimentação, telefonia, dentre outros.

Tais iniciativas e parcerias somadas à modernidade de nossas unidades, que contam na sua maioria com totens para a contratação de aulas avulsas e sem recepções físicas, têm contribuído para aumentar consistentemente o nível de satisfação de nossos clientes e o aprimoramento do nosso ecossistema. Somente nos últimos quatro anos, tivemos um salto em nosso NPS de 27 pontos para 61 pontos, um aumento de 126% (período compreendido entre dezembro de 2017 e setembro de 2021). Adicionalmente, possuímos o Selo RA1000 da plataforma Reclame Aqui pela nossa posição de destaque frente aos nossos principais competidores, atingindo nota de 8,8 em outubro de 2021.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### OPORTUNIDADE NO MERCADO FITNESS BRASILEIRO

IHRSA Global Report 2020

Atualmente o Brasil é o segundo país com o maior número de academias no mundo e o terceiro maior em termos de faturamento. Apesar disso, acreditamos que o mercado brasileiro de academias ainda apresenta alto potencial de crescimento. Com uma das maiores populações mundiais, o Brasil possui não somente um grande mercado endereçável, mas também uma das menores taxas de penetração de clientes de academias frente a outras economias. A penetração do mercado fitness no Brasil era de 4,9% em 2019, uma taxa consideravelmente inferior às taxas de mercados mais maduros como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, cujas taxas são de 21,2%, 16,7%, e 15,6%, respectivamente.[1] Além disso, grande parte dessa oportunidade se deve ao sistema polarizado de academias que se desenvolveu nacionalmente ao longo dos anos.

[1] De acordo com o IHRSA Global Report 2020

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Historicamente, as academias brasileiras, em grande parte, foram desenvolvidas para atender um nicho premium do mercado no eixo Sul-Sudeste ou eram constituídas por academiais locais de baixo valor agregado e alto valor de mensalidade quando comparado ao nosso modelo de negócio, contribuindo para um mercado altamente fragmentado, pouco explorado e com baixo foco no cliente.

Ao longo de nossa trajetória, entendemos que o mercado fitness brasileiro é carente de academias *value-for-money*, segmento que oferece acesso a academias de ponta, com alto valor agregado e de baixo custo. Com isso, crescemos nos últimos 9 anos e nos tornamos um dos principais players no segmento, que tem crescido de forma acelerada não somente no Brasil, mas também em outros mercados globalmente, como no Reino Unido, cujo total de clientes saltou de 4,0% em 2011 para 37,9% em 2018, um aumento de quase 10 vezes.[2]

Por fim, reforçamos nossa crença da escalabilidade do nosso modelo de negócios e nossa posição estratégica para alavancar o crescimento e a maturação do mercado fitness brasileiro com academias de qualidade a preços competitivo e acessíveis.

**ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO**

Tendo passado por forte crescimento ao longo dos últimos anos, buscamos expandir ainda mais nossa presença com o objetivo de consolidarmos nossa posição como uma das principais academias no segmento *value-for-money* na América Latina. As regiões em que atuamos apresentam inúmeras oportunidades de adensamento das nossas operações, assim como de expansão para geografias ainda não acessadas ou pouco exploradas pela nossa rede. Com um amplo mercado ainda a ser explorado e um modelo de negócios comprovado e rentável, estruturamos nossa estratégia de crescimento em quatro principais pilares, sendo eles:

**(a) Crescimento orgânico:** atualmente enxergamos avenidas de crescimento em todas as regiões do Brasil e possuímos um pipeline robusto de unidades a serem abertas. Identificamos um elevado potencial de crescimento da nossa marca em estados que já atuamos, uma vez que existem diversas oportunidades de adensamento de nossas academias na região. Muitas das cidades no Nordeste, por exemplo, são carentes em academias com estruturas e equipamentos modernos e modalidades variadas a preços acessíveis e competitivos. As aberturas de nossas unidades na região se demonstram cases de sucesso, com clientes aderindo aos planos de matrícula de forma acelerada e, na maioria das vezes, lotando nossos eventos de inauguração de novas unidades. Pretendemos ainda explorar igualmente a expansão de nossa presença nas demais regiões do Brasil que ainda carecem de academias no formato oferecido pela Selfit.

[2] De acordo com o State of the UK Fitness Industry Report 2011 e 2018; considera somente setor privado

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

| | População | Potencial Value-for-money | Unidades existentes | Potencial inexplorado |
|---|---|---|---|---|
| Nordeste | 57,7mm | 673 unidades | 128 unidades | 545 novas localidades |
| Norte | 18,9mm | 221 unidades | 17 unidades | 204 novas localidades |
| Centro-Oeste | 16,7mm | 195 unidades | 57 unidades | 138 novas localidades |
| Sudeste | 89,6mm | 1,045 unidades | 486 unidades | 559 novas localidades |
| Sul | 30,4mm | 355 unidades | 63 unidades | 292 novas localidades |
| **Total** | **213,3mm** | **2,489 unidades** | **751 unidades** | **1,738 novas localidades** |

**(b) Aquisições:** o mercado fitness brasileiro apresenta não somente diversas avenidas de crescimento orgânico, mas também múltiplas oportunidades de aquisições que monitoramos constantemente, principalmente no contexto da recente pandemia e a dificuldade de várias academias independentes em conseguirem manter seu negócio. A partir do nosso segmento de atuação e do nosso modelo de negócios, frequentemente competimos com academias locais de baixa escala, mas grande penetração em suas respectivas geografias. Na maioria das vezes, tais academias apresentam ampla margem de melhorias operacionais e expansão do leque de ofertas de serviços e produtos. Atualmente temos mapeadas 47 oportunidades de aquisições para expandirmos as operações em localidades que apresentam base de clientes relevante com potencial de maturação e desenvolvimento.

**(c) Fitness Digital:** a pandemia do COVID-19 trouxe grandes desafios para o mercado fitness globalmente, o que não foi diferente no Brasil. Nossas operações foram impactadas em 2020, principalmente no segundo trimestre do ano, período em que nenhuma unidade de nossa rede pode operar por questões regulatórias (lockdown). Em meio ao cenário extremamente desafiador para todo nosso mercado, priorizamos o avanço da agenda de fitness digital e nos modernizamos com a aquisição da plataforma WeBurn, uma das líderes do segmento no país. Desde então nossa plataforma de fitness digital se demonstrou um pilar essencial de nossas operações e é atualmente uma vertente com elevado potencial de crescimento. Em termos de penetração, o segmento de fitness digital se encontra em estágios ainda iniciais de desenvolvimento, uma vez que a taxa de penetração da modalidade no Brasil é de somente 1,9% do mercado fitness total – comparativamente os Estados Unidos, cuja taxa de penetração aproxima-se de 10,0% do total. Atualmente as unidades Selfit e a plataforma WeBurn oferecem serviços de forma segregada e independentes conforme mencionado, apesar de enxergamos grande potencial de sinergias comerciais que podem alavancar ainda mais a estratégia de crescimento da Selfit.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

**(d) Modelo de franquias:** recentemente começamos a explorar nosso canal de franquias, que ainda está em estágios iniciais de desenvolvimento. Quando comparada aos demais players no setor, a Selfit possui um extenso caminho a ser explorado no segmento de franquias uma vez que atualmente possuímos 6 contratos assinados com estimativa para início das operações ainda em 2022. O modelo de franquias apresenta grande potencial de contribuição para a expansão de nossa rede de forma ordenada e estruturada, permitindo com que franqueados contribuam integralmente para a nossa estratégia de crescimento.

**NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS**

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

***PROPOSTA DE VALOR DIFERENCIADA COM FOCO EM UM SEGMENTO DE MERCADO COM ALTO POTENCIAL DE CRESCIMENTO***

Somos uma das maiores redes de academias, com presença em um mercado atraente, com elevado potencial de crescimento e ainda altamente fragmentado. Oferecemos aos nossos clientes uma proposta de valor diferenciada, com unidades e equipamentos modernos e serviços fitness nas mais variadas modalidades, de forma acessível e competitiva. Operamos em um nicho de mercado ainda pouco explorado no Brasil e oferecemos diversas modalidades distintas, que vai além do que é oferecido por nossos principais competidores. Atingimos mais de 14 estados no Brasil com 65 unidades bem localizadas e com prestação de serviço de alto valor agregado. Nossos serviços são direcionados e planejados para todos os públicos e com foco no cliente, prova disso é uma das maiores taxas de participação de mulheres na base de clientes do mercado, notas de Reclame Aqui e NPS consideravelmente superiores às de nossos principais competidores e principais players globais de referência.

***MODELO DE NEGÓCIOS ALTAMENTE ESCALÁVEL E COM MÚLTIPLAS AVENIDAS DE CRESCIMENTO A SEREM EXPLORADAS***

Nosso modelo de negócios é altamente escalável, com forte crescimento desde a nossa fundação e com múltiplas avenidas adicionais de crescimento a serem exploradas. Adotamos com um modelo de unidades próprias e franquias, sendo que a Selfit conta atualmente com 65 unidades próprias e possuí 6 contratos de franquia já assinados. A expansão da nossa base de clientes se deve tanto pela maturação de unidades já existentes quanto pela abertura de novas unidades. Com um grande mercado endereçável, nosso negócio se demonstra altamente escalável sendo que o número de unidades em operação cresceu em mais de 15 vezes somente nos últimos 4 anos,[2] considerando o período pré-pandemia. Apesar do modelo de franquias ainda ser recente na Selfit, enxergamos a alta capacidade de contribuição dos franqueados para a expansão da Selfit. Por meio de nosso canal digital WeBurn rompemos qualquer tipo de barreira física inerente ao nosso principal

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

negócio e garantimos acesso a treinamentos para clientes de qualquer região do Brasil a qualquer horário do dia. A combinação entre nossos canais físicos e a WeBurn contribui para a escalabilidade dos nossos negócios, ampliando nossas fronteiras de atuação.

***INFRAESTRUTURA MODERNA DAS UNIDADES SELFIT COM AMBIENTES PLANEJADOS E EQUIPADOS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA GAMA DE MODALIDADES***

As unidades da rede de academias Selfit possuem infraestrutura moderna e com ambientes planejados para a execução apropriada das diversas modalidades oferecidas, garantindo otimização dos espaços e contribuindo para melhor experiência do cliente. Nossas unidades contam com entradas modernas, sem recepções físicas e ambientes planejados e equipados para atender as demandas específicas das diversas modalidades de aulas e treinamentos oferecidos. A infraestrutura e o design de nossas unidades visam promover maior organização, sem que haja a necessidade de compartilhamento dos ambientes para realização de aulas ou atividades variadas, o que poderia resultar em perda de eficiência e perda da qualidade do serviço oferecido. Nossas unidades são organizadas de forma que todos os ambientes garantam visibilidade externa e interna para os demais ambientes das academias, criando forte apelo para a contratação do plano mais completo (Plus), que permite o acesso ilimitado às aulas e atividades em grupo. Os clientes do plano Light, com acesso limitado às áreas de musculação e cardiovascular, enxergam as demais aulas e ambientes oferecidos, criando um forte estímulo para up-sell e contratação do plano superior, que possui baixíssimo custo adicional ao cliente (entre R$10,00 e R$30,00, dependendo da unidade de matrícula). O design de nossas academias portanto se demonstra parte importante não somente da proposta de valor que oferecemos, mas também cria oportunidades relevantes de up-sell de nossos planos.

***INTEGRAÇÃO COM O SERVIÇO DE FITNESS DIGITAL***

Operamos por meio de um ecossistema omnicanal que permite a integração de nossa rede de academias físicas com o serviço de fitness digital WeBurn. Entendemos que essa integração é um elemento fundamental que garante uma vantagem competitiva tanto pelas sinergias comerciais quanto para experiência do nosso cliente. Por meio dessa integração digital, conseguimos garantir acesso às atividades e exercícios fitness de qualquer região do país em qualquer horário do dia, além de potencial para explorarmos oportunidades comerciais e de marketing entre as plataformas.

**PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS**

Dentre os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Selfit, nossos negócios e condição financeira estão relacionados a concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide, neste Sumário, a seção “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia”, e no Formulário de Referência, os itens 4.1 e 4.2.

[3] Considera o período pré-pandemia entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019

## 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

**7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:**

**a. interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

*• os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

*• quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

*• estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

# 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

**7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

**(a) Produtos e serviços comercializados**

A Companhia desenvolve um único segmento operacional, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão. As receitas operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como no período de nove mses findo em 30 de setembro de 2021, decorreram do segmento de academias *HVLP (high-value low-price)*.

**(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

A totalidade da receita operacional líquida da Companhia é proveniente de um único segmento operacional de negócios. Apresentamos abaixo a receita proveniente deste único segmento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| | Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | 2018 |
| (em R$ milhares, exceto %) | | | | |
| **Receita líquida** | 68.113 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |

**(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Apresentamos abaixo o prejuízo do período/exercício do único segmento operacional da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| | Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 | | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2020 | 2019 | 2018 |
| (em R$ milhares, exceto %) | | | | | |
| Prejuízo do período/exercício | (43.820) | (60.503) | (23.646) | (5.731) | |

# 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

## 7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### (a) Características do Processo de Produção

Dentre os produtos ofertados pela Companhia, estão as modalidades esportivas relacionadas à ginástica, musculação e bem-estar, sendo que o cliente, ao frequentar as unidades da Companhia, poderá usufruir dos seguintes ambientes (variando de acordo com a estrutura disponível em cada uma das unidades e com o plano contratado):

**(i) Self Intense:** Área para quem gosta de treinos funcionais e exercícios que proporcionam o ganho de força, equilíbrio, flexibilidade, resistência e agilidade. Conta com equipamentos como corda naval, *medicine ball*, *kettleball*, *sand bag*, argola para exercício suspenso e TXR.

**(ii) Self Extreme:** Área para quem gosta de treinos intercalados de alta intensidade (HIIT), sendo ideal para os clientes que buscam exercícios mais intensos, dinâmicos e com gasto elevado de calorias.

**(iii) Self Move:** Área equipada para aulas de *fitdance*, zumba, ginástica localizada, postural e *muay thai*, responsáveis pela melhoria do condicionamento físico, cardiovascular e fortalecimento dos músculos.

**(iv) Self Speed:** Área exclusiva com aulas variadas de *spinning*, que trabalham diferentes estímulos através de um treino gamificado. Esta área é destinada para clientes que desejem melhorar o condicionamento físico, ganhar resistência muscular e queimar calorias.

**(v) Self Velo:** Área com foco no treino cardiovascular, equipada com esteiras, *air bikes*, remos, simuladores de escadas e elípticos que ajudam a adquirir resistência física através do fortalecimento do sistema cardiovascular.

**(vi) Self Force:** Área de musculação, com barras olímpicas, halteres e a mais diversa gama de maquinários e estações de musculação.

Os clientes podem se matricular em dois planos distintos: (a) o Plano Light oferece treinamento de domingo a domingo, sem restrição de horário (dentro do horário do funcionamento das unidades), acesso às áreas de musculação, ergometria, painel HIIT, Self Intense e Self Extreme (fora do horário das aulas do espaço), além de não pagar taxa de cancelamento; e (b) o Plano Plus oferece musculação, ergometria, painel HIIT, aulas na sala de ginástica, Self Intense e Self Extreme. O Plano Plus ainda permite que o aluno leve até 4 acompanhantes para treinar com ele nas áreas de musculação e ergometria por mês na sua unidade de origem. Adicionalmente, no Plano Plus, o aluno tem livre acesso às áreas de musculação e ergometria em todas as unidades Self It do Brasil.

As modalidades esportivas oferecidas pela Companhia podem se dividir em duas frentes.

Nos treinos individuais, os clientes utilizam as unidades para realização de treino de musculação e cardiovascular, com a utilização de esteiras, bicicletas ergométricas, entre outros equipamentos disponíveis, sendo possibilito o auxílio ou atendimento por treinadores contratados pela Companhia. É ofertado ao aluno a elaboração de planos de treinos personalizados de acordo com os objetivos individuais de cada um. Os treinadores contam com uma base de dados sobre a frequência e utilização dos alunos, de modo a oferecer sugestões de treino e estimular maior recorrência.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nas aulas coletivas, os treinos são realizados em salas especializadas e adaptadas para receber uma quantidade maior de alunos por vez e com o *layout* necessário para execução das atividades. Os treinos coletivos contam com professores especializados em cada uma das diferentes modalidades. Os exercícios, intensidades, duração da aula e aparelhos disponibilizados seguem uma estrutura desenhada para cada tipo de aula, sendo observada, ainda, a padronização dos serviços oferecidos para assegurar a qualidade independentemente da unidade em que o aluno realizar a aula coletiva.

Abaixo, segue exemplo de grade horária de aulas coletivas:

**Self Move:**

| | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO | DOMINGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 07:00 às 07:45 | **FITDANCE** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | **BOXE** Prof. LEONARDO BARBOSA SANTOS | **MUAY THAI** Prof. LEONARDO BARBOSA SANTOS | **PILATES** Prof. DIEDY AGUIAR SANTOS | **RITMOS LATINOS** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | | |
| 08:00 às 08:45 | **RITMOS LATINOS** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | | **FITDANCE** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | **FULL BODY** Prof. DIEDY AGUIAR SANTOS | | | |
| 10:00 às 10:45 | | | | | | **RITMOS LATINOS** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | |
| 11:00 às 11:45 | | | | | | **FITDANCE** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | |
| 18:00 às 18:45 | **PILATES** Prof. DIEDY AGUIAR SANTOS | **FULL BODY** Prof. DIEDY AGUIAR SANTOS | **MUAY THAI** Prof. LEONARDO BARBOSA SANTOS | **JUMP** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | **RITMOS LATINOS** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | | |
| 19:00 às 19:45 | **STEP** Prof. DIEDY AGUIAR SANTOS | **PILATES** Prof. DIEDY AGUIAR SANTOS | **RITMOS LATINOS** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | **BOXE** Prof. LEONARDO BARBOSA SANTOS | **SWING BAIANO** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | | |
| 20:00 às 20:45 | **FITDANCE** Prof. ROBSON CORREIA GOMES | **FITDANCE** Prof. ROBSON CORREIA GOMES | **FITDANCE** Prof. ROBSON CORREIA GOMES | **FITDANCE** Prof. ROBSON CORREIA GOMES | **FITDANCE** Prof. JONATAS ALVES DE JESUS | | |

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Self Intense:**

| | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO | DOMINGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06:30 às 07:00 | **SELF INTENSE 30'** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | **SELF INTENSE 30'** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | **SELF INTENSE 30'** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | | | | |
| 07:00 às 07:30 | **SELF INTENSE 30'** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | **SELF INTENSE 30'** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | **SELF INTENSE 30'** Prof. LAURO CÂNDIDO DA SILVA JUNIOR | | | | |
| 18:30 às 19:00 | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | | |
| 19:00 às 19:30 | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | **SELF INTENSE 30'** Prof. ALISON RENAN BISPO DOS SANTOS | | |

Todos os serviços e acessórios necessários para a prestação destes serviços seguem o padrão que é mantido em todas as unidades da Companhia. A Companhia acredita que a sua sólida identidade contribui para sua consolidação no mercado. A Companhia possui uma forte cultura, que, aliada ao bom relacionamento que mantém com seus fornecedores, garantem uniformidade nos seus produtos, serviços e infraestrutura nas unidades da rede.

O desenvolvimento dos serviços da Companhia, desde o desenvolvimento da grade horária e a definição das modalidades, é realizado por time multidisciplinar, composto por educadores físicos, equipe de operações, equipe de arquitetura e departamento financeiro, que avaliam todos os aspectos relevantes que influenciam a experiência do cliente e o retorno financeiro esperado.

O atendimento nas academias da Companhia é baseado em uma cultura de foco no serviço ao cliente. As equipes têm como principal responsabilidade o acolhimento do cliente e o atendimento do quesito qualidade. O principal indicador de performance é a satisfação dos clientes, medida diariamente com a metodologia *Net Promoter Score* (NPS) , que avalia não só a satisfação dos clientes no serviço como um todo, mas também avalia cada 'micro serviço' prestado ("Touchpoints"), como qualidade no atendimento dos professores, avaliação da estrutura física, limpeza da academia, dentre outros. O foco da gestão é na entrega de resultados, sendo que os responsáveis por cada unidade da Companhia têm autonomia para contratação de equipes, ajuste de processos, tomada de decisões sobre questões operacionais, ações locais de marketing e resolução de incidentes no dia-a-dia da unidade. O compartilhamento de melhores práticas é incentivado pela gestão, que conta também com supervisores regionais que consolidam grupos de 12-20 academias dependendo do estado e as metas de NPS e Touchpoints são individuais e regionais.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**(b) Características do processo de distribuição**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía 93 unidades (próprias e franqueadas), sendo 63 delas em operação (todas próprias) e 30 com contrato assinado para entrar em operação (sendo 4 franquias). As unidades operacionais estão distribuídas conforme a imagem abaixo:

**Footprint geográfico das unidades Selfit (data-base de set/21):**

**Processo de expansão e abertura de novas unidades**

O modelo de negócios da Companhia consiste, principalmente, na abertura de novas unidades (seja com capital próprio, seja através de um franqueado), havendo possibilidade de buscar financiamentos de terceiros para o processo. A Companhia possui um modelo estruturado de decisão para escolha da localização de novas unidades, coordenado por um time multidisciplinar unido em um comitê especializado, que avalia

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

diversas frentes para a tomada de decisão, entre elas critérios mercadológicos, sociodemográficos, técnicos e regulatórios. A Companhia busca expandir suas operações para regiões com densidade populacional elevada e num perfil de renda que vai da classe C1 até a classe A.

A estratégia de mercado e proposta de valor da Companhia consiste na criação de *clusters* em centros urbanos, nos quais são abertas diversas unidades Self It dentro de um mesmo perímetro com grande densidade populacional. A estratégia cria um "efeito de rede" para os clientes Plus, que podem usufruir de diversas unidades dentro de uma zona de conveniência, criando também uma barreira de entrada para outros competidores de mercado.

**Modelo de franquias**

A Companhia possui um modelo de franquias desde 2021 como parte de sua estratégia de aceleração de crescimento, sem a necessidade de investimento de capital próprio no processo. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía 4 franquias com contrato assinado.

Historicamente, a Companhia não investiu mais tempo e recurso nessa iniciativa por acreditar que precisava criar uma identidade de marca forte antes de franquear seu negócio, além de reconhecer o benefício de se apropriar de 100% do resultado econômico quando a loja é própria (vs. um modelo de royalties de uma franquia). No entanto, com um plano de expansão cada vez mais agressivo, a velocidade de crescimento ficaria aquém do desejado se a Companhia não passasse a usar outras verticais de crescimento. Com isso em mente, a Companhia criou um time multidisciplinar que é responsável por originar e desenvolver franquias. Hoje, contamos com contratos assinados para 4 unidades franqueadas com 3 franqueados diferentes.

Através desse modelo, a Companhia conseguirá ampliar sua presença no mercado, aumentando o efeito de rede de suas unidades e o reconhecimento da marca. Adicionalmente, a Companhia acredita que seu modelo de franquias é atrativo para os franqueados tanto financeiramente quanto operacionalmente, já que operam sob a marca Self It e recebem todo o suporte da matriz de forma consolidada, pagando *royalties* proporcionais a sua receita.]

***Marketing***

A Companhia investe em publicidade e propaganda, tendo destinado cerca de 5% de sua receita bruta em 31 de dezembro de 2020 para este tipo de investimento. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia conta com mais de 148 mil seguidores no Facebook e mais de 190 mil seguidores no Instagram. Tais marcas foram atingidas devido a uma política forte que a Companhia desenvolve com embaixadores da marca: o time de marketing escolhe de 2 a 4 pessoas por unidade para serem representantes da Companhia nos seus bairros e enaltecer os produtos e serviços que a rede oferece a seus alunos.

**(c) Características dos mercados de atuação**

**(c) Características dos mercados de atuação**

A Selfit é uma das maiores e mais relevantes redes de academias do Brasil[1] no modelo de negócios *High value, low price* ("HVLP"), ocupando a segunda posição no ranking quando considerado o número total de

[1] Ref: Estadão - Nem desconto de 20% garante estreia da Bluefit na bolsa - Set21 (pg 2).

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

academias próprias (ex-franquias) de acordo com o relatório da IHRSA (*International Health, Racquet & Sportsclub Association* - entidade de classe global da indústria *fitness*)[2], 2021.

As operações da Selfit se estendem por mais da metade dos Estados do Brasil e contam com concentração especial nos Estados da região Nordeste onde estão 41 das suas 65 unidades operacionais em 30 de novembro de 2021. Esta concentração faz parte da estratégia da Selfit de focar sua expansão em regiões cuja penetração dos usuários de academias de ginástica sobre a população total é inferior à média nacional de 5%, de acordo com o relatório da IHRSA 2020.

O modelo de negócios *High value, low price* operado pela Selfit oferece serviços básicos de academias padrão, porém com alta qualidade de equipamentos, estrutura e atendimento, similar a academias de segmentos e tickets médios superiores. Dessa forma, a Companhia oferece planos a preços bastante acessíveis, partindo de R$ 79,90 por mês até R$109,90 por mês, entregando qualidade igual ou superior a academias semelhantes que praticam preços acima de R$ 250,00 pelo mesmo período.

O mercado alvo determinado pela Selfit considera alguns parâmetros socioeconômicos como densidade populacional, renda, perspectiva de crescimento populacional local, disponibilidade de academias na região e, especialmente a presença de concorrentes no modelo *High value, low price*.

### *(i)* O modelo de negócio *High Value Low price*

O mercado de academias de ginastica divide-se em diferentes categorias (ou modelos de negócio), conforme a seguir: (i) *Premium*, com mensalidades de R$300-700, (ii) *HVLP*, com mensalidades de R$80-130, (iii) *Mom-and-pop*, com mensalidades de R$150-250 e (iv) *Studios* com mensalidades de R$300-600.

Fonte: informações públicas das companhias

O modelo de negócio *HVLP* é caracterizado, em linhas gerais, pela otimização dos espaços físicos e equipamentos da academia para as atividades de ginástica (musculação, cardio e treinos coletivos), não providenciando outras atividades outrora ofertadas por academias tradicionais, como quadras esportivas, piscinas, sauna ou lanchonetes. Processos internos são ordenados de forma a serem automatizados e estruturados para recepcionar muitos clientes. Vendas, *marketing*, cobranças e pagamentos são realizados de forma digital, pela internet, e as atribuições administrativas são centralizadas. O modelo de *membership* contempla dois tipos de plano na Selfit. O cliente do plano “Plus” pode frequentar todas as unidades da rede e participar das aulas coletivas e de todos os programas. Enquanto o cliente do plano “Light” pode frequentar somente a unidade de origem.

Os planos são descomplicados, simples, com comunicações de forma direta e pelo site da Selfit. A associação destes aspectos possibilita ofertar preços de 50% a 80% abaixo das academias *premium*.

As principais divergências entre o modelo de negócio tradicional da indústria *fitness* e o *High Value Low Price* estão pautadas no preço, termos dos contratos e nas atividades ofertadas.

Contudo, a Selfit entrega maior valor na qualidade das instalações e possibilidade de acesso a ampla rede de academias, ampliando experiência, jornada e satisfação do cliente.

[2] Ref: Gym Industry Statistics 2021 Global Analysis - Out2021.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O sucesso, e a dominância, do modelo HVLP sobre os demais modelos de academias é similar à dinâmica apresentada em outras indústrias como a de companhias aéreas, onde os cases mais recentes de sucesso e que vêm apresentando retornos acima da média do setor são de companhias conhecidas por serem *low-cost*, bem como a de varejo alimentar, onde o crescimento e rentabilidade recentes vem sendo entregue pelas empresas que desenvolvem o modelo conhecido como *cash-and-carry*.

Como pode ser verificado nos gráficos abaixo, a penetração do modelo HVLP sobre a base total de membros de academias vem crescendo em diferentes geografias, inclusive no Brasil onde o modelo passou a ser adotado apenas recentemente, e até 2019 representava menos de 15% da base total de membros. O levantamento abaixo também revela que tanto no Reino Unido, quanto nos Estados Unidos, mercados onde o modelo HVLP já vem sendo utilizado há mais tempo, o crescimento do número da base de membros de academias em geral pode ser atribuído em sua integralidade ao crescimento de membros de academias do modelo HVLP. A Selfit acredita que, mediante o desenvolvimento do mercado brasileiro, a representatividade do modelo HVLP no país pode atingir patamares até mesmo superiores aos de mercados desenvolvidos como o do Reino Unido e o dos Estados Unidos, não apenas pela maturação do mercado, mas também em função das características demográficas do país em relação à renda média da população que é consideravelmente mais baixa, tornando o critério preço ainda mais relevante.

**Penetração de Membros HVLP vs Membros Totais – Diferentes Geografias**

(milhões de membros)

Fonte: 2018 State of the UK Fitness Industry, IHRSA Global Report (2011, 2018 e 2020), Statista

Através das informações acima, fica evidente a subpenetração do modelo no Brasil, com aproximadamente 0.7% da população nacional frequentando academias HVLP, comparado a 5% nos EUA e 6% no Reino Unido. Isso evidencia um alto potencial a ser explorado para o modelo e o quanto ele tem sido importante no avanço do segmento como um todo.

### (ii) Tendências do setor *fitness* no Brasil e no mundo

A Companhia possui uma visão positiva do setor *fitness* no Brasil, sustentada pela retomada do crescimento econômico, e propensões favoráveis no comportamento do consumidor associadas à maior preocupação com a saúde. Dados de pesquisa da IHRSA 2021[3] apontam que a pandemia acelerou a tendência de

[3] Ref: IHRSA - The Next Fitness Consumer - Jul2021 (pg. 8)

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

demanda da sociedade por hábitos de vida mais saudáveis. A pesquisa indica que 66% dos Americanos acreditam que tem estilos de vida ativos, sugerindo que o público ampliou a definição de saúde e bem-estar. A Selfit acredita que o mercado Brasileiro deva seguir a mesma tendência.

O estudo da IHRSA 2021[4]também mostra que os principais motivos que levaram os norte-americanos que cancelaram seus planos durante a pandemia a voltarem para as academias em um momento pós-pandemia, são: (i) a diversidade de equipamentos, (ii) a infraestrutura disponível, e (iii) a possibilidade de sair da residência. Dentre os que ainda não voltaram a se exercitar em academias, 44% apontam o receio da pandemia não estar totalmente controlada em suas regiões e, portanto, não se sentirem confortáveis para voltarem a frequentar estes estabelecimentos.

**Razões para Voltar a Frequentar a Academia**

(% de opções múltipla-escolha em 2021)

Fonte: IHRSA Report 2021

**Razões para Não Voltar a Frequentar a Academia**

(% de opções múltipla-escolha em 2021)

Fonte: IHRSA Report 2021

### (iii) Participação de mercado

O mercado de academias na América Latina contemplava 20,8 milhões de usuários e faturou aproximadamente US$ 6 bilhões em 2019, de acordo com dados do relatório IHRSA 2020, apresentando um crescimento anual médio de 7,1% a.a. desde 2010 até 2019 conforme gráfico abaixo.

[4] *Ref: IHRSA - The Next Fitness Consumer - Jul2021 (pg. 23)*

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Mercado de Academias Latam**

(Milhões de pessoas)

Fonte: IHRSA Report 2021

Adicionalmente, a despeito do forte crescimento apresentando ao longo dos últimos anos, o mercado de academias na América Latina conta com potencial expressivo de crescimento futuro, uma vez que os usuários de academias na região representam, na média, somente 3,5% da população, comparados com 21,2% nos Estados Unidos, 16,7% no Canada e 15,6% no Reino Unido (fonte: relatório IHRSA 2020).

**Penetração de Usuários vs População – Diferentes Geografias**

(% da população)

Fonte: IHRSA 2020

O mercado de academias no Brasil é o maior da América Latina e quarto maior no contexto global, contando com 10,3 milhões de usuários e faturamento aproximado de US$ 2,2 bilhões em 2019, de acordo com os dados do relatório da IHRSA de 2020.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IHRSA Global Report 2020

Fonte: IHRSA Global Report 2020

O crescimento anual médio do mercado Brasileiro entre 2005 e 2019 foi de 8,0% a.a. em número de pessoas, levando a penetração, medida pelo número de clientes sobre a população total, de 1,9% em 2005 para 4,9% em 2019, o que representa um crescimento de 158% no período. É possível observar, portanto, que, assim como a média do mercado latino-americano, o mercado brasileiro possui baixa penetração quando comparado a países de economias desenvolvidas. Desta forma, considerando que o desenvolvimento do mercado brasileiro deve acompanhar a tendência dos mercados maduros, o aumento da penetração vai garantir taxas de crescimento do mercado aceleradas assim como nos últimos anos.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Evolução do Total de Clientes Brasil**

(milhões pessoas)

Fonte: IHRSA Global Report 2020 e ACAD (Associação Brasileira de Academias), 2018

Apesar do forte crescimento recente e da baixa penetração frente à população, o Brasil é um dos países com maior número total de academias mundialmente, alcançando a segunda posição, com mais de 30 mil academias, atrás somente dos Estados Unidos, que conta com 41 mil academias. O número total de academias no Brasil, aliado ao fato de que a maior rede operando no mercado local possui apenas 584 academias (próprias e franquias) de acordo com suas informações públicas disponíveis, denota a existência de uma grande fragmentação do mercado que cria oportunidades para que *players* organizados, com escala, eficiência e maior acesso a capital, atuem como consolidadores e assim sejam capazes de atingir níveis de crescimento acima da média do mercado.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Total de Clubes**

(número de clubes em 2019, em milhares)

Fonte: IHRSA Global Report 2020

Como resultado da existência do grande número de academias em operação e da baixa penetração de usuários, o mercado Brasileiro possui um número médio de 350 clientes por academia, ao passo que países desenvolvidos, como Holanda e Reino Unido, apresentam cerca de 1.400 clientes por academia, e os Estados Unidos apresentam 1.550 clientes por academia.

**Clientes por Academia**

(número de clientes por academia em 2019, em milhares)

Fonte: IHRSA Global Report 2020

A possibilidade de aumento deste indicador nas academias do Brasil apresenta, além de uma oportunidade de crescimento, também o aumento da eficiência na operação dos ativos em questão, como pode ser notado pela receita anual média gerada pelas academias por cliente no Brasil, que são consideravelmente inferiores a outros países: China exibe uma média de US$ 870 anual por cliente contra aproximadamente US$ 210 anual por cliente no Brasil.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Receita por Cliente**

(receita em US$ milhares por cliente em 2019)

Fonte: IHRSA Global Report 2020

### (iv) Dinâmica de competição nos mercados

O mercado de academias na América Latina possui grande número de competidores com operações nos diversos segmentos do mercado. Esta fragmentação pode ser observada quando comparamos a fatia de mercado das principais redes da América Latina com o mesmo indicador em mercados desenvolvidos, como o do Reino Unido e o dos Estados Unidos, conforme ilustração abaixo:

**Fatia de mercado das principais redes em diferentes geografias**

Fonte: IHRSA Global Report 2018, IHRSA Global 25 2018, apresentação inst. Sports World

A baixa concentração de fatia de mercado nos líderes da indústria na América Latina denota a existência de espaço para que estas Companhias aumentem sua participação e atinjam crescimento superior à média do mercado. Neste sentido, espera-se que, assim como em outras geografias, exista no mercado da América Latina não um único competidor que domine o setor, mas um grupo de competidores que consigam combinar atributos de escala, eficiência e rentabilidade.

A imagem abaixo ilustra a existência dos principais competidores em alguns mercados desenvolvidos.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Principais competidores em mercados desenvolvidos**

Fonte: Companhias

De acordo com o relatório IHRSA 2021, as três maiores operadoras de academias no Brasil, são: Smartfit, Selfit e Bluefit, as quais são focadas em academias HVLP, segmento que mais cresce, acima da média do mercado, em termos de números de unidades, e que por isto vem conquistando participação sobre o número total de academias no país, tornando possível o incremento na fatia de mercado das três companhias líderes, as quais também contam com a contribuição de possuírem planos de negócios estruturados e maior acesso a capital. O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de unidades das três companhias líderes e das suas fatias de mercado entre os anos de 2017 e 2021, que, embora venham crescendo ao longo dos anos, ainda representam um percentual baixo, evidenciando a fragmentação deste mercado.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Evolução da quantidade de academias e fatia de mercado acumulados da Smartfit[5], Selfit e Bluefit**

### (v) Mercado digital

A indústria *fitness* tem experimentado um crescimento acentuado através de meios digitais que oferecem aos seus usuários a possibilidade de realizar rotinas de treino até mesmo interagir com outras pessoas fazendo exercícios de maneira remota. Estas soluções trazem praticidade para o dia a dia dos usuários ao mesmo tempo em que se provam uma alternativa inclusiva que elimina barreiras para que indivíduos de todas as idades e gêneros desenvolvam um estilo de vida saudável.

Em paralelo, a grande adoção do uso de *smartphones* pela população mundial tem incentivado o *download* de aplicativos com as mais diversas funcionalidades, inclusive aqueles destinados ao mercado *fitness.* Segundo uma pesquisa da Lincoln International, o mercado global de aplicativos *fitness* possui um mercado endereçável total de US$ 3,9 bilhões em 2021. Adicionalmente, na mesma pesquisa, é previsto que o mercado ainda deva crescer a uma taxa anual de 21,8% no período compreendido entre 2021 e 2028, dada a ainda considerada baixa penetração do segmento, atingindo um mercado total de US$ 15,5 bilhões no final desse período.

[5] 326 e 585 academias Smartfit em 2017 e 2021 respectivamente conforme informações disponíveis no site da companhia e apresentação institucional da Companhia base 30 de Agostos de 2021
[2] 25 e 102 academias Bluefit em 2017 e 2021 respectivamente conforme informações disponíveis no site da companhia e Formulário de Referência da Companhia base 30 de Junho 2021

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Mercado global de aplicativos fitness**

(US$ bilhões)

Fonte: Lincoln International – Trends in Digital Fitness

Ao analisarmos o mercado de aplicativo de *fitness* e bem-estar digital especificamente no Brasil, um levamento realizado pela Statista (2021) aponta que o crescimento médio anual entre os anos de 2021 e 2025 será da ordem de 18.5%, confirmando a atratividade deste segmento também no mercado local.

Uma pesquisa conduzida com 448 consumidores americanos em julho de 2020 pela Raymond James Associates perguntou aos participantes quais as qualidades mais importantes na hora de escolher um aplicativo de fitness.As características consideradas mais importantes são a variedade de atividades oferecidas no app, com 84% dos respondentes, e qualidade dos instrutores, com 70%.

**Quais são as qualidades mais importantes na hora de escolher um aplicativo de*fitness*?**

Fonte: Raymond Jones Associates (Jul/2020)

Tendo em vista essas tendências mundiais de consumo e buscando complementar a sua oferta de produtos, atender a demanda dos seus clientes e participar deste mercado em franca expansão, a Selfit adquiriu parte da plataforma digital WeBurn em 2020, através da qual a Companhia oferece aos clientes mais de 2.400 aulas online, divididas em aproximadamente 50 programas, apresentadas por instrutores parceiros já conhecidos pelo público por seu destaque nas mídias sociais. Os programas incluem aulas de treinos funcionais, musculação, yoga, pilates, dança fit e corrida. Além disso, o usuário pode configurar o peso que quer alcançar ou selecionar programas com objetivo de emagrecer, ganhar massa magra ou definição, com fácil acesso a aulas e diferentes tipos de música através de mais de um dispositivo – em linha com as qualidades listadas como mais importantes na pesquisa acima.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A plataforma apresentou rápido crescimento nos últimos meses passando de, aproximadamente, 2 mil clientes em 31 de janeiro de 2020 para 19 mil em 30 de novembro de 2021.

A adoção desta nova vertical de negócios também pode permitir à Selfit uma melhor retenção dos membros ativos em sua base, bem como uma maior promoção da sua marca para gerar atração de novos membros para os seus clubes. Uma pesquisa realizada pela LEK Consulting apontou que, aproximadamente, 60% dos respondentes membros de academias e usuários de aplicativos pretendem aumentar seu tempo gasto nas academias. Ao mesmo tempo, um estudo realizado pela Mindbody revelou que 40% dos usuários de aplicativos estão fazendo agendamentos para utilizarem academias que nunca haviam frequentado antes, o que está possibilitando a estes operadores de academias no mundo físico atingirem o cliente *digital-first*, que é aquele indivíduo que iniciou sua relação comercial com o negócio primeiramente no mundo digital e apenas em um segundo momento no mundo físico. Observa-se, portanto, que existe uma sinergia a ser capturada entre as duas verticais de negócios da Selfit.

### (vi) Impacto da COVID 19

A pandemia e as respectivas medidas restritivas de isolamento social que foram tomadas de modo a conter seu avanço, causaram impactos prejudiciais a negócios focados no consumidor físico, como as academias de ginástica. Estes impactos resultaram em uma perda significativa de membros e, consequentemente, de receita para os operadores de academias de ginástica a nível mundial.

No entanto, com o avanço das estatísticas de vacinação observadas recentemente, percebe-se uma retomada considerável dos níveis de assinaturas nas academias (de acordos com informações divulgadas por alguns dos principais *players* globais) quando comparados aos números do primeiro trimestre de 2020, período que marcou o início da pandemia.

**Proporção de assinaturas com relação a 1T20 (vermelho) e porcentagem da população vacinada (cinza)**

Fonte: informações públicas das companhias

Reforçando o movimento acima, uma pesquisa da SurveyMonkey mostra que, após a disponibilização das vacinas em abril de 2021, o otimismo com relação à volta da normalidade melhorou consideravelmente em relação a outubro de 2020.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Estudo SurveyMonkey: Com o aumento das vacinações, como ficam seus planos de atividade física para 2021 e em diante?**

Fonte: SurveyMonkey

Além da volta positiva dos alunos às academias, tendências do setor apontam para uma retomada forte das atividades físicas, como evidenciado pelo estudo do Google em que os participantes foram questionados sobre seu foco para o final de 2021:

**Estudo Google: Qual seu foco para 2021?**

Fonte: Estudo Google no Brasil sobre feriados e Ano Novo, Out/2020

**(d) Eventual sazonalidade**

A Companhia não observa sazonalidade relevante.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**(e) Principais insumos e matérias primas**

**(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores (fornecedores de equipamentos de ginástica, limpeza, reformas e obras). Periodicamente, os fornecedores da Companhia passam por uma avaliação e, conforme o caso, eventuais problemas são resolvidos ou ocorre a substituição do fornecedor, em especial nos casos que os fornecedores têm interface direta com nossos clientes, como os prestadores terceirizados de conservação e limpeza.

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, exceto pelas licenças necessárias para operar as academias de ginástica, que variam de acordo com cada estado e/ou cidade.

**(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores**

De modo geral, a Companhia não possui dependência em relação aos seus fornecedores. Para equipamentos de ginástica, a Companhia tem como principais fornecedores renomadas marcas nacionais e internacionais, tais como Movement, Matrix (Johnson Health), Life Fitness e Technogym, e teria a flexibilidade para buscar outros, caso necessário.

A Companhia não possui contratos ou compromissos de médio ou longo prazo com seus fornecedores, o que permite a seleção do fornecedor mais favorável a cada momento ou pela necessidade na compra de aparelhos específicos.

**(iii) Eventual volatilidade em seus preços**

A Companhia realiza aquisição de equipamentos de ginástica de fornecedores nacionais e internacionais. Com a volatilidade do real frente ao dólar, há possibilidade de oscilação dos preços de fornecedores cujos equipamentos são importados. Contudo, a Companhia acredita que seria possível adquirir equipamentos de boa qualidade de marcas nacionais.

# 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

**7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

**(a) Montante total de receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

**(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

# 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

**7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

**(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

A operação de academias pela Companhia (i.e., estabelecimentos que realizam atividades de condicionamento físico) é regulada pelas autoridades de vigilância sanitária e pelo Conselho Federal de Educação Física ("CONFEF"). De acordo com a regulamentação brasileira, empresas que realizam as atividades de condicionamento físico deverão possuir as seguintes licenças e autorizações:

i. Licença de Funcionamento Sanitária, expedida pela autoridade local de vigilância sanitária ("LF"); e

ii. Anotação de Responsabilidade Técnica ("ART") e Certificado de Responsabilidade Técnica ("CRT"), expedidos pelo Conselho Regional de Educação Física indicando os responsáveis técnicos pelos estabelecimentos.

A operação de estabelecimentos que realizem atividades de condicionamento físico sem LF caracteriza infração sanitária, sujeitando o infrator às penalidades administrativas de advertência, apreensão e/ou inutilização dos produtos, interdição total ou parcial do estabelecimento, e/ou multa, que pode variar entre R$2.000,00 e R$1.500.000,00, dobrada em caso de reincidência. Para imposição da pena e sua graduação, as autoridades sanitárias levarão em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as consequências para a saúde pública, bem como os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Ainda, a ausência de ART e CRT significa a que o responsável técnico pelo estabelecimento está em situação irregular. A eventual operação de estabelecimentos que desenvolvem atividades de condicionamento físico sem o responsável técnico devidamente registrado é considerada uma infração ética pelo CONFEF, sujeitando tanto o responsável técnico quanto o estabelecimento às penalidades de (i) advertência escrita, com ou sem aplicação de multa de até R$ 4.471,20; (ii) censura pública; (iii) suspensão do exercício da profissão; (iv) cancelamento do registro profissional e divulgação do fato.

**(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

**(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

**Marcas**

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei da Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de 14 registros de marca e 10 pedidos de registro de marca junto ao INPI. Para mais informações, vide item 9.1.b deste Formulário de Referência.

**Nomes de Domínio**

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br. Para mais informações sobre os nomes de domínio detidos por nós, vide item 9.1.b deste Formulário de Referência.

**Programas de computador**

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados", nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 ("Lei de Software").

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 ("Lei de Direitos Autorais") em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

A Lei de Software dispõe que o software desenvolvido durante a vigência do contrato de trabalho/prestação de serviços, e no escopo do contrato de trabalho/prestação de serviços, é de titularidade da empresa empregadora/contratante. Dessa forma, a titularidade do software não depende de registro do ativo perante o INPI.

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é uma forma de assegurar a propriedade de software e obter um nível mais alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Por fim, com exceção das autorizações para funcionamento outorgadas pelas autoridades regulatórias descritas no subitem 7.5.a deste Formulário de Referência, e observados os riscos associados à dependência de propriedade intelectual de terceiros descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, bem como os ativos de propriedade intelectual mencionados no item 9.1.b deste Formulário de Referência, não possuímos dependência relevante em relação a quaisquer patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades.

# 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

**7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

# 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

### 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

# 7.8 - Políticas Socioambientais

**7.8 - Políticas socioambientais**

**(a) Divulgação de informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

**(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

# 7.9 - Outras Informações Relevantes

### 7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes em relação a esta Seção 7.

# 8.1 - Negócios Extraordinários

### 8.1 - Negócios extraordinários

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

# 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

### 8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

# 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

**8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

# 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

**8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

# 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros**

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|---|---|---|---|---|
| Imóvel localizado na Avenida Álvaro Otacílio x R. Dep. José Lages | Brasil | AL | Maceió | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Comendador Gustavo Piva, nº 3.159 | Brasil | AL | Maceió | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Comendador Gustavo Piva, nº 5.945, Loja 3001, Piso | Brasil | AL | Maceió | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Djalma Batista, nº 2.100, Loja S06 | Brasil | AM | Manaus | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida João Valerio, nº 708,Quadra 52, Cond Vieiralves | Brasil | AM | Manaus | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Olivia Flores, nº 2.500 | Brasil | BA | Vitória da Conquista | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Coronel Jose Pinto dos Santos, nº 1, Loja 188187 | Brasil | BA | Feira de Santana | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Tarquinio Pontes, nº 2.603 | Brasil | BA | Lauro de Freitas | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Antônio Carlos Magalhães, s/n | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Luis Viana, nº 3.056 | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Estrada do Mandú, Loja 01 e 02 | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Adelaide Fernandes da Costa., nº 903 | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Cezar Zama, nº 316, Barra | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Conselheiro Pedro Luís, nº 92 | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Paraíba, nº 476 | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Bezerra de Menezes, nº 1.811, Loja 09 | Brasil | CE | Fortaleza | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Dom Luís, nº 1.200, Loja 218 | Brasil | CE | Fortaleza | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Washington Soares, nº 3.000, Loja 50, 51 e 52 | Brasil | CE | Fortaleza | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Germano Franck, nº 300, EUC N513 e 600 e 4 Piso L1 e L2 | Brasil | CE | Fortaleza | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Monsenhor Bruno, nº 1.153, Lojas 4, 5, 6 e 7, Aldeota | Brasil | CE | Fortaleza | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Coronel Colares de Moreira, nº 400, Bloco A, Loja 3 | Brasil | MA | São Luís | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Daniel De La Touche, nº 01 | Brasil | MA | São Luís | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Holandeses, nº 200 | Brasil | MA | São Luís | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Iraí, nº 235, Loja 43, 51, 53, 54 e 100, Pavimento 001 | Brasil | MG | Belo Horizonte | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Fernado Correa da Costa, nº 1.255 | Brasil | MT | Cuiabá | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Miguel Sutil, nº 9.300 | Brasil | MT | Cuiabá | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Senador Lemos, nº 3.153 | Brasil | PA | Belém | Alugada |
| Imóvel localizado na Q quinze Folha 30, s/n, Lote 010, EC 304/305/306, Piso L3 | Brasil | PA | Belém | Alugada |
| Imóvel localizado na Rodovia Augusto Montenegro, nº 4.300, Loja 2091, Piso 2, Pa | Brasil | PA | Belém | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Mendonça Furtado, nº 1.474 | Brasil | PA | Santarém | Alugada |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|---|---|---|---|---|
| Imóvel localizado na Rua Doutor Severino Cruz, nº 755 | Brasil | PB | Campina Grande | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho, nº 115, Sala 22 | Brasil | PB | João Pessoa | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Hilton Souto Maior, nº 3.901, Loja P3-042 | Brasil | PB | João Pessoa | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Presidente Epitácio Pessoa, nº 3.001 | Brasil | PB | João Pessoa | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Oswaldo Cruz, nº 217, Térreo do Empresarial Mauríci | Brasil | PE | Caruaru | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1.079 | Brasil | PE | Petrolina | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 239 | Brasil | PE | Jaboatão dos Guararapes | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Antonio de Goes, nº 275, Sala 1.901, Edifício Inter | Brasil | PE | Recife | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, nº 797 | Brasil | PE | Recife | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Visconde de Jequitinhonha, nº 420 | Brasil | PE | Recife | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Benfica, nº 505 | Brasil | PE | Recife | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Ininga, nº 1.201, Loja 01 | Brasil | PI | Teresina | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Presidente Kennedy, nº 840 | Brasil | PI | Teresina | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Sete de Setembro, nº 291, LUC A0001 | Brasil | RJ | Niterói | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida das Américas, nº 2.000 | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Barão de Itambi, nº 00050, Loja | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Conde do Bonfim, nº 00186 | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Leopoldina Reo, nº 00666, Loja 201 | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Sen. Salgado Filho, nº 1.656 | Brasil | RN | Natal | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Cabo de São Roque, nº 8.805, Praia Shopping | Brasil | RN | Natal | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 1.338 | Brasil | SE | Aracaju | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Desembargador Doutor Eduardo Cunha de Abreu, nº 1.4 | Brasil | SP | Carapicuíba | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº | Brasil | SP | Jundiaí | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua dos Tucunares, nº 500, Loja A21 | Brasil | SP | Marília | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 1.617, LUCA002 | Brasil | SP | Ribeirão Preto | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Conde Francisco Matarazzo Junior, nº 205, Loja AS-0 | Brasil | SP | Rio Claro | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua General Glicério, nº 3.733, Luc A1001 | Brasil | SP | São José do Rio Preto | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Doutor Nelson D'avila, nº 1.941, Térreo Loja | Brasil | SP | São José dos Campos | Alugada |
| Imóvel localizado na Avenida Jorge Zarur, nº 100, Luc A2001, Loja 30 | Brasil | SP | São José dos Campos | Alugada |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|---|---|---|---|---|
| Imóvel localizado na Avenida Otto Baumgart, nº 500 | Brasil | SP | São Paulo | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Buenópolis, nº 144 | Brasil | SP | São Paulo | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Maria Cinto de Biaggi, nº 164, Luc A001 | Brasil | SP | Sorocaba | Alugada |
| Imóvel localizado na Rua Senhora Maria Aparecida Pessutti Milego, nº 250, LUC A0 | Brasil | SP | Sorocaba | Alugada |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 920766188, para a marca mista “SELF VELO”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 20/07/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 920766722, para a marca mista “SELF FORCE”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 20/07/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 920767010, para a marca mista “SELF PAUSE”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 20/07/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 920767621, para a marca mista “SELF ON/OFF”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 20/07/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 918571472, para a marca mista “SELF CONNECT”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 30/06/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 918571600, para a marca mista “SELFRIEND”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 30/06/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 918571561, para a marca mista “SELF EXTREME”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 30/06/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 918597501, para a marca mista “SELF INTENSE”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 07/07/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 918597587, para a marca mista “SELF PROGRESS”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 07/07/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 918597552, para a marca mista “SELF MOVE”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 07/07/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 918747260, para a marca mista “SELF SPEED”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 28/07/2030 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 913767590, para a marca mista “SELF IT”, na classe NCL(11) 41 | Registro válido até 22/01/2029 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 908518501, para a marca mista “SELF IT”, na classe NCL(10) 41 | Registro válido até 28/03/2027 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923891552 para a marca mista “SELF CARDIO”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro e a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923892443 para a marca mista “SELF DANCE”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Pedido de registro nº 923893830 para a marca mista “SELF FIGHT”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923894250 para a marca mista “SELF MIND”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923895299 para a marca mista “SELF POWER”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923896171 para a marca mista “SELF SPEED BURN”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Pedido de registro nº 923896821 para a marca mista “SELF SPEED INTERVAL”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923897216 para a marca mista “SELF SPEED MIX”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923897933 para a marca mista “SELF SPEED MOUNTAIN”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |
| Marcas | Pedido de registro nº 923898360 para a marca mista “SELF SPEED ROAD”, na classe NCL (11) 41 | Aguardando análise do INPI | Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI | Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | www.selfitacademias.com.br | Registro válido até 03/10/2023 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Marcas | Pedido de registro nº 920767419 para a marca mista “SELF SUPPORT”, na classe NCL (11) 41 | Registro válido até 20/07/2031 | No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.<br><br>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.<br><br>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa.<br>Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | proselfit.com.br | Registro válido até 12/09/2022 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais. A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | selfacademias.com.br | Registro válido até 03/10/2023 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais. A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | selfit.com.br | Registro válido até 04/04/2023 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais. A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |
| Nome de domínio na internet | selfitcard.com.br | Registro válido até 04/04/2023 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais. A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | selfriend.com.br | Registro válido até 19/05/202 | A perda de direitos sobre domínios pode ter sua origem por: (i) ausência de pagamento da taxa de manutenção do domínio (ou outras que vierem a ser instituídas); (ii) verificação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos exigidos; (iv) pedido de registro formulado por um detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao referido domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; (v) expressa solicitação do próprio titular e/ou (vi) por ordem judicial ou extrajudicial (autoridade competente), em razão de disputas sob as quais restou comprovada a ausência do direito sob tal registro. | Na hipótese de perda (seja qual for o caso) dos direitos sobre um ou mais domínios atualmente pertencentes à Companhia e/ou suas controladas, seria viabilizado o uso de tais domínios por terceiros, inclusive no mesmo segmento de mercado. Além disto, na hipótese de perda ou ausência destes domínios, a depender da relevância e/ou gravidade, seria necessário desenvolver e utilizar outro(s) domínio(s) para condução das atividades da Companhia e de suas controladas, tendo em vista que seus serviços necessitam de canais de atendimento digitais.<br>A perda destes direitos de uso de domínios de internet também pode causar prejuízos à imagem e reputação da Companhia e de suas controladas, sendo certo que não é possível quantificar o impacto. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Exercício social** | **Valor contábil - variação %** | **Valor mercado - variação %** | **Montante de dividendos recebidos (Reais)** | | **Data** | **Valor (Reais)** | | |
| Academia Automação Ltda. | 18.485.351/0001-03 | - | Controlada | Brasil | PE | Recife | Atividades de condicionamento físico. | 52,000000 |
| **30/09/2021** | 32,999492 | 0,000000 | 0,00 | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 50,465278 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 30/09/2021 | 1.153.000,00 | | |
| **31/12/2019** | 40,536720 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 5146,666667 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **Razões para aquisição e manutenção de tal participação** | | | | | | | | |
| Operação de academia com participação de sócios sem participação societária na Emissora. | | | | | | | | |
| Academia Inteligente Ltda. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Brasil | BA | Salvador | Atividades de condicionamento físico. | 100,000000 |
| **30/09/2021** | 37,242479 | 0,000000 | 0,00 | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 115,530011 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 30/09/2021 | 2.701.000,00 | | |
| **31/12/2019** | 57,418112 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 55,792164 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **Razões para aquisição e manutenção de tal participação** | | | | | | | | |
| Operação de academais da Companhia. | | | | | | | | |
| Weburn Empreendimentos Digitais S.A. | 26.849.805/0001-06 | - | Controlada | Brasil | RS | Porto Alegre | Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; consultoria em publicidade; outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. | 55,000000 |
| **30/09/2021** | 100,000000 | 0,000000 | 0,00 | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 30/09/2021 | 14.271.000,00 | | |
| **31/12/2019** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **Razões para aquisição e manutenção de tal participação** | | | | | | | | |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Exercício social** | **Valor contábil - variação %** | **Valor mercado - variação %** | **Montante de dividendos recebidos (Reais)** | | **Data** | **Valor (Reais)** | | |
| Plataforma de exercícios online. | | | | | | | | |

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### 9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais introdução**

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 foram derivadas e devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); e (ii) nossas Informações Trimestrais – ITR consolidadas revisadas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Ressaltamos que as informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 consolidam um conjunto diferente de operações para cada período, conforme descrito abaixo.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao total ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

**(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas financeiras e de liquidez descritas abaixo para avaliar nossos negócios.

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa operacional, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do nosso plano de negócios para os próximos doze meses.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o prejuízo do exercício foi de R$(60,5) milhões em comparação a R$(23,6) milhões em 2019. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão do impacto da Covid-19 nas academias de ginástica, que impôs restrições como a limitação de circulação da população e serviços prestados pela Companhia, de modo que a rentabilidade de suas operações caiu consideravelmente.

O prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 atingiu R$(23,6) milhões, apresentando uma redução de R$17,92 milhões em relação a 2018, quando o prejuízo do exercício foi de R$(5,7) milhões. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em decorrência do plano de expansão da Companhia com aumento das despesas administrativas com pessoal e ocupação, atrelado a abertura de 24 unidades em 2019. Como a base instalada ainda é pouco relevante quando comparado ao número de novas lojas que a Companhia inaugura, a rentabilidade de curto prazo é prejudicada pelo efeito resultante da contratação dos custos de uma nova unidade já no primeiro dia de operação da mesma, enquanto a receita demora até 18 meses para maturar.

Acreditamos que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis úteis para medir desempenho operacional. A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que é deduzido dos custos e despesas referentes à aluguéis de lojas.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado de R$(12,3) milhões e (18,1%), respectivamente, em comparação com R$(9,5) milhões e (15,6%) para o mesmo período em 2020. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão do primeiro trimestre de 2020, em que a Companhia ainda não sofria com as restrições da pandemia de Covid-19.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA Ajustadoe a Margem EBITDA Ajustado foi de R$(18,9) milhões e (21,7%), respectivamente, em comparação a R$9,3 milhões e 7,7%, respectivamente, em 2019. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19 a partir do segundo trimestre de 2020.

O EBITDA Ajustadoe a Margem EBITDA Ajustado de R$9,3 milhões e 7,7%, respectivamente, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R$4,9 milhões e 110,8%, respectivamente, em relação a 2018. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em decorrência da inauguração de 24 novas unidades ao longo de 2019.

O passivo total (passivo circulante e passivo não circulante) da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era de R$311,1 milhões, R$320,6 milhões e R$64,1 milhões, respectivamente. A variação de R$64,1 milhões para R$311,1 milhões ocorreu principalmente em virtude da expansão da Companhia em 2019, que levou a assinatura de novos contratos de aluguel e financiamento para aquisição de equipamentos.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração por nossos administradores na condução de nossos negócios:

| *Indicadores financeiros (em R$ milhares)* | **30 de setembro de** | | **Exercício findo em 31 de dezembro de** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2020** | **2019** | **2018** |
| **Receita Líquida de Serviços** | 68.113 | 60.586 | 86.859 | 121.254 | 67.881 |
| **EBITDA Ajustado**(1) | (12.348) | (9.465) | (18.868) | 9.295 | 4.409 |
| **Margem EBITDA Ajustado**(2) | (18,1%) | (15,6%) | (21,7%) | 7,7% | 6,5% |

(1) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

**(b) Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$114,8 milhões, representando um aumento de 56,1% em relação ao patrimônio líquido do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido ao ingresso de novos investidores, que realizaram um aporte de R$ 77,0 milhões na Companhia em abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$73,6 milhões, representando uma redução de 45,1% em relação ao patrimônio líquido do período encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido ao prejuízo acumulado em 2020, que ocorreu, em especial, devido à queda de rentabilidade do negócio da Compahia em meio às restrições da pandemia da Covid-19 no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$134,1 milhões, representando uma redução de 15,0% em relação ao patrimônio líquido do período encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido aos prejuízos acumulados, em decorrência dos gastos com a abertura de 24 novas unidades em 2019.

Acreditamos que a atual estrututra de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

| *Indicadores financeiros (em R$ mil)* | **Período findo em 30 de setembro de** | **Exercício findo em 31 de dezembro de** | | |
|---|---|---|---|---|
| **R$** | **2021** | **2020** | **2019** | **2018** |
| Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) | 322.504 | 311.122 | 320.611 | 64.122 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Capital próprio (patrimônio líquido) | 114.844 | 73.586 | 134.089 | 157.735 |
| **Capital total (terceiros + próprio)** | **437.348** | **384.708** | **454.700** | **221.857** |
| Parcela de capital de terceiros (capital de terceiros dividido pelo capital total) | 73,7 | 80,9 | 70,5 | 28,9 |
| Parcela de capital próprio (capital próprio dividido pelo capital total) | 26,3 | 19,1 | 29,5 | 71,1 |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros.

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento de máquinas e equipamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos. Caso entendamos necessário contrair empréstimos adicionais para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava uma dívida líquida, calculada pelo somatório de empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, de R$73,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia apresentava uma dívida líquida, calculada pelo somatório de empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, de R$104,9 milhões, R$44,7 milhões e R$(57,8) milhões, respectivamente.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, para realizar seus investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia utilizou a própria geração de caixa operacional, de aportes de capital e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item 10.1.f abaixo.

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros e emissões de títulos de dívida, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de investimentos de curto e longo prazo. Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 estão detalhados no item 10.1.f abaixo.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A principal fonte de recursos que pretendemos utilizar para as nossas necessidades de capitalno curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Os Diretores da Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses.

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

Os Diretores reportaram que, em 30 de setembro de 2021, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R$136,1 milhões (R$128,8 milhões em 31 de dezembro de 2020), predominantemente em Real e indexado ao CDI.

Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou uma dívida líquida de R$73,2 milhões em 30 de setembro de 2021 (em comparação com uma dívida líquida de R$104,9 milhões em 30 de dezembro de 2020).

A tabela abaixo demonstra a composição consolidada de nossos empréstimos e financiamentos e debêntures em 30 de setembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 junto a instituições financeiras:

*(em milhares de reais)*

| Instituição | Tipo | Taxa de Juros | Vencimento | Saldo em 30 de setembro de 2021 | Saldo em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 2020 | 2019 | 2018 |
| Banco BOCOM BBM, Banco DLL, Citibank e Daycoval | Cédulas de Crédito Bancário | CDI + 4,5% a.a., 10,3% a.a., 12,68% a.a. e 14,71% a.a., respectivamente | N/A | 8.160 | 5.010 | - | - |
| Banco do Nordeste | Contrato de Abertura de Crédito nº 192.2017.353.4550 | entre 6,48% e 8,55% a.a. | 23/05/2029 | 3.747 | 4.114 | 4.265 | 4.716 |
| Itaú, Banco do Brasil e ABC | 2ª Emissão de Debêntures | CDI + 3,65% a.a. | 25/12/2025 | 124.086 | 119.730 | 130.204 | - |
| Banco do Brasil | Linha PRONAMPE | SELIC + 1,25% a 1,27 a.a. | 10/08/2023 | 108 | - | - | - |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

*Cédula de Crédito Bancário nº 602184-0*

Em 18 de setembro de 2020, o Banco BOCOM BBM S.A. emitiu em favor da Companhia uma cédula de crédito bancário no valor de R$ 5.000.000,00, com taxa de juros de 100% da Taxa DI e spread de 4,5% a.a., a ser pago em 60 parcelas mensais, com vencimento em 18/09/2025. Este instrumento é garantido por um Certificado de Depósito Bancário de R$1.000.000,00 e garantia complementar PEAC/FGI.

*Contrato de Abertura de Crédito nº 192.2017.353.4550*

Em 23 de maio de 2017, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. abriu em favor da Companhia crédito no valor de R$ 46.941.779,24, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com taxa de juros de 8,5% a.a., a ser pago em 120 parcelas mensais com vencimento em 23/05/2029. Este instrumento é garantido por Carta Fiança Bancária em favor do banco em valor equivalente a 88,1% do saldo devedor do financiamento concedido com valor final de referência equivalente a R$ 41.369.000,00, além de Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária de Conta Reserva.

*2ª Emissão de Debentures*

Conforme Ata Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 12 de setembro de 2019, foi aprovado a 2ª emissão de debêntures simples, com juros de CDI + 3,65% a.a, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476. Foram subscritas e integralizadas no ato da subscrição 13.000 (treze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). Conforme Ata Assembleia dos Debenturistas ("AGD") realizado em 30 de outubro de 2020, as condições originais dessa operação foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025.

A Companhia possui cláusulas restritivas relacionadas a 2ª emissão de debêntures, os quais requerem mensuração anual da relação de dívida liquida e "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and amortization – EBITDA" ajustado dos últimos 12 meses. Essas cláusulas restritivas foram repactuadas com os debenturistas na AGD de 30 de outubro de 2020, de tal forma que a Escritura de Emissão aditava não previu atingimento de nenhum índice para o ano de 2020. A partir de 2021, a Companhia voltará a ter cláusulas restritivas em vigor, de acordo com a deliberação dos debenturistas da AGD previamente citada:

- Para 2021, a Dívida Líquida (conforme definido na Escritura de Emissão) não poderá superar o valor de R$125 milhões;
- Para 2022, a razão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não pode superar 4.0x;
- Para 2023, a razão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não pode superar 3.5x;
- Para 2024, a razão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não pode superar 3.0x;

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. A Companhia visa manter relações com as principais instituições financeiras do mercado de modo a ter uma ampla gama de possibilidades em operações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, as três instituições mais representativas entre os financiamentos da Companhia eram Banco Itaú, Banco do Brasil e Banco ABC, em ordem decrescente, conforme composição dos credores enviada pelo agente fiduciário da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia eram compostos por dívidas com garantia real, flutuante e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei 11.101; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei 11.101; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

A Companhia também possui restrição ao pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro contratual ou estatuariamente prevista, acima do mínimo obrigatório conforme estabelecido por lei ou por seu estatuto social.

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas no item (i) acima e neste item.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados.

**(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. não utilizadas, no montante de aproximadamente R$40 milhões. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais, incluindo *covenants* financeiros.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras neste item são derivadas das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as informações financeiras são sempre demonstradas de forma consolidada, com a consolidação de um conjunto diferente de operações para cada período, conforme descrito resumidamente abaixo. Maiores detalhes sobre o escopo de consolidação são apresentados na introdução do item 10.1.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

*Comparação da demonstração de resultados consolidados e históricos entre o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021 e o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020*

| (em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | AV | 30/09/2020 | AV | AH |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida de serviços | 68.113 | 100,0% | 60.586 | 100,0% | 12,4% |
| Custos dos serviços prestados | (79.918) | (117,3%) | (70.306) | (116,0%) | 13,7% |
| Prejuízo bruto | (11.805) | (17,3%) | (9.720) | (16,0%) | 21,5% |
| Despesas gerais e administrativas | (16.830) | (24,7%) | (16.492) | (27,2%) | 2,0% |
| Outras receitas (despesas) , líquidas | 502 | 0,7% | (275) | (0,5%) | (282,5%) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos | (28.133) | (41,3%) | (26.487) | (43,7%) | 6,2% |
| Despesas financeiras | (17.698) | (26,0%) | (15.073) | (24,9%) | 17,4% |
| Receitas financeiras | 2.011 | 3,0% | 1.721 | 2,8% | 16,9% |
| Prejuízo do exercício | (43.820) | (64,3%) | (39.839) | (65,8%) | 10,0% |
| Participação de acionistas controladores | (43.734) | (64,2%) | (40.286) | (66,5%) | 8,6% |
| Participação de acionistas não controladores | (86) | (0,1%) | 447 | 0,7% | (119,2%) |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Receita operacional líquida***

Receita operacional líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$68,1 milhões comparativamente a R$60,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$7,5 milhões ou 12,4%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da base de membros e do relaxamento das medidas de isolamento impostas pelas autoridades locais em decorrência da pandemia de Covid-19.

***Prejuízo bruto***

Prejuízo bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$(11,8) milhões comparativamente a R$(9,7) milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$2,1 milhões ou 21,5%. Prejuízo bruto representou (17,3%) e (16,0%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 a partir do segundo trimestre de 2020.

***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$16,8 milhões comparativamente a R$16,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$0,34 milhões ou 2,0%. Despesas gerais e administrativas representaram 24,7% e 27,2% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente a volta de despesas correntes da companhia, como marketing e viagens, que foram reduzidas em 2020 como resultado da pandemia de Covid-19.

***Outras receitas (despesas), líquidas***

Outras receitas (despesas), líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$0,5 milhões comparativamente a R$(0,3) milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$0,8 milhão ou 282,5%. Outras receitas (despesas), líquidas representaram 0,7% e (0,5%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente a venda de equipamentos antigos em 2021.

***Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos***

Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$(28,1) milhões comparativamente a R$(26,5) milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$1,6 milhões ou 6,2%. Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos representou (41,3%) e (43,7%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente ao aumento dos custos no segundo trimestre de 2021, quando comparado ao mesmo período em 2020, em que as unidades não operaram.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Despesas financeiras***

As despesas financeiras no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram de R$17,7 milhões comparativamente a R$15,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$2,6 milhões ou 17,4%. As despesas financeiras representaram 26,0% e 24,9% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao aumento das taxas de juros as quais as dívidas da Companhia são indexadas.

***Receitas financeiras***

Receitas financeiras no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram de R$2,0 milhões comparativamente a R$1,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$0,3 milhões ou 16,9%. As receitas financeiras representaram 3,0% e 2,8% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente aos rendimentos em aplicações financeiras da Companhia.

***Prejuízo do exercício***

Prejuízo do exercício de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$(43,8) milhões comparativamente a R$(39,8) milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$4,0 milhões ou 10,0%. Prejuízo do exercício representou (64,3%) e (65,8%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente ao desempenho da Companhia no primeiro trimestre de 2020, quando a Covid-19 não impunha restrições as suas operações.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

*Comparação da demonstração de resultados consolidados e históricos entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019*

| (em R$ mil, exceto %) | 31/12/2020 | AV | 31/12/2019 | AV | AH |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida de serviços | 86.859 | 100,0% | 121.254 | 100,0% | (28,4%) |
| Custos dos serviços prestados | (99.978) | (115,1%) | (99.405) | (82,0%) | 0,6% |
| Lucro (prejuízo) bruto | (13.119) | (15,1%) | 21.849 | 18,0% | (160,0%) |
| Despesas gerais e administrativas | (23.417) | (27,0%) | (24.532) | (20,2%) | (4,5%) |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Outras receitas (despesas), líquidas | (5.337) | (6,1%) | (4.198) | (3,5%) | 27,1% |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos | (41.873) | (48,2%) | (6.881) | (5,7%) | 508,5% |
| Despesas financeiras | (20.606) | (23,7%) | (21.015) | (17,3%) | (1,9%) |
| Receitas financeiras | 1.976 | 2,3% | 4.250 | 3,5% | (53,5%) |
| Prejuízo do exercício | (60.503) | (69,7%) | (23.646) | (19,5%) | 155,9% |
| Participação dos acionistas controladores | (60.758) | (70,0%) | (23.137) | (19,1%) | 162,6% |
| Participação dos acionistas não controladores | 255 | 0,3% | (509) | (0,4%) | (150,1%) |

***Receita líquida de serviços***

Receita líquida de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$86,9 milhões comparativamente a R$121,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$34,4 milhões ou 28,4%. Esta redução é atribuída substancialmente às restrições das operações impostas à Companhia a partir do segundo trimestre de 2020 em decorrência da pandemia de Covid-19.

***Lucro (prejuízo) bruto***

Lucro (prejuízo) bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$(13,1) milhões comparativamente a R$21,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$35,0 milhões ou 160,0%. Lucro (prejuízo) bruto representou (15,1%) e 18,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente à queda das receitas em 2020 como consequência da pandemia de Covid-19.

***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$23,4 milhões comparativamente a R$24,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$1,1 milhões ou 4,5%. Despesas gerais e administrativas representaram 27,0% e 20,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente aos cortes promovidos pela Companhia em 2020 como resposta a redução das receitas.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Outras receitas (despesas), líquidas***

Outras receitas (despesas), líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$5,3 milhões comparativamente a R$4,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$1,1 milhões ou 27,1%. Outras receitas (despesas), líquidas representaram 6,1% e 3,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao pagamento de taxas e emolumentos .

***Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos***

Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$(41,9) milhões comparativamente a R$(6,9) milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$35,0 milhões ou 508,5%. Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos representou (48,2%) e (5,7%) da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao impacto da pandemia de Covid-19 sobre o resultado de 2020.

***Despesas financeiras***

Despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R$20,6 milhões comparativamente a R$21,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$0,4 milhões ou 1,9%. As despesa financeiras representaram 23,7% e 17,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente à redução dos juros sobre arrendamento mercantil em 2020.

***Receitas financeiras***

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R$2,0 milhões comparativamente a R$4,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$2,3 milhões ou 53,5%. As receit financeiras representaram 2,3% e 3,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente à redução dos rendimentos das aplicações financeiras da Companhia.

***Prejuízo do exercício***

Prejuízo do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$(60,5) milhões comparativamente a R$(23,6) milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$36,9 milhões ou 155,9%. Prejuízo do exercício representou (69,7%) e (19,5%) da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente à redução de 28,4% das receitas operacionais da Companhia em 2020, consequência das restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*Comparação da demonstração de resultados consolidados e históricos entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018*

| (em R$ mil, exceto %) | 31/12/2019 | AV | 31/12/2018 | AV | AH |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 121.254 | 100,0% | 67.881 | 100,0% | 78,6% |
| Custos dos serviços prestados | (99.405) | (82,0%) | (56.972) | (83,9%) | 74,5% |
| Lucro bruto | 21.849 | 18,0% | 10.909 | 16,1% | 100,3% |
| Despesas gerais e administrativas | (24.532) | (20,2%) | (16.735) | (24,7%) | 46,6% |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (4.198) | (3,5%) | 707 | 1,0% | (693,8%) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos | (6.881) | (5,7%) | (5.119) | (7,5%) | 34,4% |
| Despesas financeiras | (21.015) | (17,3%) | (4.536) | (6,7%) | 363,3% |
| Receitas financeiras | 4.250 | 3,5% | 3.941 | 5,8% | 7,8% |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (23.646) | (19,5%) | (5.714) | (8,4%) | 313,8% |
| IR | - | n.a. | (17) | (0,0%) | n.a. |
| Prejuízo do exercício | (23.646) | (19,5%) | (5.731) | (8,4%) | 312,6% |
| Atribuível aos controladores | (23.137) | (19,1%) | (5.360) | (7,9%) | 331,7% |
| Atribuível aos não controladores | (509) | (0,4%) | (371) | (0,5%) | 37,2% |
| Prejuízo do exercício | (23.646) | (19,5%) | (5.731) | (8,4%) | 312,6% |

***Receita operacional líquida***

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$121,2 milhões comparativamente a R$67,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$53,3 milhões ou 78,6%. Este aumento é atribuído substancialmente à abertura de 24 novas unidades em 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$21,8 milhões comparativamente a R$10,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$10,9 milhões ou 100,3%. Lucro bruto representou 18,0% e 16,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao aumento do faturamento da companhia em 2019.

***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$24,5 milhões comparativamente a R$16,7 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$7,8 milhões ou 46,6%. Despesas gerais e administrativas representaram 20,2% e 24,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao aumento das despesas com pessoal e serviço de apoio operacional, consequência direta da ampliação das operações.

***Outras receitas (despesas), líquidas***

Outras receitas (despesas), líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$(4,2) milhões comparativamente a R$0,7 milhão no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$4,9 milhões ou 693,8%. Outras receitas (despesas), líquidas representaram (3,5%) e 1,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente a a remensuração do direito de uso de arrendamento.

***Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos***

Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2019 foi de R$(6,9) milhões comparativamente a R$(5,1) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$1,8 milhões ou 34,4%. Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos representou (5,7%) e (7,5%) da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente ao aumento das despesas gerais e administrativas

***Despesas financeiras***

Despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$21,0 milhões comparativamente a R$4,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$16,5 milhões ou 363,3%. Despesas financeiras representou 17,3% e 6,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao aumento das despesas bancárias e dos juros sobre arrendamento mercantil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Receitas financeiras***

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$4,2 milhões comparativamente a R$3,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$0,3 milhões ou 7,8%. Receitas financeiras representou 3,5% e 5,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento deve-se substancialmente ao aumento dos rendimentos das aplicações financeiras

***Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social***

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$(23,6) milhões comparativamente a R$(5,7) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$17,9 milhões ou 313,8%. Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social representou (19,5%) e (8,4%) da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente ao aumento das despesas com pessoal e aluguéis, dada a inauguração de 24 novas academias em 2019.

***Prejuízo do exercício***

Prejuízo do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$(23,6) milhões comparativamente a R$(5,7) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$17,9 milhões ou 312,6%. Prejuízo do exercício representou (19,5%) e (8,4%) da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução deve-se substancialmente ao aumento das despesas gerais e administrativas.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

| (em R$ mil, exceto %) | 30/09/2021 | AV | 31/12/2020 | AV | AH |
|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | | |
| **Ativo Circulante** | **82.902** | **19,0%** | **37.424** | **9,7%** | **121,5%** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 56.544 | **12,9%** | 23.952 | **6,2%** | **136,1%** |
| Aplicações financeiras | 6.329 | 1,4% | - | n.a. | n.a. |
| Contas a receber de clientes | 11.164 | **2,6%** | 7.991 | **2,1%** | **39,7%** |
| Impostos a recuperar | 1.958 | **0,4%** | 1.871 | **0,5%** | **4,6%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Partes relacionadas | - | **n.a.** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Outros ativos | 6.907 | **1,6%** | 3.610 | **0,9%** | **91,3%** |
| **Ativo Não Circulante** | **354.446** | **81,0%** | **347.284** | **90,3%** | **2,1%** |
| Partes relacionadas | - | **n.a.** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Outros ativos | 661 | **0,2%** | 499 | **0,1%** | **32,5%** |
| Imobilizado | 211.027 | **48,3%** | 223.600 | **58,1%** | **(5,6%)** |
| | | | | | |
| Direito de uso de arrendamento | 128.151 | **29,3%** | 119.423 | **31,0%** | **7,3%** |
| Intangível | 14.607 | **3,3%** | 3.762 | **1,0%** | **288,3%** |
| **Total do Ativo** | **437.348** | **100,0%** | **384.708** | **100,0%** | **13,7%** |
| **PASSIVO** | | | | | |
| **Passivo Circulante** | **90.441** | **20,7%** | **77.382** | **20,1%** | **16,9%** |
| Fornecedores | 13.180 | **3,0%** | 28.329 | **7,4%** | **(53,5%)** |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | 26.844 | **6,1%** | 6.141 | **1,6%** | **337,1%** |
| Passivo de arrendamento | 31.861 | **7,3%** | 28.636 | **7,4%** | **11,3%** |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 7.600 | **1,7%** | 5.715 | **1,5%** | **33,0%** |
| Obrigações tributárias | 8.811 | **2,0%** | 6.753 | **1,8%** | **30,5%** |
| Partes relacionadas | - | **n.a.** | 114 | **0,0%** | **n.a.** |
| Outras obrigações | 2.145 | **0,5%** | 1.694 | **0,4%** | **26,6%** |
| **Passivo não circulante** | **232.063** | **53,1%** | **233.740** | **60,8%** | **(0,7%)** |
| Fornecedores | 5.038 | **1,2%** | 4.307 | **1,1%** | **17,0%** |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | 109.257 | **25,0%** | 122.713 | **31,9%** | **(11,0%)** |
| Passivo de arrendamento | 111.269 | **25,4%** | 103.034 | **26,8%** | **8,0%** |
| Impostos diferidos | 1.364 | **0,3%** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Obrigações tributárias | 1.856 | **0,4%** | 649 | **0,2%** | **186,0%** |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 3.056 | **0,7%** | 2.815 | **0,7%** | **8,6%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Investimentos com patrimônio líquido negativo | - | **n.a.** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Outras obrigações | 223 | **0,1%** | 222 | **0,1%** | **0,5%** |
| Partes relacionadas | - | **n.a.** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Total do passivo | 322.504 | **73,7%** | 311.122 | **80,9%** | **3,7%** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | |
| Capital social | **88.068** | **20,1%** | **63.854** | **16,6%** | **37,9%** |
| Reserva de capital | 173.284 | **39,6%** | 120.498 | **31,3%** | **43,8%** |
| Prejuízos acumulados | (153.868) | **(35,2%)** | (110.134) | **(28,6%)** | **39,7%** |
| Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | 107.484 | **24,6%** | 74.218 | **19,3%** | **44,8%** |
| Participação de acionistas não controladores | 7.360 | **1,7%** | (632) | **(0,2%)** | **(1264,6%)** |
| **Total do patrimônio líquido** | **114.844** | **26,3%** | **73.586** | **19,1%** | **56,1%** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **437.348** | **100,0%** | **384.708** | **100,0%** | **13,7%** |

**ATIVO**

**Ativo circulante**

***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 30 de setembro de 2021, o total de caixa e equivalentes de caixa era de R$56,5 milhões, em comparação com R$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o total de caixa e equivalentes de caixa era de 12,9% em 30 de setembro de 2021 e 6,2% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$32,6 milhões ou 136,1%, decorreu do ingresso de R$ 77,0 milhões de reais no capital social da Companhia em abril de 2021, além da melhora no faturamento bruto.

***Contas a receber de clientes***

Em 30 de setembro de 2021, o total de contas a receber de clientes era de R$11,2 milhões, em comparação com R$8,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o total de contas a receber de clientes era de 2,6% em 30 de setembro de 2021 e 2,1% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$3,2 milhões ou 39,7%, decorreu do maior número de alunos pagantes em 2021 com o relaxamento das medidas restritivas contra Covid-19, sendo os pagamentos em cartão de crédito o principal contribuinte para esta linha.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Ativo não circulante**

***Intangível***

Em 30 de setembro de 2021, o intangível era de R$14,6 milhões, em comparação com R$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o intangível era de 3,3% em 30 de setembro de 2021 e 1,0% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$10,8 milhões ou 288,3%, decorreu do aumento nos investimentos em TI e aquisição de novos softwares.

**PASSIVO**

**Passivo circulante**

***Fornecedores***

Em 30 de setembro de 2021, fornecedores era de R$13,18 milhões, em comparação com R$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores era de 3,0% em 30 de setembro de 2021 e 7,4% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R$15,1 milhões ou 53,5%, decorreu do pagamento de obrigações contraídas em 2019.

**Passivo não circulante**

***Passivo de arrendamento***

Em 30 de setembro de 2021, o passivo de arrendamento era de R$111,3 milhões, em comparação com R$103,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo de arrendamento era de 25,4%, em comparação com 26,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$8,2 milhões ou 8,0%, decorreu da adição de novos contratos de aluguéis de lojas que a Companhia passou a operar a partir de 2021.

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 30 de setembro de 2021, o patrimônio líquido era de R$114,8 milhões, em comparação com R$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R$41,3 milhões ou 56,1%, deu-se pelo aumento do capital social com o ingresso de R$ 77,0 milhões na Companhia em abril de 2021.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

| (em R$ mil, exceto %) | 31/12/2020 | AV | 31/12/2019 | AV | AH |
|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | | |
| **Ativo Circulante** | **37.424** | **9,7%** | **108.914** | **24,0%** | **(65,6%)** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23.952 | **6,2%** | 63.144 | **20,3%** | **(62,1%)** |
| Aplicações financeiras | - | n.a. | 29.192 | 6,4% | n.a. |
| Contas a receber de clientes | 7.991 | **2,1%** | 13.319 | **2,9%** | **(40,0%)** |
| Outros ativos | 3.610 | **0,9%** | 1.474 | **0,3%** | **144,9%** |
| Impostos a recuperar | 1.871 | **0,5%** | 1.785 | **0,4%** | **4,8%** |
| **Ativo Não Circulante** | **347.284** | **90,3%** | **345.786** | **76,0%** | **0,4%** |
| Partes relacionadas | - | **n.a.** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Outros ativos | 499 | **0,1%** | 470 | **0,1%** | **6,2%** |
| Imobilizado | 223.600 | **58,1%** | 219.823 | **48,3%** | **1,7%** |
| Direito de uso de arrendamento | 119.423 | **31,0%** | 122.465 | **26,9%** | **(2,5%)** |
| Intangível | 3.762 | **1,0%** | 3.028 | **0,7%** | **24,2%** |
| **Total do Ativo** | **384.708** | **100,0%** | **454.700** | **100,0%** | **(15,4%)** |
| **PASSIVO** | | | | | |
| **Passivo Circulante** | **77.382** | **20,1%** | **100.712** | **22,1%** | **(23,2%)** |
| Fornecedores | 28.329 | **7,4%** | 36.309 | **8,0%** | **(22,0%)** |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | 6.141 | **1,6%** | 27.847 | **2,0%** | **(77,9%)** |
| Passivo de arrendamento | 28.636 | **7,4%** | 26.427 | **5,8%** | **8,4%** |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 5.715 | **1,5%** | 5.967 | **1,3%** | **(4,2%)** |
| Obrigações tributárias | 6.753 | **1,8%** | 3.861 | **0,8%** | **74,9%** |
| Outras obrigações | 1.694 | **0,4%** | 261 | **0,1%** | **549,0%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Partes relacionadas | 114 | **0,0%** | 40 | **0,0%** | **185,0%** |
| **Passivo não circulante** | **233.740** | **60,8%** | **219.899** | **48,4%** | **(6,3%)** |
| Fornecedores | 4.307 | **1,1%** | 4.307 | **0,9%** | **0,0%** |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | 122.713 | **31,9%** | 109.203 | **24,0%** | **(12,4%)** |
| Passivo de arrendamento | 103.034 | **26,8%** | 103.220 | **22,7%** | **(0,2%)** |
| Obrigações tributárias | 649 | **0,2%** | 541 | **0,1%** | **20,0%** |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 2.815 | **0,7%** | 2.407 | **0,5%** | **17,0%** |
| Outras obrigações | 222 | **0,1%** | 221 | **0,0%** | **0,5%** |
| Partes relacionadas | - | **n.a.** | - | **n.a.** | **n.a.** |
| Total do passivo | 311.122 | **80,9%** | 320.661 | **70,5%** | **(3,0%)** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | |
| Capital social | **63.854** | **16,6%** | **63.854** | **14,0%** | **0,0%** |
| Reserva de capital | 120.498 | **31,3%** | 120.498 | **26,5%** | **0,0%** |
| Prejuízos acumulados | (110.134) | **(28,6%)** | (49.376) | **(10,9%)** | **123,1%** |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores | 74.218 | **19,3%** | 134.976 | **29,7%** | **(45,0%)** |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores | (632) | **(0,2%)** | (887) | **(0,2%)** | **(28,7%)** |
| **Total do patrimônio líquido** | **73.586** | **19,1%** | **134.089** | **29,5%** | **(45,1%)** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **384.708** | **100,0%** | **454.700** | **100,0%** | **(15,4%)** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**ATIVO**

**Ativo circulante**

***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 31 de dezembro de 2020, o total de caixa e equivalentes de caixa era de R$23,9 milhões, em comparação com R$63,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o total de caixa e equivalentes de caixa era de 6,2% em 31 de dezembro de 2020 e 13,9% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$39,2 milhões ou 62,1%, decorreu da redução das receitas em função das limitações as atividades impostas em 2020 pela pandemia de Covid-19.

***Aplicações financeiras***

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de aplicações financeiras era zero, em comparação com R$29,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o total de aplicações financeiras era de 6,4% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$29,2 milhões ou 100%, decorreu da liberação dos recursos que estavam em garantia pela 2ª emissão de debêntures da Companhia após repactuação das condições contratuais após a Assembleia Geral de Debenturistas em 30 de outubro de 2020.

***Contas a receber***

Em 31 de dezembro de 2020, o total de contas a receber era de R$8,0 milhões, em comparação com R$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o total de contas a receber era de 2,1% em 31 de dezembro de 2020 e 2,9% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$5,3 milhões ou 40,0%, decorreu da queda do faturamento da Companhia em 2020

**PASSIVO**

**Passivo circulante**

***Fornecedores***

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de fornecedores era de R$28,3 milhões, em comparação com R$36,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, a conta de fornecedores era de 7,4% em 31 de dezembro de 2020 e 8,0% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$8,0 milhões ou 22,0%, decorreu de 2020 não ter experimentado uma ampliação do número de academias como em 2019.

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$73,6 milhões, em comparação com R$134,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R$60,5 milhões ou 45,1%, deu-se pelo prejuízo acumulado da Companhia em 2020.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

| (em R$ mil, exceto %) | 31/12/2019 | AV | 31/12/2018 | AV | AH |
|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | | |
| **Ativo Circulante** | **108.914** | **24,0%** | **100.335** | **45,2%** | **8,6%** |
| Caixa e equivalentes de caixa | **63.144** | **20,3%** | **90.866** | **41,0%** | **(30,5)%** |
| Aplicações financeiras | **29.192** | **6,4%** | **-** | **n.a.** | **n.a.** |
| Contas a receber | **13.319** | **2,9%** | **7.156** | **3,2%** | **86,1%** |
| Outras contas a receber | **1.474** | **0,3%** | **1.518** | **0,7%** | **(2,9%)** |
| Impostos a recuperar | **1.785** | **0,4%** | **795** | **0,4%** | **124,5%** |
| **Ativo Não Circulante** | **345.786** | **76,0%** | **121.522** | **54,8%** | **184,5%** |
| Outras contas a receber | **470** | **0,1%** | **414** | **0,2%** | **13,5%** |
| Imobilizado | **219.823** | **48,3%** | **117.782** | **53,1%** | **86,6%** |
| Direito de uso de arrendamento | **122.465** | **26,9%** | **-** | **n.a.** | **n.a.** |
| Intangível | **3.028** | **0,7%** | **3.326** | **1,5%** | **(9,0%)** |
| **Total do Ativo** | **454.700** | **100,0%** | **221.857** | **100,0%** | **105,0%** |
| **PASSIVO** | | | | | |
| **Passivo Circulante** | **100.712** | **22,1%** | **33.320** | **15,0%** | **202,3%** |
| Fornecedores | **36.309** | **8,0%** | **18.701** | **8,4%** | **94,2%** |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | **27.847** | **6,1%** | **8.888** | **4,0%** | **213,3%** |
| Passivo de arrendamento | **26.427** | **5,8%** | **-** | **n.a.** | **n.a.** |
| Obrigações trabalhistas | **5.967** | **1,3%** | **3.002** | **1,4%** | **98,8%** |
| Obrigações tributárias | **3.861** | **0,8%** | **2.131** | **1,0%** | **81,2%** |
| Outras contas a pagar | **261** | **0,1%** | **576** | **0,3%** | **(54,7%)** |
| Partes relacionadas | **40** | **0,0%** | **22** | **0,0%** | **81,8%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo não circulante** | **219.899** | **48,4%** | **30.802** | **13,9%** | **613,9%** |
| Fornecedores | **4.307** | **0,9%** | **5.031** | **2,3%** | **(14,4%)** |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | **109.203** | **24,0%** | **24.178** | **10,9%** | **351,7%** |
| Passivo de arrendamento | **103.220** | **22,7%** | **-** | **n.a.** | **n.a.** |
| Obrigações tributárias | **541** | **0,1%** | **615** | **0,3%** | **(12,0%)** |
| Provisão para contingências | **2.407** | **0,5%** | **412** | **0,2%** | **484,2%** |
| Outras contas a pagar | **221** | **0,0%** | **566** | **0,3%** | **(61,0%)** |
| Total do passivo | **320.661** | **70,5%** | **64.122** | **28,9%** | **400,1%** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | |
| Capital social | **63.854** | **14,0%** | **63.854** | **28,8%** | **0,0%** |
| Reserva de capital | **120.498** | **26,5%** | **120.498** | **54,3%** | **0,0%** |
| Prejuízos acumulados | **(49.376)** | **(10,9%)** | **(26.239)** | **(11,8%)** | **88,2%** |
| Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | 134.976 | **29,7%** | 158.113 | **71,3%** | **(14,6%)** |
| Participação de acionistas não controladores | **(887)** | **(0,2%)** | **(378)** | **(0,2%)** | **134,7%** |
| **Total do patrimônio líquido** | **134.089** | **29,5%** | **157.735** | **71,1%** | **(15,0%)** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **454.700** | **100,0%** | **221.857** | **100,0%** | **105,0%** |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**ATIVO**

**Ativo circulante**

***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 31 de dezembro de 2019, o total de caixa e equivalentes de caixa era de R$63,1 milhões, em comparação com R$90,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o total de caixa e equivalentes de caixa era de 13,9% em 31 de dezembro de 2019 e 41,0% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$27,7 milhões ou 30,5%, decorreu da reclassificação de parte do caixa como aplicações financeiras.

**Ativo não circulante**

***Imobilizado***

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado era de R$219,8 milhões, em comparação com R$117,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o imobilizado era de 48,3% em 31 de dezembro de 2019 e 53,1% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$102,0 milhões ou 86,6%, decorreu da expansão do número de unidades realizada em 2019.

***Direito de uso de arrendamento***

Em 31 de dezembro de 2019, o direito de uso de arrendamento era de R$122,5 milhões, em comparação com zero em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o direito de uso de arrendamento era de 26,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$122,5 milhões decorreu da adoção do CPC 06 (R02)/IFRS 16, em 1º de janeiro de 2019, quando foi reconhecido o ativo de direito de uso de arrendamento. O direito de uso de arrendamento está relacionado a contratos de locação de 66 academias.

**PASSIVO**

**Passivo circulante**

***Fornecedores***

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de fornecedores era de R$36,3 milhões, em comparação com R$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, a conta de fornecedores era de 8,0% em 31 de dezembro de 2019 e 8,4% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$17,6 milhões ou 94,2%, decorreu da aquisição de novos equipamentos para composição das unidades inauguradas ao longo de 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Passivo não circulante**

***Empréstimos, financiamentos e debêntures***

Em 31 de dezembro de 2019, empréstimos, financiamentos e debêntures era de R$109,2 milhões, em comparação com R$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, os empréstimos, financiamentos e debêntures era de 24,0% em 31 de dezembro de 2019 e 10,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$82,0 milhões ou 351,7%, decorreu da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação , nos termos da instrução CVM n° 476. Foram subscritas e integralizadas no ato da subscrição 13 mil debêntures, totalizando R$130,0 milhões.

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$134,1 milhões, em comparação com R$157,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$23,6 milhões ou 15,0%, deu-se pelo aumento de 88,2% do prejuízo acumulado em 2019, resultado atrelado ao aumento dos gastos referentes a abertura de novas unidades.

**FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

| (em R$ mil) | 30/09/2021 | 30/09/2020 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (12.974) | (1.494) | (2.882) | 37.567 | 16.699 |
| Caixa aplicado nas atividades de investimento | (17.649) | (29.912) | (4.319) | (148.859) | (66.443) |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | 63.215 | (10.814) | (31.991) | 83.570 | 129.373 |

**PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

***Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais***

O Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais totalizou R$(13,0) milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a R$(1,5) milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro 2020. Esta redução de R$11,5 milhões, ou 768,4%, justifica-se pelo desempenho do primeiro trimestre de 2020, em que a Companhia pode operar sem as restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Caixa aplicado nas atividades de investimento***

O caixa aplicado nas atividades de investimento totalizou R$(17,6) milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a R$(29,9) milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro 2020. Este aumento de R$12,3 milhões, ou 41,0%, justifica-se pelos gastos com expansão realizados no primeiro trimestre de 2020.

***Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento***

O caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento totalizou R$63,2 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a R$(10,8) milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro 2020. Este aumento de R$74,0 milhões, ou 684,6%, justifica-se pelo maior rendimento das aplicações financeiras em 2021 e pelo aumento das despesas financeiras com o pagamento de juros sobre arrendamento mercantil em 2020 e em decorrência do aumento de capital de R$ 77 milhões realizado na Companhia em 2021.

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

***Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais***

O caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais totalizou R$(2,9) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$37,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$40,5 milhões, ou 107,7%, justifica-se pelo prejuízo operacional da Companhia em 2020.

O caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais totalizou R$37,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$16,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$20,9 milhões, ou 125,0%, justifica-se pelo aumento do lucro ajustado em 2019, dado o aumento do faturamento em decorrência da abertura de novas unidades.

***Caixa líquido consumido nas atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$(4,3) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$(148,8) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$144,5 milhões, justifica-se pelo montante gasto com a aquisição de imobilizado em 2019, que foi maior em R$87,3 milhões comparado ao gasto com a aquisição de imobilizado em 2020 e também pela aquisição de R$29,2 milhões de aplicações financeiras em 2019 e ao resgate de aplicações financeiras de R$29,2 milhões no período de 2020.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$(148,8) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$(66,4) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$82,4 milhões, ou 124%, justifica-se pelos gastos com a abertura de novas academias.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento***

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$(32,0) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$83,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$115,6 milhões, ou 138,3%, justifica-se pela captação de R$ 132,3 milhões de dívidas em 2019.

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$83,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$129,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$45,8 milhões, ou 35,4%, justifica-se pela integralização de capital de R$148,9 milhões em 2018.

# 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

**Os diretores devem comentar**

**a. Resultados das operações do emissor, em especial:**

**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita bruta da Companhia é composta majoritariamente por receita de prestação de serviços com mensalidades, matrículas e taxas de manutenção. Sobre a receita bruta da Companhia, deduzem-se os cancelamentos de serviços e o os impostos incidentes (ISS – que varia entre 2,0% e 5,0%, PIS – 1,65% e COFINS – 7,6%)

A receita das academias é proveniente de três elementos principais, sendo eles taxa de matrícula, cobrada no momento de contratação do plano pelo cliente; mensalidade (plano de serviço da academia) e taxa de manutenção anual.

A Companhia teve receita operacional líquida total de R$68,1 milhões e R$60,5 milhões nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente, e de R$86,8 milhões, R$121,2 milhões e R$67,8 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A tabela abaixo identifica as receitas operacionais líquidas auferidas pela Companhia e suas controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e a comparação do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021 com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020:

| *Receita Líquida de Serviços (R$ Mil)* | Para o período de nove meses encerrado em | | AH | Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de | | | AH | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 30 de setembro de 2021 | 30 de setembro de 2020 | 9M21 vs 9M20 % | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 vs 2019 % | 2019 vs 2018 % |
| **Total** | 68.113 | 60.586 | 12,4% | 86.859 | 121.254 | 67.881 | -28,4% | 78,6% |

A evolução das receitas segue a evolução do número de academias em operação e quantidade total de clientes, apresentados na tabela abaixo:

| | Para o período de nove meses encerrado em | | AH | Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de | | | AH | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 30 de setembro de 2021 | 30 de setembro de 2020 | 9M21 vs 9M20 % | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 vs 2019 % | 2019 vs 2018 % |
| **Unidades** | 63 | 68 | (7,4%) | 69 | 66 | 42 | 4,5% | 57,1% |
| **Clientes** | 101.558 | 128.517 | (21,0%) | 136.765 | 169.045 | 107.464 | -19,1% | 57,3% |

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos: pelas medidas de isolamento e restrição as operações promovidas pelas autoridades em decorrência da pandemia de Covid-19.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

***ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.***

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pela expansão orgânica de unidades.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 deveram-se às restrições das operações em decorrência da pandemia de Covid-19, sem ser impactada diretamente por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia por meio da elevação dos custos com a manutenção das unidades.

# 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia introduziu uma nova unidade geradora de caixa, já que fez um investimento controlador na Weburn Empreendimentos Digitais S/A, uma empresa que opera no mercado de fitness digital, ofertando conteúdo de treinamento através de sua plataforma virtual.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência e divulgados nas Demonstrações Financeiras.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

# 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor**

**Os diretores devem comentar**

**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

IFRS 16 / CPC 06 (R02) – Arrendamentos

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 a norma IFRS 16 / CPC 06 (R02) – Arrendamentos. A aplicação da norma afetou substancialmente a contabilização de contratos de aluguel dos espaços nos quais funcionam as academias da Companhia. Os compromissos futuros dos contratos de aluguel são reconhecidos como passivos de arrendamento, e o direito de uso dos espaços é reconhecido como um ativo de mesmo valor. Para fins de efeitos no resultado, os pagamentos fixos de aluguel, que até 2018 eram registrados como custos ou despesas, são substituídos por uma depreciação do direito de arrendamento e uma despesa financeira sobre o passivo de arrendamento.

A Companhia optou na adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) pelo método retrospectivo modificado (aplicado somente a partir de 1º de janeiro de 2019), e assim não avaliou os impactos da norma nos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2019.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A adoção da norma IFRS 16 / CPC 06 (R02) em 1º de janeiro de 2019 teve os seguintes impactos:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial, relacionado aos contratos de locação de imóveis, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros, brutos dos valores de impostos (essencialmente PIS e Cofins). - no demonstrativo de resultados, substituição dos pagamentos fixos de aluguel, que até 2018 eram registrados como custos ou despesas, por uma depreciação do direito de arrendamento e uma despesa financeira sobre o passivo de arrendamento. Embora a norma não tenha alterado o valor total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato de locação, o método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos traz um efeito temporal no lucro líquido.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não contêm ressalves e/ou ênfases.

No que se refere ao relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, há uma ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras, nos seguintes termos: *"Em 31 de março de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto"*. Ainda, tal relatório não contém ressalvas.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

As políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia estão descritas abaixo.

**Arrendamento**

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas atuam apenas como arrendatárias. Embora o modelo contábil para reconhecimento e mensuração seja único, na avaliação para classificação dos contratos de locação dos imóveis, a Companhia considerou que os contratos de locação são classificados como arrendamentos operacionais, pois:

- O arrendamento não transfere a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento;
- O arrendatário não tem a opção de comprar o ativo subjacente a preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a opção se tornar exercível, para que seja razoavelmente certo, na data de celebração do arrendamento, que a opção será exercida;
- O prazo do arrendamento não é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente; e
- O ativo subjacente não é de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes;
- Se o arrendatário puder cancelar o arrendamento, as perdas do arrendador associadas ao cancelamento não são arcadas pelo arrendatário;
- Ganhos ou perdas provenientes da flutuação no valor justo do residual não são gerados para o arrendatário; e
- Se o arrendatário tiver a capacidade de continuar o arrendamento por período secundário, o aluguel não será substancialmente menor que o aluguel de mercado.

Ativo de direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato;

Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas identificaram e adotaram a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos o critério. A taxa real incremental utilizada para os cálculos foi de 8,68% a.a. até 11,44%a.a., em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

**Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

Os valores relacionados às atividades de condicionamento físico e canais digitais são reconhecidos mensalmente, de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de prestação de serviços, exceto, taxas de adesão, anuidade, e manutenção que são reconhecidas na sua ocorrência, respeitando a prestação de serviços.

O Grupo monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados e concluiu que a exigibilidade da devolução de mensalidades aos alunos é irrelevante, e que as taxas de anuidade e adesão não possuem exigibilidade de devolução aos alunos.

**Imobilizado**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

| Descrição | Taxas (%) |
|---|---|
| Equipamentos de ginástica | 10 |
| Acessórios de ginástica | 20 |
| Móveis e utensílios | 20 |
| Equipamentos de informática | 20 |
| Benfeitorias (Vigência média dos contratos) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os itens do ativo imobilizado que apresentarem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado da unidade geradora de caixa (“UGC”), pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

***ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

***iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

***iv. Contratos de construção não terminada***

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

***v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item10.6, os diretores devem comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

## 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. Investimentos, incluindo:**

***i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos***

A Companhia tem como objetivo o crescimento acelerado da sua rede de academias através da abertura de lojas próprias e franquias. Os investimentos são direcionados, em sua grande maioria, para expansão que vem ocorrendo nos últimos anos, aumentando a presença e consolidando a marca em diversas regiões do território nacional.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, Companhia investiu R$ 11,2 milhões na aquisição de ativo imobilizado e intangível. Em 2020, a Companhia investiu 33,6 milhões na aquisição de ativo imobilizado e intangível, incluindo a abertura de 6 novas lojas próprias. Em 2019, a Companhia investiu R$ 119,7 milhões na aquisição de ativo imobilizado e intangível, incluindo a abertura de 24 novas lojas próprias. Em 2018, a Companhia investiu R$ 66,4 milhões na aquisição de ativo imobilizado e intangível, incluindo a abertura de 15 novas lojas próprias.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos da Oferta Primária para acelerar a abertura de lojas próprias, aumentando o ritmo de inaugurações comparativamente aos anos anteriores. Adicionalmente, a Companhia pretende intensificar sua marca em regiões que já está presente e, também, nas regiões onde não está presente para abrir novos mercados, desde que os retornos continuem positivos e/ou os pontos sejam estratégicos. Adicionalmente, a Companhia pretende adotar a estratégia de realizar aquisições de outras academias ou rede de academias, conforme o caso.

***ii. Fontes de financiamento dos investimentos***

Os recursos necessários para o plano de expansão da Companhia deverão vir da combinação de fontes que incluem, mas não se limitam a:

(i) geração de caixa operacional das academias em operação;

(ii) captação de novos empréstimos, através de operações com instituições financeiras ou através o mercado de capitais; e

(iii) aumentos de capital dos atuais acionistas ou de novos acionistas.

***iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

***i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas***

Não aplicável.

## 10.8 - Plano de Negócios

***ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços***

Não aplicável.

***iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados***

Não aplicável.

***iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Não aplicável.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

**10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA**

Medidas tomadas pela Companhia em decorrência da pandemia de COVID-19

Como consequência da pandemia de COVID-19, a Companhia fechou temporariamente todas suas academias em 19 de março de 2020, de acordo com a recomendação dos órgãos públicos locais.

Dada a incerteza do cenário, causada pela pandemia de COVID-19, a Companhia adotou medidas com foco na preservação do caixa e em respeito aos clientes e colaboradores.

As principais ações adotadas foram:

• Renegociação de custos e despesas: renegociação dos contratos de locação, com foco em obtenção de descontos e renegociação de valores até a normalização da operação; a Companhia aderiu à MP936 no início de abril de 2020, além de ter desenvolvido diversos ACTs e CCTs com os sindicatos que representam seus colaboradores. Com base nestas medidas, foi realizada a suspensão e/ou redução do contrato de seus colaboradores; forte redução de gastos com contas de consumo, limpeza e marketing.

• Suspensão do início de construção de novas academias, paralisação de obras em andamento e adiamento dos serviços de manutenção de academias em operação. Até 30 de setembro de 2020, a Companhia reabriu 100% das academias, todas localizadas em cidades onde seu funcionamento foi autorizado pelas autoridades. Em 2021, novamente a Companhia lidou com fechamento de unidades entre fevereiro e abril, conforme as orientações regionais dos órgãos competentes. Em abril de 2021 as academias começaram a ser reabertas, sendo que, em 30 de junho de 2021, 100% das academias haviam retomado suas operações. Além das medidas exigidas pelas autoridades locais, estas unidades adotam o manual de reabertura das academias desenvolvido pela ACAD Brasil (Associação Brasileira de Academias) para garantir a segurança dos frequentadores de academias. O material foi construído seguindo orientações da OMS e do Ministério da Saúde, incorpora experiências da China, Hong Kong, Singapura e União Europeia e foi revisado por pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP). Os procedimentos incluem entre outras medidas:

• Disponibilização de kits de higiene adicionais para os clientes;

• Fechamento durante o dia para higienização completa;

• Uso de máscaras por toda a equipe e clientes;

• Definição de um número máximo de clientes por período, com eventual agendamento prévio dos treinos, de acordo com as normas locais; e

• Utilização reduzida das esteiras e demais peças de cardio e sinalização de distâncias mínimas na área de musculação. Acreditamos que estas medidas trarão proteção e confiança para os clientes e farão com que a frequência retorne a níveis comparáveis aos do pré-COVID-19. Os impactos do coronavírus nos resultados da Companhia foram detalhados na seção 10.1. As decisões dependem da duração das medidas adotadas pelos órgãos públicos para conter a pandemia e são reavaliadas constantemente pela Companhia de acordo com o desenrolar dos fatos, determinações e orientações das autoridades competentes.

# 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

### 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

**(a) objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(b) período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

**11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

**(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

# 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**12.1 - Descrição da estrutura administrativa**

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar os administradores e acionistas da Companhia, comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração quando necessário.

**(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

***(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados***

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021 e que pode ser consultado no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), no website da Companhia (https://www.selfitacademias.com.br/investidor), bem como fisicamente na sede da Companhia.

***(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto***

Não aplicável. A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, o qual possui autonomia operacional, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração. Possui membro independente especialista com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente, bem como orçamento compartilhado com os demais órgãos de governança corporativa (não vinculado à gestão executiva), o que permite a contratação de especialistas externos, quando necessário.

***(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, o Conselho de Administração deve assegurar-se de que os auditores cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, informando quaisquer discussões havidas com a Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudanças no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamentos contábeis alternativos, avaliação de riscos e análise de possibilidade de fraudes. Ainda, o Conselho de Administração pode convocar seus auditores independentes e os de suas sociedades controladas direta ou indiretamente para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

**(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no País, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, eleitos pelo Conselho de Administração ("Diretores"), sendo designados (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor de Relação com Investidores; (iii) um Diretor Financeiro; e (iv) um Diretor sem designação específica, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

Compete à Diretoria, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

(i) pelo gerenciamento, administração e supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e por todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Companhia;

(ii) pela preparação do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia;

(iii) pela implementação do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia;

(iv) pela aprovação de todas as medidas necessárias e pela realização de atos comuns de natureza gerencial, financeira e econômica de acordo com as disposições estabelecidas em acordo de acionistas e nas deliberações aprovadas pela assembleia geral de acionistas e pelo conselho de administração; e

(v) pela preparação das demonstrações financeiras da Companhia e pela escrituração dos livros e registro contábeis, tributários e societários da Companhia.

**(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O conselho fiscal da Companhia somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2021, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria.

Contudo, até a data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração, que foi criado em 10 de dezembro de 2021, ainda não estruturou nosso processo de avaliação, sendo certo que utilizará como diretrizes as disposições constantes no Regulamento do Novo Mercado e do Código Brasileiro de Governança Corporativa ("CBGC").

Conselho de Administração e Diretoria

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o Presidente do Conselho de Administração conduzirá ao menos uma vez a cada mandato, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão, referente ao conselho de administração, enquanto órgão colegiado, a cada um de seus membros, individualmente, ao presidente do conselho de administração, aos diretores da Companhia e aos membros do comitê de auditoria. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Conselho de Administração e da diretoria que estiver na função por, pelo menos, 4 (quatro) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A avaliação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

(i) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

(ii) contribuição para o resultado do exercício; e

(iii) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

Os avaliados devem responder a perguntas específicas e fazer sua avaliação sobre as cinco dimensões fundamentais para a eficácia do órgão sob avaliação:

(i) foco estratégico do órgão da Companhia;

(ii) conhecimento e informações sobre o negócio e as operações da Companhia;

(iii) independência e processo de trabalho do órgão da Companhia;

(iv) funcionamento das reuniões e dos órgãos da Companhia; e

(v) motivação e alinhamento de interesses.

O resultado consolidado das avaliações é discutido em reunião do conselho de administração, quando são definidos os planos para eventuais melhorias. Os resultados consolidados das avaliações do conselho de administração, dos membros do conselho de administração, dos diretores da Companhia e dos membros do comitê de auditoria serão divulgados a todos os membros do conselho de administração conforme determinar o presidente, sendo certo que cada membro do conselho de administração e do presidente do conselho de administração serão discutidos em sessões de feedback individuais. A avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do respectivo membro do Conselho de Administração.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Auditoria

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração conduzirá anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando a aprimorar sistematicamente a eficiência do comitê de auditoria, enquanto órgão colegiado, e dos membros do comitê de auditoria. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão e ao presidente do conselho de administração da Companhia.

***(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros***

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os processos de avaliação serão realizados, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato da administração.

Considerando que ainda não foi definido como se dará o processo de avaliação, conforme descrito acima, não é possível informar sua abrangência e se será feita somente em relação ao órgão ou se incluirá também a avaliação individual de seus membros.

***(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação***

Considerando que ainda não foi definido como se dará o processo de avaliação, conforme descrito acima, não é possível informar qual será a metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação sua abrangência e se será feita somente em relação ao órgão ou se incluirá também a avaliação individual de seus membros

***(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão***

Os resultados das respectivas avaliações são levados ao Conselho de Administração e são utilizados para identificar pontos forte e os que devem ser melhorados por cada órgão e seus respectivos membros.

***(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos***

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna. Contudo, considerando que ainda não foi definido como se dará o processo de avaliação, conforme descrito acima, não é possível dizer se não serão contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para a realização das avaliações.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### 12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleia gerais

**Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:**

**a. Prazos de convocação**

A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado nova convocação, sendo certo que, neste caso, a assembleia geral será realizada, no mínimo, 8 (oito) dias após a data de recebimento da segunda convocação, conforme o estatuto social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2021 ("Estatuto Social") e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**b. Competências**

Além das demais matérias previstas em lei, é de competência da assembleia geral da Companhia deliberar sobre:

(i) aumento de capital, redução de capital e aumento do limite do capital autorizado;
(ii) emissão de debêntures não conversíveis;
(iii) criação de novas classes ou espécies de ações ou mudança mas características, direitos e privilégios das ações de emissão da Companhia;
(iv) realização de permuta ou dação em pagamento mediante utilização de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria;
(v) qualquer incorporação, incorporação de ações, qualquer forma de reorganização societária, fusão, cisão, conferência (*drop down*) de ativos e passivos envolvendo a Companhia;
(vi) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
(vii) definição da remuneração global anual do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas;
(viii) dissolução, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
(ix) aprovação das contas anuais da Companhia apresentadas pela Diretoria da Companhia ao Conselho de Administração;
(x) alterações do Estatuto Social desde que não conflitantes com o acordo de acionistas da Companhia;
(xi) aprovação ou modificação de qualquer plano de opção de compra e participação nos lucros ou plano de remuneração similar destinado aos executivos da Companhia dentro do limite autorizado no acordo de acionistas da Companhia;
(xii) aprovação da oferta pública inicial da Companhia, aquisição de qualquer participação societária ou títulos de dívida conversíveis;
(xiii) agrupamento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações;

(xiv) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista ou não no Estatuto Social; e

(xv) mudança de tipo societário.

**c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Endereço Eletrônico: (i) no site de RI da Companhia -https://www.selfitacademias.com.br/investidor ; (ii) no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br); (iii) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) ("B3")

**d. Identificação e administração de conflitos de interesses**

Todo e qualquer litígio, questão, divergência, disputa, dúvida, ou controvérsia envolvendo a Companhia, seus acionistas, administradores e fiscais, deverá incialmente, ser submetido a mediação, ser conduzida por mediadores habilitados e escolhidos de comum acordo entre os acionistas, seguindo os termos e condições previstos no Estatuto Social da Companhia.

**e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos.

**f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

**g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1.502, CEP 51110-000, Recife, PE, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada ("ICVM 561"), a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 (sete) dias antes da data da respectiva Assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, ou a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

**h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da ICVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para Avenida Antônio de Góes, nº 275, sala 1.502, CEP 51110-000, Recife, PE, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@selfitacademias.com.br

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

**j. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

**k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

# 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

**12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

**(a) frequência das reuniões**

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, pelo menos 1 (uma) vez por mês, na 2ª quinzena de cada mês e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem.

A convocação das reuniões será realizada mediante notificação escrita, por meio de notificação pessoal com protocolo, por carta com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada membro do Conselho de Administração para esse propósito. A primeira notificação de convocação será enviada com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da reunião e com apresentação do local, da data e horário da reunião, bem como a ordem do dia detalhada, qualquer proposta de deliberações e documentos necessários para a fundamentação das deliberações.

As convocações do Conselho de Administração serão feitas mediante convocação de seu Presidente, ou de qualquer outro membro do Conselho de Administração, na hipótese da não convocação de qualquer reunião solicitada por qualquer membro do Conselho de Administração em até 3 (três) Dias Úteis da data de recebimento da solicitação pelo Presidente do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões por intermédio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar. Caso qualquer membro do Conselho de Administração não consiga participar da reunião, este poderá, observados o Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável, fornecer procuração a outro membro do Conselho de Administração indicado pelo mesmo acionista.

**(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Enquanto os Fundadores detiverem, direta ou indiretamente, participação societária na Companhia igual ou superior a 20% (vinte por cento) das ações com direito a voto, a aprovação de determinadas matérias, descritas no Acordo de Acionistas, exigirá sempre o voto afirmativo da maioria do Conselho de Administração, incluindo pelo menos 1 (um) membro do Conselho de Administração indicado pelos Fundadores. Tal voto afirmativo, em razão dos quóruns qualificados, somente será considerado exercido mediante comparecimento de ao menos um dos membros do Conselho de Administração indicados pelos Fundadores na respectiva reunião do Conselho de Administração que deliberar acerca das matérias sujeitas à aprovação qualificada do Conselho de Administração. O não comparecimento de ao menos um dos membros do Conselho de Administração indicados pelos Fundadores, pessoalmente ou por procurador, à reunião do Conselho de Administração na qual conste na ordem do dia deliberação acerca de tais matérias fará com que a matéria possa ser aprovada pelo foto afirmativo da maioria dos membros do Conselho de Administração presentes na reunião. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

**(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira, a qual considera suficiente para a atual situação da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

**(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

A Companhia possui uma política de indicação de administradores ("Política de Indicação Administradores"), a qual foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de dezembro de 2021 e pode ser consultada no website da CVM (gov.br/cvm), no website da Companhia (https://www.selfitacademias.com.br/investidor) e fisicamente em nossa sede.

***(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e***

A Política de Indicação de Administradores foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2021 e pode ser consultada no website da CVM (gov.br/cvm), no website da Companhia (https://www.selfitacademias.com.br/investidor) e fisicamente em nossa sede.

***(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros***

Diretrizes e Aplicação Gerais

A Política de Indicação de Administradores da Companhia é aplicável a todos os Administradores da Companhia e suas Afiliadas, independentemente da função e do cargo exercidos e da localidade em que se encontram.

Caso as disposições de uma lei aplicável, em qualquer local em que a Companhia ou uma Afiliada desenvolva suas atividades, sejam mais restritivas do que as disposições desta Política, serão aplicáveis as disposições mais restritivas da legislação aplicável.

Esta Política será aplicada, implementada e supervisionada pelo Conselho de Administração com o suporte do departamento jurídico ou pela área responsável por recursos humanos da Companhia.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Conselho de Administração

*A. Diretrizes e Critérios para Indicação*

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto por 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Adicionalmente, seguindo a diretriz geral prevista acima, deve-se empenhar os melhores esforços ao longo do processo de indicação com o objetivo de que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada no item 2.2.2(ii) do CBGC); e (ii) ter, em sua maioria, membros externos, objetivando alcançar, no mínimo, um terço de membros independentes (conforme prática recomendada no item 2.2.1(i) do CBGC).

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração, bem como demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

(a) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta Ética;

(b) reputação ilibada;

(c) não ter sido objeto de decisão que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

(d) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

(e) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração;

(f) experiência profissional em temas diversificados;

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(g) estar isento de conflito de interesse com a Companhia e não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado de atuação da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal (salvo dispensa da assembleia geral); e

(h) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

*B. Procedimento para Indicação*

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes desta Política, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos Conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

O acionista que tenha o direito de indicar candidatos ao Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social, notificará o Departamento de Relação com Investidores, por escrito, observados os requisitos e prazos previstos na regulamentação da CVM e no Regulamento do Novo Mercado.

Sem prejuízo das indicações realizadas por acionistas ou pelo Conselho de Administração, a indicação de membros do Conselho de Administração poderá ser proposta pelo Diretor Presidente, que emitirá recomendação própria ao Conselho de Administração, ou pelo Departamento de Relação com Investidores, que apresentará indicações recebidas dos acionistas. Para emitir sua recomendação, o Diretor Presidente poderá solicitar assessoria externa de empresa especializada.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno do Conselho de Administração.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no §2º do Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência, contemplando, no mínimo, as situações indicadas nos §§ 1º e 2º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do Conselho de Administração:

(a) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(b) para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência (conforme prática recomendada do CBGC). O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, que será eleito pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de seus membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância deste cargo.

O cargo de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente (ou principal executivo da Companhia) não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

O Diretor Presidente deverá assessorar o Conselho de Administração nos procedimentos de:

(a) indicação de membros do Conselho de Administração, competindo-lhe: (i) identificar, analisar e propor candidatos para o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral, determinando se o candidato será considerado, se eleito, um conselheiro interno, externo ou independente; (ii) rever periodicamente os critérios de definição de conselheiro independente, externo e interno, de acordo com esta Política, recomendando ao Conselho de Administração quaisquer modificações que se façam necessárias e reavaliando a condição de cada conselheiro a luz dos novos critérios de independência; (iii) discutir e fazer recomendações sobre sucessão do Presidente do Conselho de Administração e dos demais conselheiros; e (iv) sempre que entender conveniente, recomendar mudanças na composição do Conselho de Administração.

(b) avaliação do Conselho de Administração, que deverá acontecer, pelo menos, uma vez por mandato, competindo-lhe: (i) definir a abrangência da avaliação, (ii) os procedimentos adotados para a realização da avaliação; e (iii) a metodologia adotada.

## 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

**12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| Fernando Duarte Menezes | 05/01/1982 | Pertence apenas à Diretoria | 10/12/2023 | 10.12.2023 | 2 |
| 910.954.333-34 | Engenheiro | 10 - Diretor Presidente / Superintendente | | Sim | 0.00% |
| Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça | 26/03/1994 | Pertence apenas à Diretoria | | 10.12.2023 | 3 |
| 012.424.954-01 | Engenheiro | 19 - Outros Diretores | | Sim | 0.00% |
| | | Diretor Financeiro Diretor de Relações com Investidores | | | |
| Rodrigo Brandão Feitosa | 09/04/1982 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 7 |
| 289.496.448-00 | Administrador | 20 - Presidente do Conselho de Administração | | Sim | 0.00% |
| Felipe Franco da Silveira | 23/09/1976 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 2 |
| 261.377.018-08 | Administrador | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | | Sim | 100.00% |
| Luis Eduardo Mendes | 18/04/1991 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 1 |
| 140.824.137-40 | Engenheiro | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | | Sim | 100.00% |
| Fábio Isay Saad | 06/05/1987 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 5 |
| 358.631.578-36 | Administrador | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | | Sim | 100.00% |
| Verena Sanchez Bohrer | 10/08/1990 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 2 |
| 403.404.858-17 | Administradora | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | | | 100.00% |

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| José Leonardo Pereira da Costa | 04/02/1978 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 7 |
| 027.081.694-16 | Economista | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | Sim | 100.00% |
| Mario Guillermo Esses | 11/06/1963 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | AGO DE 2023 | 0 |
| 734.801.937-49 | Engenheiro | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | Sim | 100.00% |

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Fernando Duarte Menezes - 910.954.333-34

O Sr. Fernando Duarte Menezes atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia e membro do conselho de administração da WeBurn, controlada da Companhia. Fernando é Bacharel em Engenharia da Computação no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça - 012.424.954-01

O Sr. Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça atualmente ocupa os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e é membro da diretoria do WeBurn, investida da Companhia. Formou-se engenheiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Rodrigo Brandão Feitosa - 289.496.448-00

O Sr. Rodrigo Brandão Feitosa é membro e presidente do Conselho de Administração da Companhia, bem como sócio e diretor do H.I.G. Brasil Investment Advisory Ltda. Desde que se juntou à H.I.G. Brasil e América Latina em 2013 e durante sua carreira anterior, Rodrigo liderou mais de 30 investimentos, monitoramentos e desinvestimentos em variados setores, incluindo: tecnologia, bens de consumo, BPO, varejo, internet, mídia, real estate e saúde. Atualmente, Rodrigo participa do conselho de administração de 4 empresas do portfólio: Kora Saúde, Eletromidia, Grupo NZN e Selfit Academias. Rodrigo possui M.B.A. pelo INSEAD (Singapura/França) e é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Felipe Franco da Silveira - 261.377.018-08

O Sr. Felipe Franco da Silveira é membro do Conselho de Administração da Companhia e funcionário do H.I.G. Brasil Investment Advisory Ltda., sendo também conselheiro e/ou diretor em outras empresas investidas pelo H.I.G Brasil. Possui experiência prévia como Associate na Stern Stewart (2000-2005), como Summer Associate na UBS (2016), como VP Information & Business, CEE, e Director of Special Projects na Anheuser-Busch InBev, como CFO na SPR. (2012-2013) e como CEO da CEL-LEP (2013-2017).
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Luis Eduardo Mendes - 140.824.137-40

O Sr. Luis Eduardo Mendes é membro do Conselho de Administração da Companhia e diretor executivo do H.I.G. Brasil. Luiz é Bacharel em Engenharia de Produção pela UFRJ

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.]

Fábio Isay Saad - 358.631.578-36

O Sr. Fábio Isay Saad é formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP/FGV), em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), possui um MBA pela Wharton School e um mestrado em Estudos Internacionais com foco em América Latina pelo Instituto Lauder da Universidade da Pennsylvania. Nascido no Brasil, é fluente em Português, Inglês e Espanhol. Diretor do H.I.G Brasil, Fábio possui mais de 10 anos de experiência no mercado de Private Equity na América Latina e em outros mercados emergentes.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Verena Sanchez Bohrer - 403.404.858-17

A Sra. Verena Sanchez Bohrer é membro do Conselho de Administração da Companhia e é funcionária do H.I.G. Brasil Investment Advisory Ltda e conselheira na Zebra Network. Verena é formada em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP/FGV).

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

José Leonardo Pereira da Costa - 027.081.694-16

O Sr. José Leonardo Pereira da Costa é fundador da Companhia e atualmente ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, além de Presidente do Conselho de Administração da WeBurn, Sócio-Diretor na WeScale Franchising e sócio-Diretor na Oral Unic Franchising. É bacharel em Economia pela UFPE, bacharel em Administração de Empresas pela UPE, mestre em Engenharia de Produção pela UFPE e possui MBA pela FGV-RJ.

O Sr. José Leonardo Pereira da Costa é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no art. 16, parágrafo primeiro do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Mario Guillermo Esses - 734.801.937-49

O Sr. Mário Guillermo Esses é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no art. 16, parágrafo primeiro do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social. É formado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi Diretor Executivo da Brasil Telecom de 2004 a 2006, da Disec Security Services de 2007 a 2010, além de Diretor Presidente da Bodytech Company.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|---|
| Fernando Duarte Menezes - 910.954.333-34 | |
| N/A | |

Vinicius Vilaça Bezerra Mendonça - 012.424.954-01

N/A

Rodrigo Brandão Feitosa - 289.496.448-00

N/A

Felipe Franco da Silveira - 261.377.018-08

N/A

Luis Eduardo Mendes - 140.824.137-40

N/A

Fábio Isay Saad - 358.631.578-36

N/A

Verena Sanchez Bohrer - 403.404.858-17

N/A

José Leonardo Pereira da Costa - 027.081.694-16

N/A

Mario Guillermo Esses - 734.801.937-49

N/A

## 12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Descrição outros comitês** | **Profissão** | **Descrição outros cargos ocupados** | **Data eleição** | **Número de Mandatos Consecutivos** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos/funções exercidas no emissor** | | | | | | |
| Márcio Santiago Câmara | Outros Comitês | | Outros | 21/05/1956 | 10/12/2021 | 2 anos |
| 466.294.597-68 | Comitê de Auditoria e Compliance | Administrador | Membro do Comitê (Efetivo)<br>Coordenador do Comitê do Comitê de Auditoria e Compliance | 10/12/2021 | 1 | 100.00% |
| O Sr. Márcio Santiago Câmara é o membro especialista em contabilidade societária e foi nomeado como Coordenador do Comitê de Auditoria e Compliance na reunião do Conselho de Administração realizada em 10.12.2021 | | | | | | |
| Fernanda Rossi Soares | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Suplente) | 11/09/1980 | 10/12/2021 | 2 anos |
| 089.312.667-58 | Comitê de Auditoria e Compliance | Contadora | | 10/12/2021 | 1 | 100.00% |
| Não Aplicável. | | | | | | |
| Mario Guillermo Esses | Outros Comitês | | Outros | 11/06/1963 | 10/12/2021 | 2 anos |
| 734.801.937-49 | Comitê de Auditoria e Compliance | Engenheiro | Membro do Comitê (Efetivo) | 10/12/2021 | 1 | 100.00% |
| Membro Independente | | | | | | |

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Márcio Santiago Câmara - 466.294.597-68

O Sr. Márcio Câmara atuou como membro do Comitê de Compliance da Companhia, também é membro titular do Comitê de Auditoria da Eletromíiia S.A. e da Kora Saúde Participações S.A. e membro titular dos Conselhos Fiscais da Brasilcap e da Banrisul Icatu Participações (uma joint venture entre a Icatu Seguros o Banco Banrisul). Possui experiência prévia na Icatu Seguros, onde criou o Comitê de Auditoria em novembro de 2005. Presidiu esse comitê multinacional com efetivo sucesso quanto à supervisão das práticas de auditoria, compliance e controles internos das empresas integrantes do Grupo Icatu Seguros até agosto de 2010. Assumiu, ainda, a Diretoria de Governança Corporativa do Grupo Icatu Seguros, em que foi o responsável pelo Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna (2010-2014). Fundou a MCGC Consultoria em Governança Corporativa Ltda. ("MCGC") em novembro de 2014, uma consultoria em compliance e governança corporativa. Márcio Câmara, em paralelo, participou da constituição do Comitê de Auditoria do Grupo Icatu Seguros, e o presidiu por 4 anos. Foi membro ainda do Comitê de auditoria da joint venture entre a Icatu Holding e a Prudential Real Estate. Foi também Presidente do Conselho Fiscal da ASSAPE - Empreendimento Península no Rio de Janeiro, entre 2008 e 2010.
O Sr. Márcio Câmara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Fernanda Rossi Soares - 089.312.667-58

A Sra. Fernanda Rossi Soares ingressou na MCGC como sócia em abril de 2017. Possui experiência de 11 anos em empresas "Big Four" – KPMG e EY, atuando principalmente na auditoria externa de fundos de investimento regulados pela CVM (incluindo fundos 555 e fundos estruturados – Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos Imobiliários) e fundos offshore regulados pela Entidade Monetária de Cayman ("CIMA"). Possui 5 anos de experiência em gerenciamento de projetos, liderando equipes de médio porte (5-10 membros). Possui amplo conhecimento de mapeamento e revisão do ambiente de controles internos das entidades. Graduada em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Possui Certificação Internacional CISI emitida pela Thomson Reuters em Combate à Corrupção e Suborno e Compliance em Proteção de Dados pela LEC – Legal Ethics Compliance.
A Sra. Fernanda Rossi Soares não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Mario Guillermo Esses - 734.801.937-49

O Sr. Mário Guillermo Esses é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no art. 16, parágrafo primeiro do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social. É formado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi Diretor Executivo da Brasil Telecom de 2004 a 2006, da Disec Security Services de 2007 a 2010, além de Diretor Presidente da Bodytech Company.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|---|
| Márcio Santiago Câmara - 466.294.597-68 | |
| N/A | |
| Fernanda Rossi Soares - 089.312.667-58 | |
| N/A | |
| Mario Guillermo Esses - 734.801.937-49 | |
| N/A | |

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não haviam relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

# 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores ("Seguro D&O"), firmado com AIG Seguros Brasil S.A., cujo limite máximo de garantia é de R$20 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 38.133,37. O prazo de vigência do Seguro D&O é de 2 de agosto de 2021 a 2 de agosto de 2022.

O Seguro D&O garante indenização aos administradores da Companhia por perdas e danos causados a terceiros relacionados a atos vinculados ao exercício das funções e atribuições como administradores da Companhia.

O Seguro D&O é um instrumento importante para a atração e retenção de bons profissionais para os cargos de administração de empresa, pois proporciona segurança ao assumir a gestão, promovendo uma proteção adequada para a assunção de riscos compatíveis com os níveis de tolerância fixados no interesse da Companhia.

Como exigido pela legislação, o Seguro D&O não cobre atos ilícitos dolosos dos administradores.

## 12.12 - Outras informações relevantes

**12.12 - Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo**

Esse item foi revogado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017. Considerando que o sistema Empresas.Net ainda não foi atualizado, mantivemos o item e a antiga numeração.

**Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) resumo das principais matérias; (iii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iv) quórum de instalação:

| Evento | Principais Matérias | Data | Quórum de instalação | Instalação em segunda convocação |
|---|---|---|---|---|
| AGE | Deliberar sobre (i) a conversão da totalidade das debêntures 1ª série de emissão da Companhia em ações, com o consequente aumento de capital da Companhia, e (ii) deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto social da Companhia, a sim de refletir o aumento de capital. | 06.02.2018 | 100% | NÃO |
| AGE | Deliberar sobre (i) a alteração da denominação das atuais ações preferenciais, (ii) a criação de uma nova classe de ações preferenciais, (iii) alteração das características das ações, (iv) a conversão da totalidade das debêntures 2ª série de emissão da Companhia, (v) um novo aumento de capital da Companhia, (vi) alteração da composição do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, (vii) a criação de capital autorizado da Companha, entre outros assuntos. | 25.02.2018 | 100% | NÃO |
| AGO | Aprovação de contas anuais da Companhia. | 23.07.2018 | 100% | NÃO |

## 12.12 - Outras informações relevantes

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| AGE | Deliberar sobre a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração. | 26.02.2019 | 100% | NÃO |
| AGE | Deliberar sobre a realização da 2ª emissão de debêntures da Companhia. | 12.09.2019 | 100% | NÃO |
| AGE | Alteração do endereço da sede social da Companhia e inclusão de atividade no objeto social da Companhia. | 07.08.2019 | 100% | NÃO |
| AGE | Eleição de membros do Conselho de Administração | 27.11.2020 | 100% | NAO |
| AGE | Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. | 06.04.2021 | 100% | NÃO |
| AGO | Aprovação de contas anuais da Companhia. | 04.09.2021 | 100% | NÁO |

**Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia**

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

# 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Este item 13 descreve as práticas da Companhia com relação à remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores estatutários, diretores não-estatutários e comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês"), de acordo com a Política de Remuneração da Administração aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de dezembro de 2021 ("Política"). A Política da pode ser consultada no website da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), no website da Companhia (https://www.selfitacademias.com.br/investidor) e fisicamente no endereço da sede da Companhia.

Adicionalmente, este item também descreve as práticas que a Companhia pretende adotar com relação à remuneração de membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, sendo que tais membros terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a lei aplicável.

Conforme descrito na Política, a remuneração oferecida aos membros do Conselho de Administração, diretores estatutários, diretores não-estatutários e Comitês tem por objetivo ser uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para administração da Companhia, estando alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo.

**(b) composição da remuneração**

***(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles***

Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por:

- Pró-labore ou Salário: os membros do Conselho de Administração e dos Comitês receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, pelo tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao da Companhia, observada a Política.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- Benefícios (diretos e indiretos): A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e de eventuais Comitês estatutários poderão estar cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho de Administração não farão jus a remuneração variável, a benefícios motivados pela cessação do cargo, a benefícios pós-emprego, ou a remuneração baseada em ações, incluindo opções. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração e/ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a qualquer acréscimo de pró-labore, salário ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria (estatutária e não estatutária) e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas na Companhia, bem como na experiência individual, sendo composta por:

- Pró-labore ou Salário: os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia, observada a Política.

- Benefícios (diretos e indiretos): os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Vale Alimentação ou Vale Refeição; (iii) Estacionamento; (iv) Beneflex (benefício variável que pode ser escolhido pelo diretor dentre as seguintes opções: (a) carro alugado; (b) cursos de idioma e/ou pós graduação; (c) adicional de Vale Alimentação e/ou Vale Refeição; (d) auxílio combustível; (e) previdência privada; ou (f) psicoterapia) e (v) Reembolso – Verba de Representação.

A remuneração variável é um elemento discricionário e adicional de remuneração, que permite à Companhia oferecer retribuição adicional aos Diretores pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, o crescimento, satisfação da base de clientes, retorno sobre capital investido e lucratividade da Companhia. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais (globais e individualizadas), e abrange apenas a Diretoria da Companhia (inclusive a diretoria não-estatutária), não sendo aplicável aos membros do Conselho de

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Administração e Comitês. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus ou participação nos lucros ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração.

A metodologia de determinação de remuneração variável deve ser revista anualmente para assegurar o alinhamento com o objetivo e as diretrizes da Política.

Após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, conceder benefícios motivados pela cessação do cargo específicos a esses Diretores.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

O desenho dos incentivos de longo prazo, com remuneração baseada em ações, deve visar a gerar incentivos concretos para a atração, motivação e retenção dos diretores, além de alinhar seus interesses aos interesses dos acionistas e aos objetivos estratégicos da Companhia, de modo a maximizar a criação de valor no longo prazo.

Os planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia, terão seus regramentos definidos em documentos específicos, a serem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas de instalação.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

***(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total***

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente e para os três últimos exercícios sociais:

**Exercício social corrente**

| Exercício Corrente | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Conselho de Administração | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Diretoria Estatutária | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Comitê de Auditoria e *Compliance* | 0% | 0% | 0% | 0% |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

| Exercício encerrado em 31/12/2020 | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Conselho de Administração | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Diretoria Estatutária | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

| Exercício encerrado em 31/12/2019 | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Conselho de Administração | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Diretoria Estatutária | 91% | 0% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

| Exercício encerrado em 31/12/2018 | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
|---|---|---|---|---|
| Conselho de Administração | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Diretoria Estatutária | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

***(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Caberá ao Conselho de Administração a seu critério, fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, bem como a remuneração individual dos Diretores (estatutários e não-estatutários), dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, podendo delegar ao Diretor-Presidente a fixação da remuneração individual dos demais Diretores, observada a aderência a esta Política.

O Conselho de Administração da Companhia, é responsável pela implementação, supervisão e revisão periódica da Política. A área da Companhia responsável por remuneração participará do processo, através de pesquisa de mercado para cada cargo envolvido, recomendando anualmente, ou sempre que demandado, uma nova proposta de remuneração.

O Conselho de Administração, com o suporte da área responsável por remuneração, se instalado, avaliará periodicamente o alinhamento da Política às práticas de mercado, a fim de identificar discrepâncias significativas com relação a empresas similares e propor ao Conselho de Administração os ajustes e revisões necessárias.

As revisões do pacote de remuneração dos Administradores podem ser feitas como parte do processo de avaliação dos Administradores, conforme previsto na Política de Indicação de Administradores.

De modo a garantir o alinhamento com as práticas de mercado e manter a capacidade de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, a Companhia pretende realizar, periodicamente, pesquisas de mercado e estudos, comparando as práticas da Companhia com as das empresas de porte e setor de atuação similares, inclusive sua característica de companhia aberta listada em bolsa. Esses trabalhos deverão ser realizados por consultoria independente e o resultado será encaminhado ao Conselho de Administração com as recomendações pertinentes.

***(iv) razões que justificam a composição da remuneração***

A Companhia analisa sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são o incentivo para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

***(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato***

Conforme disposto na Política, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês que também forem membros da diretoria, estatutária ou não-estatutária, não farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de diretores.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os membros do Conselho de Administração renunciaram à sua remuneração, em razão de (i) alguns serem executivos da HIG Capital e como prática de mercado do setor de *private equity* (uma vez que são remunerados já como funcionários do *private equity* e uma de suas funções em tal trabalho é servir como conselheiro de companhias investidas); e (ii) outros serem acionistas minoritários da Companhia.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração fixa e os benefícios dos administradores da Companhia não são afetados diretamente por seu desempenho individual, não havendo, portanto, indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com o mercado.

Caso haja elegibilidade no pagamento de bonificação para o exercício em questão, os administradores recebem a remuneração variável de acordo com o atingimento de metas individuais e coletivas.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração a aplicação de dois fatores: (i) resultado financeiro da Companhia, com peso de 35%, e (ii) resultado individual dos diretores, com peso de 65%, que é calculado considerando uma nota individual e a avaliação de competências, cujas métricas são estabelecidas pela Companhia. A remuneração é paga 45 (quarenta e cinco) dias após a divulgação dos resultados em parcela única.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Caberá ao Conselho de Administração a seu critério, fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, bem como remuneração individual dos demais Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, podendo delegar ao Diretor-Presidente a fixação da remuneração individual dos demais Diretores, observada a aderência à Política de Remuneração de Administradores.

***(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos***

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão uma remuneração fixa mensal, definida de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política.

De modo a garantir o alinhamento com as práticas de mercado e manter a capacidade de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, a Companhia pretende realizar, periodicamente, pesquisas de mercado e estudos, comparando as práticas da Companhia com as das empresas de porte e setor de atuação similares, inclusive sua característica de companhia aberta listada em bolsa. Esses trabalhos deverão ser realizados por consultoria independente e o resultado será encaminhado ao Conselho de Administração com as recomendações pertinentes.

***(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor***

O Conselho de Administração avalia anualmente, ou sempre que demandado, o alinhamento da Política às práticas de mercado, a fim de identificar discrepâncias significativas com relação a empresas similares e propor ao Conselho de Administração os ajustes e revisões necessárias.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 30/09/2021 - Valores Anuais | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 7,00 | 2,00 | 0,00 | 9,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 1.141.360,00 | 0,00 | 1.141.360,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 165.059,91 | 0,00 | 165.059,91 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Observação** | | | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 1.306.419,91 | 0,00 | 1.306.419,91 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 7,00 | 2,00 | 0,00 | 9,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 939.778,30 | 0,00 | 939.778,30 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 42.221,70 | 0,00 | 42.221,70 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Observação** | | | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 982.000,00 | 0,00 | 982.000,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 7,00 | 2,00 | 0,00 | 9,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 83.053,00 | 0,00 | 83.053,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 38.366,43 | 0,00 | 38.366,43 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 112.580,57 | 0,00 | 112.580,57 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Observação** | | | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 1.234.000,00 | 0,00 | 1.234.000,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 7,00 | 2,00 | 0,00 | 9,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 2,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 724.230,60 | 0,00 | 724.230,60 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 42.769,40 | 0,00 | 42.769,40 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Observação** | | | | |
| Total da remuneração | 0,00 | 767.000,00 | 0,00 | 767.000,00 |

# 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

## 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Exercício Social corrente 31/12/2021 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 7 | 2 | N/A | 9 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 2 | N/A | 2 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 133.898,40 | N/A | 133898,4 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 624.859,20 | N/A | 624859,2 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 357.062,40 | N/A | 357062,4 |
| **Participação nos Resultados** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Bônus Diferido | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Remuneração baseada em ações | N/A | 0 | N/A | 0 |

| Exercício Social corrente 31/12/2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 7 | 2 | N/A | 9 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 2 | N/A | 2 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 143.682,00 | N/A | 143682 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 670.516,00 | N/A | 670516 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 383.152,00 | N/A | 383152 |
| **Participação nos Resultados** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Bônus Diferido | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Remuneração baseada em ações | N/A | 0 | N/A | 0 |

## 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| Exercício Social corrente 31/12/2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 7 | 2 | N/A | 9 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 2 | N/A | 2 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 134.340,00 | N/A | 134340 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 626.920,00 | N/A | 626920 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 358.240,00 | N/A | 358240 |
| **Participação nos Resultados** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Bônus Diferido | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Remuneração baseada em ações | N/A | 0 | N/A | 0 |

| Exercício Social corrente 31/12/2018 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Número total de membros | 7 | 2 | N/A | 9 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 2 | N/A | 2 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 126.028,50 | N/A | 126028,5 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 588.133,00 | N/A | 588133 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 336.076,00 | N/A | 336076 |
| **Participação nos Resultados** | | | | |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Bônus Diferido | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*") | N/A | 0 | N/A | 0 |
| Remuneração baseada em ações | N/A | 0 | N/A | 0 |

# 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

**Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

**a. Termos e condições gerais**

A Companhia possui um "Programa de Incentivo de Longo Prazo", aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017 ("Programa"), que poderá ser oferecido aos administradores e empregados da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle a serem indicados e eleitos pelo Conselho de Administração ("Beneficiários").

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento de um prêmio em dinheiro atrelado à valorização das ações de emissão da Companhia a ser pago pela Companhia, condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, e, para tanto, a Companhia concederá aos Beneficiários direitos denominados "Unidades de Performance".

O Programa é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá, observadas as diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa

A distribuição das Unidades de Performance dentre os Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios de avaliação adotados pela Companhia e mérito do Beneficiário.

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo mediante celebração com a Companhia de um Contrato de Concessão, através do qual o Conselho de Administração estabelecerá condições adicionais e individualizadas da concessão das Unidades de Performance para cada Beneficiário, respeitados os termos deste Programa.

Cada Unidade de Performance outorgada ao Beneficiário terá seu valor atrelado ao preço de uma ação de emissão da Companhia, razão pela qual atribuirá ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro ("Prêmio"), cujo montante será determinado de acordo com o cálculo previsto no Programa, o qual considerará a valorização da ação de emissão da Companhia no tempo, tendo como base, portanto, a variação do Valor Referencial da Unidade de Performance no tempo
. O valor referencial de cada Unidade de Performance ("*Valor Referencial*") será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia. A Unidade de Performance não confere ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Unidades de Performance outorgadas.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**b. Principais objetivos do plano**

O Programa tem por objetivo a concessão de incentivos de longo prazo a determinados administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores e empregados contemplados pelo Programa; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores e empregados contemplados pelo Programa.

**c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Programa contribui para esses objetivos estimulando a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa, possibilitando à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores e empregados nele contemplados.

**d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

**e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O Programa alinha os interesses dos administradores e empregados da Companhia a curto, médio e longo prazo por meio de benefícios de acordo com a performance das ações de emissão da Companhia. Por meio deles, a Companhia busca: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; e (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores e empregados nele contemplados.

**f. Número máximo de ações abrangidas**

Não aplicável, tendo em vista que o Programa não leva em conta para o cálculo do Prêmio dos Beneficiários ou para a concessão de Unidades de Performance a quantidade de ações de emissão da Companhia.

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável, tendo em vista que o Programa não prevê a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia para os Beneficiários.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**h. Condições de aquisição de ações**

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez[1], consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia[2], considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Dessa forma, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio.

Caso a operação matemática decorrente da fórmula prevista acima apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

O montante apurado através do cálculo matemático previsto acima corresponderá ao valor bruto do Prêmio, sobre o qual incidirão os descontos, tributos, contribuições e deduções legais aplicáveis.

O pagamento ao Beneficiário do Prêmio relativo às Unidades de Performance deverá ocorrer nos mesmos prazos e respeitando os mesmos termos, restrições e demais condições do Evento de Liquidez aplicáveis aos Acionistas Principais da Companhia, devendo o Conselho de Administração informar tais condições aos Beneficiários quando da ocorrência do Evento de Liquidez.

**i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O Valor Referencial será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia.

**j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

As Unidades de Performance vestidas permanecerão em vigor por um prazo máximo de 20 (vinte) anos da Data de Concessão, sendo que caso não ocorra um Evento de Liquidez dentro de referido prazo, as Unidades de Performance serão consideradas automaticamente extintas, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, Prêmio ou qualquer benefício de qualquer natureza ("Prazo de Vigência").

Observados os prazos de carência, bem como as demais condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração e incluídas nos respectivos Contratos de Concessão, as Unidades de

[1] Significa (a) uma oferta pública de ações de emissão da Companhia que resulte na listagem e negociação das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; (b) a cessão, venda, permuta ou qualquer outra forma de alienação (incluindo operações societárias, tais como incorporação, incorporação de ações, cisão e fusão, envolvendo a Companhia), direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia por Grajaú Participações S.A. (o "Acionista"), Boa Viagem Participações S.A., Everest Brasil Partners I - Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior e Brazil Fitness Investors - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, ou qualquer de suas Afiliadas, a qualquer terceiro que não uma Afiliada do Acionista, desde que implique na transferência do controle da Companhia ou de sua sucessora, de acordo com o artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações. Para fins de clareza, qualquer reorganização societária interna envolvendo a Companhia e/ou suas Afiliadas não caracteriza um Evento de Liquidez; e (c) a venda ou alienação, a qualquer título, de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia a qualquer terceiro que não uma Afiliada da Companhia e do Acionista.

[2] Significa o preço de 1 (uma) ação, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia considerando o valor de avaliação por 100% (cem por cento) da totalidade das ações da Companhia no Evento de Liquidez (isto é, o valor por ação do seu *equity value*).

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Performance serão vestidas, independentemente de qualquer pagamento em dinheiro, na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, a partir da data da concessão das Unidades de Performance até a ocorrência de um Evento de Liquidez.

A Companhia concedeu 5 (cinco) contratos de concessão de Unidades de Performance dos quais, 1 (um) refere-se a um executivo que está ativo e continua como administrador da Companhia, 4 (quatro) referentes a executivos que não estão mais na Companhia. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia possuía 412.351 unidades de performance vestidas observados os prazos de carência e 31.010 unidades de performance não vestidas.

O Conselho de Administração poderá determinar a antecipação dos prazos de carência estabelecidos nos respectivos Contratos de Concessão em caso de ocorrência de um Evento de Liquidez.

**k. Forma de liquidação**

O pagamento ao Beneficiário do Prêmio relativo às Unidades de Performance deverá ocorrer nos mesmos prazos e respeitando os mesmos termos, restrições e demais condições do Evento de Liquidez aplicáveis aos Acionistas Principais da Companhia, devendo o Conselho de Administração informar tais condições aos Beneficiários quando da ocorrência do Evento de Liquidez.

**l. Restrições à transferência das ações**

As Unidades de Performance concedidas nos termos do Programa são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer maneira alienar a quaisquer terceiros as Unidades de Performance, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

**m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Programa.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais do Programa, poderá levar à revisão integral deste Programa, independentemente de aviso prévio ou notificação ao Beneficiário, que também não terá direito a qualquer indenização.

**n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O Conselho de Administração definirá nos respectivos Contratos de Concessão as hipóteses de Desligamento e as respectivas consequências para as Unidades de Performance concedidas a cada Beneficiário.

## 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

**13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

De acordo com o Programa, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, o Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Para que não pairem dúvidas, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio.

Abaixo, segue tabela com o resumo das Unidades de Performance outorgadas no âmbito do Programa aos membros da Administração da Companhia em 30 de setembro de 2021:

| | **Diretoria Estatutária** | **Conselho de Administração** |
|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 1 | N/A |
| **Nº de membros remunerados** | 1 | N/A |
| **Unidades de Performance** | 51.683 | N/A |
| **Ações Entregues** | 0 | N/A |

## 13.6 - Opções em Aberto

**13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

## 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

**13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

**13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo**

**a. Modelo de precificação**

O Valor Referencial será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia.

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Para que não pairem dúvidas, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio.

Caso a operação matemática apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

O montante apurado através do cálculo matemático corresponderá ao valor bruto do Prêmio, sobre o qual incidirão os descontos, tributos, contribuições e deduções legais aplicáveis.

O pagamento ao Beneficiário do Prêmio relativo às Unidades de Performance deverá ocorrer nos mesmos prazos e respeitando os mesmos termos, restrições e demais condições do Evento de Liquidez aplicáveis aos Acionistas Principais da Companhia, devendo o Conselho de Administração informar tais condições aos Beneficiários quando da ocorrência do Evento de Liquidez.

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

**b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Ver alínea “a” acima.

**c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Ver alínea “a” acima.

**d. Forma de determinação da volatilidade esperada**

Ver alínea “a” acima.

**e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Ver alínea “a” acima.

## 13.9 - Participações Detidas Por Órgão

**13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

| Órgão | Ações | |
|---|---|---|
| | Quantidade | % |
| Conselho de Administração | 5.660.390 | 8,88% |
| Diretoria | N/A | N/A |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A |

# 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

## 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

**Valores anuais**

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Nº de membros | 2,00 | 2,00 | 2,00 | 7,00 | 7,00 | 7,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Nº de membros remunerados | 2,00 | 2,00 | 2,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 721.875,96 | 853.456,80 | 703.708,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 330.137,67 | 853.456,80 | 347.288,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 526.006,82 | 853.456,80 | 525.498,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Observação**

| Diretoria Estatutária | |
|---|---|
| 31/12/2020 | 2 membros exerceram por 12 meses.<br>Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro exerceu por 12 meses. |
| 31/12/2019 | Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro não exerceu por 12 meses, e como temos apenas 1 membro, não há valor para a menor remuneração. |
| 31/12/2018 | 2 membros exerceram por 12 meses.<br>Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro exerceu por 12 meses. |

| Conselho de Administração | |
|---|---|
| 31/12/2020 | 2 membros exerceram por 12 meses.<br>Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro exerceu por 12 meses. |
| 31/12/2019 | Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro não exerceu por 12 meses, e como temos apenas 1 membro, não há valor para a menor remuneração. |
| 31/12/2018 | 2 membros exerceram por 12 meses.<br>Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro exerceu por 12 meses. |

| Conselho Fiscal |
|---|

| | |
|---|---|
| **31/12/2020** | 2 membros exerceram por 12 meses.<br>Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro exerceu por 12 meses. |
| **31/12/2019** | Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro não exerceu por 12 meses, e como temos apenas 1 membro, não há valor para a menor remuneração. |
| **31/12/2018** | 2 membros exerceram por 12 meses.<br>Maior remuneração: Membro exerceu por 12 meses.<br>Menor remuneração: Membro exerceu por 12 meses. |

# 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

# 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

**13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.**

| Órgão | Percentual de Partes relacionadas |
|---|---|
| Conselho de Administração | 0% |
| Diretoria Estatutária | 0% |
| Conselho Fiscal | N/A |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.**

| Órgão | Percentual de Partes relacionadas |
|---|---|
| Conselho de Administração | 0% |
| Diretoria Estatutária | 0% |
| Conselho Fiscal | N/A |

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.**

| Órgão | Percentual de Partes relacionadas |
|---|---|
| Conselho de Administração | 0% |
| Diretoria Estatutária | 0% |
| Conselho Fiscal | N/A |

## 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

## 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

### 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

# 13.16 - Outras Informações Relevantes

### 13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia considera a estruturação e aprovação de um plano de opção de compra de ações a ser oferecido para seus administradores, em substituição ao Programa de Incentivo de Longo Prazo atualmente vigente. O novo plano de opção de compra de ações entraria em vigor após a conclusão da oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia, tendo em vista que este evento caracterizaria um evento de liquidez do Programa de Incentivo de Longo Prazo. Caso o plano de opção de compra de ações seja aprovado e implementado pela Companhia, será descrito nos itens 13.4 a 13.8 deste Formulário de Referência.

Além das informações acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 13 e que já não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

# 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

**14.1 - Descrições dos recursos humanos**

**(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

| Atividade | 30/09/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | CO | N | NE | SE | Total |
| **Administrativo** | 4 | 14 | 138 | 49 | 205 |
| **Diretoria/executivo** | 0 | 0 | 4 | 1 | 5 |
| **Especialista** | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| **Gerente** | 0 | 0 | 4 | 2 | 6 |
| **Operacional** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Supervisor** | 2 | 6 | 49 | 18 | 75 |
| **Técnico** | 15 | 41 | 301 | 152 | 509 |
| **Auditoria Interna** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ***Compliance*, controles internos e riscos corporativos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | 21 | 61 | 497 | 222 | 801 |

| Atividade | 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | CO | N | NE | SE | Total |
| **Administrativo** | 2 | 16 | 143 | 54 | 215 |
| **Diretoria/executivo** | 0 | 0 | 4 | 3 | 7 |
| **Especialista** | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| **Gerente** | 0 | 0 | 7 | 6 | 13 |
| **Operacional** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Supervisor** | 2 | 6 | 57 | 29 | 94 |
| **Técnico** | 9 | 41 | 302 | 153 | 505 |
| **Auditoria Interna** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ***Compliance*, controles internos e riscos corporativos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | 13 | 63 | 514 | 246 | 836 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Atividade | 31/12/2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | CO | N | NE | SE | Total |
| **Administrativo** | 0 | 21 | 177 | 64 | 262 |
| **Diretoria/executivo** | 0 | 0 | 4 | 3 | 7 |
| **Especialista** | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| **Gerente** | 0 | 0 | 11 | 3 | 14 |
| **Operacional** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Supervisor** | 0 | 6 | 59 | 24 | 89 |
| **Técnico** | 0 | 52 | 430 | 206 | 688 |
| **Auditoria Interna** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ***Compliance*, controles internos e riscos corporativos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | **0** | 79 | 685 | 300 | 1064 |

| Atividade | 31/12/2018 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | CO | N | NE | SE | Total |
| **Administrativo** | 0 | 17 | 139 | 12 | 168 |
| **Diretoria/executivo** | 0 | 0 | 7 | 0 | 7 |
| **Especialista** | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| **Gerente** | 0 | 0 | 8 | 0 | 8 |
| **Supervisor** | 0 | 5 | 43 | 4 | 52 |
| **Técnico** | 0 | 40 | 223 | 23 | 286 |
| **Auditoria Interna** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ***Compliance*, controles internos e riscos corporativos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | **0** | 62 | 422 | 39 | 523 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

| Atividade | 30/09/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | N | NE | SE | CO | Total |
| LIMPEZA E CONSERVAÇÃO | 23 | 135 | 55 | 7 | 220 |
| MANOBRISTA | 0 | 19 | 2 | 0 | 21 |
| SEGURANÇA | 0 | 13 | 0 | 0 | 13 |
| Total | 23 | 167 | 57 | 7 | 254 |

| Atividade | 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | N | NE | SE | CO | Total |
| LIMPEZA E CONSERVAÇÃO | 24 | 164 | 92 | 8 | **288** |
| MANOBRISTA | 0 | 19 | 3 | 0 | **22** |
| SEGURANÇA | 0 | 13 | 0 | 0 | **13** |
| Total | 24 | 196 | 95 | 8 | **323** |

| Atividade | 31/12/2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | N | NE | SE | CO | Total |
| LIMPEZA E CONSERVAÇÃO | 24 | 160 | 80 | 0 | 264 |
| MANOBRISTA | 0 | 17 | 3 | 0 | 20 |
| SEGURANÇA | 0 | 13 | 0 | 0 | 13 |
| Total | 24 | 190 | 83 | 0 | 297 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Atividade | 31/12/2018 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | N | NE | SE | CO | Total |
| LIMPEZA E CONSERVAÇÃO | 20 | 132 | 16 | 0 | **168** |
| MANOBRISTA | 0 | 15 | 0 | 0 | **15** |
| SEGURANÇA | 0 | 13 | 0 | 0 | **13** |
| Total | 20 | 160 | 16 | 0 | **196** |

**(c) índice de rotatividade**

| 30/09/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| 3,41% | 2,38% | 2,74% | 3,30% |

## 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

### 14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

# 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

**14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

**(a) política de salários e remuneração variável**

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

**(b) política de benefícios**

A Companhia possui uma política unificada de benefícios, além de adotar políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece aos seus trabalhadores:

• Assistência médica para parte dos colaboradores mediante coparticipação.
• Vale refeição e Alimentação de acordo com as regras estabelecidas em convenções ou acordos coletivos.
• Lazer, educação, saúde e cultura nas Unidades SESC de todo o Brasil para todos os coordenadores;
• Vale transporte para todos os cargos, aplicável somente para utilização em transporte público;
• Estacionamento para Heads, Coordenadores e Gerentes;
• Beneflex mensal aos Diretores;
• Direito de utilização das academias em todo o Brasil.

**(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:**

A Companhia não possui um plano de outorga de opções de ações. Contudo, determinados empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle poderão ser elegíveis a um Programa de Incentivo de Longo Prazo ("Programa"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017. O Programa tem por objetivo (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores e empregados contemplados pelo Programa; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores e empregados contemplados pelo Programa. Para mais informações sobre o Programa, vide itens 13.4 a 13.8 deste Formulário de Referência.

## 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

A Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, sem histórico de greve ou paralisações.

Segue, abaixo, a lista dos sindicatos dos empregados, por localidade:

| Nº | ESTADO | SINDICATO DOS EMPREGADOS |
|---|---|---|
| 1 | **ALAGOAS** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS |
| 2 | **AMAZONAS** | **SECRAS** – SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS DE FORMACAO PROFISSIONAL ASSISTENCIAIS E SOCIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS |
| 3 | **BAHIA** | **SINPEF** – SINDICATOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA |
| 4 | **BAHIA** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA |
| 5 | **CEARÁ** | **SINPEF** – SINDICATOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO CEARÁ |
| 6 | **MARANHÃO** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO |
| 7 | **MATO GROSSO** | **SINPEF** – SINDICATOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO MATO GROSSO |
| 8 | **MINAS GERAIS** | **SINDEC** – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| 9 | **PARÁ** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARÁ |
| 10 | **PARAÍBA – João Pessoa** | **SINTEENP** – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO PRIVADO DA PARAÍBA |
| 11 | **PARAÍBA – Campina Grande** | **SINTEP** – SINDICATOS DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO PRIVADO DA PARAÍBA |
| 12 | **PERNAMBUCO** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO |
| 13 | **PIAUÍ** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ |
| 14 | **RIO DE JANEIRO** | **SINPEF** – SINDICATOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO |
| 15 | **RIO DE JANEIRO** | **SINDECLUBES** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CLUBES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS E ATLETAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO |

## 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

| | | |
|---|---|---|
| 16 | **RIO GRANDE DO NORTE** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE |
| 17 | **SÃO PAULO** | **SINPEFESP** – SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO |
| 18 | **SÃO PAULO** | **SINDESPORTE** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CLUBES ESPORTIVOS E EM FEDERAÇÕES, CONFEDERAÇÕES E ACADEMIAS ESPORTIVAS NO ESTADO DE SÃO PAULO |
| 19 | **SERGIPE** | **SENALBA** – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SERGIPE |

## 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

### 14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **Detalhamento por classes de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| **Grajaú Participações S.A** | | | | | |
| 21.365.724/0001-09 | Brasil-RJ | Sim | Sim | 11/11/1999 | |
| Não | | | | | |
| 15.347.725 | 24,060% | 0 | 0,000% | 15.347.725 | 24,060% |
| **Boa Viagem Participações S.A** | | | | | |
| 23.808.292/0001-99 | Brasil-RJ | Sim | Sim | 11/11/1999 | |
| Não | | | | | |
| 21.208.595 | 33,250% | 0 | 0,000% | 21.208.595 | 33,250% |
| **Everest Brasil Partners I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no E** | | | | | |
| 22.802.858/0001-02 | Brasil-SP | Sim | Sim | 11/11/1999 | |
| Sim | BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | | Juridica | | |
| 21.573.685 | 33,820% | 0 | 0,000% | 21.573.685 | 33,820% |
| **OUTROS** | | | | | |
| 5.660.390 | 8,870% | 0 | 0,000% | 5.660.390 | 8,870% |
| **AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:** | | | | | |
| 0 | 0,000% | 0 | 0,000% | 0 | 0,000% |
| **TOTAL** | | | | | |
| 63.790.395 | 100,000% | 0 | 0,000% | 63.790.395 | 100,000% |

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |

## 15.3 - Distribuição de Capital

| | |
|---|---|
| **Data da última assembleia / Data da última alteração** | 21/06/2021 |
| **Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)** | 2 |
| **Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)** | 3 |
| **Quantidade investidores institucionais (Unidades)** | 0 |

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

| | | |
|---|---|---|
| **Quantidade ordinárias (Unidades)** | 0 | 0,000% |
| **Quantidade preferenciais (Unidades)** | 0 | 0,000% |
| **Total** | 0 | 0,000% |

## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

### 15.4 - Organograma dos acionistas

# 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

A Companhia possui 1 (um) acordo de acionistas arquivado em sua sede, conforme descrito abaixo. ("Acordo de Acionistas")

**(a) Partes**

São partes do Acordo de Acionistas: (i) Grajaú Participações S.A.; (ii) Everest Brasil Partners I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (atual denominação do H.I.G Brasil Partners I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior) ("HIG" ou "Investidores Iniciais"); (iii) José Leonardo Pereira da Costa ("Leonardo"); (iv) Nelson Lins de Araújo Netto ("Nelson", e, em conjunto com o Leonardo, os "Fundadores"); e (v) Boa Viagem Participações S.A. ("Boa Viagem" ou "Novo Investidor", e, em conjunto com os Investidores Iniciais e os Fundadores, os "Acionistas") e, como intervenientes-anuentes, a Companhia, a Academia Autonomia Ltda., a Academia Inteligente Ltda., a Academia Inteligente Ltda. EPP e a Academia Automação Ltda.

**(b) Data de celebração**

O Acordo de Acionistas foi celebrado em 31 de julho de 2015 e aditado em 6 de fevereiro de 2018 e 25 de fevereiro de 2018.

**(c) Prazo de vigência**

O Acordo de Acionistas permanecerá vigente (i) pelo prazo de 20 (vinte) anos contados de 31 de julho de 2015 e será automaticamente prorrogado por períodos adicionais de 5 (cinco) anos se nenhuma Parte informar à outra, mediante comunicação por escrito entregue com antecedência de 90 (noventa) dias, sua decisão de não prorrogar o Acordo; ou (ii) (ii) até a consumação de uma Oferta Pública, o que ocorrer primeiro.

**(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

Nos termos da Cláusula 5.1.6 do Acordo de Acionistas, a aprovação, em assembleias gerais da Companhia, das matérias abaixo elencadas, relativas à Companhia e/ou a qualquer uma de suas subsidiárias, dependerá de voto afirmativo de Acionistas presentes na assembleia geral representando pelo menos 60% (sessenta por cento) do capital votante da Companhia e de, no mínimo, um dos Fundadores:

(i) redução de capital da Companhia realizada de modo desproporcional, ou cisão desproporcional da Companhia;
(ii) criação de novas ações preferenciais que sejam subscritas pelos Investidores Iniciais, pelo Novo Investidor ou por suas respectivas Afiliadas;
(iii) mudanças das características das Ações ora existentes, ou conversão de Ações ora existentes não prevista no Acordo ou no Estatuto Social;
(iv) resgate, amortização ou recompra de Ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em Ações que não seja aplicável a todas as espécies e classes de forma equivalente;
(v) redução do dividendo obrigatório previsto no estatuto social, distribuição de dividendos em um valor inferior ao dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social e distribuição desproporcional de dividendos;

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(vi) dissolução e liquidação voluntária da Companhia; e

(vii) aumento de capital da Companhia, se as condições das Cláusulas 3.8 a 3.10 acima não forem observadas.

**(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**

Leonardo terá o direito de indicar e eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração enquanto detiver pelo menos 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) do capital social votante da Companhia.

Nelson terá o direito de indicar e eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração enquanto detiver pelo menos 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) do capital social votante da Companhia.

Os Investidores Iniciais e Novo Investidor terão o direito de indicar e eleger 5 (cinco) membros do Conselho de Administração enquanto detiverem, em conjunto, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, sendo que os Investidores Iniciais terão o direito de indicar e eleger 4 (quatro) membros do Conselho de Administração e o Novo Investidor terá o direito de indicar e eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração.

Se Leonardo e Nelson deixarem de ter direito de eleger membros para o Conselho de Administração nos termos do Acordo de Acionistas, mas continuarem Acionistas e, em conjunto, detiverem pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, terão em conjunto o direito de indicar e eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração deverão ser profissionais de reputação ilibada com qualificação, capacidade de gestão e experiência.

Enquanto os Investidores Iniciais em conjunto com o Novo Investidor detiverem, em conjunto, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital social votante da Companhia, o Presidente do Conselho será indicado pelos Investidores Iniciais. O Presidente do Conselho será nomeado para um mandato de 1 (um) ano e realizará as respectivas funções de Presidente do Conselho durante seu mandato.

**(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

Nos termos do Acordo de Acionistas, qualquer negociação ou Transferência de Ações ou direitos de preferência na subscrição de Ações ou títulos conversíveis em Ações, ou, ainda, a criação de qualquer Ônus sobre elas em violação ao Acordo de Acionistas não será válida, sendo, portanto, proibido (a) o seu registro pela Companhia no Livro de Registro de Transferência de Ações e no Livro de Registro de Ações Nominativas; e (b) o exercício pelo cedente e pelo cessionário do correspondente direito de voto ou qualquer outro direito garantido pelas Ações.

Transferência para Terceiros

Qualquer Transferência ou cessão de Ações ou direito de preferência para a subscrição de Ações, ou títulos conversíveis em Ações feita a um terceiro, quando permitidas pelo Acordo de Acionistas, somente serão válidas se o referido terceiro aderir a no Acordo, assumindo automaticamente os direitos e obrigações atribuídas às Ações Transferidas decorrentes do Acordo de Acionistas.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Transferências Permitidas

Para os fins do Acordo de Acionistas, não serão consideradas Transferências sujeitas às restrições estabelecidas na Cláusula 7 e nas Cláusulas 8 a 11 do Acordo de Acionistas as seguintes Transferências, diretas ou indiretas, de ações de emissão da Companhia ("Transferências Permitidas"):

(i) a Transferência de ações em Ofertas Públicas;

(ii) a Transferência de ações emitidas pelos Investidores Iniciais (ou seus sucessores) ou emissão de novas ações pelos Investidores Iniciais (ou seus sucessores), inclusive a realização de qualquer reorganização ou reestruturação societária envolvendo os Investidores Iniciais ou seus sucessores, incluindo, sem limitação, cisão, incorporação ou fusão envolvendo os Investidores Iniciais, desde que os Investidores Iniciais ou seus sucessores, conforme o caso, continuem a ser Afiliada do H.I.G. ou continue a ser um fundo de investimento no qual o H.I.G. ou Pessoa Afiliada ao H.I.G. detenha gestão discricionária;

(iii) a Transferência de ações de emissão dos Investidores para suas Afiliadas;

(iv) a Transferência de ações emitidas pelo Novo Investidor (ou seu sucessor) ou emissão de novas ações pelo Novo Investidor (ou seu sucessor), inclusive a realização de qualquer reorganização ou reestruturação societária envolvendo o Novo Investidor ou seu sucessor, incluindo, sem limitação, cisão, incorporação ou fusão envolvendo o Novo Investidor, desde que o Novo Investidor ou seu sucessor, conforme o caso, continue a ser Afiliada do H.I.G. ou continue a ser um fundo de investimento no qual o H.I.G. ou Pessoa Afiliada ao H.I.G. detenha gestão discricionária;

(v) a Transferência de ações de emissão do Novo Investidor para suas Afiliadas;

(vi) a Transferência de Ações de emissão da Companhia entre os Investidores Iniciais e o Novo Investidor

(vii) a Transferência de Ações de emissão da Companhia entre os Fundadores entre si ou entre os Fundadores e seus respectivos sucessores legais;

(viii) a Transferência de Ações dos Fundadores para seus respectivos herdeiros e/ou seus cônjuges em razão de partilha de bens; e

(ix) a Transferência de Ações de emissão da Companhia do Fundador para suas Afiliadas cujo capital social votante seja, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) detido pelo Fundador em questão.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Oferta Pública

Caso os Investidores Iniciais decidam realizar uma Oferta Pública da Companhia com base nas condições de mercado existentes, os Fundadores e o Novo Investidor comprometem-se desde já a cooperar integralmente com os Investidores Iniciais para a consumação da Oferta Pública (e a fazer com que a Companhia igualmente coopere), obrigando-se a praticar todos os atos e firmar todos os documentos que sejam razoavelmente solicitados pelos Investidores Iniciais e pelo assessor financeiro da Oferta Pública para tal fim, incluindo a adesão a eventuais períodos de *lock-up* exigidos pelos Investidores Iniciais e/ou pelos assessores financeiros, bem como a assinatura de contratos de distribuição e eventuais documentos relativos a qualquer reorganização societária da Companhia que venha a ser necessária a fim de prepará-la para a realização da Oferta Pública.

Na hipótese de realização da Oferta Pública, os Investidores Iniciais, o Novo Investidor, ou qualquer outro detentor de Ações Preferenciais, conforme o caso, terá o direito, ao seu exclusivo critério, de converter parte ou totalidade das Ações Preferenciais de que forem titulares em um número igual de Ações Ordinárias da Companhia (ou seja, na proporção de 1:1), totalmente integralizadas. Os Acionistas neste ato se comprometem expressamente a aprovar a deliberação da conversão, renunciando a quaisquer direitos de preferência ou outros que possam afetar a livre conversão das Ações Preferenciais em Ações Ordinárias da Companhia na forma aqui descrita, e tomando as providências necessárias para que sua aprovação seja plenamente eficaz e que a Companhia formalize a conversão aqui descrita.

*Tag Along*

Nos termos da Cláusula 8.1 do Acordo de Acionistas, Caso os Investidores Iniciais e/ou o Novo Investidor desejem Transferir parte ou todas as Ações de sua titularidade para um terceiro, ressalvados os casos de Transferências Permitidas ("Acionista Alienante"), o Acionista Alienante, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de oferta ("Proposta") de terceiro ("Adquirente Potencial") para a aquisição de Ações, notificará por escrito ("Aviso de Oferta") todos os demais Acionistas não alienantes, incluindo os Investidores Iniciais e/ou Novo Investidor, conforme aplicável ("Acionistas Não-Alienantes"), com cópia para o Presidente do Conselho, sobre a Transferência pretendida, informando todos os seus termos e condições, incluindo, necessariamente, o nome do proponente, a quantidade de Ações envolvidas ("Ações Ofertadas Investidores"), o preço proposto por Ação, as condições de pagamento e a intenção do Acionista Alienante de aceitar a Proposta. Será facultado aos Acionistas Não-Alienantes o direito de exigir que essa Transferência de Ações englobe Ações de sua titularidade na mesma proporção das Ações de propriedade do Acionista Alienante que este pretende Transferir ao Adquirente Potencial no âmbito da Proposta, pelo mesmo preço por Ação e demais condições da Proposta ("*Tag Along*"). É facultado aos Fundadores exercer o *Tag Along* de forma parcial para fins de pagamento das Perdas Indenizáveis nos termos das Cláusulas 16.2 e 16.3 abaixo.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Para exercício do seu direito de *Tag Along*, os Acionistas Não-Alienantes deverão comunicar sua intenção ao Acionista Alienante dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento do Aviso de Oferta, mediante envio de notificação por escrito ao Acionista Alienante, com cópia para o Presidente do Conselho, indicando o interesse no exercício do *Tag Along* ("Aviso Sobre Decisão"). Neste caso, as Ações Ofertadas Investidores incluirão as Ações de propriedade do Acionista Não-Alienante que tiver exercido seu *Tag Along*, ao mesmo preço por Ação e nas mesmas condições da Proposta do Adquirente Potencial. A Transferência das Ações Ofertadas Investidores só será válida se incluir as correspondentes Ações do Acionista Não-Alienante que tiver exercido seu *Tag Along* por meio de envio tempestivo de Aviso Sobre Decisão nesse sentido.

Caso um Acionista exerça o *Tag Along*, tal Acionista deverá aderir integralmente aos termos e condições de venda que forem contratados pelo Acionista Alienante e deverá praticar todos os atos necessários para efetivar a Transferência de todas as suas Ações objeto do *Tag Along* no prazo indicado pelo Acionista Alienante, de forma a não interferir negativamente ou atrasar a alienação da totalidade das Ações do Acionista Alienante objeto da venda, incluindo assinar todos os contratos e documentos da operação nos termos negociados pelo Acionista Alienante. O exercício do *Tag Along* será irretratável e irrevogável. Todos os custos e despesas incorridos na preparação e efetivação da alienação, inclusive honorários legais e profissionais, serão rateados pelos Acionistas na proporção do valor recebido por eles em razão da alienação.

Caso o Acionista Não-Alienante decida não exercer o direito de *Tag Along*, o Acionista Alienante estará livre para alienar as Ações Ofertadas Investidores ao Adquirente Potencial, nos termos da Proposta apresentada.

Qualquer Transferência de Ações que viole o disposto no Acordo de Acionistas será nula e ineficaz para todos os efeitos legais.

Direito de Obrigar a Venda Conjunta (*Drag Along*)

A qualquer momento, os Investidores Iniciais poderão oferecer todas as Ações da Companhia à venda para um ou mais terceiros interessados ("Terceiro Interessado") em processo competitivo ou da forma que os Investidores Iniciais entenderem apropriado ("Processo de Venda"), condicionando a alienação de todas as Ações dos Investidores Inicias à alienação de todas as Ações de emissão da Companhia. Nesse caso, os Investidores Iniciais terão o direito de exigir que os Fundadores (agindo em conjunto) e o Novo Investidor também vendam todas as suas respectivas Ações ao Terceiro Interessado ("*Drag Along*"), desde que pelo mesmo valor por Ação e demais condições comerciais ofertadas pelas Ações dos Investidores Iniciais. Caberá aos Investidores Iniciais conduzir o Processo de Venda.

Para o exercício do *Drag Along*, os Investidores Iniciais deverão enviar aos Fundadores e ao Novo Investidor uma notificação por escrito informando os termos e condições do Processo de Venda (a "Notificação de *Drag Along*"). A Notificação de *Drag Along* deverá conter, no mínimo: (i) o preço a ser pago pelas Ações, (ii) o prazo e forma de pagamento, (iii) declarações a serem prestadas, se houver; (iv) indenizações a serem assumidas, se houver; e (v) outras condições da venda ou da Transferência proposta.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

O exercício do *Drag Along* será irretratável e irrevogável.

Os Investidores Iniciais, os Fundadores e o Novo Investidor terão direito de ressarcimento pela Companhia das despesas razoáveis incorridas com assessor financeiro e advogados que forem compatíveis com o Processo de Venda.

Respeitado o disposto no Acordo de Acionistas, os Fundadores e o Novo Investidor assumiram o compromisso de vender em conjunto com os Investidores Iniciais a totalidade de suas Ações na Companhia a um Terceiro Interessado, no âmbito de um Processo de Venda em razão de *Drag Along*.

Os Fundadores e o Novo Investidor obrigam-se a, exercido o *Drag Along*, praticar todos os atos úteis ou necessários para efetivar a alienação de todas as suas Ações no prazo indicado pelos Investidores Iniciais, de forma a não interferir negativamente ou atrasar a Transferência da totalidade das Ações da Companhia em decorrência do *Drag Along*.

Os Fundadores e o Novo Investidor concordam, desde já, em assinar o contrato de compra e venda e demais instrumentos da operação sujeita ao *Drag Along* na mesma data em que os Investidores Inicias o fizerem. Os Fundadores e o Novo Investidor estarão obrigados a prestar declarações e garantias iguais àquelas que forem prestadas pelos Investidores Iniciais no contrato de compra e venda, desde que verdadeiras.

Os Fundadores e o Novo Investidor obrigam-se, ainda, a cooperar, e envidar esforços para fazer com que a Companhia e suas Controladas cooperem com os Investidores Iniciais com relação à venda das Ações em decorrência do exercício do *Drag Along*, inclusive permitindo a realização de auditoria (*due diligence*) na Companhia e em suas Controladas, às expensas da Companhia, em formato usual para este tipo de operação e que não afete o regular andamento das operações da Companhia e sujeito à celebração de acordo(s) de confidencialidade em termos e condições usuais em operações de fusões e aquisições (M&A).

Direito de Preferência

Salvo na hipótese das Transferências Permitidas, os Investidores Iniciais e o Novo Investidor terão direito de preferência em qualquer Transferência de Ações realizada por qualquer dos Fundadores, observado procedimento previsto na Cláusula 10 do Acordo de Acionistas.

Se qualquer um dos Fundadores, em conjunto ou isoladamente ("Ofertado"), receber uma oferta para realizar uma Transferência de suas Ações ("Oferta"), no todo ou em parte, a terceiros e/ou a qualquer outro Acionista (exceto para o outro Fundador), conforme aplicável ("Ações Ofertadas Fundadores" e "Ofertante", respectivamente), e tiverem interesse em realizar a Transferência de suas Ações nos termos da Oferta, o Ofertado deverá, primeiramente, notificar os Investidores Iniciais e o Novo Investidor em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da Oferta, com cópia para o Conselho de Administração da Companhia, anexando cópia da Oferta e informando todos os termos e condições, incluindo, necessariamente: (i) o nome do Ofertante, (ii) a quantidade de Ações envolvidas, (iii) o preço proposto por Ação, (iv) os termos e condições aplicáveis ao pagamento, (v) a intenção do Ofertante de aceitar a Oferta, e outros termos e condições relevantes, e (vi) evidência de que o Ofertante foi informado sobre o Direito de Preferência ("Notificação de Oferta").

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Durante o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Notificação de Oferta pelos Investidores Iniciais e pelo Novo Investidor ("Prazo de Aceitação"), os Investidores Iniciais e o Novo Investidor terão a opção, exercível por meio de notificação escrita ao Ofertado ("Notificação de Resposta"), de adquirir todas as Ações Ofertadas Fundadores pelo mesmo preço e nas mesmas condições definidas na Notificação de Oferta ("Direito de Preferência").

Se o Direito de Preferência for exercido, então a Transferência deverá ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que o Ofertado tiver recebido a Notificação de Resposta, pelo preço e segundo os termos definidos na Notificação de Oferta, e os Investidores Iniciais e/ou o Novo Investidor que tiverem exercido o Direito de Preferência e o Ofertado deverão assinar e formalizar todos os documentos necessários para realizar a Transferência das Ações Ofertadas Fundadores.

Exceto se mutuamente acordado em contrário pelos Investidores Iniciais e/ou o Novo Investidor, na hipótese de exercício em conjunto do Direito de Preferência, caberá a cada um uma participação nas Ações Ofertadas Fundadores proporcional à participação relativa de cada um dos Acionistas que houver exercido o Direito de Preferência, e, na hipótese do exercício do Direito de Preferência por apenas um dos Acionistas, caberá a ele 100% (cem por cento) das Ações Ofertadas Fundadores.

Se os Acionistas não exercerem o Direito de Preferência dentro do Prazo de Aceitação, então o Ofertado poderá Transferir as Ações Ofertadas Fundadores ao Ofertante identificado na Notificação de Oferta em conformidade com os termos e condições e pelo preço especificado na Notificação de Oferta. Se a Transferência das Ações Ofertadas Fundadores ao Ofertante indicado na Notificação de Oferta não se consumar no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, contado do fim do Prazo de Aceitação, o procedimento de Direito de Preferência estabelecido no Acordo de Acionistas deverá ser reiniciado para possibilitar uma nova Transferência.

**(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Nos termos da Cláusula 2.2 do Acordo de Acionistas, os Acionistas concordam a orientar os respectivos representantes nos órgãos administrativos de tais sociedades a agirem de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas.

# 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não foram realizadas alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

# 15.7 - Principais Operações Societárias

## 15.7 - Principais operações societárias ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| | |
|---|---|
| **a) evento** | Aquisição de ações da “Weburn Empreendimentos Digitais S.A.” (“Weburn”) |
| **b) principais condições do negócio** | Em 09 de junho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato de Investimento e Outras Avenças (“Contrato”) com os acionistas da Weburn, o qual estabeleceu, dentre outros assuntos, os termos e as condições para, mediante o cumprimento de determinadas Condições Suspensivas, a subscrição, pela Investidora, de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante aumento de capital da Companhia (“Operação”), sendo que, após implementação da Operação, a Companhia passou a ser titular de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Companhia |
| **c) sociedades envolvidas** | Self It Academias Holding S.A. e Weburn Empreendimentos Digitais S.A. |
| **d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário** | Não houve alteração no quadro societário da Companhia. |
| **e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** | Não houve participação de acionistas nessa transação. |
| **e) quadro societário antes e depois da operação** | Não houve alteração no quadro societário da Companhia. |

# 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

**15.8 - Fornecer outras informações relevantes**

**Possível reorganização societária.**

A Companhia considera a realização de uma reorganização societária, por meio da qual a Companhia irá incorporar as holdings Alto da Boa Vista Participações S.A., Boa Viagem Participações S.A., Alto Leblon Participações S.A. e Grajaú Participações S.A. A reorganização visa a simplificar a estrutura acionária da Companhia, de modo que o Brazil Fitness Investors I – FIP Multistratégia e Investimento no Exterior e o Everest Brasil Partners I – FIP Multistratégia e Investimento no Exterior terão participação direta na Companhia. Caso a operação seja concluída, será descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência.

**Ausência de controle societário no Everest Brasil Partners I – FIP Multistratégia e Investimento no Exterior.**

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a BRL Trust Investimentos Ltda. exerce a administração fiduciária e a gestão do Everest Brasil Partners I – FIP Multistratégia e Investimento no Exterior ("FIP") e cumpre a política de investimentos do FIP em conformidade com o disposto em seu regulamento e na regulamentação aplicável, e com amparo em recomendações emitidas pelo comitê de investimento do FIP (composto por pessoas relacionadas do H.I.G. Capital, eleitos em assembleia geral de cotistas do FIP). O fundo não possui cotista que o controle, direta ou indiretamente, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista que, direta ou indiretamente, (i) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termosdo artigo 116 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, destacamos que os cotistas do FIP são veículos de investimento existentes e organizados de acordo com as leis aplicáveis, geridos, nos termos dos seus documentos constitutivos, pelo H.I.G. Capital, LLC e/ou suas afiliadas, em observância ao mandato, poderes, deveres e obrigações que lhes foram atribuídos pelos investidores internacionais que participam e investem na referida estrutura, nenhum deles detendo participação que seja direta ou indiretamente superior a 10% (dez por cento) das cotas de emissão do FIP. Ressaltamos ainda que, nos termos dos documentos constitutivos dos cotistas do FIP, o H.I.G. Capital, LLC e/ou suas afiliadas, no exercício dos poderes de representação que lhe foram outorgados por esses veículos, têm poderes para eleger os membros do comitê de investimento do FIP, que delibera acerca de recomendações associadas às propostas apresentadas pelo gestor do FIP relativas aos investimentos e desinvestimentos realizados pelo FIP. Dessa forma, conforme decisão emitida pelo Colegiado da CVM em 11.03.2011 (Processo CVM RJ2011/2324), indicamos no item 15.1/2 deste Formulário de Referência o administrador fiduciário e gestor do Everest Brasil Partners I – FIP Multistratégia e Investimento no Exterior (o BRL Trust Investimentos Ltda).

# 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

**16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses ("Política de Partes Relacionadas" ou "Política"), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas em as nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos dos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as Transações com Partes Relacionadas (conforme definidas na Política) e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das Partes Relacionadas e pela classificação de operações como uma Transação com Partes Relacionadas; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pela Comitê de Auditoria e Compliance para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos desta Política. O Comitê de Auditoria e Compliance deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a celebração, participação e alteração de qualquer instrumento ou rescisão de qualquer operação com Partes Relacionadas. O Comitê de Auditoria e Compliance deverá transmitir ao Conselho de Administração, antecipadamente, todas as informações relevantes que permitam o Conselho de Administração analisar a Transação com Partes Relacionadas em questão de acordo com as diretrizes previstas nesta Política.

Na análise das Transações com Partes Relacionadas e no fornecimento de sua decisão ou seu parecer sobre os méritos da Transação com Partes Relacionadas, conforme aplicável, o Comitê de Auditoria e Compliance, e o Conselho de Administração, se pertinente, deverão considerar os critérios que entendam relevantes para a análise da transação, em especial:

(a) se houver motivos justificáveis, do ponto de vista comercial da Companhia e/ou de suas controladas para a conclusão da Transação com Partes Relacionadas;

(b) se a transação for negociada em condições de mercado;

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(c) se tiver ocorrido um procedimento de tomada de preços, processo competitivo ou tentativa de qualquer outra forma de realizar a essa transação com Terceiros e para o seu resultado;

(d) a metodologia de avaliação usada e outras abordagens possíveis para avaliação da transação;

(e) possíveis disposições ou limitações impostas à Companhia e/ou suas controladas resultantes da celebração da transação ou se a transação incluir qualquer risco em potencial à Companhia e/ou suas controladas (incluindo risco reputacional); e

(f) extensão da participação da Parte Relacionada na transação, levando em consideração o montante envolvido na transação, a situação financeira geral da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta da participação da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, dentre outros aspectos que considerar relevantes.

São vedadas as Transações com Partes Relacionadas nas seguintes hipóteses:

(a) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado;

(b) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os seus administradores e acionistas;

(c) concessão de empréstimos em favor do acionista controlador e dos administradores da Companhia;

(d) operações com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e

(e) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de Terceiros.

Além disso, a Lei das S.A. por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso website (https://www.selfitacademias.com.br/investidor), bem como fisicamente em nossa sede social.

## 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possuía transações com partes relacionadas formalizadas. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, verificar item 16.4 deste Formulário de Referência.

## 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

### 16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

**Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:**

**a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses.

Em 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesse da Companhia ("Política"), bem como o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance* da Companhia, com o propósito de incrementar sua estrutura de governança. Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão previstas, dentre outras, supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. No que tange à Política, esta visa estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. Dessa forma, a Política estabelece alguns procedimentos a serem observados pelos administradores envolvidos em operações com partes relacionadas ou potenciais conflitos de interesse.

Além disso, caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação à Política, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

Eventual manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar necessariamente da ata da reunião do órgão responsável pela aprovação da transação com parte relacionada. Para mais informações sobre a política, vide item 16.1 deste Formulário de Referência.

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

Adicionalmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido. A estrutura de governança estabelecida nos órgãos da administração acima descrita, bem como nos órgãos de assessoramento tal qual o Comitê de Auditoria Não-Estatutário, estabelecem os procedimentos necessários a avaliação e tratativas de situações que possam vir a ser interpretadas como conflito de interesses.

**b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Até a data de aprovação da Política de Partes Relacionadas da Companhia, conforme descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses.

Contudo, a Companhia entende que as operações com partes relacionadas descritas no item 16.4 deste Formulário de Referência foram realizadas em seu benefício e interesse, inclusive com o estabelecimento de condições comutativas e/ou pagamento compensatório adequado, não prejudicando, assim, qualquer das partes envolvidas no negócio, especialmente a Companhia.

# 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

**16.4 – Outras informações relevantes – Transações com partes relacionadas**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía transações com partes relacionadas com as controladas Academia Automação Ltda., Academia Inteligente EPP Ltda e Weburn Empreendimentos Digitais S.A. Os saldos e transações das operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com termos e condições específicas definidas entre as partes e não possuem vencimento predeterminado e não há incidência de juros.

Especificamente, as transações com a Academia Automação Ltda. e a Academia Inteligente EPP Ltda. são referentes às operações para suprir as necessidades de caixa de curto prazo entre meses, e possuem um saldo de 433 mil reais e 1.120 mil reais, respectivamente. Por sua vez, as transações com a Weburn Empreendimentos Digitais S.A. são referentes à aquisição de novos negócios e possuem um saldo de (13.126) mil reais.

Adicionalmente, vale ressaltar que a Companhia centraliza a contratação de alguns gastos tais como, despesas com marketing, equipe internalizada e manutenção de equipamentos. Estes gastos são rateados entre suas controladas e filiais e, em 30 de setembro de 2021, não houve transações que afetassem o resultado da Companhia.

Além disso, a Companhia está envolvida na transação com partes relacionadas descrita abaixo e celebrará termo de distrato prevendo a rescisão do contrato tão logo a Companhia tenha obtido seu registro de companhia aberta.

- Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento de Investimentos, celebrado em 31 de julho de 2015 entre a Companhia e a H.I.G. Brasil. Tendo em vista a vasta experiência e conhecimento relativos à assessoria na gestão e administração de investimentos em participações societárias da HIG Brasil, a Companhia, buscando elevar seu desempenho nas atividades mencionadas, contratou a H.I.G. Brasil para prestar serviços de assessoria estratégia. A Companhia contratou a assessoria da HIG Brasil para execução de projetos envolvendo gestão e administração de investimentos em participações societárias descritos no Anexo I de referido contrato. Em contraprestação aos serviços prestados à Companhia, a H.I.G Brasil receberia, quando da ocorrência de qualquer operação de aquisição ou fusão envolvendo a Companhia, remuneração equivalente a 1% do valor total da operação.

## 17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Tipo de capital** | **Capital Emitido** | | | | |
| 21/06/2021 | 88.067.504,00 | N/A | 63.790.395 | 0 | 63.790.395 |
| **Tipo de capital** | **Capital Subscrito** | | | | |
| 21/06/2021 | 88.067.504,00 | N/A | 63.790.395 | 0 | 63.790.395 |
| **Tipo de capital** | **Capital Integralizado** | | | | |
| 21/06/2021 | 88.067.504,00 | N/A | 63.790.395 | 0 | 63.790.395 |
| **Tipo de capital** | **Capital Autorizado** | | | | |
| 25/02/2018 | 0,00 | N/A | 300.000.000 | 0 | 300.000.000 |

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

| Data de deliberação | Orgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferênciais (Unidades) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06/02/2018 | AGE | 06/02/2018 | 20.235.250,00 | Subscrição particular | 0 | 2.695.423 | 2.695.423 | 6,43478922 | 7,51 | R$ por Unidade |
| **Critério para determinação do preço de emissão** | Preço de emissão por ação fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A. | | | | | | | | | |
| **Forma de integralização** | Conversão de 1.750 (mil setecentas e cinquenta) debêntures 1ª série de emissão da Companhia. | | | | | | | | | |
| 25/02/2018 | AGE | 25/02/2018 | 40.473.710,00 | Subscrição particular | 0 | 4.047.371 | 4.047.371 | 1,73113168 | 10,00 | R$ por Unidade |
| **Critério para determinação do preço de emissão** | Preço de emissão por ação fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A. | | | | | | | | | |
| **Forma de integralização** | (i) R$ 5.882.450,00 foram integralizados pela conversão de 1.750 (mil setecentos e cinquenta) debêntures 2ª série de emissão da Companhia; e (ii) R$ 34.591.260,00 foram integralizados em moeda corrente nacional. | | | | | | | | | |
| 06/04/2021 | AGE | 06/04/2021 | 24.213.880,00 | Subscrição particular | 0 | 2.421.388 | 2.421.388 | 0,37920917 | 10,00 | R$ por Unidade |
| **Critério para determinação do preço de emissão** | Preço de emissão por ação fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A. | | | | | | | | | |
| **Forma de integralização** | Moeda corrente nacional. | | | | | | | | | |

## 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

| Data aprovação | Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades) | | | Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações |
| **Grupamento** | | | | | | |
| 10/12/2021 | 12.758.079 | 0 | 12.758.079 | 63.790.395 | 0 | 63.790.395 |

## 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

# 17.5 - Outras Informações Relevantes

## 17.5 - Outras informações relevantes

***Conversão de Ações Preferenciais em Ações Ordinárias***

Em 10 de dezembro de 2021, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, e com o objetivo de adequar a realidade da Companhia às normas do Regulamento do Novo Mercado da B3, os acionistas da Companhia deliberaram[, por unanimidade,] pelo (i) cancelamento das diferentes classes de ações ordinárias de emissão da Companhia, e (ii) pela conversão das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 (um) para 1 (um). Nesta mesma data, os acionistas decidiram, também por unanimidade, extinguir a espécie de ações preferenciais da Companhia.

***Questionamento de Aumento de Capital***

Além disso, há questionamento realizado por um dos acionistas minoritários da Companhia com relação ao aumento de capital aprovado em 6 de abril de 2021. Para maiores informações sobre o processo e sobre os impactos na Companhia com relação à ação, favor verificar os itens 4.1 “c” e 4.4 acima.

Com exceção das informações acima prestadas, não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 17.

## 18.1 - Direitos Das Ações

| Espécie de ações ou CDA | Ordinária |
|---|---|
| **Tag along** | 100,000000 |
| **Direito a dividendos** | Nos termos da Lei das S.A., aos nossos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reservas, conforme estabelecido na Lei das S.A. e no Estatuto Social. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.<br>Nos termos do nosso Estatuto Social, o saldo do lucro líquido apurado no exercício, obtido após as deduções e/ou destinações previstas no Estatuto Social e na Lei das S.A., montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) será destinado para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas. |
| **Direito a voto** | Pleno |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Direito a reembolso de capital** | Sim |
| **Descrição das características do reembolso de capital** | Qualquer acionista dissidente de determinadas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, conforme hipóteses e critérios previstos na Lei das S.A. |
| **Restrição a circulação** | Sim |
| **Resgatável** | Não |
| **Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate** | |
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A. |
| **Outras características relevantes** | Solicitamos a admissão de nossas ações para negociação no segmento Novo Mercado da B3. A partir da data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de nossa emissão, nossos acionistas terão todos os direitos previstos no Regulamento do Novo Mercado. |

# 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

*Limitação ao Direito de Voto*

Não possuímos regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

*Obrigação de Realização de Oferta Pública*

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o nosso Estatuto Social determina que a alienação direta ou indireta de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de nossa emissão que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ademais, o artigo 42 de nosso Estatuto Social estabelece que o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de nossa emissão (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão), em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos demais acionistas da Companhia ("OPA por Atingimento de Participação Relevante"). O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) 100% (cem por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação (avaliador escolhido pelo Conselho de Administração); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital mediante distribuição pública nos últimos 24 meses, atualizado pelo IPCA; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação média das ações nos últimos 90 dias; e (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago, a qualquer tempo, pela Pessoa Relevante em qualquer tipo de negociação, em qualquer um dos casos sujeito a ajustes decorrentes de distribuição de dividendos pela Companhia, reorganizações societárias envolvendo a Companhia, grupamentos e desdobramentos de ações da Companhia e quaisquer outras operações que afetem o capital social da Companhia.

## 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das S.A., caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

## 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| **Valor mobiliário** | **Debêntures** |
| **Identificação do valor mobiliário** | 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Gar |
| **Data de emissão** | 23/09/2019 |
| **Data de vencimento** | 23/12/2025 |
| **Quantidade (Unidades)** | 13.000 |
| **Valor total (Reais)** | 130.000.000,00 |
| **Saldo Devedor em Aberto** | 0,00 |
| **Restrição a circulação** | Sim |
| **Descrição da restrição** | As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”), observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476. |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Possibilidade resgate** | Sim |
| **Hipótese e cálculo do valor de resgate** | A Emissora poderá, a a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total l das Debêntures, mediante o pagamento do prêmio definido na Escritura de Emissão incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Escritura de Emissão), sendo vedado o resgate parcial, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. |
| **Características dos valores mobiliários de dívida** | Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição |
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | Não aplicável. |
| **Outras características relevantes** | Não aplicável. |

## 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

| Valor Mobiliário | Pessoas Físicas | Pessoas Jurídicas | Investidores Institucionais |
|---|---|---|---|
| Debêntures | 0 | 0 | 3 |

# 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

A oferta pública inicial de ações de nossa emissão está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de nossa emissão passarão a ser admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

## 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

**18.9 - Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

A Companhia realizou a 2ª emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, no montante total de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 na Data de Emissão, em 23 de setembro de 2019 (“Data de Emissão”). O prazo é de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de setembro de 2024 (“Data de Vencimento”). A amortização das Debêntures ocorrerá em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais e consecutivas, respeitada a carência de 4 (quatro) trimestres, sendo a primeira parcela devida no 15º mês contado da Data de Emissão, ou seja, em 23 de dezembro de 2020 e a última na Data de Vencimento.

## 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

**18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

2ª (Segunda) Emissão de Debêntures

Os recursos captados pela Companhia por meio da emissão das Debêntures estão sendo destinados à, obrigatoriamente nessa ordem (i) composição do Valor Mínimo, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, mediante depósito no valor de R$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais); (ii) liquidação do saldo devedor de determinadas dívidas da Companhia definidas na Escritura de Emissão. e (iii) o saldo remanescente ao reforço do caixa da Companhia e o plano de expansão da Companhia (abertura de novas unidades).

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na Escritura de Emissão.

**c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, pois não houve desvios.

## 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

**18.11 - Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro**

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente.

## 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

**18.12 - Fornecer outras informações que julgue relevantes**

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

## 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários de emissão da Companhia mantidos em tesouraria.

# 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

### 19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 19 que já não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

| | |
|---|---|
| **Data aprovação** | **01/01/2021** |
| **Órgão responsável pela aprovação** | Conselho de Administração |
| **Cargo e/ou função** | São as pessoas indicadas no artigo 13 da Resolução CVM 44, incluindo a Companhia, os Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração, Membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude do seu cargo, função ou posição na Companhia, suas Subsidiárias, controladora ou coligadas, tiver aderido expressamente ao Termo de Adesão e tenha conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, bem como aqueles que tenham conhecimento da Informação Privilegiada e que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição. |

**Principais características e locais de consulta**

A Política de Divulgação tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas; (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do Insider Trading; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia. As proibições previstas na Política de Divulgação se aplicam a (i) negócios feitos nas Entidades do Mercado, bem como negócios feitos sem a intermediação de uma instituição integrante do sistema de distribuição; e (ii) operações de empréstimo de Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas. As proibições disciplinadas previstas na Política de Divulgação também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por Pessoas Vinculadas ou Parentes Próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de: (a) sociedade controlada pelas Pessoas Vinculadas, direta ou indiretamente; (b) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; (d) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, companheiros(as) e quaisquer outros parentes, em linha reta ou colateral, até 2º (segundo) grau; e (e) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado. Para efeitos da Política de Divulgação, a negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas no item acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por seus cotistas.

| | |
|---|---|
| **Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** | Período Vedado é qualquer período em que a negociação de Valores Mobiliários é proibida por determinação regulamentar ou por deliberação do Diretor de Relações com Investidores. Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de Períodos Vedados. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às Pessoas Vinculadas o início e o final da vigência desses Períodos Vedados adicionais.<br><br>A Política de Divulgação e Negociação pode ser consultada no website da Companhia (https://www.selfitacademias.com.br/investidor), bem como fisicamente em sua sede social. |

## 20.2 - Outras Informações Relevantes

### 20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 20.

# 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política"), aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2021, formulada de acordo com as normas da CVM, tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas; (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do *insider trading*; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia.

Procedimentos de Divulgação

A divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos aqui estabelecidos, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com os termos abaixo:

(a) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios em todos os países em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades de Mercado sejam negociados ou, caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser feita com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (b) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro;

(b) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(c) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço https://www.selfitacademias.com.br/investidor

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações.

Caso os Acionistas Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, se instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, que tenham conhecimento pessoal de um Fato Relevante, verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação e, contanto que a questão de manter o sigilo sobre o Fato Relevante não tenha decorrido de uma exceção de divulgação, conforme o disposto na Política, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o Fato Relevante imediatamente à CVM.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de um Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante em questão, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Os Administradores e outros colaboradores que poderão ser inquiridos conforme previsto acima, deverão responder prontamente à solicitação do Diretor de Relações com Investidores. Se não for possível entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores no mesmo dia em que os Administradores ou colaboradores tiverem tido conhecimento da exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os Administradores ou colaboradores em questão deverão enviar um e-mail com as informações e esclarecimentos para ri@selfitacademias.com.br.

Exceções de Divulgação

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos Acionistas Controladores ou os Administradores entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruí-lo a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Acionista Controlador ou Administradores são obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar o Fato Relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) as informações tenham se tornado de conhecimento de terceiros não relacionados à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Fato Relevante, sem estar vinculado a uma obrigação de confidencialidade com a Companhia;

(b) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do Fato Relevante; ou

(c) haja uma oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação acima mencionada, caberá, conforme o caso, ao Acionista Controlador ou ao Conselho de Administração, por meio do seu presidente, a adoção das medidas devidas.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para assegurar a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As Pessoas Vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento, devendo observar também os seguintes procedimentos:

(a) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

(b) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

(c) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

(d) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

(e) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus Acionistas Controladores, Subsidiárias ou coligadas, exceto um Administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária da Companhia que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

**21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política") baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

• fornecer informações adequadas aos acionistas e à B3;

• garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;

• consolidar as boas práticas de governança corporativa; e

• cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Procedimentos de Divulgação

Para alcançar tais objetivos, a Política determina que a divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos estabelecidos na Política, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com os termos abaixo:

(a) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios em todos os países em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades de Mercado sejam negociados ou, caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser feita com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (b) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro;

(b) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(c) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço https://www.selfitacademias.com.br/investidor.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações.

Caso os Acionistas Controladores, os Administradores e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, que tenham conhecimento pessoal de um Fato Relevante, verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação, inclusive nas hipóteses de vazamento ou oscilação atípica, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o Fato Relevante imediatamente à CVM.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de um Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de Valores Mobiliários emitidos pela

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante em questão, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Exceções de Divulgação

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos Acionistas Controladores ou os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruí-lo a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Acionista Controlador ou membros do Conselho de Administração ou da Diretoria são obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar o Fato Relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) as informações tenham se tornado de conhecimento de terceiros não relacionados à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Fato Relevante, sem estar vinculado a uma obrigação de confidencialidade com a Companhia;

(b) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do Fato Relevante; ou

(c) haja uma oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação acima mencionada, caberá, conforme o caso, ao Acionista Controlador ou aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, por meio do seu presidente, a adoção das medidas devidas.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para assegurar a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As Pessoas Vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento; devendo observar também os seguintes procedimentos:

(a) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

(b) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

(c) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

(d) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

(e) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus Acionistas Controladores, Subsidiárias ou coligadas, exceto um Administrador, ou de qualquer um membro dos órgãos estatutários da Companhia que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política.

## 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários é aplicada, implementada e supervisionada pelo Conselho de Administração e pelo Diretor de Relação com Investidores.

O Diretor de Relações com Investidores deverá cumprir e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, além de esclarecer dúvidas sobre o seu conteúdo e aplicação.

## 21.4 - Outras Informações Relevantes

### 21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 21.